



Fondazione Giovanni Agnelli

MINISTERIO
DA EDUCAÇÃO



ISBN 85-7019-243-6

Fundação Joaquim Nabuco 

A ITÁLIA NO ORDESTE

anuel Correia de Andrade

O livro **A Itália no Nordeste** em que é estudada a contribuição italiana à formação do Nordeste foi escrito com base em uma pesquisa documental e de campo realizada pela equipe do Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, graças a financiamento feito pela Fondazione Giovanni Agnelli, de Torino, na Itália. Esta Fondazione vem procurando documentar a importância da presença italiana na história, na cultura, na religião, nos costumes, nas ciências, nas artes, nas tecnologias, etc, em regiões que receberam e vêm recebendo migrantes oriundos da Itália. Daí o apoio que vem dando a uma série de programas de pesquisas e de realização de seminários em vários pontos do continente americano. Acredita-se que o conhecimento da participação italiana na formação do Novo Mundo é da maior importância tanto para a Itália como para os países que receberam estes migrantes, contribuindo para um maior entendimento entre estes países e para uma maior cooperação no futuro. O Brasil, país que abrigou migrantes das mais diversas regiões e continentes necessita se voltar para o passado à procura de sua identidade e de sua formação. A Fondazione Giovanni Agnelli estimulando e financiando pesquisas e estudos como este, está contribuindo para que o Brasil se conheça e que estreite as suas relações com a comunidade italiana.



A ITÁLIA NO NORDESTE

contribuição italiana ao Nordeste do Brasil

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS, 81

Não encontrando este livro nas livrarias, favor dirigir-se à EDITORA MASSANGANA – Rua Dois Irmãos, nº 15 – Apipucos – Recife – PE – Brasil – CEP 52071-440 – Fones: (081) 441.5900, ramal 242 e (081) 441.5458 – Telefax (081) 441.5600

Foi feito o depósito legal

Andrade, Manuel Correia de
A Itália no Nordeste: contribuição italiana ao Nordeste do Brasil / Manuel Correia de Andrade. – Torino; Recife : Fondazione Giovanni Agnelli, FUNDAJ, Editora Massangana, 1992.
210 p., il. (Estudos e pesquisas, 81)
Inclui bibliografia
ISBN 85-7019 – 243-6

1. IMIGRANTES ITALIANOS – BRASIL, NORDESTE. I. Título. II. Fundação Joaquim Nabuco. III. Série.

CDU 061.62 : :3

Manuel Correia de Andrade

A ITÁLIA NO NORDESTE

contribuição italiana ao Nordeste do Brasil

Torino / Recife



Fondazione Giovanni Agnelli

Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana
1992

ISBN 85-7019-231-2

Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana
Rua Dois Irmãos nº 15 – Apipucos – Recife – PE – Brasil
CEP 52071 –440

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Capa: *Rejane Vieira Pinto*
Ilustração da capa: Detalhe da Foto da família Scaldaferri
Revisão: *Nara Antunes, José Romero e Liliana Dias*
Folha de Guarda: *Detalhe da foto de Trecchina, Potenza – Itália, 1912*



ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Ao se planejar uma pesquisa sobre a presença italiana e a sua contribuição à formação e ao desenvolvimento do Nordeste do Brasil, duas questões podem ser levantadas: por que um estudo sobre italianos no Nordeste quando se sabe que a sua presença é muito mais expressiva no Sul e Sudeste do país? E ainda, se esta contribuição é tão expressiva que justifique uma pesquisa, realizada em vinte e quatro meses, com a produção de uma monografia, a fim e analisá-la e de divulgá-la? A resposta a estas duas questões é dada pela própria monografia, que é de interesse tanto para o Brasil como para a Itália.

No caso do Brasil, constata-se a existência de um país de dimensões continentais e onde vivia, em 1991, cerca de cento e quarenta milhões de habitantes, que não apresentavam uma grande identidade étnica. É um país que, se comparado com os da Europa, é muito pouco conhecido e estudado, quer quanto à sua formação e quer quanto à composição étnica e cultural hoje dominantes.

Ao consolidar a sua independência política, o Brasil se viu perplexo diante da população pouco uniforme formada por grande contingentes brancos, negros e indígenas – e que queria se apresentar no contexto mundial como um país de brancos, de europeus transplantados para a América do Sul. Não só se tentava impedir a imigração de povos não-brancos – amarelos, sobretudo – como se estimulava a imigração européia para "purificar" a raça. Procurava-se esconder a participação negra e indígena na sua formação e até se dificultava a participação de não-brancos nos postos mais importantes da sociedade. Os estudos sobre os negros e indígenas apresentavam, aberta ou disfarçadamente, um "ranço" racista, como se pode observar nos ensaios de Nina Rodrigues.

Só na década de 30, é que Gilberto Freyre, após formação universitária nos Estados Unidos, revolucionou o modo de enfocar a formação brasileira, ao publicar *Casa-Grande & Senzala*, onde procurou dar igual importância tanto à contribuição européia, lusitana, sobretudo, como à negra e à indígena, defendendo a miscigenação como solução ideal para um país tropical. Suas preocupações seriam complementadas, posteriormente, ao procurar caracterizar a influência, nesta formação, de outros povos europeus, como os franceses, os ingleses e os alemães[1]. E, se a presença destes povos não teve uma participação biológica, física, como a da presença portuguesa, deu uma contribuição fundamental à cultura, influenciando a língua, a música, a arquitetura, a alimentação, as atividades agrícolas e industriais, o folclore e a própria concepção de vida.

Alguns autores vêm estudando a influência de outros povos, como os japoneses[2], os alemães[3], os sírios e libaneses[4], os árabes[5], os espanhóis[6], na formação brasileira. Pode-se admitir que a preocupação com estas influências caracteriza como que uma busca da verdadeira identidade nacional.

A sua dimensão territorial e as diversidades regionais, apesar da unidade da língua portuguesa, do domínio da religião católica romana, assim como do nível do desenvolvimento econômico, não permitem que estudos deste tipo sejam feitos apenas em escala nacional, mas também em escala regional, estadual e local, a fim de que não se parta para a formulação de modelos que generalizem para o todo nacional características que tenham apenas validade local ou regional.

Há um grande número de ensaios sobre a presença italiana no Brasil, livros de memória e documentos referentes ao Sul e ao Sudeste, regiões onde foram muito intensas as migrações, nos séculos XIX e XX; e onde, como colonos agrícolas, em glebas "coloniais", eles mantiveram, o mais possível, os usos e costumes, como ocorreu no Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, ou em áreas para onde vieram a fim de atender à demanda de força de trabalho da lavoura cafeeira, como São Paulo, em migrações em massa, e se constituíram em um percentual elevado da população, integrando-se à sociedade brasileira e influenciando, pela participação direta, a vida econômica, social e política.

No Nordeste, para onde vieram sozinhos ou em pequenos grupos, estimulados por parentes e amigos, eles desenvolveram sobretudo atividades pessoais de artesanato e de pequeno comércio; foram, aí, mais facilmente assimilados pela sociedade luso-brasileira, mas, ao serem influenciados, também influenciaram esta sociedade de forma marcante, como se salienta nesta monografia.

Nos estudos sobre italianos, em uma visão mais ampla, foram publicados livros de grande importância que procuravam ver a migração de forma globalizada e, em conseqüência, focalizaram as áreas de maior penetração, esquecendo a sua participação em outras, ou minimizando-a. Compreende-se que assim o fizeram, em face das dificuldades que enfrentavam em pesquisar, em uma área que recebera um percentual pouco expressivo. Estes livros, porém, são fundamentais para a compreensão do que foi a migração, eles mostram a saga dos italianos no Brasil[7], os problemas que enfrentavam na Itália e que determinaram a emigração, e as esperanças de que estavam possuídos. Dão uma idéia de conflito entre imaginação e realidade, de tanta importancia para quem deseja analisar as questões antropossocial.

Para melhor compreender os problemas enfrentados pelos imigrantes no Nordeste, torna-se necessário o estudo de livros que analisaram especificamente a migração e a colonização em São Paulo[8] e nos estados do Sul do Brasil[9]. Do ponto de vista político, sabendo-se da grande propaganda aqui feita no período anterior à Segunda Guerra Mundial, pelo governo italiano, tanto do fascismo como da personalidade de Mussolini, torna-se necessário que se analise o problema para poder compreender os percalços por eles sofridos na nova terra, durante a guerra, e as suas vinculações aos partidos brasileiros de direita, simpáticos ao Eixo, e que estavam muito próximos ao poder[10]. Vinculações que lhes trouxeram problemas mas que definiram solidariedades até de autoridades do setor de segurança, o que demonstra a convivência pacífica entre eles e os da terra.

Foi auspiciosa a idéia de se analisar, em cada Estado do Brasil, a presença e a contribuição destes migrantes, depois que foram organizados os seminários sobre A Presença Italiana no Brasil, em São Paulo, e, em seguida, em Vitória do Espírito Santo, sob a coordenação do professor Luis A. de Boni[11], como promoção da Fundazione Giovanni Agnelli que procura, ao mesmo tempo e de forma dialética, os resultados dessa presença tanto a nível local e nacional como a nível internacional. Assim, partindo-se do particular, com os seminários acima mencionados, e do geral, com a obra publicada em 1987 pela Fundazione Giovanni Agnelli *Euroamericani*, se tem uma visão continental, e uma visão nacional e local[12]. É dentro deste contexto que se procurou realizar a pesquisa e escrever esta monografia. Procurou-se ver, partindo-se da Itália, o que levava o italiano a vir para o Nordeste do Brasil, que idéia ele tinha do seu país, de onde se afastava, e que imagem fazia do Brasil, seu lugar de destino, onde pensava fazer fortuna e voltar um dia ou ficar permanentemente. Como a convivência no país o levava a idealizar a Itália e a manter contatos freqüentes com a família, com a sua aldeia, com a sua região.

Foram estudados os tipos sociais e regionais que migraram para o Nordeste, diferenciando-se as pessoas das várias regiões que muitas vezes mantinham distâncias dentre si, entre outros motivos por falarem dialetos diferentes e não dominarem o italiano oficial. Procurou-se também estudar como o brasileiro nordestino reagiu à chegada e à presença do italiano, a que muitas vezes chamava de "gringo", e como influenciou e foi influenciado pelo mesmo. Daí a preocupação que teve o autor de ouvir não só os italianos natos migrantes, como seus filhos e netos que mantinham ou mantêm os traços culturais de origem, e como estes traços culturais extravasaram para a sociedade como um todo.

A pesquisa é ambiciosa e pretende dar uma visão de conjunto, tanto no espaço quanto no tempo, do que foi essa migração. Assim, ela levantou os problemas, os contatos e às inter-relações em um período de cinco séculos, reportando-se ás viagens dos descobridores, seguindo-se a participação militar napolitana na guerra holandesa, o trabalho desenvolvido pelos missionários na catequese e na evangelização dos indígenas e a contribuição econômica e cultural, a partir do século passado. Situou o migrante no tempo e no espaço, mostrando como na ação evangélica e na concepção religiosa há uma diferença entre a ação dos capuchinhos nos séculos XVII e XVIII, da dos salesianos no século XIX e XX, e a dos cambonianos na segun-

da metade deste século. Os primeiros preocupados sobretudo em salvar almas e em defender o indígena, dentro dos limites da época, da ação do colono; os segundos preocupados com a formação de técnicos de nível médio para uma região em processo de industrialização, enquanto os terceiros, numa visão típica do Concílio Vaticano II, demonstram uma preocupação social, procurando não só resgatar almas para Cristo, como oferecer condições de vida mais humana aqui na terra, salvar o corpo ao mesmo tempo que a alma.

Ainda se procurou caracterizar as diferenças existentes entre os migrantes que vieram para o Nordeste, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, em sua maioria agricultores e artesãos originários das povoações e pequenas cidades do Sul da Itália, que aqui se tornavam muitas vezes comerciantes e industriais, e os migrantes de formação universitária que vieram após a Segunda Guerra Mundial para trabalhar em universidades e grandes indústrias. Nesta fase foi importante a contribuição que trouxeram ao desenvolvimento do ensino universitário e à tecnologia industrial. Muitos deles estavam ligados a instituições do governo brasileiro e a indústriais nacionais, enquanto outros formavam ou formam quadros de empresas multinacionais, algumas delas com grande percentual de capital italiano, como a Fiat, a Olivetti e a Pirelli.

Não se pode esquecer também a transferência, para o Nordeste, de diversidades regionais italianas, quando os calabreses, os sicilianos, os napolitanos se aproximam mais uns dos outros, enquanto os nortistas, lombardos sobretudo, mantêm uma certa distância dos mesmos. Nas entrevistas feitas com italianos e ítalo-brasileiros, foram observadas até mesmo posições discriminatórias contra os calabreses, embora no Nordeste muitos destes tenham ascendido economicamente e sejam hoje industriais muito respeitados pela sua competência, capacidade de trabalho e criatividade.

A pesquisa, embora dando uma visão de totalidade, analisa mais rapidamente o período colonial, por ter havido, no mesmo, uma contribuição mais especializada – militar e eclesiástica –, enquanto deu maior importância à migração realizada após a Independência do País (1822) e, sobretudo, após a Proclamação da República (1889), quando o número de italianos foi mais expressivo e eles desenvolveram o comércio nas regiões em povoamento – sudeste da Bahia e sul do Piauí – e a tecnologia na área canavieira de Pernambuco e Alagoas. Naturalmente que acompanhou, em alguns casos, a evolução de migrantes bem sucedidos como artesãos que desenvolveram os seus negócios transformando-se em industriais de médio e de grande porte.

Para atingir as metas estabelecidas, a pesquisa desenvolveu-se em três direções: o levantamento da bibliografia existente, muito pobre aliás, em livros não específicos sobre a ação dos italianos; nos periódicos, onde se pôde encontrar notícias de maior interesse para o objeto da mesma e, sobretudo, na tomada de entrevistas com italianos, ítalo-brasileiros e pessoas que conviveram com os migrantes, a fim de captar a ação e o pensamento dos mesmos. Em anexo, encontram-se os nomes dos entrevistados com os estados em que vivem e atuam.

Foram feitas reuniões entre os pesquisadores e pessoas que tinham interesse no assunto, onde algumas dúvidas foram tiradas e soluções foram encontradas para alguns dos problemas levantados.

A monografia, como se pode observar no Sumário, compreende quatro partes: na primeira é analisada a participação dos italianos na epopéia do descobrimento, uma vez que muitos navegadores da península se transferiram para Espanha e Portugal e viajaram a serviço destas bandeiras; na segunda parte se examina a participação de italianos, a serviço dos espanhóis, nas lutas em que o Nordeste foi disputado pelos holandeses, e a ação de missionários italianos nos trabalhos de conversão dos indígenas, sobretudo após a expulsão dos jesuítas do Brasil, determinada pelo Marquês de Pombal; na terceira se analisa a imigração italiana para o Nordeste, já com o Brasil independente, e a contribuição dos mesmos ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural – artístico, sobretudo –, assim como a continuação dos trabalhos de catequese dos indígenas; finalmente, na quarta parte se estuda a ação dos imigrantes após a Proclamação da República, diversificando-se nos vários setores econômicos, sociais e culturais. No trabalho são ainda enfocadas avaliações do processo de ocupação e organização do espaço no Brasil, feita por italianos, no século XVIII.

A equipe que desenvolveu o trabalho de pesquisa foi composta pelos historiadores Manuel Correia de Andrade (coordenador geral e relator) e Eliane Moury Fernandes (vice-coordenadora), dos Técnicos em Assuntos Culturais Flávia Suassuna e Rita de Cássia Barbosa de Araújo, dos Agentes em Assuntos Culturais Maria Salete Costa e Carlos Eduardo Ferreira Monteiro. Trabalharam como datilógrafos Lúcia de Fátima Correia da Silva e José Humberto da Cruz Bezerra. A revisão ortográfica e estilística foi feita por Maria de Lourdes Correia de Andrade.

Para a realização do trabalho a equipe contou com o apoio decisivo do Consulado da Itália, através dos cônsules Luigi Moscatti e Bruno Mariella e da advogada Adriana Romano, alta funcionária do mesmo. Para fazer contatos e realizar entrevistas nos vários estados, contou com a boa vontade dos vice-cônsules e agentes consulares Francisco Angelo de Francesco em Fortaleza, Orlando Morgantini em Natal, José Milton de Oliveira Miranda em São Luís, Pierluigi Sapio em Teresina. Outras pessoas foram também mobilizadas e deram grande apoio ao trabalho de campo, como os historiadores José Octavio Mello em João Pessoa, Moacir Medeiros de Santana em Maceió, o advogado Luís Antônio Barreto em Aracaju, o arquiteto Pasqual Romano Magnavita e o historiador Eduardo Francisco Sarno em Salvador, os juristas Raimundo Laranjeiras em Ilhéus e Bonifácio Fontes em Aracaju, o empresário Vicente Grillo no Rio de Janeiro e o historiador João Alfredo dos Anjos. O historiador José Antônio Gonsalves de Mello, consultado, forneceu com a maior boa vontade orientação e indicações, a bibliotecária Maria do Carmo Oliveira fez exaustivo levantamento bibliográfico sobre os italianos no Brasil e os bibliotecários Teresa Cristina de Souza Dantas e Carlos Antônio Ramos de Carvalho organizaram as referências bibliográficas. Graças a este apoio conseguiu-se realizar mais de cem entrevistas. Foi decisivo para a pesquisa o apoio recebido do professor José Francisco de Mello, vice-presidente do Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri do Recife, grande conhecedor da cultura e da comunidade italiana e ítalo-brasileira do

Recife. O contato com italianos e ítalo-brasileiros foi feito com a maior cordialidade e boa vontade, uma vez que a comunidade está muito integrada à vida brasileira e considerou da maior importância a divulgação de sua atuação e de seus problemas no Brasil e na Itália, admitindo que esta divulgação possa despertar um maior interesse e curiosidade pela mesma, na Itália, hoje um país de grande importância política e econômica no cenário internacional, e possibilitar um maior relacionamento entre a colônia e a mãe pátria, sobretudo no momento em que os ítalo-brasileiros demonstram grande interesse em fazer cursos de pós-graduação na Itália e até em penetrar naquele mercado de trabalho, uma vez que têm acesso à cidadania italiana. Para os não italianos, interessados no assunto, é muito importante que a comunidade brasileira, sobretudo a nordestina, se aperceba da sua influência na região e possa desenvolver intercâmbio cultural e econômico. O Nordeste do Brasil é um campo onde, no momento em que o país abre as suas portas ao exterior, podem os países ricos fazer bons investimentos e desenvolver experiências culturais válidas.

É uma monografia de grande utilidade para que os italianos compreendam a identidade do Nordeste dentro do Brasil e se apercebam das diferenças regionais existentes, que provocam a necessidade de relacionamentos também diferentes sem que se perca de vista a unidade. Porque, neste ponto como em muitos outros, há uma semelhança entre o Brasil e a Itália, países que têm diversificações regionais muito fortes, mas têm sua unidade assegurada pela unidade da língua, da cultura e das aspirações nacionais. Não havendo diferenças étnicas acentuadas, não se corre o risco do desmembramento, mas se necessita, para consolidar a unidade nacional, de um tratamento diversificado para os problemas e que responda com equilíbrio e sem alienação, aos desafios das várias regiões.

NOTAS:

1. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 4 edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1943; **Um Engenheiro Francês no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1940; **Ingleses no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1948 e **Nós e a Europa Germânica.** Rio de Janeiro: Grifo, 1971.
2. SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil.** Estudo de Mobilidade e Fixação. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961 e NOGUEIRA, Artur da Rocha. **Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros/Massao Ohno Editor, 1983.
3. OBERACKER, Jr. Carlos H. **A Contribuição Teuta à Formação Brasileira.** 2 edição. São Paulo: Presença, 1985.
4. KNOWLTON, Clark S. **Sírios e Libaneses.** Mobilidade Social e Espacial. São Paulo: Anhambi, s/d.
5. HAJJAR, Claude Fahd. **Imigração Árabe.** 100 Anos de Reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.
6. AGUIAR, Cláudio. **Os Espanhóis no Brasil.** Contribuição ao Estudo da Imigração Espanhola no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
7. IANNI, Constantino. **Homens sem Paz.** Os Conflitos e os Bastidores da Emigração Italiana. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963; TRENTO, Ângelo. **Do Outro Lado do Atlântico.** Um Século de Imigração Italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989; CENNI, Franco. **Italianos no Brasil.** "Andiamo in'Merica". São Paulo: Martins, s/d.
8. SAPIENZA, Vitor. **Café Amargo.** Resistência e Luta dos Italianos na Formação de São Paulo. São Paulo: Editora Meta, 1991 e ALVIM, Zuleika M. F. **Brava Gente.** Os Italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
9. BATTISTEL, A.I. e COSTA, R. **Assim Vivem os Italianos.** 3 Volumes. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1982; CABRAL, Oswaldo. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Secretaria de Educação, 1970; AZEVEDO, Thales. **Italianos e Gaúchos.** Os Anos Pioneiros da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/INL, 1975.
10. TRINDADE, Helgio. **Integralismo** (O Fascismo Brasileiro na Década de 30). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
11. BONI, Luiz A. de. (Organizador) **Presença Italiana no Brasil.** Torino/Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli/Escola Superior de Teologia, 1990. 2v.
12. PACINI, Marcello. **Discurso de Abertura.** do seminário A Presença Italiana no Brasil, realizado em Vitória do Espírito Santo, de 24 a 28 de outubro de 1988, Torino/Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

O Período Pré-Colonial 1500 - 1535

1.1 Os Italianos e os Descobrimentos Marítimos

Na análise do processo de ocupação e de exploração do território brasileiro, pelos portugueses, não se pode deixar de observar que, nesse processo de expansão, houve uma grande participação de italianos, quer individualmente, quer através das repúblicas e empresas italianas, enriquecidas com o comércio do Oriente, feito através do mar Mediterrâneo e das longas viagens, por terra, à Índia e ao Oriente.

Na verdade, o processo de crescimento do capitalismo comercial que foi, gradativamente, eliminando as tradições feudais, iniciou-se na Itália onde cidades-estados, como Gênova, Veneza, Pisa, Florença e outras, desenvolveram atividades comerciais, usando entrepostos localizados nos portos do Oriente Próximo e entrando em contato com mercadores árabes que traziam os produtos do Oriente até o Mediterrâneo. As atividades comerciais dessas cidades, que permitiram uma expressiva acumulação capitalista e enriqueceram as grandes famílias de mercadores, deram margem a que elas investissem na navegação, tornando-se entrepostos para o comércio com a Europa Central e Setentrional, onde as cidades hanseáticas também tiveram um grande crescimento econômico e cultural[1]

A riqueza trouxe, como conseqüência, o desenvolvimento de estudos técnicos tanto de cosmografia, de astronomia, de física, de oceanografia, como daqueles referentes à melhoria das condições e da segurança das navegações. A geografia de Ptolomeu, dominante praticamente desde a Antiguidade, começou a ser objeto de análise e reflexões que puseram em dúvida certas verdades anteriormente aceitas. Voltou-se a discutir a esfericidade da Terra – tema defendido por Aristóteles, na antiguidade grega – e a admitir, baseados em lendas, como a de São Brandônio[2], e nas idéias de Platão sobre a Atlântida, a possibilidade de existência de terras além-mar.

Comerciantes e pilotos italianos, à proporção que os mouros foram sendo expulsos da Península Ibérica, passaram a se instalar na mesma, estabelecidos com casas comerciais, procurando participar de navegações no Atlântico. Os povos ibéricos já possuíam experiência de navegação, devido ao desenvolvimento da atividade pesqueira e ao desejo de expandir os seus domínios na costa africana. Especulava-se também sobre a possibilidade de se chegar à Índia, contornando a África, hipótese auspiciosa, porque, com a descoberta de um caminho marítimo para as Índias, punha-se em choque o monopólio do comércio, controlado pelos árabes e pelas repúblicas italianas, dos produtos orientais. Empresários experientes, sobretudo de Florença, como Juanoto Berardi, tinham estabelecimentos em Sevilha, comerciando com os Medici. Vespúcio, que se tornaria famoso por dar o nome ao Novo Con-

tinente, foi enviado por seu patrão, Pier Francesco de Medici, para Sevilha, a fim de trabalhar com Berardi que, com Donato Nicolini, controlavam os negócios da família florentina na Espanha[3].

Mas não eram apenas os comerciantes florentinos que se interessavam pelo comércio da Ibéria com a África e com as ilhas do Atlântico; ainda no século XIV, o genovês Manuel Pessagno foi o segundo Almirate-Mor de Portugal, comandando uma frota de galés e galeões que defendiam os portos de ataques de possíveis inimigos[4].

No século XV, com a expulsão dos mouros da Península Ibérica e a unificação da Espanha, aprofundou-se, naturalmente, o interesse pelas descobertas no Atlântico, não só à procura das riquezas da costa da África, como da exploração das ilhas oceânicas e da possibilidade de ser encontrado o caminho das Índias, navegando para o Oeste. Esta rota era estimulada pelo conhecimento de um mapa de Toscanelli, físico italiano que calculava o diâmetro da Terra, bem inferior ao real, o que aproximava a Europa da Índia.

A dinastia de Aviz teria maior preocupação com a expansão ultramarina portuguesa, mas, como D. Henrique fundou a Escola de Sagres, reunindo os grandes conhecedores das técnicas de navegação e dos problemas cosmográficos, era natural que da sua equipe participassem pessoas oriundas das mais diversas partes da Europa, inclusive da Itália, como o navegador veneziano Cadamosto[5]. Numerosos foram os italianos que se engajaram, como capitães ou como simples marinheiros, nas expedições portuguesas que contornaram e exploraram a costa africana e, posteriormente, nas navegações transcontinentais, dentre os quais, o mais famoso, foi o genovês Cristóvão Colombo. Este, após viver em Lisboa com o seu irmão Bartolomeu, transferiu-se para a Espanha onde, com o apoio financeiro e político dos Reis Católicos – Fernando de Aragão e Isabel de Castela –, organizou a pequena expedição que "descobriu" a América. Na verdade, a expressão "descobrimento da América", divulgada pelos europeus desde o século XV, é imprópria, uma vez que eles não chegaram a terras desconhecidas e desabitadas onde estabeleceram colonos para promover o povoamento e a exploração dos recursos naturais; chegaram a um continente de grandes dimensões e habitado por povos bem diversificados, tanto quanto ao nível de civilização como quanto à cultura, e que se opuseram a essa ocupação, lutando para manter suas terras e sua civilização. Encontravam-se, porém, em níveis técnicos e culturais bem inferiores aos dos invasores ibéricos, tendo sido derrotados, escravizados e massacrados. Daí discutir-se, na ocasião em que se comemora o quinto centenário do evento, se ele deve ser relembrado com festas, homenageando-se o início de uma civilização no hemisfério ocidental, a latino-americana, ou se se deve comemorar com luto porque o evento iniciou um processo de colonização em que os autóctones foram destruídos cultural e quase sempre fisicamente, em benefício dos novos dominadores. Ainda hoje, cinco séculos após a conquista, os povos indígenas vivem reprimidos e dominados, mesmo em países como o Peru, a Bolívia, o Equador, a Guatemala, etc, onde eles se constituem em grandes grupos demográficos.

Com a ocupação e a exploração da costa, o comércio entre o chamado Novo Mundo e a velha Europa foi intensificado, tanto com a exploração de produtos vegetais – pau-brasil –, animais – âmbar gris –, minerais – ouro e prata –, como de escravos. O próprio grupo Medici negociou com escravos importados da África, através de seus sócios e prepostos na Espanha.

Com a expulsão dos árabes, após a conquista de Granada, e a primeira expedição de Colombo à América, a Espanha, que teve seus direitos à posse das terras do Oeste garantidos pela Bula **Inter Coetera** e pelo Tratado de Tordesilhas (1494), passou a ser a grande concorrente de Portugal, e até 1580, quando este reino foi unido ao de Espanha, numerosos navegadores ficaram ora a serviço de um, ora de outro rei. Assim, Cristóvão Colombo e seu irmão Bartolomeu estiveram inicialmente em Portugual, onde o grande descobridor consolidou suas convicções e suas ambições na convivência com o sogro, Bartolomeu Perestello, donatário de Porto Santo, e com o estudo dos seus mapas, passando para o serviço da Espanha quando Portugual lhe negou o apoio ao projeto de descobrimento; Américo Vespúcio, que viveu muitos anos em Sevilha, a serviço dos Medici, também esteve durante algum tempo a serviço de Portugal, quando escreveu suas famosas cartas a Pietro de Soderini, e depois voltou para a Espanha e foi nomeado Piloto-Mor da Casa de Contratação. Até portugueses de nascimento, como Fernão de Magalhães, navegaram a serviço do monarca espanhol, da mesma forma que pilotos espanhóis navegaram a serviço de Portugal. Apesar das grandes divergências entre os dois reinos, os princípios de nacionalidade não eram, então, muito fortes, sentindo-se os homens mais ligados aos soberanos do que aos países em que nasciam.

Com as descobertas no Atlântico, as navegações passaram a se intensificar nesta área, fazendo cair o movimento no Mediterrâneo, por ser mais rápido e de menor custo o transporte de mercadorias pela via marítima do que pela longa estrada terrestre. Deste modo, à proporção que o espaço de dominação européia se expandia, tendo como ponto de partida a Península Ibérica, navegadores e capitais de várias regiões da Europa estabeleciam-se em Portugal e Espanha ou se associavam aos ibéricos; e estes, que necessitavam de capitais e de força de trabalho especializada, os acolhiam dando-lhes honras e mercês.

No caso do Brasil, os portugueses se defrontaram com um grande problema, o de como explorar e ocupar o espaço da nova colônia quando todos os esforços estavam sendo canalizados para a Índia e a costa africana, bem mais ricas e onde viviam povos em níveis de civilização bem mais adiantados e com os quais podiam fazer o comércio e até saquear, porque o saque foi largamente empregado pelos europeus nas relações com os povos de ultramar[6]. Apesar do impulso colonial representar uma expansão capitalista em suas origens, os colonizadores, defrontando-se com povos que viviam em sistemas econômico-sociais mais atrasados, utilizavam o processo de acumulação primitiva, expropriando os "naturais".

Enquanto exploravam o comércio indiano, os portugueses resolveram fazer um trabalho de reconhecimento da costa brasileira, enviando expedições que entravam em contato com os indígenas, de quem adquiriam, através do escambo, produtos valorizados na Europa, como o pau-brasil, o âmbar, o algodão, aves de belas

plumagens, etc. Este processo, porém, não pôde ser feito com a tranqüilidade que os portugueses desejavam e que consideravam legítimo pelo Tratado de Tordesilhas, porque os franceses, que não o reconheciam, também vieram explorar a costa, estabelecendo feitorias, pontos de comércio com os indígenas.

Dentre as expedições exploradoras, tanto espanholas como portuguesas, que vieram à América, destacou-se, em 1499, a comandada por Alonso de Ojeda, que teve como companheiro de viagem o famoso florentino Américo Vespucci e que, para alguns autores, percorreu trechos da costa da Venezuela e das Guianas, enquanto para outros, como Varnhagen e Rodolfo Garcia, teria estado na costa do Rio Grande do Norte entre a foz do rio Assu e o Cabo de São Roque[7].

Vespúcio voltou à América do Sul, mais especificamente ao Brasil, em 1501, em expedição, segundo alguns historiadores, organizada e financiada pelo florentino Bartolomeu Marchioni, estabelecido em Lisboa, cujo comandante, para alguns historiadores, teria sido D. Nuno Manuel e para outros André Gonçalves. Vespúcio deu seguras informações sobre esta viagem a Soderini e graças a elas sabe-se que a expedição alcançou a costa do Rio Grande do Norte e desceu em direção ao sul, sem se afastar do litoral; além de explorar a costa, para melhor dominar as condições de navegabilidade, procurou manter contatos com os indígenas, a fim de estabelecer relações comerciais e de se inteirar dos produtos disponíveis e que fossem de interesse para os europeus; fez o levantamento cartográfico, denominando os principais acidentes geográficos avistados. Para isto, davam a cada acidente o nome do santo do dia. A 16 de agosto, foi avistado o cabo de São Roque, a 28 do mesmo mês o de Santo Agostinho, a 29 de setembro o rio São Miguel, a 4 de outubro a foz do rio São Francisco e a 1º de novembro a baía de Todos os Santos. Aí se detiveram por algum tempo e depois continuaram para o sul, descobrindo o cabo de São Tomé, a 21 de dezembro, o Rio de Janeiro a 1º de janeiro de 1502, a 6 a angra dos Reis, a 20 a ilha de São Sebastião, e a 22, ainda no mesmo mês, o porto de São Vicente[8].

A descrição do percurso indica que grande parte do litoral nordestino foi visto pelos expedicionários e que um homem perspicaz como Vespúcio pôde refletir sobre o valor da terra que se tornava conhecida dos europeus.

Admite-se que ele tenha voltado ao Brasil, logo após o seu regresso a Portugal, em uma expedição que teria partido de Lisboa a 10 de junho de 1503, dirigida pelo cristão-novo Fernando de Noronha, e que teria descoberto, a uma grande distância da costa, a ilha que recebeu o nome do seu descobridor. Nessa viagem admite-se que a expedição tenha se dividido na ilha e que Vespúcio, com três embarcações, tenha rumado até a costa nordestina e seguido o percurso da expedição de 1501. Ele teria navegado até o cabo Frio onde teria carregado os seus navios com pau-brasil e fundado uma feitoria com a finalidade de estabelecer comércio com os indígenas.

Na verdade D. Manuel I não teve grande interesse pelo Brasil, arrendando-o a Fernando de Noronha por três e em seguida por dez anos, com o compromisso do mesmo realizar descobrimentos de novas terras e de receber 10% do valor das mercadorias que comercializasse. O rei estava mais voltado para a Índia e África, onde o comércio era mais rendoso e onde obtinha os produtos caros de que necessitava por

preços bem inferiores aos dos venezianos, que não podiam com ele concorrer. Os holandeses e inglesses é que vingariam Veneza e passariam a controlar o comércio oriental, a partir da segunda metade do século XVI.

D. Manuel era um rei comerciante, acabara-se a tradição da dinastia de Borgonha e, em função de negócios, capitalistas italianos se estabeleceram em Lisboa, a financiar viagens pelos domínios portugueses e a estimular que o luxo e o gosto artístico da Renascença se desenvolvessem em Portugal. Entre os grandes comerciantes italianos estabelecidos em Lisboa, encontravam-se Bartolomeu Merchioni e Benedito Moreli que se associaram a Fernando de Noronha, em 1511, e enviaram ao Brasil a famosa Nau Bretoa. É provável que nas expedições financiadas por italianos houvesse marinheiros desta nacionalidade que prestavam serviços aos capitalistas financiadores[9]. Não é fácil, porém, obter-se nomes de marinheiros e trabalhadores humildes que participaram das expedições. Sabe-se, no entanto, que já no século XVI religiosos italianos se fixaram no Brasil, estabelecendo contatos com os indígenas que pretendiam evangelizar. A evangelização era estimulada pelo Governo Português que procurava impedir que colonos de outras nações e de outras religiões, sobretudo protestantes, se estabelecessem na costa e propagassem entre o gentio uma religião diversa da Metrópole. Mas a importância da catequese não se ligava apenas à evangelização, à salvação das almas, fundamentava-se também em interesses políticos: o indígena convertido entrava num processo de desaculturação com o conseqüente desaparecimento de sua identidade nacional e deixava de hostilizar os colonizadores, facilitando a ocupação do território e servindo para atrair grupos de outras tribos; os evangelizadores eram, assim, agentes religiosos e políticos, complementando e legitimando a ação do colonizador.

Os trabalhos de catequese não foram desenvolvidos apenas pelos jesuítas, mas também por outras ordens religiosas, como a dos franciscanos, dos capuchinhos, dos mercedários, etc. E estas ordens religiosas, ao lado dos colégios, conventos e igrejas que construíam, tornaram-se proprietárias de fazendas e engenhos. Tiveram uma grande preocupação com o econômico e se tornaram até proprietárias de escravos; dirigiam aldeamentos onde eram recolhidos indígenas, a fim de se sedentarizarem e desenvolverem o trabalho regular.

A Ordem Jesuíta não foi a primeira a se instalar no Brasil, embora tenha se tornado a mais poderosa. Sabe-se que em 1515 os franciscanos se estabeleceram em Porto Seguro onde se instalaram dois frades italianos que fundaram a igreja de São Francisco e penetraram para o interior em seu trabalho de catequese. Um deles teria morrido afogado no chamado rio do Frade, tendo seu corpo sido encontrado posteriormente e sepultado na igrejinha que fundara, enquanto o outro teria voltado para a Itália[10]. Assim, eles teriam sido precursores dos trabalhos de catequese desenvolvidos a partir da implantação das capitanias hereditárias, na quarta década do século XVI.

NOTAS:

1. PIRENNE, Henri. **Histoire Économique de L'Occident Médiéval.** Bruges. Desclée de Brouwer, 1951; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1959: PRADO, Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** A Colônia. São Paulo: Martins, 1943. p. 235-331.
2. CALMON, Pedro. **História do Brasil.** As origens, p. 30 Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
3. BUENO, Consuelo Varela. **Américo Vespucci un nombre para el Nuevo Mundo.** Madrid: Anaya, 1988. p. 32-7.
4. CALMON, Pedro. Obra citada, p. 12.
5. VIANNA, Hélio. **História do Brasil.** período colonial, São Paulo: Melhoramentos, tomo I. p.25.
6. AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal Econômico.** Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947. p. 55-85
7. VIANNA, Hélio. Obra citada, p. 50
8. VIANNA, Hélio. Obra citada, p. 50.
9. ROWER, OFM, Frei Basílio. **A Ordem Franciscana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1942, p. 12.
10. ROWER, O.F.M., Frei Basílio. **A Ordem Franciscana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1942. p.12

1.2 A Primeira Grande Polêmica: Colômbia ou América

Na história da colonização européia na América, foi posta em discussão se o novo continente deveria ter o seu nome em homenagem ao genovês Cristóvão Colombo, que o "descobriu", em 1492, ou o do florentino Américo Vespúcio, que explorou a sua costa em quatro viagens, entre 1497 e 1503. A sua história, portanto, está ligada, desde os primeiros tempos, a dois navegadores italianos.

Admitindo-se que a América tenha sido "descoberta" por Cristóvão Colombo, uma vez que já era habitada pelos povos indígenas desde tempos imemoriais, este teria primazia sobre Vespúcio. O navegador genovês realizou o seu feito após grande luta para conseguir o apoio dos Reis Católicos de Espanha – Fernando de Aragão e Isabel de Castela –, tendo atravessado o Atlântico com uma pequena frota de três naus – Santa Maria, Pinta e Ninã –, alcançando uma ilha das Bahamas, a 12 de outubro de 1492, que denominou de São Salvador. Em viagens posteriores, Colombo alcançaria o Haiti e a costa norte da América do Sul, tomando posse das terras em nome do rei de Espanha e implantando núcleos coloniais. Dois fatos devem ser lembrados: o grande genovês, nas várias vezes em que atravessou o Atlântico, navegou sempre no hemisfério Norte, nunca tendo descido até o Equador, onde se admitia existir uma Zona Tórrida, tão quente que impossibilitava a vida; em segundo lugar, ele nunca admitiu ter descoberto um novo continente, o Novo Mundo, mas a porção oriental das Índias. Supondo ser bem menor o diâmetro da terra, não imaginava a existência do oceano Pacífico.

Vespúcio, comerciante florentino que se estabeleceu em Sevilha como mercador a serviço de empresa florentina, entusiasmou-se com as narrativas que ouvia dos navegadores e resolveu, ele próprio, lançar-se na aventura da navegação. Além de navegar, ele escreveu várias cartas a Lourenço de Pier Francesco de Medici – 18 de julho de 1500, 4 de junho de 1501, entre setembro e dezembro de 1502 e a intitulada "O Novo Mundo", de 1503 –, tornando-se conhecido em toda a Europa, graças à divulgação de suas cartas, o que levou Martin Waldsee Müller a denominar o novo continente de América[1]. Nas suas cartas, ele demonstrava uma grande preocupação com os problemas cosmográficos, fazendo substanciais observações astronômicas, navegando em um mar desconhecido para os marinheiros do hemisfério setentrional, e descrições interessantes sobre as áreas que visitara, os povos que contactara e os animais e vegetais que encontrara. Sendo um homem ambicioso e desejoso de glórias, naturalmente que exagerou o seu papel e procurou se projetar, fato que levou vários estudiosos da época a afirmarem que ele procurou roubar as glórias que caberiam a Colombo.

Sua grande contribuição, porém, foi a de fazer afirmativas bem avançadas para os paradigmas científicos então dominantes, como a de que as terras descobertas eram um novo mundo, um continente, e não a porção oriental das Índias, ou uma ilha semelhante às Canárias, e que as terras situadas na linha equatorial eram habitadas, exagerando porém ao dizer que "está cheia de uma infinidade de habitantes"[2].

A mais famosa de suas cartas foi a intitulada **O Novo Mundo**, editada em latim, em 1504, em Augsburgo[3] e que deu origem, até 1529, a sessenta edições em alemão, francês, italiano, flamengo e sueco, tendo sido editada em Paris, Antuérpia, Florença, Leipzig, Rostock, Nurembergue, Estrasburgo, Colônia, Pilsen e Magdenburgo, não tendo, estranhamente, edições em Lisboa e Madri[4]. Os espanhóis, embora tenham dado a Vespúcio o cargo de Piloto-Mor da Casa de Contratação, não lhe deram, bem como aos seus informes, uma atenção maior, e os portugueses, que o utilizaram em suas duas viagens ao Novo Mundo, certamente ficaram insatisfeitos com a sua volta ao serviço dos Reis Católicos. Mesmo sem se ter documentos que comprovem, pode-se admitir que Vespúcio fazia um jogo duplo, trabalhando para as monarquias ibéricas, mas mantendo a sua fidelidade, suas ligações políticas e econômicas com a república de Florença, sobretudo com Lourenço de Medici, a quem recomendou o irmão em sua última carta.

Na verdade, se Colombo perdeu a proteção dos reis de Espanha, que passaram a prestigiar outros navegadores, espanhóis sobretudo, para expandir as suas descobertas e anexar os novos territórios que juridicamente lhes pertenciam pelo Tratado de Tordesilhas, também não demonstraram maior confiança a Vespúcio que viveu do emprego recebido, sendo muito combatido e contestado. Era acusado de querer apropriar-se das glórias que deviam caber a Colombo e muitas vezes se contesta até a autoria de suas cartas que devem ter tido muitas modificações, feitas pelos compiladores e tradutores da época.

As polêmicas a respeito dos descobrimentos e das teorias sobre a superfície da Terra, eram muito grandes, nas primeiras décadas do século XVI, sendo natural que existissem choques entre os paradigmas filosóficos dominantes e a realidade prática das descobertas. Os descobrimentos puseram por terra as idéias dominantes entre os gregos de que o globo terrestre compreendia cinco zonas, das quais apenas a Temperada do Norte era ou podia ser habitada, a idéia dos antípodas, a da inexistência de terras ao sul do Equador e a de que mesmo existindo terras estas seriam desabitadas. Os descobridores que iam, paulatinamente, destruindo essas idéias seculares através de descobertas e fatos, eram olhados com desconfiança e até acusados de heréticos.

Quando os navegadores escreviam, tornando-se cronistas, estavam tão embriagados pelas novidades que viam e com que conviviam, tentando comparar as novas realidades com a européia, que caíam em grandes exageros, sobretudo no que dizia respeito aos homens e aos animais. Tendo Vespúcio navegado na costa brasileira, no século XVI, quando ainda se iniciava a exploração da mesma, é natural que as suas descrições lembrassem as de Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Cabral[5], de André Thevet, que acompanhou os francesses ao estabelecerem uma colônia no Rio de Janeiro[6], ou a de Hans Staden[7], alemão que esteve por muitos anos como cativo entre os indígenas do Brasil. Em todos estes cronistas o real e o fantástico se misturam, parecendo ora mentirosos ora ingênuos.

Nas cartas de Vespúcio pode-se observar preocupações interessantes sobre o país, quando descreve animais exóticos, exagera ao falar nos atos de antropofagia dos naturais da terra – não usa a expressão indígena –, na falta de vergonha – por andarem nus – das populações primitivas e nas possibilidades de exploração do novo continente.

Falando sobre as populações com que conviveu em sua viagem na costa do Nordeste brasileiro, considera-as muito numerosas, maiores que nas outras partes do mundo, mas fica surpreso com os seus costumes, salientando que os naturais da terra eram desprendidos, uma vez que "nos davam tudo o que tinham e tudo o que os pedíamos"[8] e ficou surpreso ainda porque "todos vinham nus como nasceram sem ter nenhuma vergonha, que se eu houvesse de contar quão pouca vergonha têm seria entrar em cousas desonestas, e é melhor calar". A mesma surpresa teve Pero Vaz de Caminha quando a esquadra de Pedro Alvares Cabral ancourou em Porto Seguro. Era inusitado para um europeu do século XVI deparar-se com homens e mulheres completamente despidos sem demonstrarem nenhuma preocupação com pudor. O moralista porém se trai ao falar especificamente sobre as mulheres indígenas, ao afirmar, em sua última carta, que "as mulheres, como disse, andam nuas e são libidinosas, não têm nada defeituoso em seus corpos, formosos e limpos, nem tão pouco são grosseiras, como se poderia supor, porque ainda que carnosas, falta ao par dela a fealdade, a qual na maior parte está dissimulada pela boa estatura. Uma coisa nos há parecido milagrosa, que entre elas nenhuma tinha os peitos caídos; e as que haviam parido, pela forma do ventre e a estreitura, não se diferenciavam em nada das virgens e nas outras partes do corpo pareciam o mesmo, as quais por honestidade não as menciono"[9]. Continuando a falar sobre os indígenas, informa da bondade do clima, da inexistência de epidemias e da longevidade dos mesmos que se alimentam de frutos e da pesca, não sendo caçadores. Exagera vendo coisas que não existiam, de vez que afirma que havia animais selvagens em profusão, dentre os quais leões e ursos, ao lado de serpentes horríveis em florestas de árvores de tamanho descomunal, impedindo ou dificultando a caça.

Uma grande preocupação do navegador era com o hábito da antropofagia, que para ele era generalizada entre os povos do Novo Mundo. Informa que eles ficaram surpresos ao saber que os visitantes não comiam os inimigos vencidos, como eles faziam, tendo o hábito de levar a guerra a povos vizinhos, inimigos através de gerações, para prenderem os vencidos e os devorarem[10]. Ossadas humanas encontradas na praia, comprovavam o hábito selvagem dos indígenas.

Ele chega a afirmar que a carne que comem é, em geral, a humana, embora se alimentem de frutos do mar, como ostras, lagostas e caranguejos, assim como de aves, mas dificilmente podem caçar por não disporem de cães e por não terem condições de fazê-lo nos bosques de vegetação muito densa[11].

Acostumado com a organização político-administrativa da Europa, Vespúcio afirmava que "a vida deles é mais epicúrea do que estóica ou acadêmica, porque,

como já dissemos, não têm bens próprios nem divisão de reinos e de províncias. Em conclusão, tudo é comum; e se eles nos deram, ou como disse, nos venderam escravos, não foi a venda por preço pecuniário, senão quase dados grátis" porque trocados por objetos de pouco valor[12]. Vespúcio, como homem do período do crescimento do capitalismo comercial, fizera a sua viagem à procura não só de descobrir e explorar novas terras, como também de obter recursos que custeassem as despesas da expedição e dessem bons lucros ao rei e aos armadores; daí o seu interesse por escravos cujo valor era grande em Espanha e Portugal, e por outros produtos da terra. Quanto a esses produtos, ele ficou decepcionado com a falta de informações seguras sobre metais e pedras preciosas, no momento em que o ouro era uma verdadeira fascinação para os navegadores e exploradores da época.

O Nordeste do Brasil pouco lhe oferecia além dos escravos, e os produtos eram de origem vegetal, como o pau-brasil, já conhecido e usado na Europa para tinturaria, e o algodão. Em sua carta de 1502 afirmou que: "Encontramos muitíssimo brasil e muito bom, para carregar quantos navios estão hoje no mar, e sem custo algum"[13]. Mas logo lamentava que não tinha informações seguras sobre ouro e outros metais os quais poderiam ser procurados por expedições a serem mandadas pelo rei de Portugal, a quem servia.

Apesar das discussões existentes sobre a idoneidade de Vespúcio, não se poder contestar que ele realizou pelo menos duas viagens ao litoral brasileiro, em 1501 e 1503, a serviço do rei de Portugal e, sendo um homem que se comunicava com seus superiores através de cartas, ganhou nome e fama a ponto de legar o seu nome ao continente que Colombo havia descoberto. Em uma vida de aventuras, vivida sobretudo no exterior, fora de sua pátria, Florença, ele nunca se desligou da mesma e da oligarquia que a governava, mantendo-se identificado com as suas origens.

Na costa brasileira, ao lado do reconhecimento físico, dos contatos com os indígenas e do comércio realizado através do escambo, ele teve uma percepção da necessidade de se estabelecer pontos de povoamento, criando, no Rio de Janeiro, a feitoria de Cabo Frio onde deixou homens encarregados de estreitarem relações com os indígenas, de aprenderem a sua língua e de servirem de ponta-de-lança para a ocupação do território pelos súditos do rei de Portugal.

NOTAS:

1. RANDLES, W.G.L. **De la Tierre Plane al Globo Terrestre una rapida mutación epistemológica. 1480-1520.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1990, p. 134.
2. RANDLES, W.G.L. Obra citada, p. 133.
3. VESPÚCIO, Américo. **El Nuevo Mundo.** Cartas relativas a sua viagens y Descobrimientos. Estudio Preliminar de Roberto Levillier. Buenos Ayres. Editorial Nova, 1951.
4. RANDLES, W.G.L. Obra citada, p. 68.
5. DIAS, C. Malheiro. A Semana de Vera Cruz em **História de Colonização Portuguesa no Brasil.** Porto: Litografia Nacional, 1922. v.2 p. 85,89
6. **Singularidades da França Antártica a que outros chamam de América.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
7. **Viajes y Cautiverio entre los camibales.** Buenos Ayres: Editorial Nueva, s/d.
8. VESPÚCIO, Américo. Obra citada, p. 111.
9. VESPÚCIO, Américo. Obra citada, p. 185.
10. VESPÚCIO, Américo. Obra citada, p. 109.
11. VESPÚCIO, Américo. Obra citada, p. 149.
12. VESPÚCIO, Américo. Obra citada, p. 167.
13. VESPÚCIO, Américo. Obra citada, p. 153.

O Período Colonial
1535 - 1822

2.1. Presença Italiana no Povoamento do Nordeste

Durante trinta anos, Portugal limitou-se a explorar a costa brasileira, procurando descobrir o que nela poderia ser encontrado. As riquezas minerais tão desejadas e o encontro com povos com quem pudesse comerciar, malograram; restava a hipótese de encontrar minas de ouro e prata no interior, no sertão. O rendoso comércio da Índia, com os freqüentes saques às suas cidades, das costas da Arábia e da África, começava a diminuir. As especiarias oferecidas na Europa começavam a cair de preço e os mercadores flamengos e italianos, que as distribuíam na Europa, iam perdendo agressividade na procura das mesmas; estes mercadores, junto com os judeus, se dispunham a financiar empreendimentos a longo e médio prazos, contanto que assegurassem lucros expressivos; os franceses também comerciavam com os indígenas mercadorias como o pau-brasil, o âmbar gris, o algodão, aves exóticas, etc[1] e fundavam feitorias que poderiam se transformar em colônias.

Daí a decisão real de iniciar uma política de povoamento, enviando à colônia uma expedição de cinco navios, sob o comando de Martim Afonso de Souza, que percorreu a costa entrando em contato com portugueses que aí viviam, com os índios e com os que haviam chegado à terra como degredados ou como náufragos, os quais prestaram ao navegador informações de grande importância, conforme relato feito por Pero Lopes de Souza, seu irmão, em livro famoso[2]. Martim Afonso de Souza fixou-se por algum tempo em São Vicente, onde fundou uma vila e reuniu os habitantes para iniciar a colonização deste trecho do litoral brasileiro. Após a fundação da vila, determinou o regresso a Portugal do seu irmão, Pero Lopes, a fim de prestar contas e informações ao rei. No regresso, Pero Lopes esteve algum tempo na baía de Todos os Santos, defrontou-se com uma nau francesa, na altura da ilha de Santo Aleixo, e destruiu uma fortificação e feitoria dos franceses na ilha de Itamaracá[3].

A expedição de Martim Afonso iniciaria a política de povoamento e colonização do Brasil, visando garantir a soberania portuguesa sobre a nova colônia. Portugal, porém, tinha dificuldade de ocupar um território tão extenso como o Brasil em face da exigüidade de sua população – cerca de um milhão de habitantes – e dos recursos econômicos. Ademais, em plena época do capitalismo comercial, quando os empresários necessitavam aplicar os seus capitais em empreendimentos que dessem alta remuneração, o Reino se viu privado, de forma direta, do capital dos judeus, perseguidos pela Inquisição e transferidos, em massa, para a Holanda[4], tendo que recorrer a capitais holandeses, em grande parte de judeus radicados em Amster-

dam e de capitais italianos, sobretudo florentinos. Embora as relações com Veneza fossem difíceis, uma vez que o desenvolvimento do comércio no Atlântico criara sérias barreiras aos mercadores das cidades do Adriático, que dominavam o comércio do Mediterrâneo, com Florença elas eram excelentes; mercadores florentinos tinham estabelecimentos em Sevilha (Espanha), em Lisboa (Portugal), tendo até relações com a realeza espanhola e portuguesa, chegando freqüentemente a se associarem.

Dispondo de um melhor conhecimento da costa brasileira, o rei de Portugal resolveu dividi-la em capitanias hereditárias, dadas a fidalgos da baixa nobreza, a navegadores e a soldados experientes nas conquistas e navegações. Cada donatário recebia uma porção de terra, com delimitações na costa, penetrando para o interior até a linha do meridiano de Tordesilhas. Elas tinham sempre posições paralelas ao Equador terrestre e dimensões variadas, de vez que os marcos costeiros, fixados em léguas, eram diversos e a posição do litoral em relação ao meridiano variava. Enquanto a capitania de Pernambuco compreendia 60 léguas da costa, da foz do rio Igarassu a do São Francisco, a de Itamaracá tinha trinta léguas, da foz do Igarassu, para o norte, até a baía de Traição.

No período que vai de 1534/5 (ano da distribuição das capitanias) até 1580 (ano da União Pessoal entre as coroas de Espanha e Portugal), elas pouco progrediram; a vila situada mais ao norte foi a de Conceição, em Itamaracá, e ao sul a de Cananéia, em São Vicente. Foram fundadas, nesse período, as de Olinda e Igarassu, em Pernambuco, a cidade de São Cristóvão, em Sergipe, a cidade do Salvador, na Bahia, de São Jorge dos Ilhéus, em Ilhéus, as de Porto Seguro e Santa Cruz, em Porto Seguro, a cidade do Rio de Janeiro, na capitania de São Tomé e as vilas de São Vicente e Santos, em São Vicente. No planalto, foram erguidas as vilas de São Paulo de Piratininga e Santo André de Borda do Campo. Dessas capitanias, as situadas entre Itamaracá e Porto Seguro, situavam-se no Nordeste (Fig. nº 1).

Analisando-se a história colonial no século XVI, observa-se ser pequena a presença italiana nas capitanias nordetinas, nesse período, como era também pequena a de outros povos europeus. Antes das capitanias, os poucos europeus que se encontravam no litoral eram náufragos, degredados ou desertores que foram abandonados ou abandonaram as embarcações e passaram a viver com os indigenas, aprendendo a sua língua, vivendo os seus costumes e gerando mestiços, os mamelucos, que prestariam grandes serviços ao povoadores que vieram depois para realizar a conquista da terra e explorar as riquezas existentes.

A presença italiana é observada no período anterior a 1580 nas capitanias de Pernambuco, da Bahia e de Ilhéus. O empreendimento das capitanias é considerado por alguns historiadores, como Carlos Malheiro Dias, Varnhagen, Oliveira Martins, Oliveira Lima e Nelson Werneck Sodré, como uma restauração, no Brasil, do sistema feudal europeu, enquanto Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior o consideram como capitalista, apesar de conferir a cada donatário, uma soma enorme de poderes, ao mesmo tempo que lhe dava o controle da exploração da terra e dos produtos extrativos. Cada capitania dependia da capacidade do donatário em reunir recursos e pessoas que implantassem um programa de conquista e de colonização; colonização



Fig. 1 As capitanias hereditárias.

em que a população indígena era ignorada em sua vida, em seus costumes, em seus bens e suas aspirações, sendo desapropriada de tudo que usava em comum e da liberdade, com a implantação da escravidão. Dentre essas capitanias destacou-se a de Pernambuco, entregue a Duarte Coelho Pereira, velho e experiente soldado, homem cercado de parentes e protegidos e que procurou fundar uma colônia voltada para a produção agrícola, cultivando a cana-de-açúcar e fundando engenhos no mundo tropical, contando para isto com o apoio do capital financeiro. Enérgico e bom administrador, auxiliado, desde os primeiros tempos, pelo cunhado, Jerônimo de Albuquerque, obteve a credibilidade necessária a torná-la a mais próspera das capitanias[5].

Admite-se que já viviam em Pernambuco, antes da chegada de Duarte Coelho, os italianos, genoveses, Francisco e Pedro Corso, vindos com o português Estêvão Fróes, e que teriam naufragado na costa em 1510 ou 1514. Acredita-se também que um italiano, Sebastião Caboto, deixara em Pernambuco alguns compatriotas que conheciam as técnicas de produção de açúcar, e que seriam, posteriormente, muito úteis no processo de conquista e colonização da terra. São expressamente mencionados Alfonso di Napoli, Pasquale Del Negro e Gerolano, "il genovese"[6].

Da atuação destes italianos pouco se sabe, mas, sendo especialistas na produção de açúcar, podem ter se fixado desde os primeiros tempos, de vez que em 1526, antes portanto da chegada de Duarte Coelho, admite-se que chegava a Lisboa açúcar procedente de Itamaracá, vizinha a esta capitania.

Duarte Coelho estabeleceu-se em Pernambuco e o sucesso de sua ação teve tanta repercussão em Lisboa, que migraram para sua capitania, denominada de Nova Lusitânia, vários fidalgos e mercadores portugueses que se estabeleceram na terra e deram origem a famílias, entrelaçadas pelos casamentos, que se constituem em uma oligarquia que até hoje domina política e economicamente o Estado. Assim, acompanharam o donatário Felipe Bandeira de Melo, seu parente, o holandês Arnau de Holanda, sobrinho do papa Adriano Vi, e Antônio Bezerra Felpa de Barbuda. Posteriormente, vieram Cristóvão e Sibaldo Lins, alemães, Felipe de Moura, João Paes Barreto, o fidalgo florentino Felipe Cavalcanti, Braz Barbalho Feio, Álvaro Fragoso, José Perez Campelo, Luís do Rego Barreto e Gaspar Souza Uchôa[7]. Nem sempre é fácil precisar a nacionalidade, a origem de cada migrante, porque então, na Europa, eram numerosos os judeus que procuravam mudar de nome e de religião a fim de fugir à Inquisição, ou que adotavam outros nomes para fazer espionagem em favor do seu Estado de origem ou a que serviam, em outras terras. Sabe-se, hoje, que o famoso João Paes Barreto, que criou o morgadio do Cabo e possuiu muitos engenhos, prestando grandes serviços à coroa, era de origem judia[8].

Muitos destes migrantes casaram com filhas de Jerônimo de Albuquerque, cognominado "O Torto", que teve uma grande prole, de várias mulheres; primeiramente ele teve oito filhos da índia Maria do Espírito Santo (5 mulheres e três homens), sete de dona Felipa de Mello, sua esposa legítima (duas mulheres e cinco homens) e dez de outras mulheres (uma mulher e nove homens). Foi assim um povoador[9]. Tendo oito filhas, casou-as com migrantes que chegavam à capitania, sequiosos de fortuna e poder. Daí o fato de quase todas as famílias tradicionais pernambucanas e dos estados vizinhos serem descendentes do grande povoador.

Felipe Cavalcanti, de importante família de Florença, era filho de João Cavalcanti e de sua mulher Genebra Manelli. Tendo participado de uma conspiração contra o duque Cosme de Medici, foi forçado a se expatriar para Portugal, em 1558. Mesmo aí, temendo a vingança do duque, transferiu-se para o Brasil, onde se aproximou do todo poderoso Jerônimo de Albuquerque. Solteiro, casou com a filha predileta do mesmo, d. Catarina de Albuquerque, mameluca, filha da índia Maria do Espírito Santo. Participando do círculo fechado que dominava a donataria, passou a integrar a própria família do donatário, então Duarte de Albuquerque, no momento em que este empreendia a conquista da porção meridional da capitania. Ao norte, bem próximo de Olinda, ficavam os limites com a capitania de Itamaracá, e ao sul, após o rio Pirapama, se estendiam, nas proximidades da costa, os solos férteis de barro vermelho (argila laterítica) das encostas e os famosos massapês (solos aluviais) das várzeas dos vários rios que desembocam no Atlântico.

Duarte de Albuquerque, compreendendo que a produção de açúcar, de grande demanda no mercado europeu, não poderia se expandir apenas pelos vales setentrionais – Igarassu, Paratibe, Beberibe e Capibaribe – resolveu empreender a conquista das terras meridionais, ocupadas pelos caetés. Organizou forte expedição, comandada por seu irmão Jorge de Albuquerque e formada por portugueses e indígenas aliados, agrupando na mesma o que havia de mais importante e ilustre na capitania. Os indígenas foram atacados por terra e por mar, sendo as forças de mar chefiadas por Felipe Cavalcanti. Conquistado o vale do Pirapama, foram João Paes Barreto e Felipe Cavalcanti os dois grandes beneficiários, tendo escravizado os índios e recebido grandes doações de terras onde o segundo levantou três engenhos – Santa Rosa, Santana e Utinga –, passando a viver ricamente, com boas casas, muitos canaviais, numerosa escravaria e cavalos ricamente ajaezados em que se apresentava em cavalhadas e torneios. Nos anos de 1589 e 1590, ele foi capitão-mor de Pernambuco, encarregado de promover a guerra contra os potiguares do Rio Grande do Norte[10].

No período anterior à invasão holandesa, os grandes de Pernambuco viviam à larga, com grande prosperidade, construindo casas suntuosas em seus engenhos e em Olinda. Esbanjavam para demonstrar riqueza e nobreza, e nesta sociedade patriarcal em formação, eles tinham um considerável poder sobre escravos negros e indígenas e sobre criados e empregados. Felipe Cavalcanti foi um dos mais importantes e do seu casamento com d. Catarina de Albuquerque descende a família Cavalcanti de Albuquerque, formada por senhores de engenho, oficiais de milícia, sacerdotes e políticos. Ela dominou a política pernambucana por mais de três séculos, a ponto de se dizer, no século XIX, que:

Quem viver em Pernambuco
Há-de estar desenganado
Oh há-de ser Cavalcanti
Oh há-de ser cavalgado.

Mas, tanto poder, riqueza e prestígio não o eximiram de ser denunciado, em 23 de outubro de 1593, à Primeira Visitação do Santo Ofício, por Antônio Gonçalves, por crime de heresia. Segundo o denunciante, Felipe Cavalcanti possuía, há mais de 15 anos, uma bíblia de "lingoagem" que era proibida pela Igreja[11] e que, instado a queimá-la, recusou-se a fazê-lo. Acrescentava que, além de não destruí-la, ele gostava de fazer a leitura da mesma. Ao que consta, ele não sofreu qualquer punição.

É impressionante como o governo português temia a influência judaica em Pernambuco, procurava-se judeus e hereges como se caçava índios no começo da colonização. A maioria das pessoas notáveis da capitania foi, em grande parte, denunciada ou prestou depoimentos.

Apesar da denúncia, Felipe Cavalcanti era, ao menos formalmente, um bom católico, tendo hospedado, por ocasião da sua chegada a Olinda, os primeiros frades menores da Província do Brasil, que vieram com a finalidade de instalar o seu primeiro convento[12]. Como se pode ver, a aristocracia rural pernambucana, em formação, conciliava a prática religiosa e o apoio à Igreja, com a exploração dos escravos negros e o extermínio dos indígenas. E o nobre florentino, homem prático e de ação, como homem do Renascimento, exilado em um mundo quase selvagem, sabia adaptar-se às regras do jogo para sobreviver e dominar.

Alguns historiadores, como Pereira da Costa[13] e Borges da Fonseca[14], também admitiram que eram de origem italiana, mais precisamente florentina, os Lins, Sibaldo e Cristóvão, que se estabeleceram em Pernambuco no início da colonização. Rodolfo Garcia, porém, contesta esta afirmativa que fora divulgada por Frei Manuel Calado, e, baseado nas Denunciações do Santo Ofício, diz que, segundo declarações do primeiro, eles eram alemães[15]. Cristóvão Lins tornou-se famoso por haver feito a conquista do vale do Manguaba, em Alagoas, fundando numerosos engenhos de açúcar, e a vila de Porto Calvo[16].

A Bahia de Todos os Santos já recebera a visita de portugueses e italianos, no chamado período pré-colonial, dentre os quais o famoso florentino Américo Vespúcio, tanto assim que em 1502 a Bahia já era representada no Planisfério desenhado por Alberto Cantino, para o Duque de Ferrara. Além de Vespúcio, outros italianos ou presumíveis italianos – há uma certa confusão de nomes no século XVI –, estiveram na Bahia, como Francisco Bruzza Espinosa. Thales de Azevedo[17] admite a existência, na primeira metade do século XVI, de nomes italianos em habitantes de Salvador e do Recôncavo, como os Toscano, Cadena, Fardola, Mertola, Nizza, Parvi, Lobato, Zagallo, Rotta e Pitta.

Na Bahia de Todos os Santos, capitania que se limitava ao norte com Pernambuco, o primeiro donatário, Francisco Pereira Coutinho, fracassou, apesar de ter tido o apoio de Diogo Álvares Correia, náufrago que vivia com os indígenas há mais de vinte anos.

Em 1549, quando o governo português compreendeu que a grande descentralização dominante na conquista do Brasil era perniciosa aos seus interesses e à conquista da terra, adquiriu dos herdeiros do donatário a referida capitania e fez construir na mesma a Cidade do Salvador, transformando-a em sede do Governo

Geral, com autoridade sobre as donatarias, que foram gradativamente revertendo à coroa.

Os genoveses, irmãos Adorno – Giuseppe, Francesco e Paolo – vieram para o Brasil na expedição de Martim Afonso de Souza, para implantar engenhos de açúcar de propriedade das firmas Marchione e Bardi. Naquele momento, a Espanha começava a produzir açúcar no Caribe, e Portugal e comerciantes associados temiam a sua concorrência no mercado europeu. Os Adorno foram para São Vicente, onde o mais velho participou da fundação do engenho do governador. A opinião corrente, porém, é de que os irmãos, que cultivavam cana-de-açúcar na ilha da Madeira, tivessem vindo para o Brasil antes da expedição de Martim Afonso, tendo sido eles os iniciadores da cultura da cana no Brasil; o que é difícil de ser comprovado.

É fato histórico, porém, que eles se estabeleceram inicialmente em São Vicente, onde Giuseppe tornou-se um importante empreendedor e onde Paolo teria cometido um assassinato. Para fugir à punição, ele teria fugido pela costa, tendo se fixado na Bahia de Todos os Santos, onde casou com uma mameluca, filha de Caramuru e Paraguassu, integrando-se à vida da capitania. Como homem experiente na arte de navegação, ele deu grande auxílio ao terceiro Governador Geral do Brasil, Men de Sá, por ocasião da luta empreendida pelo mesmo contra os aimorés, em Ilhéus e Porto Seguro, e contra os franceses, que tentaram fundar no Brasil, mais precisamente na baía do Rio de Janeiro, a França Antártica. Paolo Adorno deu origem ao ramo Adorno, da Bahia, família que teve grande influência no período colonial, e foi avô de um dos mais importantes entradistas baianos[18], Antônio Dias Adorno.

Este ítalo-brasileiro se notabilizaria por uma entrada para o sertão, da qual participou, nos fins do século XVI, e que, partindo de Porto Seguro, seguiu a rota do Jequitinhonha, antes percorrida pelo sertanista Tourinho, e explorou o norte de Minas, voltando a Jequiriçá, onde se situava o engenho de Gabriel Soares de Souza, cronista do Brasil colonial; daí, ele regressou dizendo haver descoberto minas de metais preciosos e de diamantes[19] e trazendo centenas de índios escravizados.

Naquele período havia, na Bahia, uma convicção de que existia no sertão da mesma uma grande quantidade de minerais preciosos e de pedras, sobretudo esmeraldas, fato que certamente estimulou o jovem Adorno e os seus possíveis sócios, Gabriel Soares de Souza e João Coelho de Souza, a irem procurá-las[20].

Em Ilhéus a influência de italianos se deu de forma diferente; um florentino, Lucas Giraldes, embora nunca tivesse vindo ao Brasil, adquiriu a capitania e, com auxílio de capatazes, procurou desenvolver seus negócios na mesma. Na ocasião em que foi feita a divisão da colônia em capitanias hereditárias, a de Ilhéus foi doada a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da fazenda real e homem ligado ao comércio das Índias. Não pensou em deixar o cargo e vir desenvolver o quinhão de terras que recebera, mas enviou um preposto, o castelhano Francisco Romero, que tomou posse da terra, fundou a vila de São Jorge dos Ilhéus e iniciou a colonização com distribuição de terras aos que o acompanhavam e escravização dos primeiros indígenas. A princípio a capitania teve alguma prosperidade, mas depois, atacada pelos aimorés que resistiam à escravização, estacionou e decaiu. Morto o donatário, ela

passou ao seu filho, Jerônimo de Figueiredo, que teve menos garantias e outorgas de direitos que seu pai, porque o rei já procurava diminuir o poder que fora concedido aos donatários. Não pretendendo estabelecer-se em seu lote e não pondendo mantê-lo devido ao estado de decadência em que se achava, à mercê dos indígenas, obteve o donatário autorização do soberano para vendê-la ao florentino Lucas Giraldes. Este vivia em Lisboa e tinha grande fortuna, adquirindo a capitania em 6 de novembro de 1560, por 4.825 cruzados[6]. Ele antes já recebera sesmarias em doação e já investira capitais no plantio de cana e na implantação de engenhos em Ilhéus.

Como o seu antecessor, o novo donatário não se transferiu para a capitania, fazendo-se representar por Baltazar Ferreira Gaivoto, com o título de capitão. Suas terras e engenhos eram administradas por um feitor, Henrique Luís, e pelo italiano Tomás Alegre, que, segundo Pedro Calmon, teria enriquecido ao administrar os bens do donatário, tornando-se senhor de engenho no Recôncavo da Bahia[22].

Com os grandes capitais empregados e com a pacificação dos índios, a capitania de Ilhéus prosperou, inclusive devido ao fato de se localizar próxima à capital da colônia, Salvador, o que facilitava um grande intercâmbio.

Em 13 de dezembro de 1565, faleceu, em Lisboa, o donatário Lucas Giraldes, e, com a aprovação régia, o seu filho, Francisco Giraldes, tornou-se o donatário da mesma. Do mesmo modo que o pai, Francisco Giraldes não visitou a sua capitania, mas sua fortuna e prestígio eram de tal monta que ele chegou a ser nomeado Governador Geral do Brasil, em substituição a Manuel Teles Barreto, cargo que não chegou a assumir. Falecendo em 1590 o donatário passou a capitania à sua filha, Maria Giraldes, que casou com Francisco de Sá e Menezes. Em 1761 a capitania de Ilhéus reverteria à coroa, por decisão do Conselho Ultramarino, sendo transformada em comarca de Ilhéus. Começava o processo de absorção da mesma pela da Bahia de Todos os Santos.

Como se vê, foram poucos os italianos que atuaram no Nordeste do Brasil neste primeira fase da conquista e ocupação do território, mas atuaram de forma expressiva ao lado de pessoas de outras nacionalidades, sobretudo portugueses; tiveram porém grande importancia nas atividades econômicas, então desenvolvidas, sobretudo na aplicação de capitais, e quase sempre estavam ligados a financistas florentinos estabelecidos na Península Ibérica. Da mesma forma que os portugueses, eles se mestiçaram com indígenas, e tanto Felipe Cavalcanti como Paolo Adorno se casaram com mamelucas, produto do casamento de portugueses com indígenas. Com o domínio espanhol, que se iniciou em 1580, e com as guerras holandesas que se iniciaram em 1624, a influência italiana iria aumentar e, ao lado de florentinos, passariam a aparecer, com destaque, os napolitanos.

NOTAS:

1. BRANDÃO, Ambrósio Soares. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora, s/d.
2. SOUZA, Pero Lopes. **Diário de Navegação (1530-1532).** 2. edição crítica de Eugênio de Castro, Rio de Janeiro, 1940.
3. VIANNA, Hélio. **História do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1961, p. 60-61
4. REMÉDIOS, J. Mendes dos. **Os Judeus Portugueses em Amsterdam.** Coimbra: F. França Amado. Editor, 1911.
5. LIMA, M. Oliveira. **Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico.** 2. edição. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
6. PETINATTI, Francesco. **O Elemento Italiano na Formação do Brasil.** De Americo Vespúcio á Líbero Badaró. São Paulo: Elvino Pocai Editor, 1939. p. 122-173
7. COSTA, Pereira da. **Anais Pernambucanos.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1951. V.I, p. 148-150
8. MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue.** Uma Fraude Genealógica no Pernambuco Colonial. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
9. FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. **Nobiliarquia Pernambucana.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. V. II, p. 354, 381 e 399.
10. COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**, V. I, p. 611/615.
11. **Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil. Denunciações de Pernambuco. 1593-1595.** São Paulo: Homenagem a Eduardo Paulo Prado. 1929, p. 23-24.
12. JABOATAN, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo Orbe Serafico Brasileiro, ou chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil.** Rio de Janeiro, TYP. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858. vol. III, p. 146.
13. COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**, V. I, p. 149.
14. FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. **Nobiliarquia Pernambucana**, V. I, p. 107.
15. Idem, p. 107.
16. DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas.** Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1949.
17. **Italianos na Bahia e Outros Temas.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989, p. 14-15.
18. PETINATTI, Francesco. Obra citada, p. 138-142.
19. SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 428-433
20. VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 123.
21. CAMPOS, Silva. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981. p. 36-37
22. CALMON, Pedro. **História do Brasil. Século XVI.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. V.I, p. 201

2.2 Italianos na Guerra Holandesa

A guerra holandesa, ocorrida no século XVII, e que atingiu todo o Nordeste, é um dos acontecimentos mais importantes da História do Brasil Colonial. A verdade é que depois de mais de um século de colonização, barcos europeus – ingleses, franceses, etc – ainda percorriam a costa brasileira, apresando naves carregadas de pau-brasil e de açúcar, enquanto os holandeses financiavam o empreendimento econômico no país, obtendo grandes lucros com o transporte do produto e com a sua comercialização no mercado europeu. Para isto, contavam com o consentimento do governo português, já que Portugal não dispunha de recursos para financiar empreendimento de tal vulto. Celso Furtado, em livro clássico[1], chama atenção para o fato de que a grande **plantation** açucareira foi o sistema agrícola que primeiro aplicou grandes capitais na exploração da terra.

As relações entre Portugal e Holanda corriam de forma pacífica até 1580, quando, com a sucessão portuguesa, o trono do país passou às mãos de Felipe II da Espanha, por não haver herdeiros diretos do cardeal-rei D. Henrique.

A Espanha se encontrava, então, no apogeu de seu poder; graças aos "grandes descobrimentos", possuía extensas colônias na América e na Ásia, além de numerosas possessões na Europa. Dentre estas possessões encontrava-se o Reino de Nápoles, que foi dominado pela monarquia ibérica, de 1504 a 1707. Esta ligação fez com que fosse muito numerosa a colônia italiana da Espanha, formada tanto pelos genoveses que migraram para lá na época dos "descobrimentos" e da exploração do chamado Novo Mundo, como pelos napolitanos, em sua maioria soldados que a Espanha utilizava em numerosas guerras em que se envolveu, tanto na Europa como no além-mar.

Quando o trono ficou vago, com a morte de D. Henrique, e D. Antônio, prior do Crato, apresentou-se como candidato, Portugal foi invadido por tropas espanholas e italianas, dentre as quais encontravam-se oficiais de famílias importantes, como D. Pietro del Medici, irmão do duque de Florença, Carlos Spinello, Vicente Sarrafa e Prospero Colloma[2]. Esta presença marcante de italianos no exército conquistador provocou, naturalmente, ressentimentos entre os portugueses que não se conformaram com a união pessoal com a Espanha. No Brasil, o fato não teve maior repercussão, pois em se tratando de uma união pessoal em que o soberano espanhol passava a usar as duas coroas, e não de uma anexação, a estrutura político-administrativa não sofreria maiores transformações; as lutas constantes entre portugueses e espanhóis, nas áreas fronteiriças, cessaram até 1640, data da reconquista da independência de Portugal.

Estando a Espanha em luta com a Holanda, os espanhóis passaram a considerar como inimigos os navios batavos que comerciavam na costa brasileira e trataram de impedir o comércio entre o Brasil e os Países Baixos. Os comerciantes batavos ou flamengos não se conformaram com as perdas sofridas e, após tentarem fundar colônias na foz do Amazonas, organizaram a Companhia das Índias Ocidentais (1609) e mandaram expedições militares para conquistar a Bahia, em 1624, e Pernambuco, em 1630.

Estas expedições deram início, assim, a guerras marcantes, por motivos econômicos, nas quais os holandeses procuravam controlar não só o comércio e o transporte do açúcar como a própria produção. Procuravam legitimar a ação militar, alegando tratar-se de uma guerra provocada por motivos religiosos, uma vez que os portugueses eram católicos e os flamengos protestantes, embora a verdadeira causa da luta fosse o comércio do açúcar[3].

Em 1624, os holandeses chegaram a Salvador, com forças muito superiores às de que dispunha o governo local para contra-atacar, fazendo com que a população, atemorizada, fugisse para o interior, e que o Governador Geral do Brasil se rendesse e fosse aprisionado. Após a conquista, foi feito o saque, como de costume, mas as pessoas que abandonaram a capital se organizaram no interior, sob a chefia do bispo D. Marcos Teixeira, e cercaram a cidade. O governador substituto, Matias de Albuquerque, deixou-se ficar em Pernambuco esperando uma agressão a então mais rica capitania do país, e mandou reforços para Salvador.

O governo espanhol, temendo a perda da importante colônia, organizou uma grande armada com tropas portuguesas, espanholas e napolitanas, sob o comando de D. Fradique de Toledo Osório. Da expedição, de 52 navios, faziam parte quatro embarcações italianas com um regimento napolitano, que, segundo os historiadores, teria de 830 a 1500 homens, sob o comando de Carlo Andrea Caracciolo, marquês de Torrecuso, e como sargento-mor Muzio Oreglia. Dele faziam parte ainda um nobre, que teria grande participação nas guerras holandesas, Giovanni Vicenzo Sanfelice, conde de Bagnouli, e o capitão Michele di Pontecorvo. As forças italianas desembarcaram na Bahia e avançaram em direção à fachada de São Bento, fazendo verdadeira limpeza do terreno, contribuindo para a rápida capitulação do governador holandês. Na guerra holandesa, além dos italianos, participaram também brasileiros descendentes de italianos, como Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque, filho de Felipe Cavalcanti e neto de Jerônimo de Albuquerque. Formava-se, assim, uma família ítalo-brasileira.

Mas os holandeses não se detiveram diante do fracasso da conquista da Bahia e se organizaram melhor para uma nova investida, desta vez contra Pernambuco, principal capitania produtora de açúcar. O desembarque foi feito em Pau Amarelo, ao norte de Olinda, principal vila e sede do governo local, que eles conquistaram após heróica resistência; em seguida, ocuparam o Recife, porto por onde eram exportados os produtos pernambucanos. Matias de Albuquerque, representante do donatário da capitania, organizou a resistência, retirando-se para o interior e pondo em cerco a vila e a povoação. Os holandeses, contidos em um espaço reduzido e impossibilitados de ampliar a conquista, além da dificuldade de defender a área ocupada, incendiaram Olinda e trataram de investir sobre o Recife. O porto era essencial, de vez que por ele era exportada a produção açucareira e por ele eram recebidas as mercadorias e suprimentos enviados da Metrópole.

Só após a conquista da principal área da capitania, é que a Espanha enviou a esquadra de D. Antônio de Oquendo, novamente com tropas napolitanas, comandadas pelo conde de Bagnouli. Nessa esquadra viajou Duarte de Albuquerque Coelho, donatário da capitania, que vinha defender as suas terras. As tropas, sob o comando do conde Bagnouli, desembarcaram em Barra Grande, ao norte de Alagoas. Era a sua segunda viagem ao Brasil, e a ele estava destinado um importante papel na luta contra os batavos[4].

Da esquadra, além de Bagnouli, participavam também numerosos outros italianos, provenientes de outras regiões e que permaneceriam lutando no Brasil por vários anos; muitos faleceram na batalha naval travada na altura dos Abrolhos, como o capitão Pietro Ucereneti, ao tentar salvar a vida do seu comandante, quando o navio foi invadido por soldados holandeses, e Olivério Cacciapouti, em conseqüência de ferimentos recebidos durante a luta, que foi vencida pelos espanhóis. Além destes, também participavam das tropas napolitanas oficiais superiores, como Giuseppe de Curtis, Domenico Airobona, Carmelo Frisciutti, Francesco del Pino, Paol Vernola, o frade de Landi, Gaetano Crescimbeni e Amadeu Torcipende[5].

Deixados na Barra Grande por D. Antônio de Oquendo, marcharam para o norte em direção aos arraiais luso-espanhóis, acompanhando o donatário e o conde comandante e no cabo de Santo Agostinho foi construído o Forte de Nazaré. No primeiro período da guerra holandesa em Pernambuco, quando os hispano-portugueses realizavam a guerra de guerrilhas, houve muitas tentativas, por parte dos flamengos, de conquistar o Arraial do Bom Jesus, no vale do Capibaribe, e o cabo de Santo Agostinho, onde se encontrava um porto por onde os seus inimigos eram abastecidos. Nessas lutas faleceram vários italianos, tanto militares como sacerdotes. Entre os mortos no Arraial de Bom Jesus estava o jesuíta siciliano Antonio Bellavia, atingido quando confessava um ferido; ele chegara ao Brasil em 1622 e exercia o sacerdócio com os demais jesuítas, em Olinda. Outro jesuíta italiano, Benedetto Amodei, que permaneceu em Pernambuco após a retirada das forças napolitanas, participou da luta em 1643/45, incitando o povo a lutar contra os holandeses; tinha ele um grande poder de persuasão e dizia ter visões proféticas, sendo considerado pelas camadas populares como santo[6].

Após a passagem de Calabar para o lado dos holandeses, estes, conduzidos pelo mesmo, atacaram os pontos fortificados do inimigo e foram conquistando povoações, estendendo o seu domínio pelas capitanias do Nordeste – Rio Grande, Paraíba e Itamaracá –, organizando a conquista de forma a associar os brasileiros e portugueses que quisessem colaborar com a Companhia das Indias Ocidentais e confiscando os bens dos que não aderiam ou que haviam se retirado para a Bahia.

Na retirada para a Bahia, feita por etapas, ocorreu a conquista de Porto Calvo, que já fora ocupada pelos flamengos, e a captura de Calabar, que foi julgado, condenado e executado por Matias de Albuquerque. Nessas lutas destacaram-se também alguns descendentes de italianos, já nascidos no Brasil, como Zenobio Achioli

de Vasconcelos, que participou da retirada para o sul[7]. Um outro Achioli, Gaspar, recebeu como dote de casamento o engenho Santo André na Paraíba, o que mostra ter a família Achioli chegado a Pernambuco antes da guerra holandesa. Eles descendiam de Zenobio Achioli, de origem florentina, e passaram pela ilha da Madeira antes de chegar ao Brasil[8].

Em 1636, com a retirada de Matias de Albuquerque para Portugal, o comando da tropa foi confiado ao conde de Bagnouli, que se viu diante de uma situação difícil. Os holandeses haviam enviado João Maurício, conde de Nassau-Siegen, para governar o Brasil Holandês e este tratou de ampliar a conquista, ocupando o Ceará e o Maranhão, ao norte, e tentando estender seus domínios para o sul até a Bahia.

Nassau era um príncipe da Renascença, amante das letras, das artes, cultivador das boas maneiras e de fino trato com os amigos e inimigos. Concedeu liberdade religiosa e tratou de organizar a cidade do Recife, estendendo-a à ilha de Santo Antonio e à terra firme, através da construção de pontes. Permitiu que os pernambucanos reconstruíssem Olinda e fez, no Recife, um sistema de defesa contra as enchentes. Logo após a sua chegada, dispondo de tropas bem treinadas e afeitas à luta, tratou Nassau de atacar Porto Calvo que foi facilmente reconquistada. Bagnouli, esperto e sabendo da inferioridade de suas forças, retirou-se para o sul, detendo-se em Madalena (hoje Marechal Deodoro) e em seguida foi para Penedo, onde atravessou o São Francisco, achando que este rio poderia servir de fronteira natural, entre o domínio dos holandeses e o dos hispano-portugueses. Por algum tempo a luta reduziu-se a escaramuças nas margens deste rio.

Bagnouli, estacionado em São Cristóvão, observava os movimentos do inimigo e quando este atravessou o rio, com forças expressivas, ele não ofereceu combate, procedendo à retirada para o norte da Bahia, estacionando na Casa da Torre, de Garcia d'Ávila. Nessa retirada Bagnouli foi impiedoso e utilizou uma política de terra devastada, conclamando a população a segui-lo, destruindo engenhos, habitações e fazendas, tangendo o gado e matando os animais que não podia levar, ao mesmo tempo que abandonava os velhos, feridos e doentes à sanha dos holandeses e dos tupinambás, seus aliados[9]. Os holandeses, por sua vez, não ocuparam Sergipe, fazendo uma limpeza na área e voltando para a margem esquerda do São Francisco, deixando uma faixa desabitada entre os territórios holandeses e os da capitania da Bahia.

A atitude de Bagnouli causa uma certa espécie entre os historiadores, e opiniões se dividem: uns elogiam a atitude de Bagnouli por haver evitado um confronto com os holandeses, o que o enfraqueceria e impediria que participasse, com destaque, no caso de um ataque a Salvador, como de fato aconteceu. Outros acham que ele apenas temeu o combate e se pôs em retirada.

Neste ataque os holandeses chegaram a desembarcar na península de Itapagipe, mas suas arremetidas em direção à cidade foram frustradas devido à grande resistência oferecida pelas forças luso-espanholas. Bagnouli e seus napolitanos tiveram grande destaque nessa luta, fato que contribuiu para que ele recobrasse prestígio junto aos espanhóis, a ponto de ser agraciado, posteriormente, com o título de príncipe de Monteverde. Os autores que o elogiam, o colocam no nível e importância de Nassau, seu grande competidor, já outros fazem sérias críticas a sua conduta, achando que ele temeu o combate e se pôs em retirada.

Vários escritores que testemunharam a guerra, como os portugueses Manoel Calado[10], de Jesus[11], fazem sérias críticas ao general napolitano, afirmando que ele fugiu às forças de Nassau, quando dispunha de meios para oferecer resistência tanto em Alagoas como em Sergipe. Pontos de vista semelhantes são esposados também por holandeses do século XVII, como Barleus[12] e Netscher[13], podendo-se admitir que estes tenham tomado tal decisão em face do desejo de fazer o engrandecimento do príncipe de Nassau, que teria pretensões muito altas no Brasil. O livro de Barleus é, na verdade, uma louvação a Nassau.

Historiadores dos séculos XIX e XX, como Watgen[14], Rocha Pombo[15] e Felisbello Freire[16], são muito rigorosos com o comandante napolitano. Estas opiniões, porém, não são compartilhadas por historiadores como Varnhagen[17] e o grande mestre Capistrano de Abreu[18].

É difícil ao historiador fazer, hoje, um julgamento da conduta de Bagnouli e dos demais comandantes que lutaram na guerra holandesa, levando em conta que eles estiveram quase sempre em condições de inferioridade bélica em relação ao inimigo, e que as tropas que defendiam o território brasileiro eram muito heterogêneas, havendo constantes problemas de relacionamento entre portugueses, espanhóis e italianos, considerando os primeiros que estes eram pouco disciplinados. Sabe-se que o donatário, Duarte de Albuquerque Coelho, não nutria simpatias pelo general, mas nunca desceu a atacá-lo. Havia também divergências entre os europeus em geral e os nascidos no Brasil, tanto descendentes de europeus, como índios e negros.

Já velho e cansado, Bagnouli faleceu em Salvador, após participar, em 1640, da esquadra do conde da Torre, que desembarcou tropas no cabo de São Roque.

A partir de 1640, com a Restauração Portuguesa, a maior parte dos contingentes napolitanos retirou-se para a Europa, de vez que a Espanha desinteressou-se da luta no Brasil, passando a mesma a ser conduzida pelos que fizeram o movimento da Insurreição Pernambucana[19].

A independência portuguesa iria contribuir para que diminuísse consideravelmente a presença italiana no Nordeste, na segunda metade do século XVII e durante o século XVIII, concentrando-se quase apenas nos representantes das numerosas ordens religiosas, capuchinhos e jesuítas, que se estabeleceram no Brasil, atuando na catequese dos índios e na exploração econômica de engenhos e fazendas. Daí poder-se afirmar que foram de sacerdotes italianos alguns livros que tentaram, no século XVIII, interpretar o Brasil.

NOTAS:

1. FURTADO, CELSO **Formação Econômica do Brasil.** 21 edição, Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1986. p. 41-73
2. CENNI, Franco: **Italianos no Brasil.** "Andiamo In'Merica". São Paulo: Martins, s/d. p. 23

3. MELLO, José Antônio Gonsalves de: **Tempo dos Flamengos.** Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil. 2 edição, Recife: Departamento de Cultura do Estado de Pernambuco, 1978. p. 130-173
4. VIANNA, Hélio. **História do Brasil.** p. 155.
5. PETTINATI, Francesco. **O Elemento Italiano na Formação do Brasil.** De Américo Vespúcio a Líbero Badaró, p. 195.
6. PETTINATI, Francesco. Obra citada, p. 202.
7. MELLO, Antônio Joaquim de. **Biografias de Alguns Poetas e de Homens Ilustres da Província de Pernambuco.** Recife: Typografia Universal, 1856. V.2, p. 164-165.
8. JABOATÃO, Frei Antônio de S. Maria. **Catálogo Genealógico das Principais Famílias.** p. 69-70.
9. FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe.** 2 edição. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 126-129
10. CALADO, Manuel. **O Valoroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade.** Recife: Governo do Estado, 1942. 2 v.
11. JESUS, Frei Rafael de. **Castrioto Lusitano.** História da Guerra entre o Brasil e a Holanda. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1979.
12. BARLEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.** 2 edição. Recife, 1980.
13. NESTSCHER, P.M. **Os Holandeses no Brasil.** Notícia Histórica dos Países Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942. p. 155-7
14. WATGEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandez no Brasil.** Um Capítulo da História Colonial do século XVII, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. p. 147
15. POMBO, Rocha – **História do Brasil.** Volume I. o Descobrimento e a Colonização. Nova Edição Ilustrada. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc, 1942. p. 348-353.
16. FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe,** 2 edição. 1927. p. 126-128
17. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654.** Salvador: Progresso, 1955.
18. ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial.** Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1934. p. 82-110
19. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio.** O Imaginário da Restauração Pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

2.3 Os Religiosos Italianos no Período Colonial

Quando os portugueses se decidiram a explorar e ocupar o Brasil, se defrontaram com um sério problema: a nova terra, ao contrário das ilhas do Atlântico por eles ocupadas, tinha dimensões continentais e já era habitada. Sendo assim, para explorá-la, os invasores necessitavam destruir um processo de civilização em andamento, transformando não só as estruturas econômicas e políticas, como fazendo mudanças de ordem cultural. Entravam em uma empresa totalizante.

Era fácil para eles apossarem-se das terras, pois dispunham de superioridade em armas; mas essas terras, para produzirem, para se valorizarem, necessitavam ser transformadas, o que demandava o uso de uma abundante força de trabalho. Com o processo colonial, os invasores simplificaram os problemas, estabelecendo que, inicialmente, utilizariam a força de trabalho através do escambo e, em seguida, da escravização. Os indígenas resistiram e muitas vezes puseram em risco a colonização portuguesa; mas, afeitos como estavam à escravização africana, os colonizadores não se sentiam tolhidos, seja por razões morais, seja por razões políticas, para fazerem a escravização do indígena.

A expansão capitalista européia, por sua vez, procurava se legitimar sob a alegação de que o fazia visando não apenas os interesses comerciais, mas, sobretudo, a expansão da fé cristã entre povos infiéis que deveriam ser submetidos e catequizados. Vivia-se a época da Reforma e da Contra-Reforma, em que os cristãos da Europa se guerreavam sem tréguas e o vínculo religioso tinha mais importância que a origem, a nacionalidade.

Para realizar esse empreendimento, os portugueses contaram com o apoio de capitais e de técnicas importadas, sobretudo de capitais das repúblicas italianas, onde florescia o capitalismo comercial, e dos holandeses, principalmente dos judeus sefarditas que haviam sido expulsos de Portugal por serem infiéis. Além disso, os capitalistas que aplicavam as suas reservas na empresa de além-mar tinham o controle do mercado europeu onde os produtos seriam distribuídos.

Do ponto de vista político, eles dispunham das estruturas estabelecidas na Metrópole; utilizando, até certo ponto, formas feudais de dominação, desenvolveram um empreendimento capitalista, comercial, através da divisão da colônia em capitanias hereditárias e, em seguida, estatizando gradativamente as mesmas, sob a direção e fiscalização de um Governo Geral, estabelecido, inicialmente, em Salvador e depois no Rio de Janeiro[1].

Para o empreendimento comercial e cristão, enviaram sacerdotes, religiosos de várias ordens, a fim de fazerem a catequese; estes sacerdotes, naturalmente, deveriam catequizar os índios, convertê-los à fé cristã, desestruturar o nomadismo e reuni-los em aldeias onde ficariam sob uma mais rígida fiscalização e disponíveis para o recrutamento como força de trabalho nas ocasiões necessárias, ou de auxiliares nas expedições militares contra índios de outras nações ou tribos.

Para isto, numerosas ordens religiosas, como os jesuítas[2], beneditinos[3], capuchinhos[4], franciscanos[5], mercedários[6], etc, estabeleceram casas em vários pontos da costa e penetraram para o interior, à proporção que se fazia a conquista dos sertões. Como sacerdotes, além da assistência religiosa, desenvolviam atividades sociais ligadas sobretudo ao ensino e à saúde, mostrando também preocupações de ordem cultural, ao permitirem que algumas cerimônias religiosas fossem acompanhadas por ritos "pagãos" indígenas.

Como os subsídios pagos pela coroa não eram suficientes para a manutenção dos serviços de assistência e de controle dos indígenas, os religiosos passaram a receber doações em terras – sesmarias – e em animais, que lhes davam meios de garantir esse empreendimento. Nas suas terras trabalhavam os próprios índios convertidos e escravos negros, importados. Esta opção de acumulação capitalista foi motivo de divergência entre os líderes religiosos, destacando-se o padre Nóbrega como defensor da formação de um patrimônio, enquanto Luís de Grã combatia esta orientação[7].

Os missionários deram apoio à conquista de terras indígenas, como ocorreu nos sertões do São Francisco, muitas vezes como aliados dos colonos e, em outras ocasiões, tentando amenizar a brutalidade da conquista, ou, como ocorreu no Maranhão, no século XVII, se opondo tenazmente aos colonos, defendendo a liberdade dos índios. O famoso pregador, padre Antônio Vieira, que atuou na Amazônia, no Maranhão e na Bahia, liderou esta campanha[8].

Os religiosos que vieram para o Brasil eram de diversas nacionalidades, mas, dominantemente, portugueses e espanhóis. Os italianos, sobretudo durante o domínio espanhol (1580/1640), devido ao fato de o vice-reino de Nápoles estar sujeito ao rei de Espanha, foram também numerosos nesse período. Alguns deles exerceram as suas atividades apostólicas sem maior destaque, outros, porém, se destacaram ora pelas atividades catequéticas – alguns deles se tornaram mártires – ora por atividades econômicas e culturais.

Quanto aos jesuítas, o padre Serafim Leite[9] apresenta uma longa relação de irmãos e padres italianos que chegaram ao Brasil, nesse período, como o irmão Scipião Comiteli, que chegou a Ilhéus durante o governo de Lucas Giraldes, em 1561, mas não perseverou na Companhia. Em 1575, chegaram o superior, padre José Morinelo, e os padres Leonardo Armínio e João Baptista Giacopuzzi que, devido à posição do primeiro, viajaram em "um galeão muito bem armado. E levam por sua conta toda a popa com a varanda e câmara". Em 1577 chegavam mais dois padres italianos, Bayardo Ventedio e Adrião João e em 1587 chegavam dois irmãos leigos, Ascanio Bonajuto e Agostinho Cifarelo. A expansão da Companhia de Jesus tomou tal dimensão que, nos séculos XVII e XVIII, o número de casas, colégios e propriedades se multiplicou, dando aos padres condições tanto para desenvolver as suas atividades religiosas como também as econômicas; dois dos livros mais importantes sobre aspectos geo-sócio-econômicos do Brasil foram escritos por dois jesuítas italianos, Antonil e Benci, que serão posteriormente analisados.

Toda a obra dos jesuítas iria ruir no século XVIII, quando Pombal os expulsou do Brasil, confiscando seus bens e tentando substituir suas escolas, com grandes prejuízos para a colonização, uma vez que as outras ordens religiosas não tinham condições de substituí-los em todos os seus empreendimentos, e a administração leiga fracassava.

Não se pode analisar a ação de cada um dos jesuítas italianos que veio para o Brasil, mas se pode ressaltar a obra dos que mais se destacaram, embora não tenham tido a importância de figuras como Manuel da Nóbrega, José de Anchieta ou Antônio Vieira.

No Maranhão, se pode destacar figuras como Benedito Amodei – pelo nome se supõe que seja italiano – que aí viveu de 1622 a 1647, quando faleceu, e que teria contribuído, com orações e penitências, para o fracasso dos holandeses, que abandonaram a província após um curto período de ocupação.

Merece destaque ainda o padre João Maria Garzoni, que trabalhou na aldeia de Taiuaçu Coarti, no baixo curso do Itapecuru, desenvolvendo entre os indígenas a indústria salineira, nos meados do século XVII.

O padre Pier Consalvi dedicou-se à catequese, trabalhando sobretudo no vale do Parnaíba; foi acompanhado por tropas compostas de soldados reinós e de índios "pacificados", que atacaram os tremembés e realizaram uma tal carnificina que lhe trouxe problemas de consciência a ponto de escrever: "Foi incrível nossa dor pela carnificina dos inocentes: e, quando celebramos missa, em longas e gravíssimas palavras, afeamo-lhes a ação, tanto aos portugueses como aos índios. Mostraram todos profundo arrependimento e confusão". O combate, que ocorreu em 1679, repetia um fato comum na luta entre colonos e indígenas, os primeiros, sequiosos de terras e de braços e os últimos defendendo seus bens e sua liberdade. Em 1682, já o padre Consalvi fazia incursões ao vale do Pindaré, com a finalidade de aldear os índios guajajaras, obtendo resultados positivos[10].

Outro padre jesuíta de grande prestígio no Brasil foi Gabriel Malagrida, atuando sobretudo no Maranhão, na Paraíba e em Ilhéus. Foi um grande missionário e usava largamente a sua capacidade de encenação teatral para converter indígenas e amedrontar colonos que se desviavam da linha da igreja. Escrevia peças teatrais sobre trechos mais chocantes do Evangelho, explorando a sensibilidade e a crença dos que o ouviam. As chamas do inferno eram uma constante ameaça e fonte de temor por pate dos colonos crédulos. Ele chegou ao Maranhão em 1721, com 32 anos de idade, dedicando-se inicialmente ao magistério. Após aprender a língua dos tapuias, passou a trabalhar como missionário, viajando constantemente, sendo um grande andarilho. Participou da pacificação e aldeamento dos indígenas do vale do Itapecuru, embora tivesse tido uma grande atividade urbana, sendo o criador do Seminário Maior, em 1752, em São Luís, e de seminários menores em Parnaíba e em Guamaré.

Necessitando os padres de força de trabalho qualificada, os jesuítas se dedicaram não só em difundir a educação como a formar os seus próprios quadros. Preocupados com a situação das mulheres, criaram um recolhimento em São Luís para as "convertidas" e as "donzelas", confiando a direção do mesmo às irmãs Ursulinas, ordem fundada em 1535, em Brescia, por Santa Angela Nerici[11].

Malagrida atuou na capitania de Ilhéus, onde os jesuítas tinham fazendas na área de Cairu, entre 1736 e 1741, pregando com uma veemência tal que o seu biógrafo informa "quando falava do inferno e de suas chamas, às vezes punha a mão sobre um círio aceso, e, após tempo considerável, a retirava, ilesa. Certa vez um incrédulo, querendo mostrar que não havia nada espantoso naquele ato, também pôs um dedo na chama de uma tocha; mas, com grande confusão sua, tirou-a rapidamente e tão queimada que até esteve a pique de perder o braço". Ele pregou ainda em Boipeba, em São Jorge[12] e em outras províncias do Nordeste, como na Bahia, onde teria fundado o Convento da Soledade, em 1739, entregando-o à administração das irmãs Ursulinas; em Igarassu, Pernambuco, construiu um recolhimento para órfãs e prostitutas convertidas, na praça central, ao lado da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na mesma praça onde se situa a Igreja dos Santos Cosme e Damião, considerada a mais antiga do Brasil. Em João Pessoa, iniciou a construção de um seminário, ao lado da Igreja da Conceição, anexo ao Colégio dos Jesuítas, na praça em que se situa o Palácio da Redenção[13].

Ao regressar à Europa, sofreu perseguição por parte do governo do marquês de Pombal que o prendeu e o executou, por considerá-lo incômodo aos seus desígnios ditatoriais. Foi considerado pelo Papa como mártir da Igreja.

Dentre as outras ordens religiosas que contaram com padres italianos, destacam-se os capuchinhos, que chegaram ao Brasil no século XVI e aqui permaneceram, desenvolvendo um grande trabalho de catequese e de evangelização. São famosos pelas missões que fizeram nas áreas pouco povoadas e isoladas dos centros urbanos, casando, batizando, convertendo aos incréus, confessando, dando comunhão e construindo igrejas, escolas e hospitais. Eles eram, quase sempre, mestres em motivar os ouvintes, os fiéis, chamando a atenção para a glória de Deus e para os perigos dos pecados que levavam ao inferno, para toda a eternidade. Em ocasiões de crises políticas e de revoltas populares, foram hábeis negociadores, do mesmo modo que agiram na contenção dos indígenas, tendo grande habilidade em aldeá-los.

Tiveram porém sérios problemas internos e externos, como o de conviver em uma sociedade escravocrata, sem possuir bens materiais, porque, sendo franciscanos, não poderiam acumular fortunas; ao contrário de outras ordens religiosas, não podiam montar fazendas e ter escravaria e rebanhos de gado. Mas, apesar das sérias contestações internas, eles tiveram alguns escravos, uma vez que não poderiam construir conventos e igrejas sem disporem de força de trabalho escravo, em uma sociedade onde não havia mão-de-obra livre[14]. Além disso, tiveram dificuldades de relacionamento com os colonos, os grandes senhores que faziam guerra aos indígenas para desapropriá-los e escravizá-los, exigindo que os missionários, em suas aldeias, arregimentassem os índios disponíveis para servirem como tropas auxiliares, nas guerras contra os "índios brabos", que eles combatiam.

Na verdade, como catequistas, os capuchinhos acompanharam as entradas dos Dias D'Ávila, na área do São Francisco, e não puderam impedir as constantes matanças que elas faziam. Após a luta e a conquista em seu trabalho de catequese e sedentarização, eles davam o apoio necessário ao êxito da empresa pecuária. Frei Martinho de Nantes, um bretão, foi, no século XVII, o mais famoso capuchinho do Brasil, por sua atuação na área são-franciscana. Mas, se havia atritos entre os frades e os fazendeiros porque aqueles defendiam a aplicação das bulas dos papas Paulo III de 1537, Urbano VIII de 1639 e de Bento XIV de 1741, que desautorizavam a preação dos indígenas, havia momentos de cooperação, tanto que a Casa da Torre[15] concordou em financiar a vinda dos capuchinhos italianos, em 1705, mais especificamente para o Nordeste, visando, naturalmente, dispor de quem pudesse conter os indígenas.

Os primeiros capuchinhos que vieram para o Brasil acompanharam ao senhor de la Ravardière, quando o mesmo tentou fundar a frustrada França Equinocial, no Maranhão, e atuaram em missões junto aos indígenas da ilha em que se situa a cidade de São Luís, fundada pelo mesmo, durante a sua ocupação. Há um precioso depoimento de um dos frades franceses[16] sobre esta aventura colonial, frustada com a expulsão dos franceses, em 1615.

Os capuchinhos franceses desenvolveram as suas atividades no século XVII, sobretudo na África, regiões do Congo e de Angola, uma vez que Portugal não dispunha de frades portugueses em número suficiente para desenvolver os trabalhos em suas extensas colônias, com indígenas e negros a serem cristianizados em massa. Os capuchinhos, na África, trabalhavam com populações que eram quase sempre escravizadas e depois transportadas para o Brasil, ensinando-lhes os rudimentos dos princípios cristãos e batizando-os. Embora só pudessem ser comercializados os vencidos em guerras ou os já sujeitos ao regime de escravidão, não havia condições dos padres averiguarem a legalidade da situação de cada um dos negros, embarcados aos milhares. Alguns missionários iam nos navios negreiros para lhes dar assistência e conforto na travessia do Atlântico, mesmo sabendo que as condições dominantes eram desumanas e que corriam sérios riscos de contrair moléstias infecciosas, de serem mal alimentados, vítimas de ataques de piratas, além da ocorrência do tempestades.

Não era apenas o tráfico negreiro que ligava Angola ao Brasil. As condições de navegabilidade da época, com embarcações a vela e muito dependentes das correntes marítimas, faziam com que os navios que se destinavam a Angola e ao Congo, navegassem de Lisboa para o Brasil – portos do Recife ou de Salvador – e daí refluíssem para o leste, em demanda do litoral africano. Assim, a maioria dos frades, que ia participar de missões na África, passava pelo Brasil em suas viagens de ida e de volta – quando havia volta – à Europa. As paradas de capuchinhos franceses e italianos, nos séculos XVII e XVIII, eram freqüentes, antes de abrirem casas no Brasil.

As missões francesas se estabeleceram aqui a partir de 1642, quando três frades aportaram no Recife e receberam permissão do então governador holandês, o conde de Nassau, de construir casa nas proximidades da cidade e exercer os trabalhos religiosos. Apesar de protestantes, os holandeses davam uma certa liberdade

religiosa, sobretudo no governo do príncipe de Nassau. Posteriormente eles se estabeleceram na Bahia e passaram a trabalhar em missões, sobretudo no sertão do São Francisco, controlando aldeamentos indígenas, como os de Rodelas, São Pedro (Porto da Folha), Aracapá, Pambu, Cavalo, Irapuá, Vargem e Poxim-Paratiba. As relações entre a França e Portugal nem sempre foram boas e havia uma certa desconfiança de que os capuchinhos, como franceses, fossem simpáticos aos holandeses durante a guerra, ou ainda, que representassem interesses franceses na conquista do Brasil. Não haviam sido esquecidas as ações dos corsários e as tentativas de colonização no Rio de Janeiro e no Maranhão. As relações foram se deteriorando de tal forma que em 1703 os capuchinhos franceses tiveram que abandonar o Brasil, retornando à sua pátria.

O trabalho que desenvolveram foi de grande importância e o seu afastamento trouxe tantos prejuízos e preocupações aos colonizadores lusitanos, que eles se interessaram na volta dos capuchinhos, ao mesmo tempo em que as autoridades da ordem, na Europa, desejavam dar continuidade aos trabalhos que vinham desenvolvendo no Brasil. A coincidência de interesses facilitou a decisão de os capuchinhos franceses, em sua maioria bretões, serem substituídos por capuchinhos italianos, uma vez que a Itália, não sendo ainda unificada, não representava uma ameaça política ao rei de Portugal.

O retorno dos mesmos foi feito para a Bahia, em 1705, quando se estabeleceram sob a direção de frei Miguel Angelo de Nápolis, e para o Recife, em 1710, sob a chefia de frei Bernardino de Saracema, que se estabeleceu próximo ao centro da cidade, no bairro de São José, onde seria construída a basílica da Penha[17], de 1870 a 1872. Na Bahia, além do trabalho missionário na capital, eles voltaram às missões do São Francisco, quando frades dedicados, como frei Possidônio de Mirandola, passaram a controlar as aldeias indígenas que encontraram semi-abandonadas e em decadência[18]. A ausência dos frades havia criado um hiato na organização da estrutura missionária, quebrando a disciplina entre os indígenas e deixando as suas aldeias mais expostas às arbitrariedades dos grandes senhores de terra e de seus prepostos.

Em Pernambuco, estabelecidos no Recife, povoação com cerca de doze mil habitantes e centro comercial da província, os capuchinhos tiveram excelente campo de trabalho, fazendo com que frei Filipe de Alteta se ligasse muito aos comerciantes portugueses que aí viviam, enquanto frei Bernardino tornou-se confessor do bispo D. Manuel Alves da Costa, aproximando-se dos senhores de engenho e grandes proprietários da terra. Quando houve a Guerra dos Mascates entre Recife e Olinda, o primeiro apoiou o grupo português, recifense, enquanto o segundo ligou-se ao bispo e aos "nobres da terra", descendentes dos primeiros colonizadores. O fato agitou a capitania entre 1710 e 17/4, provocando acirramento das aspirações nacionalistas e republicanas, e trouxe problemas à ordem que ficou politicamente dividida, fazendo com que frei Filipe retornasse à Europa[19].

Passada a agitação política e restaurada a autoridade real, voltaram os capuchinhos às suas atividades normais, a construir suas igrejas e conventos, ao mesmo tempo em que trabalhavam na catequese dos índios. O crescimento da influência

e importância ao trabalho da ordem no Brasil, permitindo que fosse criada a prefeitura da Piedade, na Bahia, em 1712, e a da Penha, no Recife, em 1725, além de uma outra prefeitura no Rio de Janeiro, em 1737. A administração das aldeias do São Francisco ficou sob a responsabilidade da prefeitura da Piedade, enquanto a de Pernambuco ficava com as missões do Araripe, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Os trabalhos de catequese foram muito dificultados no período de domínio do Marquês de Pombal, que expulsou os jesuítas do Brasil e restringiu as atividades das demais ordens religiosas, procurando desenvolver uma política de secularização da catequese e de administração das aldeias indígenas e do ensino. Na visão do Marquês, considerado como um déspota esclarecido, os religiosos não eram fiéis ao rei de Portugal, sobretudo quando estrangeiros, súditos de outros reis, e se aproveitavam da administração das aldeias para utilizar a força de trabalho indígena em proveito próprio, acumulando riquezas. Apesar dos problemas criados com a política pombalina, os capuchinhos puderam continuar o seu trabalho, destacando-se, dentre outros, frades como frei Bento de Rovigo, frei Timoteo de Piava di Taco, frei Antonio de Perurgia, frei José de Monticelli e outros. Daí a construção de bases para uma maior atuação, após a Independência do Brasil (1822), não só estendendo suas atividades a outras capitanias, como a do Maranhão[20], como também intensificando a sua ação nas áreas em que haviam se estabelecido nos séculos XVII e XVIII

Como a Itália se encontrava, nos séculos XVII e XVIII, dividida em vários estados, alguns sob dominação estrangeira – Espanha e Áustria –, os capuchinhos italianos que vieram desenvolver missões no Brasil eram oriundos das mais diversas províncias, destacando-se os romanos, napolitanos, genoveses, lombardos, florentinos, etc. Foram eles, indubitavelmente, os que mais desenvolveram trabalho missionário entre os indígenas, após a expulsão dos jesuítas. Nas missões do São Francisco, por exemplo, após a expulsão dos capuchinhos franceses, as aldeias indígenas foram entregues à direção dos carmelitas, mas estes não conseguiram administrá-las a contento por serem mais contemplativos do que homens de ação, daí essas aldeias só terem sido revitalizadas quando voltaram à direção dos capuchinhos italianos.

Ao se fazer uma análise da sua ação no Nordeste do Brasil, nos séculos XVII e XVIII, não se pode deixar de salientar alguns nomes de frades que, por anos seguidos, percorreram as terras subpovoadas onde semeavam aldeias a grande distância umas das outras, separadas por desertos de homens ou por áreas ainda sob o controle de outras tribos indígenas. Dentre os capuchinhos que militaram nesse período, salienta-se a figura do genovês Carlos José de Spezia que por seus trabalhos foi apelidado de "O apóstolo de Pernambuco". Ingressando na vida sacerdotal em 1702, onze anos depois foi enviado como missionário para Angola, trabalhando na missão de Bengo. Doente, foi transferido para o Brasil onde permaneceu de 1716 a 1725, chegando a prefeito da Piedade, na Bahia. De 1725 a 1729, esteve em Roma onde renunciou ao cargo e voltou para o Brasil, desta vez para Pernambuco, onde exerceu com mais intensidade a sua atividade missionária. Como bom capuchi-

nho, estava sempre viajando, ora de barco ora a pé, procurando povos que viviam isolados, a fim de pregar o evangelho e levar-lhes o conforto espiritual, ao mesmo tempo que organizava aldeamentos. Para se ter idéia dos percursos por ele feitos, vale acompanhá-lo em uma viagem missionária, em 1744, e descrita em carta a seu irmão, padre João Batista. Ele partiu do Recife, por mar, para Camocim, no Ceará, daí caminhando pelo sertão para Hiassu (Açu) e de lá para uma aldeia governada pelos jesuítas, na Serra de Ibiapaba; partiu, depois, para a serra dos Cocos, e, em seguida, para uma aldeia tapuia de Strambembé, sendo sempre bem recebido pelos sacerdotes e homens "graúdos" dos lugares, onde aproveitava para fazer pregações. Após perambular pelo sertão, dirigiu-se a Fortaleza, onde permaneceu alguns dias, sendo recebido pelo governador. Em seguida, dirigiu-se a Aquirás, Cascavel e Russas,onde concluiu sua missão. Seguiu, depois, para Banabuiú e Quixeramobim, daí para a paróquia de Vassu, passando por Vacari e se dirigiu para Mepibu, no Rio Grande do Norte, onde havia uma aldeia dirigida pelos padres de sua Ordem religiosa. Aí permaneceu cerca de quarenta dias, depois viajou para a Paraíba e em seguida para o Recife, onde esperava encontrar cartas. (Fig. nº 2).

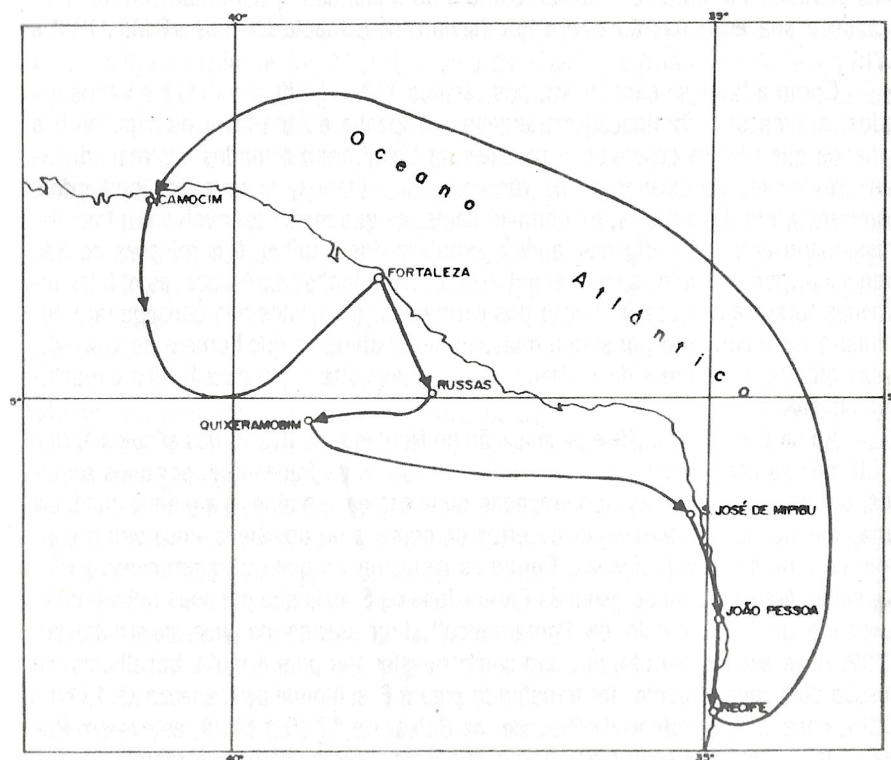


Fig. 2 Itinerário missionário de Padre Carlos José de Spazio

Em todas estas viagens ele foi sempre acompanhado por duas ou três pessoas, escravos ou índios mansos; ao se aproximarem dos vários lugares, vinham pessoas gradas esperá-los e acompanhá-los por léguas de viagem. Em cada povoação havia sempre portugueses ou descendentes, ou mamelucos, e capelas que eram cuidadas por párocos seculares. Em algumas delas havia estabelecimentos de jesuítas ou, como no caso de Mepibu, dos próprios capuchinhos[21]. O missionário pregava com grande ardor, chamando o povo à "lei de Deus", batizando, confessando, dando comunhão, casando os amigados e impondo arrependimentos de pecados e obediência às autoridades constituídas, servindo, ao mesmo tempo, a Deus e a César, procurando desestruturar a cultura tribal e integrar os indígenas à força de trabalho que os colonizadores iam necessitar. Não se pode, porém, julgar os missionários dentro do pensamento hoje dominante, uma vez que eles, formados em uma época em que a autoridade do rei era considerada como emanada da vontade divina, admitiam que qualquer oposição ao mesmo era considerada uma ofensa a Deus.

Outra figura que merece destaque é a de frei José de Barbarolo, da província de Bolonha, piedoso que trabalhou durante 14 anos nas missões dos capuchinhos, demonstrando grande zelo para com os escravos, chegando algumas vezes a ser advertido por esta atitude. Depois de contatos com uma missão lazarista que regressava de Goa e se hospedou na Bahia, no hospício da Piedade, frei José começou a manifestar oposição à escravidão, salientando que ela só se justificava quando resultava de guerra justa, devendo os senhores libertar os escravos obtidos por outras formas. O arcebispo da Bahia, alarmado, suspendeu-o do direito de confessar – o confessionário era um ponto estratégico para disseminação de idéias – e o governador chamou o chefe da Missão dos Lazaristas, fazendo-o embarcar no navio, de volta à Europa. Procurava, assim, evitar um maior contato com os padres que trabalhavam no Brasil, temendo a disseminação de idéias contrárias aos princípios dominantes, e frei José de Bolonha teve que retornar a Portugal[22]. Não é de estranhar tanto zelo administrativo e politico, uma vez que a escravidão era o grande esteio da sociedade colonial, baseada no latifúndio e no braço escravo e voltada para a agricultura de exportação.

Uma reflexão sobre a ação destes missionários[23] leva o estudioso a concluir que houve uma série de contradições ou uma dialética no processo de evangelização no Brasil; sendo as várias ordens religiosas apoiadas pelo governo, apresentavam, porém, características que as diversificavam bastante. Assim, os beneditinos e os carmelitas eram mais contemplativos, enquanto os jesuítas e os capuchinhos eram mais dedicados à ação missionária, ao trabalho do campo. Mas este trabalho se diverisificava entre as duas ordens, a Companhia de Jesus, dentro dos princípios que a norteavam, apresentava um carāter empresarial, passando a adquirir propriedades, engenhos e escravos, dando origem a empreendimentos que, na época, poderiam ser considerados empresariais, enquanto os capuchinhos, ligados mais intensamente aos votos de pobreza, não podiam fazer crescer os seus bens nem acumular riquezas.

Dentro de cada ordem se pode observar a existência de divergências; entre os jesuítas, por exemplo, havia os que defendiam, como Nóbrega, o acúmulo de riqueza, e os que condenavam esta orientação; já entre os capuchinhos, muitos padres chegaram a reagir contra a aquisição de escravos por parte da ordem religiosa e até a defender um abolicionismo mitigado, como ocorreu com frei José de Bolonha.

A influência italiana foi muito grande entre os capuchinhos que vieram trabalhar no Brasil, nos séculos XVII, XVIII e XIX, e expressiva entre os jesuítas, mas não teve expressão entre os beneditinos, franciscanos e os carmelitas, no mesmo período.

NOTAS:

1. O caráter feudal do regime das capitanias foi defendido por DIAS Carlos Malheiro em Regime Feudal das Capitanias in **História da Colonização Portuguesa**, v. III. Porto, 1924 e por SODRÉ, Nelson Werneck, em **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, s/d e a inexistência de feudalismo por SIMONSEN, Roberto, em **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944 e por PRADO JÚNIOR, Caio em **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo; Martins, 1942 e em **História Econômica do Brasil**, 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1956.
2. VASCONCELOS, Simão de. **Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil**. Lisboa: Editor A.F. Fernandes Lopes, 1865.
3. COSTA, F.A. Pereira. **Anaes Pernambucanos**. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, 1983. V. II p. 87-89
4. PRIMÉRIO, P.Fr. Fidelis M. de O.Fr. M. Cappuc. **Capuchinhos em Terra de Santa Cruz, nos séculos XVII, XVIII e XIX**. São Paulo: Martins s/d.
5. ROWER, O.F.M. Frei Basílio. **Páginas de História Franciscana no Brasil**. Petrópolis: Vozes 1941.
6. CASTRO, Pe. Emílio Silva. **Mercedários no Brasil Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro, 1968.
7. LEITE, Padre Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. O estabelecimento. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938. V. I Século XVI, p. 173-189
8. MORAES, Padre José. **História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro: Editorial Alhombra, 1987, p. 209-265.
9. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Século XVI. O Estabelecimento. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugalia/Civilização Brasleira, 1938. Tomo I, p. 562-569.
10. CELLA, Mario e CADORIN, Severino. A presença de italianos no Maranhão. In: BONI, Luís A. de **A Presença Italiana no Brasil**. Torino/Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli/Escola Superior de Teologia, 1990. V. II, p. 82-83.
11. CELLA, Mario e CADORIN, Severino. Obra citada p. 82/83.
12. CAMPOS, Silva **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. 1981. p. 138-139
13. COUTINHO, Marcus Odilon R. Malagrida, um Santo Estrangulado e Queimado, In: MELO, José Octavio de Arruda et alü. **Capítulos de História da Paraíba**. João Pessoa: Secretaria da Educação/O Norte, 1987. p. 196-199
14. REGNI, Pietro Vittorino. **Os Capuchinhos na Bahia** 1. Os Capuchinhos Franceses, Salvador/Porto Alegre: Casa Providencial dos Capuchinhos/E. ST. São Lourenço de Brindes, 1988. p. 279-281.
15. REGNI, Pietro Vittorino **Os Capuchinhos na Bahia** 2. Os Capuchinhos Italianos, Salvador/Porto Alegre: Convento de Piedade/Escola Superior de Teologia. São Lourenço de Brindes, 1988. p. 38
16. D'ABEVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão**. São Paulo; Martins, s/d.
17. REGNI, Pietro Vittorino. **Os Capuchinhos Italianos**, p. 50.
18. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada p. 93-97.
19. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada. p. 51-54.
20. CELLA, Mario e CADORIN, Severino. Obra citada, p. 84-86.
21. PRIMÉRIO, O. Fr. M. Cappuc, P. Fr. Fidelis **Capuchinhos em Terras de Santa Cruz**. Nos séculos XVII, XVIII e XIX, p. 176-180.
22. PRIMÉRIO, O. Fr. M. Capuc. F. Fr. Fidelis M. de. **Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX**, p. 168.169.
23. HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der e BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de Interpretação a partir do povo. Primeira Época, Petrópolis; Vozes, 1977, p. 113.

2.4. Dois Italianos Avaliam o Brasil: Século XVIII

A literatura sobre o Brasil colonial é abundante desde a segunda metade do século XVI, quando os primeiros povoadores e os descobridores começaram a escrever cartas e livros, deslumbrados com as paisagens do mundo tropical. Entre os autores de cartas, destacaram-se Pero Vaz de Caminha, escrivão da expedição de Cabral, e o navegador Américo Vespúcio. Os cronistas, portugueses, holandeses, franceses, ingleses e alemães, escreveram trabalhos, quase sempre descritivos, em que falavam das características do Novo Mundo, de seus habitantes, de suas florestas, de seus animais e de seus rios, procurando dar maior importância ao grandioso e ao pitoresco.

São livros fundamentais para o conhecimento da implantação do sistema colonial, no qual uma sociedade que se desenvolvia dentro de uma cultura adaptada aos trópicos, foi atropelada pela invasão de europeus que se apropriaram da terra, dizimaram e escravizaram os seus habitantes, exploraram os recursos e procuraram legitimar esta ação sob o fundamento de que guerreavam para expandir a fé cristã e salvar as almas dos gentios. E assim, paralelamente ao trabalho de salvação das almas, por intermédio das ordens religiosas, faziam a conquista e o controle da força de trabalho nativa.

Alguns dos primeiros cronistas, como Gandovo[1], frei Vicente do Salvador[2] e Sebastião da Rocha Pita[3], escreveram livros de história do Brasil, ordenando o processo de conquista em uma seqüência cronológica e relatando os fatos, naturalmente, dentro da ótica dos conquistadores. Nessas obras não se observa a análise dialética do processo de expansão colonial, nem se analisa as relações que se estruturaram entre o grupo dominante – colonizador português – e os grupos dominados – indígenas do país e negros importados da África.

Há livros, porém, em que os autores descrevem a vida na colônia, sentindo as contradições no processo de colonização, as divergências entre missionários e colonos e, dentro das próprias comunidades religiosas, o antagonismo entre padres que se adaptavam bem ao sistema implantado e o serviam com a maior dedicação, e aqueles que, lendo o Evangelho e refletindo sobre o que nele estava escrito, punham em dúvida a legitimidade da escravidão e procuravam minorar o despotismo dos senhores.

Dentre estes livros dois se destacam, o de Jorge Benci, **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos** e o de João Antônio Andreoni, que usou o pseudônimo de Antonil, intitulado **Cultura e Opulência do Brasil**. Am-

bos com edições recentes e analisadas por especialistas do melhor quilate.

Esses dois jesuítas chegaram ao Brasil na segunda metade do século XVII e trabalharam no Colégio da Bahia, tendo enfrentado uma série de problemas na própria Companhia de Jesus e fora dela. Naquela época, vivia no Brasil um expressivo número de jesuítas italianos que muitas vezes se colocou em oposição aos seus companheiros de Portugal e do Brasil, frente a problemas da colônia. Assim, por volta de 1680, após grandes reclamações por parte dos jesuítas contra o controle dos indígenas de São Paulo, pelos próprios paulistas, o rei de Portugal determinou que a administração espiritual dos índios da capitania de São Paulo fosse entregue à Companhia de Jesus que ficaria incumbida de aldeá-los, criando missões no sertão[4]. Os paulistas, que não dispunham de recursos para adquirir escravos africanos, se revoltaram e entraram em choque com os padres. Na Companhia de Jesus tinha grande destaque, na ocasião, o padre Antônio Vieira, um defensor intransigente da liberdade dos indígenas e que ficou revoltado quando observou que os jesuítas italianos – sobretudo Andreoni –, muito pragmáticos, procuravam fazer uma conciliação que beneficiava os bandeirantes, preadores de índios. Vieira chegou a alegar que esta atitude era defendida apenas por jesuítas estrangeiros, em contraste com a posição dos padres portugueses da Metrópole e da colônia.

Recaía também sobre aqueles padres, a suspeita de que, não sendo súditos do rei de Portugal, poderiam estar a serviço de outros soberanos, desejosos de se apoderarem da colônia que vivia um período de certo crescimento. Os dois jesuítas, porém, permaneceram no Brasil e ocuparam cargos de importância na hierarquia da Companhia de Jesus, onde Jorge Benci foi secretário de província e Andreoni foi provincial por mais de uma vez e reitor do colégio. Apesar de jesuítas, de contemporâneos e de italianos, os dois padres tinham interesse e formas de ação bem diversas; Benci preocupou-se sobretudo com as relações de trabalho e, chocado com a escravidão, com a forma brutal como indígenas e negros eram explorados, procurou aconselhar os senhores a reformar o sistema, tornando-o mais humano. Procurou estabelecer regras que mitigassem a exploração e os maus tratos a que o escravo era submetido, como se fosse possível regulamentar relações entre senhores e escravos, sabendo-se que os segundos eram propriedade dos primeiros.

Andreoni, que estudou sobretudo o sistema de exploração da terra, a partir do grande engenho que a Companhia de Jesus possuía em Santo Amaro, no Recôncavo da Bahia de Todos os Santos – engenho Sergipe do Conde –, procurou analisar a sociedade brasileira e colonial e o tipo de exploração aí existente, fazendo uma distribuição geográfica das formas de exploração da terra – cultura canavieira, área do fumo, área da pecuária extensiva e área da mineração –, tentando explicar o sistema de relações homem/natureza e homem/homem, gerado por cada uma dessas formas de exploração. Ele teria sido o primeiro geógrafo, sociólogo e economista do Brasil colonial, dada a agudeza de suas observações e às conclusões a que chegou e transmitiu a seus leitores.

Daí ser interessante analisar as duas obras fundamentais ao conhecimento do Brasil, nos fins do século XVII e início do século XVIII, e observar que muitas das formas de ocupação do solo e de produção do espaço têm uma influência que perdura até os dias de hoje.

Jorge Benci é, sobretudo, o sacerdote preocupado em salvar almas sem porém desestabilizar as estruturas de poder dominante. Tinha um forte preconceito contra os negros escravos por achar que eles mostravam uma maior tendência aos vícios sexuais que os brancos, abalizando-se para fazer tal afirmativa nas sagradas escrituras e no ensinamento dos mestres da Igreja, conclamando os senhores a que dessem sempre trabalhos aos escravos, afim de impedir que ficassem no ócio e passassem a pecar[5]. Na convivência com os brancos, os "etíopes" – nome que era generalizado, então para os africanos – provocariam a transmissão de maus hábitos àqueles que, pela sua origem, estavam destinados a dominá-los e a explorá-los.

Apesar de aceitar a escravidão, o que era comum naquela época entre a maioria dos padres, ele procurava regulamentá-la, sugerindo, dentre outras coisas, que os senhores, além dos direitos sobre os escravos, tivessem também obrigações para com eles. Afirmava que ao senhor caberia a obrigação de dar trabalho aos escravos, mas de forma a não esgotá-los com tarefas desumanas, a fim de que sobrevivessem por um longo período. O excesso de trabalho não só destruía antecipadamente um bem de valor elevado, como era uma atitude contrária a Deus que não perdoava as várias formas de assassinato.

Cabia ao patrão, que se apropriava do trabalho produzido pelo escravo, a obrigação de alimentá-lo de acordo com as suas necessidades, de educá-lo dentro da linha do Evangelho, mandando que lhe fossem ministradas aulas de religião, inclusive fazendo-o cumprir os seus preceitos, como a guarda dos domingos e dos dias santificados[6].

Combatia o chamado "sistema do Brasil" pelo qual os proprietários permitiam aos seus escravos plantarem lavouras de subsistência, sendo a produção utilizada para a alimentação deles. Com este sistema, o proprietário se liberava das despesas com a compra de produtos alimentícios e os escravos podiam ter uma alimentação de melhor qualidade e em maior quantidade. Vários historiadores apontam este sistema como benéfico aos escravos, admitindo, inclusive, que os senhores permitiam, em alguns casos, que eles comercializassem os excedentes da produção, conseguindo moedas que poderiam ser utilizadas na sua alforria. Benci combatia o sistema, alegando que toda a produção do escravo era, juridicamente, propriedade do senhor e que a este cabia provê-lo de alimentos; além disto, este sistema estimularia o escravo a fugir das obrigações religiosas, essenciais à salvação da alma, para cuidar da produção agrícola, do trabalho[7].

O autor se escandalizava ainda com o hábito de deixarem que os escravos, não dispondo de roupas, andassem quase nus, e de estimularem as escravas a se vestirem "às custas do pecado", contribuindo para que houvesse uma propagação da prostituição. Se as escravas se prostituíam devido ao estímulo do senhor, pensava o padre, o senhor também pecava ao levá-las a uma vida imoral[8]. Mais uma vez ele reclamava por uma melhor assistência religiosa aos escravos, assistência que deveria ser constante e ministrada por pessoas capazes de o fazerem. A religião não só contribuía para salvar a alma dos escravos e senhores, como também para que aqueles fossem mais obedientes, trabalhassem com maior boa vontade, convencidos que estavam de que seriam recompensados depois da morte.

Mas, se em seu ponto de vista cabia ao senhor a obrigação de alimentar os escravos, de cuidar de sua saúde, de ensinar a religião e de disciplinar o seu trabalho, cabia-lhe também castigá-los quando cometessem erros, pecados ou rebeliões. Mas o direito de castigar tinha limitações, e o jesuíta condenava os que impunham castigos desumanos que levavam, às vezes, à morte ou a amputações. Os excessos cometidos por capatazes, a mando dos patrões, chegavam quase sempre a estes resultados, admitindo apenas que eles fossem submetidos a chibatadas que os tornassem mais obedientes. Em palavras textuais afirmava "erra o senhor, quando não castiga o servo quando ele merece, ou o castiga quando não o merece, ou merecendo não lhe aplica o castigo acomodado à sua culpa ou com mais excesso de que a culpa merece"[9].

Mais incisivo ainda é o trecho que se segue: "dizia o Profeta Izaías, que usar da misericórdia com os maus era querer que não aprendam a ser bons. Pois, se isto se verifica ainda nos livres e brancos a quem o pejo, o timbre e o pundonor obriga a fugir dos malefícios: que será dos pretos e cativos, que nascendo naturalmente sem pejo e sem timbre algum, unicamente governam as suas ações pelo temor? Logo merecendo o escravo o castigo, não deve deixar de lho dar o senhor; porque não só não é crueldade castigar os servos, quando merecem, por seus delitos, ser castigados, mas antes é uma das sete obras de misericórdia, que manda castigar aos que erram"[10]. Assim, o zeloso padre, apesar de defender uma moderação no relacionamento senhor-escravo, se enquadrava bem na velha teoria de que eles deveriam receber "amor, pão e pau".

Benci, apesar de ser vítima dos preconceitos dominantes em sua época, como o da inferioridade e da maior propensão dos negros ao pecado, deve-se levar em conta que ele refletia o pensamento dominante no seu tempo e consagrado pela igreja a que ele pertencia.

Andreoni, ao contrário, era um homem com estudos jurídicos feitos na Itália, onde nasceu – em Luca –, e com preocupações administrativas. Sua habilidade política era de tal ordem que ele soube angariar a confiança do Governo Colonial, mesmo quando se deterioraram as relações entre padres portugueses e os de outras nações, provocando a expulsão de diversos missionários do Brasil. Embora demonstrasse desejo de regressar à Europa, não só permaneceu na colônia, onde morreu em 1716, como desfrutou da confiança de seus superiores da Companhia de Jesus e dos delegados do rei de Portugal.

No seu livro, ao dividir o território da colônia em quatro partes, segundo os sistemas de produção, ele deu maior importância à área de cultura da cana-de-açúcar, que conhecia melhor; depois de situá-la nas várias capitanias, deu grande importância aos senhores de engenho que, segundo ele, se encontravam no ápice da pirâmide social, e os comparou aos fidalgos da Europa. Referindo-se aos mesmos afirma: "O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, quando deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, como proporcionalmente se estima os títulos entre os fidalgos do Reino"[11].

Analisou com o maior cuidado as técnicas de produção do açúcar, do cultivo da cana e a necessidade dos engenhos de disporem de boas terras e de muita água e lenha. Estabeleceu as distinções entre os senhores de engenho e os lavradores de cana – agricultores que não possuíam o aparelhamento industrial e moíam as suas canas nos engenhos dos senhores e os outros empregados, artífices que conheciam as técnicas rudimentares de administração e de fabricação do açúcar e da aguardente.

Ao se referir aos escravos foi taxativo, afirmando: "Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles, no Brasil, não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço"[12]. Se Benci tinha fortes preconceitos contra os negros, Andreoni não nutria simpatia pelos mulatos, que considerava inteligentes, insinuantes e aproveitadores, chegando a citar um provérbio corrente no Brasil de então, o de que "o Brasil é o inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas"[13]. Continuando a falar sobre as mulatas afirmou: "Bom é valer-se de suas habilidades quando quiserem usar bem delas, como assim o fazem alguns; porém não se lhes há de dar tanto a mão que peguem no braço, e de escravos se façam senhores. Forrar mulatas desinquietas é perdição manifesta, porque o dinheiro que dão para se livrarem, raras vezes sai de outras minas que dos seus mesmos corpos, com repetidos pecados; e, depois de forras, continuam a ser ruína de muitos". Na sua análise objetiva, defende o direito do senhor de castigar o escravo, desde que o faça quando ele mereça e de forma moderada.

Pelo livro de Andreoni observa-se como ele influenciou os cientistas sociais modernos que vêm procurando analisar o Brasil a partir do conhecimento de sua realidade e não da importação de modelos "perfeitos e acabados" dos países desenvolvidos.

Ao referir-se à cultura do tabaco, concentrada sobretudo no Recôncavo Baiano, afirmou que se a cana-de-açúcar tornou o Brasil conhecido na Europa, o tabaco o tornou conhecido nas quatro partes do mundo[14], descrevendo, como fez com a cana-de-açúcar, as técnicas utilizadas para a sua produção e para o seu beneficiamento e a forma como era exportado. Naquela época já não havia uma grande condenação ao uso do tabaco, uma vez que o próprio jesuíta acreditava ser bom para a saúde, quando utilizado com moderação, havendo até quem o chamasse de erva santa, embora prejudicial quando usado em excesso[15]. Salientou ainda que ele nunca usou o tabaco, mas que o seu uso se difundiu entre negros, índios e brancos, entre as populações livres e escravas, entre as várias categorias sociais e até entre o clero.

Falando sobre a mineração, feita sobretudo no sertão das gerais, fora, portanto, do Nordeste, fazia uma descrição minuciosa das minas, das formas de exploração, do controle do governo português que abocanhava 20% da produção – o quinto – e do intercâmbio comercial entre as áreas de mineração e as produtoras de alimentos, intercâmbio feito sobretudo através do rio São Francisco. Na Bahia, salientou sobretudo a mineração de ouro, feita no rio das Contas[16].

De grande importância para o conhecimento do Nordeste é a parte referente à

pecuária, onde fala da grande disponibilidade de terras e de pastos para criação do gado bovino e da importância econômica da produção e exportação do couro. Observa, então, que a pecuária foi a responsável pela formação dos maiores latifúndios da história brasileira, dando realce e riqueza a famílias como a Guedes de Brito, cujos latifúndios se estendiam do Morro do Chapéu ao rio das Velhas, e dos Dias D'Ávila, cujas terras iam do litoral até os sertões do Açu e do Apodi, no Rio Grande do Norte, conhecidas como a Casa da Ponte e Casa da Torre, respectivamente.

Uma visão geral e sucinta da obra de Andreoni, ou Antonil, como ficou conhecido, leva a admitir que ele tinha uma preocupação de totalidade ao analisar a sociedade brasileira, fazendo com que se integrassem, em suas observações, o geográfico, o econômico, o social, o religioso e o político. A sua obra levou anos até ser autorizada para publicação, certamente por temer o rei de Portugal que, descrevendo as riquezas do Brasil em "suas drogas e minas", reativasse a cobiça de outras coroas de conquistá-lo a Portugal, como acontecera com os holandeses no século XVII. Além disso, sendo ele italiano, haveria a desconfiança de que estivesse levando uma mensagem a grandes empresas italianas, que poderiam se interessar pelas riquezas do Brasil.

O fato é que, nos fins do século XVII e início do XVIII, os dois missionários italianos, com grande conhecimento do Brasil, procuraram descrevê-lo e interpretá-lo com motivações diversas mas que chegariam a um mesmo fim. São descrições de grande utilidade para quem deseja conhecer a economia do Brasil de então.

NOTAS:

1. GANDAVO, Pero de Magalhães. História da Província de Santa Cruz. In: CINTRA, Assis. **A Nossa Primeira História.** São Paulo: Melhoramento, 1921.
2. SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil.** 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
3. PITA, Rocha. **História da América Portuguesa.** Salvador: Progresso, 1950.
4. CANABRAVA, Alice Piffer. João Antonio Andreoni e sua obra. In: ANDREONI, João Antonio. **Cultura e Opulência do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 14-16.
5. BENCI, SJ, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos.** São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 171-181
6. BENCI, SJ, Jorge. Obra citada, p. 58
7. BENCI, SJ, Jorge. Obra citada, p. 58 e segs.
8. BENCI, SJ, Jorge. Obra citada, p. 67 e segs.
9. BENCI, SJ, Jorge. Obra citada, p. 125.
10. BENCI, SJ, Jorge. Obra citada p. 127-8.
11. ANDREONI, João Antônio. **Cultura e Opulência do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 139
12. ANDREONI, João Antônio. Obra citada, p. 159
13. ANDREONI, João Antônio. Obra citada, p. 161.
14. ANDREONI, João Antônio. Obra citada. p. 237
15. ANDREONI, João Antônio. Obra citada. p. 247
16. ANDREONI, João Antônio. Obra citada. p. 257-304.

O Período Imperial 1822 - 1889

3.1 Imigrantes Italianos no Século XIX

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, provocou transformações sociais e estruturais na sociedade colonial, embora as infra-estruturas tivessem sido mantidas; o latifúndio continuou a ser a forma de propriedade dominante e a escravidão continuou a regular as relações de trabalho. Ao mesmo tempo, com a abertura dos portos "às nações amigas", quebrava-se o monopólio da Metrópole e os preços dos produtos coloniais foram se elevando, beneficiando os produtores, fato que teria imediata repercussão no crescimento do consumo e na dinamização das atividades comerciais. A presença da corte veio provocar também uma intensificação da vida social e um maior interesse por atividades culturais. Os negociantes europeus procuraram se estabelecer no país, atuando no setor de importação e exportação. Para haver um equilíbrio, intensificou-se a importação de artigos de consumo, muitos deles de luxo, provocando o crescimento do comércio a retalho e incentivando o desenvolvimento de atividades artesanais e de serviços que demandavam uma força de trabalho especializada.

Políticos mais cultos, em sua maioria com estudos feitos na Europa, perceberam que havia uma tendência à separação do Brasil de Portugal; perceberam também a necessidade de se preparar a mão-de-obra, livre e especializada, que não se compatibilizava com o sistema escravocrata, e que muitas áreas subpovoadas necessitavam ser ocupadas. Daí uma preocupação em estimular a migração de europeus para o Brasil para atuarem nessas áreas ou nos setores mais especializados, e a idéia de implantar colônias em pontos diversos onde dominavam florestas virgens, como no Espírito Santo e no sul do país.

O Nordeste do Brasil não exerceu uma grande atração sobre os colonos que vinham ocupar essas áreas predeterminadas, a não ser como exceção. Em regra geral, eles vinham solteiros ou em grupos familiares para tentar a vida nas cidades em atividades específicas, como o comércio, a prestação de serviços e a pequena produção – sapateiros, alfaiates, mecânicos, carpinteiros, fabricantes de objetos diversos –, onde abriam pequenas oficinas. À proporção que prosperavam, enviavam cartas de convite para parentes, amigos ou conterrâneos na Europa. Da Itália vieram trabalhar nestes pequenos estabelecimentos vários imigrantes, agricultores pobres que se dedicavam à pequena produção, e, mais raramente, ricos e remediados que compravam fazendas. Era comum virem artistas, sobretudo músicos e cantores, que tinham grande aceitação nos teatros brasileiros. Alguns, como Joseph Fachinetti, chegado em 1834, ganhou fama tanto em Salvador como no Recife[1].

Estes italianos começaram a chegar à Bahia no início do século XIX, e, embora a maioria ficasse em Salvador, grande parte transferiu-se para o interior da província, fixando-se em vilas e cidades, como Belmonte, que chegou a ter até, em 1896, um agente consular[2]. Belmonte, situada no sul da Bahia, encontrava-se na área cacaueira, que viveu, nos fins do século XIX e início do XX, um período de grande produção e acumulação de riqueza, fazendo com que para ela, sobretudo para Ilhéus e Itabuna, convergissem grandes contingentes de estrangeiros das mais diversas nacionalidades.

Outras cidades baianas estão também profundamente marcadas pela presença italiana, como Conceição do Almeida, Jequié, Jaguaquara, Poções, Morro do Chapéu, etc.

Conceição do Almeida, na segunda metade do século passado, tinha um sacerdote, Pe. Aquiles Rossini, oriundo da província de Salerno, que estimulou a vinda de camponeses de sua região e os localizou no arraial denominado de São Francisco de Mombaça. Estes, oriundos de diversas famílias – Coni, Monaco, Domini, Massa, Ambrosi, Rossini, Pilligrini, Dantuani, Angelo e Alegro –, se dedicaram à agricultura, introduzindo a cultura do café, e ao comércio, tendo progredido economicamente. O sacerdote, que era um intelectual agitado e favorável à unificação da Itália, tinha uma grande influência sobre os seus compatriotas, contribuindo para o progresso da colônia[3].

Jequié prosperou graças àqueles que vinham para trabalhar na construção da estrada de ferro de Nazaré das Farinhas, ou como comerciantes, tornando-se um centro comercial e de pequena indústria; cresceu ainda mais depois que o seu comércio foi dinamizado pela ação modernizadora da firma Rotondano & Niella, e continuada pela energia e trabalho de Vicente Grillo, que na primeira metade do século XX teria um verdadeiro controle político e econômico da cidade. Em geral os imigrantes eram originários da cidade de Trecchina e pertenciam a diversas famílias, como os Marotta, Pignatari, Lomanto, Limongi, Schetini, Andréa, Grisi, Orrico, Maimone, Caricchio e Bartilotti, além daquelas três primeiras já citadas[4].

A área de influência de Jequié se expandiu muito, cobrindo municípios como Maracás, Jaguaquara, Poções, etc; sua maior importância iria aumentar no século XX, quando foi construída a rodovia Rio-Bahia.

Sendo o italiano muito inclinado ao comércio, era freqüente adotar, quando mais pobre, a profissão de mascate, adquirindo um lote de burros e mercadorias mais facilmente vendáveis, partindo para longas viagens pelo interior, indo ao encontro do consumidor, nas cidades, vilas, povoações e fazendas. O mascate desempenhava uma importante função social, pois ele não só era o comerciante "a retalho", como também levava e trazia as notícias de uma localidade para outra, além de inovações técnicas, como máquinas fotográficas, instalações elétricas para serem usadas em festas populares, brinquedos, pequenas máquinas de utilidade doméstica, etc. O italiano José Vita desempenhou importante atividade neste setor, antes de se tornar produtor de cristais e de águas gasosas[5].

Muitos deles ficaram em Salvador, trabalhando nos mais diversos mistéres, eram comerciantes, tintureiros, alugadores de cavalos, fabricantes de chapéus-de-

sol, padeiros, carniceiros, merceeiros, boticários, etc. Chegaram a organizar a Sociedade Italiana de Recreio e Beneficência, que logo depois cindiu-se em duas, demonstrando a falta de unidade da colônia, que era formada por pessoas oriundas de várias províncias – genoveses, venetos, lombardos, piemonteses, sardos, toscanos e súditos dos Estados Pontifícios. Daí haver, na capital baiana, cônsules de três estados italianos – Sardenha, Sicília e Estados Pontifícios[6].

Além desta migração individual, houve também migrações organizadas, executadas em três ocasiões, durante o século XIX. A primeira se deveu à iniciativa do político e grande proprietário, Miguel Calmon du Pin e Almeida, posteriormente, marquês de Abrantes, com a Companhia de Colonização. Profundamente convencido da inviabilidade da exploração agrícola com força de trabalho escravo, em um mundo que se industrializava, ele propôs a organização de uma Companhia de Colonização, com a finalidade de importar colonos europeus de Portugal, Espanha, Itália, Suíça, Alemanhã e França, que seriam encaminhados a empregadores que deles necessitassem e para áreas onde aqueles que dispussem de recursos se estabelecessem como fazendeiros. A Companhia requereria ao governo a concessão de terras não apropriadas e desocupadas para instalar esses imigrantes. Miguel Calmon assim procedia, não por razões humanitárias, mas porque, sendo realista, achava que o trabalho escravo entravava o nosso desenvolvimento.

Mas havia vários fatores que dificultavam o êxito deste empreendimento, tais como o hábito dos proprietários de utilizarem a mão-de-obra escrava; a repulsa dos colonos estrangeiros em trabalharem em áreas ainda dominadas pela escravidão; a repulsa que os brasileiros tinham em relação aos estrangeiros e a instabilidade política do Império, às voltas com uma série de revoltas populares, vencidas com certa dificuldade e grande derramamento de sangue[7].

A Companhia não teve sucesso e se dissolveu no ano seguinte, mas provocou a vinda de pouco mais de uma centena de colonos dos Açores e de 200 genoveses. O cônsul brasileiro se precipitou e enviou cerca de 207 genoveses, dentre eles mulheres e crianças, sem que a Companhia tivesse autorizado a viagem, para Salvador, onde foram abandonados nas ruas, a vagar e a pedir, porque tiveram dificuldade de obter empregos[8]. Alguns deles reclamaram medidas do governo, ou voltaram para a Itália ou ainda se dirigiram a outras regiões e províncias do Império, ou conseguiram organizar a vida na Bahia.

Outra tentativa infrutífera foi feita em 1836, por intermédio de Vicenzo Savi, de Spoleto, que arregimentou prisioneiros do Estado Pontifício, em Civittacastelana, com a promessa de comutação das penas mais pesadas em troca da emigração para o Brasil. Ele falava em nome da Sociedade de Colonização da Bahia, então presidida pela arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas. A 22 de fevereiro de 1836, partiram de Civitavecchia sessenta e sete indultados e outros colonos que voluntariamente desejaram se estabelecer na Bahia. Os colonos, em sua maioria, eram originários da Romagna e, em menor escala, da Marche, da Umbria, da Toscana e de San Marino, e viajaram no navio napolitano Madonna delle Grazie. A Sociedade de Colonização não deu aos mesmos a atenção necessária e o comandante da embarcação que os transportou ficou em dificuldades para localizá-los. A população, temen-

do que os indultados fossem prisioneiros comuns, os evitava e até os hostilizava, ficando eles numa situação de verdadeiro pavor. Foi necessário que italianos residentes em Salvador, como o prof. Majola e o dr. Persiani, dessem assistência aos mesmos[9].

Em 1837, rebentou na Bahia a Sabinada, revolta liderada pelo dr. Sabino da Rocha Vieira, que formou a república baianense, que se manteria separada do Império até a maioridade do Imperador, rejeitando a autoridade da Regência. Numerosos italianos foram arregimentados e participaram desta revolta, ora por razões de ordem política – eram liberais que haviam sido encarcerados em Roma por crimes de opinião – ou por revolta e por dinheiro. Um deles faleceu e alguns foram presos, contribuindo para que se generalizasse a idéia de que os italianos eram anarquistas e desordeiros; iniciava-se, desse modo, a participação deles no movimento anarquista brasileiro, que teria grande importância em São Paulo até as três primeiras décadas do século XX.

Uma nova experiência se daria na segunda metade do século XIX, quando foi construída a estrada de ferro do São Francisco, ligando Salvador a Juazeiro. A construção da estrada foi confiada a firmas inglesas que trouxeram engenheiros e técnicos de nível médio, mas procuraram contratar também, para os serviços menos especializados, trabalhadores brasileiros e italianos. Os italianos foram recrutados no Piemonte e chegaram à Bahia em 1856, sendo alojados pelo governo provincial. Não acostumados ao trabalho pesado nos trópicos, eles passaram a reclamar das condições como eram tratados, criando um clima de indisciplina, ao lado dos brasileiros, que, segundo os ingleses, não tinham perseverança no trabalho e cujo percentual era muito elevado, uma vez que em um total de 2.639 empregados, 2.069 eram brasileiros, 446 italianos (16,5% do total), 107 ingleses, 11 alemães, 4 franceses e 2 suíços[10]. Após anos de trabalho, muitos regressaram ao seu país, outros abandonaram o serviço da ferrovia e se empregaram ou se estabeleceram em cidades do interior da Bahia. A sua adaptação, no entanto, não era difícil, em face da semelhança da língua, da cor da pele – brancos em uma sociedade profundamente racista e temerosa de revoltas negras – e da religião.

Pernambuco também recebeu numerosos imigrantes estrangeiros no século XIX, sobretudo italianos. O governo de Pernambuco e sua elite econômica planejaram implantar colônias agrícolas, mas sem o sucesso com que foram implantadas em São Paulo. Apenas uma, a de Cova da Onça, em Jaboatão, com colonos alemães, chegou a se organizar, mas as dificulades por eles encontradas, como a pressão dos negros aquilombados em Catucá e o isolamento que sentiam, em uma sociedade dominada pela monocultura canavieira e pela escravidão, fizeram com que esses colonos ou se dispersassem, ou adquirissem hábitos caboclos e passassem a trabalhar sobretudo com a produção de carvão vegetal, destruindo a floresta.

O Recife e algumas cidades do interior cresceram, nesse período, e os hábitos europeus foram aqui introduzidos; Pereira da Costa informava que no início do século XIX eram poucos os ornatos e atavios dos salões, mas viam-se "cristais da Boemia, veludos de Utrecht, cortinas de veludo de Gênova, tapetes persas, espelhos de Veneza, etc. Bronzes artísticos, reproduzindo obras clássicas da antiguidade, nomeadamente a Venus de Milo"[11].

Gilberto Freyre, ao analisar os aspectos da sociedade pernambucana no período imperial, quando os grão-senhores se transferiram das casas grandes dos seus engenhos para os sobrados do Recife, destaca o importante papel desempenhado pelos mascates que "se especializavam em vender jóias, frascos de cheiro, imagens de santos para as capelas das casas grandes e para os oratórios dos sobrados. Eles eram chamados popularmente de gringos"[12] e acrescenta que nas cidades brasileiras surgiram "sorveterias familiares onde, além de sorvetes, encontravam-se bolos, bolinhos, empadas de camarão, pão-de-ló e doces italianos e franceses"[13]. A difusão das massas, como as pizzas, lazanhas e canelones só ocorreria na segunda metade do século XX.

Mario Sette, o cronista do Recife, ao descrever os tipos populares do século XIX, que atuaram ainda durante a primeira metade do século XX, informa que eles eram italianos e consertavam panelas, frigideiras, caçarolas e outros utensílios de metal de nomes menos airosos.

Andavam pela ruas, de porta em porta, batendo com um pau nos vasilhames que levavam para reparos: botar uma solda, substituir o fundo, repor uma asa, desamassar uma tampa...

Faziam com isso, um barulho medonho. E típico.

Porque, ouvindo-os, logo a dona da casa gritava para a cozinheira: – Siá Quitéria vá buscar aquele papeiro para endireitar. O italiano vem aí.

Ajustavam o conserto, pedia-se pressa, regateava-se um bocado e afinal lá se ia de rua abaixo o tocador de tachos a atordoar os ouvidos como seu incessante:

– Tem... tem... tem... tem...

Já em 1889, um jornal recifense anunciava, com pavor, haver chegado mais oito tocadores de tachos. E comentava jocosamente: vale a companhia lírica gratuita vai aumentar"[14].

Mas os italianos não consertavam apenas os tachos de cobre e os utensílios domésticos, consertavam também os tachos e as formas dos engenhos de açúcar que faziam a riqueza de Pernambuco. Daí se estabelecerem com fundições e oficinas não só no Recife como nas cidades mais importantes da região açucareira: Goiana e Nazaré da Mata ao norte do Recife e Palmares ao sul. Com mais de dois mil engenhos bangüês e algumas usinas que necessitavam fazer o "apontamento" todos os anos, na entressafra, havia trabalho para muitos fundidores e propiciava a vinda de numerosos outros para Pernambuco.

Mas não eram apenas operários e artífices que migravam para a área açucareira, vieram também comerciantes, músicos, arquitetos, pintores, escultores, proprietários, profissionais liberais que aqui se fixaram e deram origem a famílias ilustres na vida política e econômica pernambucana.

Assim, já em 1812, vivia em Goiana, casado com brasileira, o médico italiano João Sebastião Peretti, que se integrou na sociedade local em um período em que Goiana se destacava, com seu porto e seus engenhos de açúcar, como um dos principais centros urbanos da província. Ele e a mulher, d. Maria Joaquina de Castro, de origem lusitana, foram os pais do conselheiro desembargador Anselmo Francisco Perretti, figura proeminente na magistratura e na política, durante o Segundo

Reinado[15], e avós dos bacharéis Anselmo e João Peretti, que atuaram na vida política e social da Primeira República. Grandes proprietários de imóveis e colecionadores de obras de arte, os netos do médico italiano mantinham grandes contatos com a Europa, com a França, sobretudo, e acompanharam os movimentos culturais e artísticos no Recife. João Peretti foi ainda alto funcionário do Tesouro do Estado, além de historiador.

Nos meados do século XIX a colônia italiana do Recife era expressiva, sendo composta sobretudo de artífices e de comerciantes. Entre os artífices destacavam-se segueiros como Miguel Souggi, alfaiates como Felix Venâncio de Cantalice, funileiros como L. Lacrese[16], além do agrimensor Carlos Camillo Carlini, que trabalhava no município de Escada[17]. Entre os comerciantes destacavam-se Francisco Maestrali, com loja de chapéus-de-sol na rua Duque de Caxais, e J. Christianni & Cia, com loja de chapéus na rua Barão de Vitória, hoje Rua Nova[18]. Já funcionava na cidade do Recife um restaurante italiano, o de Guiseppe Cini.

A presença de residentes italianos em Pernambuco e províncias vizinhas e a constante passagem de companhias líricas desse país pelo Recife, fizeram com que aí funcionassem consulados ou vice-consulados de estados italianos soberanos, como Nápoles, Sardenha e Parma; embora os cônsules fossem honorários, nascidos no Brasil[19], isso indica o interesse destes estados italianos na vida e na economia pernambucanas. O porto, pela sua importância, era a porta de exportação de produtos tropicais para vários países europeus, inclusive para aqueles localizados na Península Itálica. Com a unificação política, realizada em 1870, sob a égide do Piemonte, passou a Itália a ter um único vice-cônsul em Pernambuco, ainda que honorário, o barão de Soledade – José Pereira Vianna –[20]. Cônsules de carreira só seriam estabelecidos nas últimas décadas do século, quando a emigração para o Brasil foi intensificada e numerosos peninsulares, sobretudo do sul do país – províncias de Nápoles, Salerno e Calábria –, migraram para o Nordeste. Essa migração foi intensificada em conseqüência da própria unificação italiana, ora por razões políticas, pessoas que não desejavam perder a independência regional ou local, mas, sobretudo, por razões econômicas, uma vez que com a unificação o mercado do sul foi invadido pelos produtos industriais do norte, impedindo a industrialização e fazendo com que a economia do Mezzogiorno se esclerosasse em torno do latifúndio agrícola e pecuário. A falta de expansão da economia e o crescimento demográfico provocaram a migração em massa de camponeses, artesãos e pequenos comerciantes que procuravam fazer fortuna ou mesmo se transferir definitivamente para uma nova pátria[21].

Os italianos gostavam de participar de festas populares, tanto religiosas como carnavalescas, com entusiasmo e partidarismo; assim, no dia 12 de fevereiro de 1888, dois engraxates italianos – Januário Romano Paschoal e João Domingos Maturano – que trabalhavam no centro da cidade, na rua 1º de Março, se desentenderam por questões de partidarismo e entraram em luta, armados de um estoque e de um compasso. Ambos saíram feridos e foram presos pela polícia[22].

Em 07 de fevereiro de 1889, mais dois italianos, Francesco Felisone e Antonio Elitier, aproveitando uma festa religiosa em Limoeiro, cidade situada a 70 quilômetros do Recife, passaram a tocar realejo e a apresentar um pequeno cosmorama, provocando grande animação entre os populares. Desordeiros apoiados por pessoas influentes, se desagradaram com a festa e, avisando que iam acabar com a "gangorra", atacaram os italianos, ferindo Francesco. O delegado de polícia prendeu os agressores mas um comerciante português, influente, interveio e os libertou, infringindo a lei, dando margem a que o fato fosse noticiado pela imprensa do Recife[23], que pedia garantias para cidadãos ordeiros e que apenas se divertiam.

Com fatos de maior importância e com acontecimentos corriqueiros, observa-se que no período imperial houve uma expressiva participação italiana na vida pernambucana. Nos fins do século XIX, viviam neste Estado cerca de 700 italianos, número bem superior ao de estados vizinhos, como Alagoas – 150 –, Paraíba – 600 –, Rio Grande do Norte – 70 –, Ceará 350 –, Piauí – 30 e Maranhão – 100[24].

Em Sergipe, Estado menos industrializado, essa influência foi bem mais modesta durante o período monárquico, salientando, além da ação dos capuchinhos, com o seu convento e escola em São Cristóvão, a de empresários que vieram para a província visando à exploração de algodão e açúcar, certamente ligados a oficinas de fundição. Dentre estes, destacou-se Francesco Brozzoni que em 1870, quando a exportação de algodão estava no auge, instalou uma máquina a vapor para descaroçar algodão, em Itabaiana[25], em substituição às velhas bolandeiras, implantadas no século XVIII. O exemplo foi seguido por outros empresários e em 1874 a progressista vila de Itabaiana possuía 50 vapores em funcionamento. A presença destas máquinas naturalmente provocou maior demanda do produto e a conseqüente expansão da sua cultura, o que se refletiria, a partir de 1882, na implantação de fábricas de fiação e tecelagem nas proximidades dos pequenos portos do litoral, como Estância e Aracaju.

Em Alagoas a presença de italianos foi mais expressiva nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX, mas até a Proclamação da República (1889), era representada por uns poucos que prestavam serviços aos engenhos de açúcar e às máquinas de beneficiamento de algodão e por algumas italianas que, vivendo na Bahia ou em Pernambuco, casavam com alagoanos e acompanhavam os maridos que regressavam para a sua província, como Filomena Angela Jacome e Christina Caseli Falco que chegaram a Maceió, como donas de casa, em 1879 e em 1896, respectivamente.

Um pequeno centro alagoano, Lajes do Canhoto, atual São José da Laje, reuniu, nas últimas décadas do século passado, um pequeno número de estrangeiros na ocasião em que os Pereira Lyra desenvolveram a indústria açucareira, montando as usinas Apolinário e Serra Grande. Entre estes, havia alguns italianos, como Pasquale Migliaccio, originário de Palermo, na Sicília, que desenvolvia atividades comerciais; casou-se com Francisca Marsiglia de quem teve um filho chamado Miguel, posteriormente comerciante em Maceió[26]. Também era comerciante em São José da Laje uma senhora, Maria Marsiglia talvez irmã de Francisca –, e que em 1884, já viúva, recebeu como empregado em seu estabelecimento o patrício Caetano de Carli, de origem napolitana, e que migrara para o Brasil fugindo à prestação do serviço militar[27] na Itália, em uma ocasião em que os napolitanos ainda não se integravam bem ao Reino recém-unificado.

Viviam ainda na pequena cidade, as Casella, Balbina e Marieta, sendo a primeira comerciante, mãe de três filhos, e muito conhecida por tocar bem piano e saber música, enquanto Marieta Bezerra Casella era mulher muito preocupada com a situação da população pobre e, após a Revolução de 30, quando o direito de votar e ser votado foi estendido às mulheres, elegeu-se veradora à Câmara Municipal.

Interessante é observar como São José da Laje, situada à margem da ferrovia que ligava Maceió a Recife, dependia desta última. Assim, italianos como Pasquale Miggliaccio e Caetano de Carli, chegaram a Laje depois de desembarcar no Recife, e, após alguns anos aí, se transferiram para Palmares, cidade maior, onde poderiam desenvolver melhor as suas atividades comerciais. Iniciando-se como mascates[28], só se estabeleceram com lojas na cidade após terem acumulado um maior capital. Em Palmares viviam ainda várias famílias italianas, como os Agrelli, que trabalhavam no reaparelhamento de usinas e engenhos de açúcar, os la Greca, os Cantarelli, os Ponzi e os Calabria, estes disseminados por vários municípios pernambucanos.

A Paraíba havia recebido numerosos migrantes italianos no século XVIII, como os Toscano, os Jacome, os Espinola ou Espindola, os Costa, que se casaram com descendentes de portugueses e de espanhóis, integrando-se à vida e à sociedade locais[29], como já ocorrera nos primeiros séculos com os Cavalcanti e os Acioli, em Pernambuco.

A migração italiana moderna, feita a partir da unificação, foi iniciada, provavelmente, por Domenico Grisi e Vincenzo Ferraro, o primeiro ourives e o segundo mestre-de-obras, que chegaram à atual João Pessoa (então cidade da Paraíba) na década de 70. A luta pela unificação criara problemas políticos para eles, que emigraram inicialmente para Lisboa, o primeiro, e para Barcelona, o segundo, e em seguida para o Brasil. Ao chegarem ao Recife foram para Palmares onde um parente, Egidio Ponzi, que possuía uma caldeiraria naquela cidade pernambucana, os recebeu. Não ficaram aí por muito tempo, pois havia muitos italianos, e preferiram fixar-se em João Pessoa, onde Domenico montou uma ourivesaria e Vicenzo encontrou trabalho na zona portuária, tendo, em seguida, construído a chaminé do Engenho Central São João, no município de Santa Rita, o primeiro construído na então província[30]. Os dois foram bem-sucedidos e permaneceram na cidade, tendo Domenico mudado de ramo e montado uma loja de tecidos, confecções, perfumarias e calçados, enquanto Vicenzo adquiriu terreno próximo ao Cabo Branco e montou uma fábrica de tintas. Eles seriam figuras centrais para a vinda de numerosos migrantes italianos, durante o período republicano.

No Rio Grande do Norte a imigração italiana não foi muito expressiva, nos períodos colonial e imperial, mas a existência de uma aldeia indígena, controlada pelos capuchinhos italianos, em São José de Mipibu, deve ter atraído famílias italianas quando esta aldeia se transformou em cidade, uma vez que Vicente Cicco já trabalhava aí, nas últimas décadas do século XIX e aí nasceria Januário Cicco, que foi um médico notável por seu trabalho e amor ao Estado e à coisa pública[31]. Nascido em 1881, formou-se em medicina na Bahia, mas voltou a Natal para exercer a profissão e batalhar por várias causas, como a da construção de uma Maternidade, que dirigiu, e pela abertura de uma Faculdade de Medicina. Exerceu grande influência na vida profissional, educacional, social e cultural da capital norte-rio-grandense.

Admite-se que os primeiros italianos chegaram ao Rio Grande do Norte, como imigrantes, na década de 1860/70, destacando-se, além de Vicente Cicco, Angelo Roselli, que chegou pobre e trabalhou com o seu conterrâneo Giovanni Pipolo, tendo casado, após a morte deste, com a sua viúva e se tornado próspero comerciante. No fim da vida foi homem muito importante na comunidade natalense, uma espécie de conselheiro da colônia italiana, que se tornou a maior da cidade no início do século XX.

Nessa década chegou também o imigrante Miguel Zambrotti, casado com brasileira e já com fihos, tendo vivido antes em outra província do Império, e os irmãos João e Caetano Pintolli, cujo nome os seus descendentes mudaram para Pinto. Pioneiro foi ainda Pascoal Romano Sobrinho, que chegou a Natal com 15 anos de idade, originário de Salerno e casou com brasileira, Estefânia Fonseca, de quem teve grande prole, tendo enriquecido com a Sapataria Romana[32]. Entre os velhos imigrantes admitia-se que o primeiro que chegou a Natal, antes de 1860, foi João Batista Simonetti, considerando-se que a colônia italiana de Natal é e sempre foi, no último século, a maior da cidade, suplantando a de portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, judeus, alemães e ingleses.

No oeste potiguar há uma tradição de que, em passado remoto, chegou a Mossoró um grupo de italianos, vindo do Ceará, e que se espalhou pelo meio rural, fazendo e consertando tachos de cobre para as engenhocas de rapadura. Da mesma forma que chegaram desapareceram, indo oferecer seus serviços em outras áreas, o que levou o povo a acreditar que eles fossem ciganos da Itália e não propriamente italianos. Mas, entre os que ficaram em Mossoró, destacou-se um deles como figura popular, conhecido como Antonio Italiano, que enveredou pelo mundo das letras e fundou uma escola no bairro de Paredões, tendo exercido uma influência positiva sobre seus alunos. Admite-se que deixou descendentes na região.

No Ceará são poucas as notícias sobre a presença italiana, na primeira metade do século XIX, mas se sabe que nos fins do século XVIII apareceram, na então capitania, em conseqüência de um naufrágio, dois italianos que foram encontrados por pescadores na barra de Cauípe, Angelo Bevilaqua e Adeodato Perotti[34]. O primeiro, após residir em Fortaleza, casou com uma moça de boa família, Luísa Gaspar de Oliveira e teve numerosa prole. Silvio Meira, seu biógrafo, informa que não se sabe bem a sua origem, se de Trieste ou de Florença, mas o considera nobre[35], por haver quatro castelos de Bevilaqua, na Itália. Um dos seus filhos, José, ordenou-se padre e foi vigário em Viçosa, no Ceará. Aí exerceu o sacerdócio mantendo em casa uma amante da qual teve seis filhos, um deles seria um dos maiores civilistas do Brasil, Clóvis Bevilaqua, que se formou em Direito no Recife e depois exerceu a profissão no Rio de Janeiro, dando uma grande contribuição à elaboração do Código Civil e escrevendo uma obra jurídica notável.

O Barão de Studart, ao catalogar os estrangeiros que viveram no Ceará ou que simplesmente o visitaram, cita cidadãos de vários países europeus; mas, quanto a italianos, são sobretudo religiosos, como o lazarista Padre Enrile, os capuchinhos

frei Serafim de Catânia, frei Cyrilo de Bergamo, frei Mathias de Ponteronica, frei Timoteo Zani de Brescia e o jesuíta padre Raphael Galanti, autor de uma **História do Brasil**, muito utilizada como livro didático na primeira metade do século [36].

O Piauí, Estado com pequeno acesso ao mar e onde dominou, até o século XX, a pecuária extensiva em campo aberto, só receberia imigrantes italianos, e em pequena quantidade, no período republicano, enquanto o Maranhão, que tivera um maior crescimento econômico no século XVIII, com a ação das companhias de comércio, recebeu imigrantes italianos leigos, desde o século XVIII, como o médico João Domingos Alberdi. Entre 1840 e 1841, chegou a São Luís, vindo de Pernambuco, o pintor romano Domingos Tribuzi, que já trabalhava no Recife, e que em São Luís deveria pintar retratos de pessoas importantes[37]. Ele se ambientou à pacata cidade que ainda vivia seus grandes dias, e aí se estabeleceu, obtendo trabalho e recompensas elevadas. Seu filho, Horácio Tribuzi, seria enviado à Itália para estudar pintura como "pensionista do Estado".

Também viveu em São Luís, de 1856 a 1866, o pintor Luiz Leon Righini, chegado à capital maranhense com a Companhia Lírica Maria Raimunda, que aí se dissolveu. Passou ele a pintar paisagens e, após manter uma polêmica com Domingos Tribuzi, transferiu-se para Belém. Foram numerosas as companhias líricas que se apresentaram no Teatro União, hoje denominado Artur Azevedo, durante o período imperial, algumas fazendo sucesso.

Além dos artistas, radicaram-se em São Luís, no século XIX, comerciantes e artífices que migraram da Itália e desembarcaram em portos de grande movimento comercial, como o de Belém, graças ao surto da borracha, e o do Recife, devido à importância do comércio exportador de açúcar e algodão, que os atraía. Não satisfeitos, procuraram centros menores onde pudessem desenvolver melhor as suas atividades e, entre estes centros, destacava-se São Luís, com uma grande importância econômica e cultural. Dizia-se até que esta cidade era a Atenas brasileira, porque aí se falava o melhor português no Brasil.

A importância da colônia maranhense tornar-se-ia maior a partir de 1890, quando, com a proclamação da República, houve uma maior dinamização da economia brasileira e, em conseqüência da implantação do sistema federativo de estado, as antigas capitais provinciais passaram a ter uma vida própria e ampliaram as suas relações com o exterior.

NOTAS:

1. DINIZ, Jaime C. **Um Compositor Italiano no Brasil: Joseph Fachinetti.** Salvador: Tempo Brasileiro/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
2. AZEVEDO, Thales de. **Italianos na Bahia e outros Temas.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989, p. 30.
3. ALVES, Isaías. **Matas do Sertão de Baixo.** Rio de Janeiro: Reper Editora e Publicidade, 1967. p. 246.
4. AZEVEDO, Thales de. – Obra citada, p. 35.
5. ANDRADE, Manuel Correia de. Italianos em Pernambuco. In: **Presença Italiana no Brasil** (Organizado por Luís A. De Boni). Porto Alegre/Torino: Escola Superior de Teologia, 1990. p. 118-121.
6. AZEVEDO, Thales de. Obra citada, p. 29 e 61.
7. ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin. **Memória sobre o Estabelecimento d'uma Companhia de Colonização nesta Província.** Apresentação de Waldir Freitas Oliveira. Salvador: Centro de Estudos Baianos. UFBA, 1985.
8. AZEVEDO, Thales de. Obra citada, p. 17-18.
9. AZEVEDO, Thales de. Obra citada, p. 19-20.
10. AZEVEDO, Thales de. Obra citada, p. 26.
11. COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1958. VII, p. 105.
12. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. Tomo I, p. 134.
13. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** Tomo I, p. 35.
14. SETTE, Mário – **Maxambombas e Maracatus.** 4 ed. Recife. Fundação de Cultura, 1981, p. 81.
15. COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Público Estadual, 1958. V. VII, p. 148.
16. **Almanaque de Pernambuco.** Recife, 1860.
17. **Almanaque da Província de Pernambuco.** Recife, 1879.
18. **Almanaque da Província de Pernambuco.** Recife, 1879.
19. PERNAMBUCO, José de Vasconcelos. (Org.) **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco.** Recife, 1860.
20. **Almanack da Província de Pernambuco.** Recife, 1879.
21. CENNI, Franco. **Italianos no Brasil.** São Paulo. Martins, s/d. p. 165-171
22. **Diario de Pernambuco** de 14 de fevereiro de 1889.
23. **Diario de Pernambuco** de 12 de fevereiro de 1888.
24. CENNI, Franco. Obra citada, p. 151.
25. LIMA JUNIOR, Carvalho. Monografia Histórica do Município de Itabaiana. Aracaju. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico** de Sergipe. Ano II. Fascículo II. Vol. II, 19, p. 134.
26. PONTES, Fernando Galvão de. Os Estrangeiros em São José da Laje. Maceió. Separata da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.** Vol. XXXIX, 1985. p. 5.
27. ANDRADE, Manuel Correia de. Italianos em Pernambuco. In: **Presença Italiana no Brasil,** organizado por Luís A. de Boni. p. 115
28. CARLI, Gileno de. **Atos e Fatos da Minha Vida.** Recife, 1983. p. 117.
29. BASTOS, Sebastião de Azevedo. **No Roteiro dos Azevedos e de Outras Famílias do Nordeste.** João Pessoa, 1954.
30. MELLO, José Octavio de. Os Italianos na Transição da Paraíba – Uma Experiência Urbana, In: **Presença Italiana no Brasil,** vol. II, Organizado por Luís A. de Boni. Torino-Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli/Faculdade Superior de Teologia, 1990, p. 125-126. Entrevista da Srª Luana Grisi Dantas. Arquivo do CEHIBRA, Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
31. ARAÚJO, Ipameri. **Januário Cicco – Um Homem Além do seu Tempo.** Natal: Fundação José Augusto, 1985.
32. PINTO, Lauro. **Natal que eu vi.** Natal: Imprensa Universitária, 1971, p. 62-67
33. NONATO, Raimundo. **Minhas Memórias do Oeste Potiguar.** Estrangeiros e Mossoró. 1988. (Coleção Mossoroense) v. II, p. 31.
34. CENNI, Franco. Obra citada, p. 150.
35. MEIRA, Silvio. **Clóvis Bevilaquia. Sua Vida. Sua Obra.** Fortaleza: UFCE, 1990, p. 29-37.
36. STUDART, Guilherme. **Estrangeiros e Ceará.** 2 ed. Mossoró, 1982 (Coleção Mossoroense).
37. MELLO, Luiz de. **Os Pintores Domingos e Horácio Tribuzi.** São Luís: SCEMA/SIOGE, 1989.

3.2. Os Capuchinhos Italianos no Período Imperial

O processo de Independência do Brasil, que se consumou em 7 de setembro de 1822, teve início com a fuga de D. João Vi e a sua chegada à Bahia, em 22 de janeiro de 1808, sendo gradativamente realizado em um período de 13 anos. Com ele, veio a cúpula do governo português que foi instalado no Rio de Janeiro, transformada em capital do Reino. Ao chegar ao Brasil, o Príncipe Regente, necessitando manter comércio com a Europa e não podendo fazê-lo através de Portugal, que se encontrava ocupado pelas tropas de Napoleão, decretou a abertura dos portos às nações amigas (28 de janeiro de 1808). Em 16 de dezembro de 1815, ele elevaria o Brasil à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves, esperando evitar que a colônia portuguesa fosse contaminada pelos movimentos liberais da América Espanhola. Em abril de 1821, porém, d. João Vi foi forçado a voltar para o Reino e a jurar a Constituição, deixando no seu lugar o príncipe herdeiro, D. Pedro, como regente. Os acontecimentos se precipitaram, as divergências entre as cortes portuguesas e as lideranças brasileiras, que temiam a recolonização, se aguçaram, e José Bonifácio, o grande estadista, convenceu o príncipe a proclamar a separação entre os dois reinos, o que foi feito a 7 de setembro de 1822.

A atitude do príncipe foi motivada por uma série de fatores, como a determinação das cortes de fazê-lo voltar para Portugal para completar a sua educação, o medo das elites brasileiras de que, com a sua volta, os movimentos republicanos e separatistas das várias províncias tivessem sucesso e o Brasil se esfacelasse, como ocorrera com os vice-reinados da América Espanhola, o receio de uma revolta de escravos, como ocorrera em São Domingos, que provocara a perda do controle político por parte da aristocracia crioula, e a ascensão ao poder dos negros e mulatos, etc.

A Igreja, bastante conservadora, apoiou a Independência; as ordens religiosas vinham sofrendo grandes restrições desde o governo do marquês de Pombal, e esperaram que, com o novo Império, houvesse maior liberdade de ação.

Mas, desde 1760 os desentendimentos entre o poder temporal e o religioso vinham provocando grandes abalos. Baseado na filosofia do iluminismo, o marquês de Pombal decretou a expulsão de ordens religiosas, como a dos jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas, estabelecendo uma administração leiga nas aldeias indígenas[1]. Os capuchinhos italianos, porém, devido ao grande prestígio que desfrutavam, permaneceram e tiveram autorização tanto para administrar as missões indígenas que haviam organizado, como para pregarem as "missões volantes", de

grande aceitação entre os povos do interior, sobretudo das regiões pouco povoadas.

O governo português seguia, em sua política religiosa, uma linha muito regalista que procurava diminuir o mais possível a dependência dos religiosos ao papa. O clero secular era mais fácil de ser controlado, porque os bispos e os párocos eram nomeados com o controle do governo, enquanto os religiosos necessitavam de consentimento para atuarem no Brasil e dependiam diretamente das ordens dos seus superiores em Roma. Embora atuassem em dioceses da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, eles pouco dependiam dos bispos diocesanos, por isso continuaram o seu trabalho quer nas missões do São Francisco quer naquelas distribuídas pelos sertões das várias capitanias nordestinas.

Os colonos, compreendendo que os religiosos estavam perdendo poder junto ao governo, passaram à ofensiva, perseguindo os índios e amedrontando-os, a fim de que fugissem para as matas, destruindo as suas plantações e as suas aldeias, ameaçando os padres e se apossando de suas terras. Como os índios necessitavam de amplas áreas de caça, abatiam gado dos colonos, que se baseavam neste fato para acusá-los de preguiçosos e de ladrões e aos padres de serem coniventes com os mesmos. Os padres, por sua vez, tinham dificuldade de colocar os índios dentro de suas regras, de obrigá-los à sedentarização e a um trabalho disciplinado, daí considerá-los preguiçosos e mandriões por não respeitarem as ordens por eles dadas. Muitas vezes, utilizando-se das próprias autoridades indígenas, eles impunham castigos severos aos índios. Em função disto, colonos e religiosos tinham bons motivos para a troca de acusações mútuas.

Os bispos, sobretudo o de Pernambuco, achando que os missionários atuavam de forma muito independente em suas dioceses, passaram a criar problemas para os capuchinhos baseados na atitude de Pombal que rompeu as relações com os estados pontifícios, expulsou o Núncio Apostólico e determinou o afastamento daquela comunidade religiosa. A saída deles desfalcou consideravelmente a equipe que atuava no Brasil, que só pôde se recompor em 1777, quando, com a queda do ministro poderoso, suas ordens foram revogadas.

Nesse período, as aldeias que contavam mais de 150 indígenas foram transformadas em povoações e entregues ao poder civil, o que tirou dos capuchinhos italianos o seu campo de trabalho, reduzindo-o apenas aos aldeamentos menores[2].

Esta atitude governamental fez com que os capuchinhos passassem a dar mais atenção às missões volantes, nas quais não desempenhavam funções administrativas, mas se limitavam a pregar a religião, a regularizar a situação das populações pobres – batizando, confessando, casando, etc – e a reuni-las para o desempenho de trabalhos em cooperação, construindo igrejas, capelas, escolas, açudes e cemitérios. Isto demonstra que os capuchinhos italianos tinham grande senso de oportunidade, uma vez que, com estas missões volantes, eles tinham menos atritos com os grandes proprietários e rendeiros de vastos domínios e estendiam a sua ação tanto entre indígenas como entre brancos pobres, mulatos, caboclos e negros.

Passado o período pombalino, a Europa foi abalada pela Revolução Francesa que, através da pregação das idéias liberais e da luta contra as instituições católicas, contribuiu para a desorganização das ordens religiosas e para a queda das vocações sacerdotais.

A Ordem dos Capuchinhos também foi atingida por estes acontecimentos, fazendo diminuir de maneira considerável o fluxo de missionários da Itália para o Brasil. Este enfraquecimento era ainda mais acentuado porque, ao lado do fortalecimento do regalismo, através do qual os governos monárquicos europeus procuravam fugir à influência de Roma, desenrolavam-se disputas de áreas de influência entre o clero secular e o regular, e nas ordens religiosas surgiam divergências entre pessoas e entre grupos das várias regiões da Itália; houve, por exemplo, uma forte divergência entre os piemonteses e os outros italianos com a conseqüente saída daqueles da Bahia[3].

Apesar da queda de importância das missões indígenas, nos fins do século XVIII, a prefeitura da Piedade, da Bahia, ainda tinha sob o seu controle as aldeias das margens do São Francisco, denominadas Irapuá, Ilha de São Félix ou Cavalos, Pambu (ilha de Assunção), Vargem, Axará, Rodelas, São Pedro, Varacapá, Pacatuba e Rio das Contas. A prefeitura da Penha, de Pernambuco, exercia o controle sobre as aldeias de Taipu ou Cariris, Mipibu, Brejo, Apodi, Piancó, Cariris Novos e Miranda (Crato)[4]. (Fig. nº 3).

Esperavam os capuchinhos que com a Independência houvesse um maior abrandamento do regalismo, dominante na corte portuguesa, e que o trabalho que desenvolviam pudesse ser continuado com maior autenticidade, dependendo dos seus superiores em Roma. Esta esperança duraria pouco tempo. A Constituição, outorgada a 25 de março de 1824, em seu artigo 5º, declarava a religião católica apostólica romana como oficial e determinava que qualquer outro culto poderia ser exercido "em casas para isto destinadas, sem forma alguma exterior de templo". No seu art. 102, II, estabelecia que cabia ao Poder Executivo, conseqüentemente ao Imperador, o direito de "nomear bispos e prover os Benefícios Eclesiásticos". Estes artigos davam ao imperador direitos muito amplos em assuntos eclesiásticos, e os imperadores do Brasil o exerceram, às vezes, até de forma exagerada, como ocorreu durante a Questão Religiosa (1872/75).

O primeiro Imperador apresentava um discurso liberal e freqüentava a maçonaria, alcançando altos graus maçônicos, mas atuava sempre como um soberano absolutista; foi como procedeu por ocasião da dissolução da Assembléia Constituinte, em 1823, e da repressão à Confederação do Equador, em 1824. As concessões obtidas pelos capuchinhos italianos, em favor do seu trabalho missionário, foram dadas por D. Pedro I, nos anos de 1825, 1826 e 1827, devido à habilidade do prefeito da Piedade da Bahia[5].

Com a abdicação do imperador Pedro I, em abril de 1831, a situação sofreu séria mudança, de vez que a 25 de agosto do mesmo ano, a regência, em nome de D. Pedro II, proibia a atuação da Associação Religiosa dos Capuchinhos Italianos, em Pernambuco, e que a sua casa passasse a ser utilizada pelos expostos[6]. Os padres acordaram, em um dos dias de fevereiro de 1832, com grande barulho em frente à sua casa, quando, com batidas de martelo, eram destruídos o cruzeiro e as cruzes da via sacra, por ordem do fiscal da freguesia, João Rodolfo Barata. No convento, na ocasião, viviam apenas três frades, frei Joaquim da Alfagalo, que se refugiou em casa de uma pessoa que teve piedade do mesmo, frei Gabriel da Matta, que



Fig. 3 Distribuição geográfica das missões.

se transferiu para o convento de Pau d'Alho, e frei Paulo de Genova, que resolveu viajar para o sertão onde passou a pregar entre o povo[7]. Foram desalojados da casa de sua propriedade, os capuchinhos italianos que a haviam edificado em terreno que lhes fora doado.

Mas eles voltaram, e na praça em que a mesma fora construída, levantaram a quase basílica de Nossa Senhora da Penha, baseada em um plano do arquiteto Carimini e adaptado às condições climáticas. Para a construção da basílica, cuja pedra fundamental foi colocada em 6 de novembro de 1870, muito contribuíram os capuchinhos frei Serafim de Catânia, frei Fidelis de Fognano, frei Francesco de Vicenza e frei Venansio Maria de Ferrara; a obra foi concluída e a igreja inaugurada em fevereiro de 1872[8].

Passada a Regência, embora o governo solicitasse missionários para a catequese dos indígenas e a propaganda religiosa entre o povo, que praticamente não recebia orientação religiosa, devido à pouca ação do clero secular, não abriu mão de manter o controle sobre os missionários. E D. Pedro II, apesar do seu decantado espírito liberal e de sua profissão de fé católica, era também muito ligado à Maçonaria, em uma época em que esta instituição e a igreja católica tinham grandes divergências. No entender do imperador, os missionários deviam ser orientados e fiscalizados pelo Estado, e não obedecer diretamente aos seus superiores em Roma e sim aos bispos, que eram por ele nomeados e só a ele obedeciam. Estes princípios foram objeto de uma regulamentação e, em conseqüência, houve uma queda do afluxo de capuchinhos italianos para o Império[9].

Já havia passado o período difícil da Regência, quando foi proibida a entrada de noviços nas ordens religiosas e o regente Feijó, imbuído de grande espírito de independência, enfrentou Roma, condenando o celibato dos padres e quase provocando um cisma.

Ainda durante o Império, quando se discutia sobre a escravidão africana e a necessidade de sua extinção, o problema se tornou muito agudo em alguns momentos, como, em 1831, ao ser proibida a importação de escravos africanos, em 1850, quando foi realmente proibido o tráfico negreiro, em 1871, quando foi aprovada a lei do Ventre Livre e, finalmente, em 1888, quando ela foi abolida, sem indenização, em todo o território do Império. Este problema foi muito discutido também entre os capuchinhos, levando o ministro geral da ordem, frei Eugenio de Rumilli, em 2 de dezembro de 1842, a determinar "a proibição taxativa aos missionários de qualquer contrato de compra e venda de escravos. Era permitido somente que aceitassem aqueles que lhes fossem oferecidos espontaneamente por benfeitores, sempre, no entanto, com a obrigação de emancipá-los e tratá-los como pessoas realmente livres"[10].

Com o passar do século XIX, foram se extinguindo os indígenas, chamados de selvagens, que viviam nas florestas; os restantes que sobreviveram à ação dos brancos, foram reduzidos a pequenas áreas onde passaram a viver em estado de miséria quase absoluta. Por isto, a ação catequética foi se intensificando apenas nas regiões menos dinâmicas e mais distantes, onde tribos sobreviveram até o século XX, como o sul da Bahia e o Maranhão.

No Maranhão, a influência dos capuchinhos italianos foi bem mais modesta que em Pernambuco e na Bahia, embora se saiba que em 1841 eles voltaram a São Luís, por intermédio dos frades Doroteu de Dronero e Pedro Maria de Brá, onde construíram a sua casa e fizeram missões no interior da província, procurando contatos com os indígenas e com as populações rurais. Os seus sucessores continuaram o seu trabalho e frei José Mai de Loro Piceno fundou uma colônia agrícola em Barra do Corda, o frei Pelegrino de Pesaro dirigiu a colônia de São Pedro, no vale do Pindaré e frei Serafim de Catania se fixou em Teresina, no Piauí. Na última década do século passado, os missionários capuchinhos da província lombarda passaram a dirigir freguesias no Maranhão, como as de Pedreiras e Barra do Corda, e transformaram a sua casa de São Luís em centro de propagação de missões que evangelizaram tanto o interior do Maranhão como estados vizinhos[11].

Para se ter uma idéia mais transparente da sua atuação no período imperial, é interessante enfocar a figura e a ação de alguns missionários que trabalharam no Nordeste.

Uma grande figura de missionário foi frei Apolonio de Todi, que atuou no sertão da Bahia e décadas depois de sua passagem iria entusiasmar, pela obra deixada, a Euclides da Cunha, que percorreu a área, como repórter, durante a Guerra de Canudos[12]. Ele nasceu em Ripaioli, próximo a Todi, na Umbria, em 1747 e foi ordenado padre em 1772, sendo designado, cinco anos depois, para trabalhar como missionário na ilha de São Tomé, onde deveria reorganizar a prefeitura capuchinha. Procurava a ordem, nessa ocasião, se reorganizar, em vista dos prejuízos e problemas que a atingiram durante a administração de Pombal. Em lugar de ir para São Tomé, ele se fixou na Bahia e, a partir de Salvador, com o consentimento dos seus superiores, passou a fazer missões no interior, sobretudo nos sertões do São Francisco, tendo permanecido por quatro anos e meio na aldeia dos índios rodelas.

Em sua andanças, ele pregou a religião para os índios e colonos que viviam em lugares longínquos e isolados, construiu igrejas, algumas delas se tornaram matrizes, com a criação de novas freguesias, como a de São José de Itapipocas, a de Feira de Santana, a de Monte Santo (hoje Cícero Dantas) e a de Boqueirão. Em Monte Santo, aproveitando a existência de um monte isolado, construiu um caminho que ia até o cume, marcado por estações que representavam a via sacra. Em cada "estação", colocou uma cruz onde os devotos deveriam fazer orações; estas cruzes depois foram substituídas por capelas[13] e na Semana Santa os fiéis costumam subir o morro se flagelando, numa demonstração de misticismo.

Um pouco temperamental, ele tomou atitudes políticas e sociais: assim, ao construir um seminário destinado ao "Mistério da Paixão de Cristo", no Boqueirão, como se adensasse a população da área e fosse erguida uma capela, o vigário de Jeremoabo, em cuja paróquia se situava esta povoação, começou a cobrar espórtulas elevadas dos fiéis e a dificultar a criação de uma freguesia. O frade tomou a defesa da população do Boqueirão e a freguesia foi criada com o desmembramento da paróquia de Jeremoabo.

A sua opinião também não era lisonjeira para com os indígenas; ele criticou a política indigenista de Pombal, mas afirmou, em documento, que os índios eram "falsos, preguiçosos, vingativos e luxuriosos ao último excesso" comparando-os a bichos "que só com medo" poderiam ser atraídos para a fé católica. Esquecia o piedoso missionário que os indígenas, após dois séculos de colonização, em que foram explorados e expropriados, não poderiam confiar tanto no Deus que os missionários traziam com os colonizadores, que parecia a eles, índios, como protetor dos mesmos, seus inimigos figadais.

Em carta ao amigo Silva Lisboa, Juiz Conservador da Comarca de Valença, na Bahia, homem ligado à política indigenista portuguesa, o missionário estabeleceu e sugeriu critérios metodológicos para o trabalho com os índios, baseados nos seguintes princípios: "apoio financeiro para os apetrechos necessários e para vestir os índios; proteção do missionário, mediante 'alguma pessoa armada'; trato com os selvagens por meios persuasivos, servindo-se de 'índios que saibão' a sua língua; saber merecer o afeto e estima deles; dar-lhes a possibilidade de escolha em relação ao logradouro do aldeamento; conseguir a fidelidade e submissão deles até mesmo por meios coercitivos, em caso de necessidade; premuní-los do 'contágio' dos maus costumes dos brancos; continuação da assistência religiosa para sustento de sua fé instável"[14]. Mesmo levando-se em conta que ele escreveu estes "conselhos" na primeira metade do século passado, vê-se que ele estava bem integrado no pensamento daqueles que admitiam que os povos subjugados deveriam receber "amor, pão e pau".

Importante também foi a figura de frei Samuel de Lodi, originário da província eclesiástica de Parma, na Itália; apesar de ter vocação para missionário, de desejar percorrer os sertões à procura de almas, ele teve que se submeter à hierarquia da ordem e atuar como prefeito da Piedade, na Bahia. Para ele, teoricamente, o missionário deveria ter "grande sede de almas, espírito de caridade e de sacrifício, santidade de vida e reta intenção"[15]. Era muita exigência para um ser humano.

Chegando à Bahia, entrou em contato com o bispo. D. Romualdo Antônio de Seixas, com quem teve bom entendimento e colaboração, embora este se surpreendesse com o fato do capuchinho ser autoritário e temperamental. Devido a estes predicados ele entrou rapidamente em choque com os seus subordinados que solicitaram, a Roma, a sua substituição.

Com certa sensibilidade política, tentou contornar os problemas provocados nas relações entre a Igreja e o Estado; este queria receber missionários estrangeiros, sobretudo capuchinhos italianos, mas queria sujeitá-los à juridição dos bispos, que eram nomeados e deviam obediência ao imperador. Vivia-se os primórdios da Questão Religiosa que, na década de 70, provocaria o confronto entre os bispos de Olinda e do Pará e o ministério Rio Branco[16]. Ele, como político, fazia acordos com o bispo e solicitava aos seus superiores o envio de novos missionários. Roma, porém, precavida, não enviava os missionários que o seu representante solicitava.

Teve uma visão muito aberta na questão da Maçonaria, que agitava os meios católicos da Europa, levando o Papa a proibir que os católicos participassem da mesma. Em suas cartas, ele defendia a opinião de que esta atitude dura do Vaticano não necessitava ser aplicada ao Brasil, onde a Maçonaria não tinha nenhuma firmeza doutrinária e se apresentava mais como uma organização social e beneficiente do

que como uma instituição agnóstica. Visão que faltou a D. Vital quando, entrando em choque com ela, apesar dos decretos do Papa não terem sido aprovados pelo imperador, transtornou a vida do Império e da Igreja no Brasil. Piedoso e intransigente, D. Vital não se sentia em condições de ignorar um decreto papal para não desobedecer ao imperador.

Figura marcante na província da Bahia foi frei Candido de Toggia, que chegou ao Brasil em 1837 e assistiu à revolta da Sabinada, em Salvador (1838). Concluída esta revolta, que abalou a sociedade baiana, ele partiu para o interior e participou de missões com sacerdotes mais experientes, tanto no Recôncavo, área então mais rica da província, com seus canaviais e suas plantações de fumo, como no sertão do São Francisco, em plena região semi-árida dedicada à pecuária e onde já se encontravam em decadência os velhos aldeamentos indígenas, como em Sergipe. Dinâmico, realizou durante a sua estada no Brasil "104 missões, 10.470 batizados de crianças com menos de 4 anos, e 243 de adolescentes e adultos; 10.679 casamentos celebrados ou legalizados e nada menos de 137.000 crismas"[17].

Frei Candido de Toggia tinha preocupações de ordem social, considerando que era necessário melhorar as condições de vida terrena para aproximar o homem de Deus. Em seus trabalhos missionários não se preocupou apenas em levar a palavra de Deus, regularizar eclesiasticamente as relações, verberar e perdoar os pecados e estabelecer penitências para os pecadores, mas também em conclamar as comunidades para os trabalhos de construção, não só de igrejas e cemitérios, como também de açudes, cacimbas, ruas, estradas, saneamento de terrenos alagadiços, etc. Ficou famosa a sua atitude na povoação de Laranjeiras, em Sergipe, célebre por sua importância como área produtora de açúcar, quando fez drenar um alagado e no espaço conquistado construiu uma praça.

Por ocasião de epidemias, como a do cólera morbus, em 1855, ele se extremou na assistência às vítimas da doença, convivendo e levando a elas o conforto da religião, sem se preocupar com a possibilidade de ser contaminado[18].

Seus trabalhos em Sergipe tiveram tal importância que o presidente da província, em 1841, possibilitou a construção do convento e da igreja de São Cristóvão, então capital provincial, e solicitou a vinda da Itália, com o apoio financeiro do governo, de três missionários capuchinhos. Foi então criada a sub-prefeitura da ordem em São Cristóvão, tendo sido frei Candido o primeiro sub-prefeito, dependente da Bahia.

Ligados à prefeitura da Penha, no Recife, pode-se salientar figuras de missionários que tiveram grande importância no século XIX, como os freis Placido e Caetano de Messina e frei Celestino de Pedavoli. Na verdade, os capuchinhos italianos voltaram a Pernambuco e ao seu convento da Penha, em 20 de junho de 1841, graças ao pedido feito à ordem e à Propaganda FIDE, pelo então presidente da província, Francisco do Rego Barros, futuro conde da Boa Vista.

O conde, um dos mais notáveis presidentes de província durante o Segundo Reinado, estava preocupado com a agitação que continuava a se desenrolar, em conseqüência da Guerra dos Cabanos. Terminada a guerra, o seu chefe, Vicente Ferreira de Paula, com algumas centenas de partidários, em sua maioria escravos

fugidos, se retirou do teatro de operações e se estabeleceu em área de florestas e montanhas, construindo, nas margens do rio Jacuípe, a povoação do Riacho do Mato. Aí, em lugar quase inacessível, sua vontade era lei, amedrontando os proprietários das áreas próximas[19]. Um ano após a chegada dos capuchinhos, atendendo a pedido do presidente, partiu frei Placido de Messina para a povoação de Panelas do Miranda de onde enviou emissário ao velho caudilho, externando o desejo de um encontro. Vicente de Paula, acompanhado de mais de 200 companheiros, veio até Panelas do Miranda sem ser hostilizado e acompanhou o frade em procissão até o seu povoado. Aí o capuchinho celebrou missa, pregou, confessou e casou. Verberou o procedimento dos moradores que, segundo ele, viviam sem o menor respeito às leis de Deus e que, em uma certa data do ano, realizavam uma festa, o "despique", na qual os homens trocavam as mulheres uns com os outros para depois voltarem a viver em comum. O frade combateu seriamente este uso e antes de retornar, após 20 dias de estada no Riacho do Mato, retirou-se da área acreditando ter acalmado a mesma.

Depois deste feito, ele pregou missões no sul da província, construindo a igreja do engenho Noruega, no Rio Formoso (capela de N.S. do Rosário), e a matriz de Água Preta, lugar considerado crítico pelo governo, porque tinha sido o centro da Guerra dos Cabanos e havia um grande número de insatisfeitos em sua população. Voltou a manter contatos com Vicente de Paula para consolidar a pacificação dos cabanos e, em 1844, voltou a Alagoas e fim de acalmar a revolta, chamada dos lisos e cabeludos, durante o governo do presidente Bernardo de Souza Campos, conseguindo impedir que ela se alastrasse para Pernambuco, e enviou ao teatro de luta os freis Eusébio de Sales e Henrique de São Pedro, que tiveram sucesso em sua missão apaziguadora.

Um decreto de nº 373, de 30 de julho de 1844, determinava que a competência da distribuição das missões e dos missionários era do governo, eximindo os capuchinhos de obediência aos seus superiores. Frei Placido revoltou-se contra este decreto, por não poder aceitar a exacerbação do regalismo, recusando-se a participar de missões até a sua volta à Itália, em agosto de 1848, no momento em que Pernambuco caminhava para uma revolta política de grande repercussão no interior que foi a Revolução Praieira[20].

Frei Caetano de Messina seria o seu sucessor e desenvolveria a ação missionária, sobretudo a partir de 1850. Iniciou as suas missões nas proximidades do Recife, em Olinda e Beberibe, instituindo as comemorações do mês mariano, costume que se repete anualmente nas cidades do Nordeste, até os dias de hoje. De Beberibe, seguiu para Igarassu e Goiana, na zona açucareira, e depois para o oeste, realizando grandes missões em vilas, como Pau d'Alho, Tracunhaém, Lagoa do Carro, Limoeiro, Bom Jardim, Nazaré e Palmas. Apaziguou populações amedrontadas e revoltadas contra a **lei do censo** que, para o homem ingênuo do interior, serviria para intensificar o recrutamento militar, feito durante o império de forma tirânica e desrespeitosa a estas populações.

Por onde passava, além dos sermões, das confissões e dos serviços religiosos, convocava a comunidade a construir e reparar igrejas e capelas, construir ce-

mitérios e a reparar estradas e açudes; também procurava criar recolhimentos para moças pobres e desvalidas. Em Vicência, povoação surgida à margem dos caminhos de tropeiros, fez erguer, em 1858, uma igreja com uma torre em invocação à Senhora Santana[21]. Do movimento da pousada de d. Vicência Barbosa da Silva e da importância de sua igreja, esta povoação cresceu e tornou-se sede de freguesia, que anteriormente se localizava a nove quilômetros, na povoação de Laranjeiras. (Fig. nº 4).

Em Bom Conselho, no agreste pernambucano, frei Caetano, entusiasmado com as condições de salubridade do lugar, fez pregações em favor da educação e, com a coleta de esmola, fez construir um colégio para moças desvalidas, com capacidade para acolher 400 educandas. Ao seu lado fez construir um templo suntuoso, sob a invocação da Virgem Senhora do Bom Conselho, tornada protetora do colégio. Esta invocação faria que o nome da povoação passasse de Papacaça, como era então chamada, para Bom Conselho. Instituiu um patrimônio para o colégio, formado por doze propriedades que foram depois loteadas, dando origem a ruas e duas fazendas de criação do gado, conseguindo dotá-las de 300 cabeças de bovinos[22].

Sempre inquieto, este capuchinho viajou para o sertão, pregando e construindo obras em Buíque, Lagoa do Monteiro, onde construiu um açude, Pajeú de Flores, onde construiu um cemitério, e a Baixa Verde. Em outras missões atuou em pontos mais diversos do território pernambucano, até 1860, quando foi enviado para a Bahia e daí para o Rio de Janeiro, a fim de assumir o Comissariado dos Capuchinhos para o Brasil. Um seu sobrinho, do mesmo nome, o substituiria a partir de junho de 1870, sendo também incansável missionário. Inspirado na vida do tio, percorreu a província, como ele, em várias direções, demorando-se nos pontos em que a sua voz e a sua ação fossem mais necessárias, sobretudo em Papacaça, onde cuidou de preservar a obra do seu tio, e onde fez construir um hospício que serviria de casa de repouso para os capuchinhos, quando em missão. Para isto conseguiu o apoio de frei Emilio de Napoli e de frei Celestino de Pedavoli[23].

Outra figura notável de missionário capuchinho foi frei Cassiano di Comacchio, que chegou ao Recife em março de 1872, e logo se internou pelo sertão à procura dos remanscentes indígenas e dos pobres na região do São Francisco e no alto sertão – Ouricuri –, sempre pregando, assistindo aos necessitados e levando a esperança da salvação e de uma vida gloriosa àqueles que renunciassem ao pecado e aos prazeres terrenos. Em Bom Jardim, por exemplo, reconstruiu o majestoso templo de Santana, em Pão de Açúcar, reconstruiu a igreja e o sepulcrário, em Ouricuri, por ocasião de seca, recolheu os retirantes dando-lhes trabalho e ensinamentos cristãos, ao mesmo tempo em que reconstruía o açude que fornecia água à vila e que freqüentemente a ameaçava de inundação, em Palmares instalou a Colônia de Sertãozinho. A Proclamação da República, em 1889, e a separação entre o Estado e a Igreja, pela Constituição de 1891, não perturbaram o missionário que, voltado para Deus e procurando preparar os que viviam na terra para a vida futura, continuou o seu trabalho durante os dias agitados da última década do século XIX[24].

Foi obra dos capuchinhos a Colônia Orfanológica Santa Isabel, no atual município de Maraial, dirigida por frei Cassiano di Comacchio, quando o governador Bar-

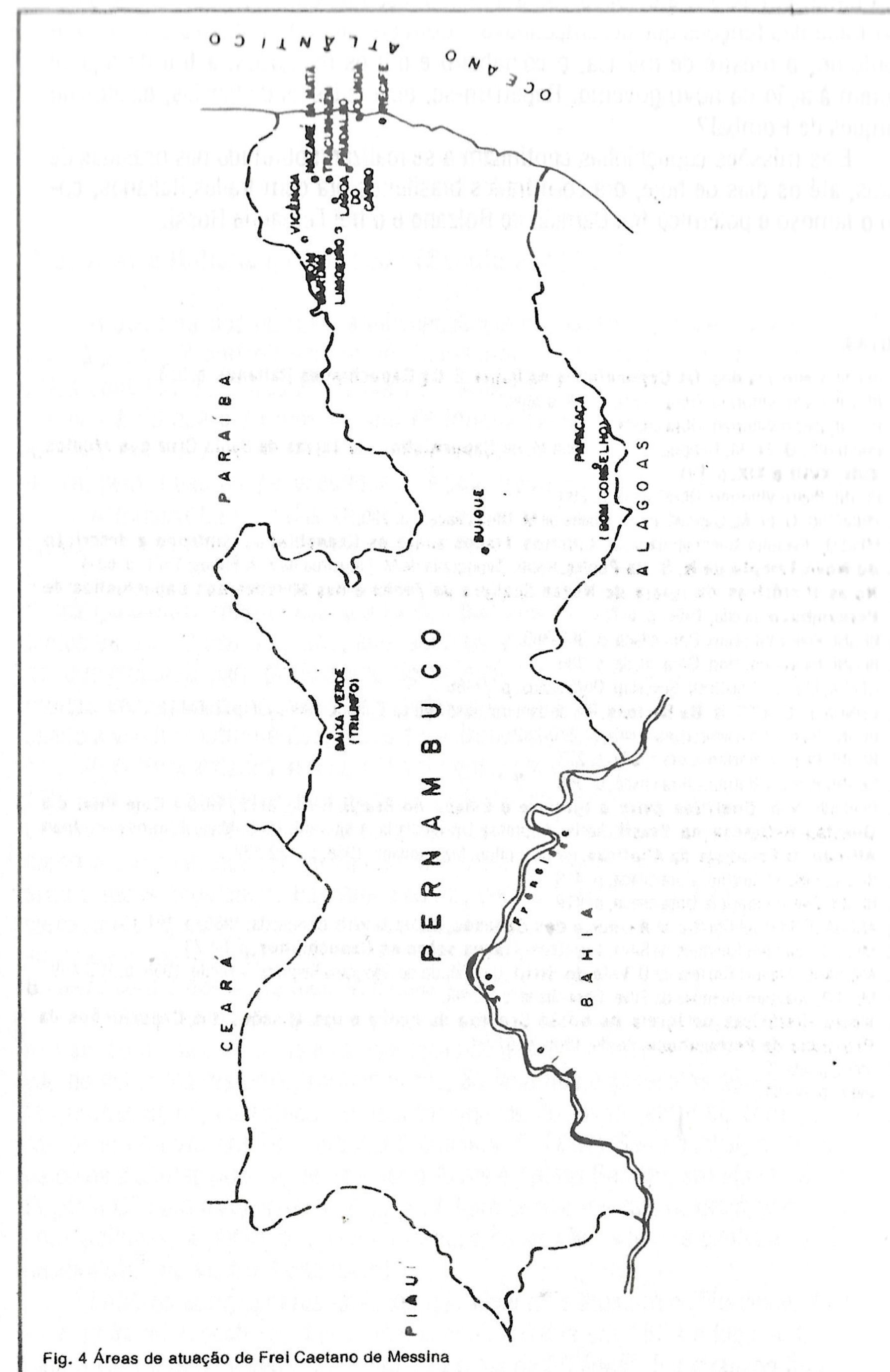


Fig. 4 Áreas de atuação de Frei Caetano de Messina

bosa Lima, em 1894, a colocou sob a administração do Estado, dispensando o zeloso frade das funções que desempenhava[25] Com ele sairiam também o ecónomo, o mordomo, o mestre de música, o cozinheiro e outros religiosos, a fim de não se oporem à ação do novo governo. Repetiam-se, guardadas as distâncias, os atos do marquês de Pombal?

E as missões capuchinhas continuam a se realizar, sobretudo nas ocasiões de festas, até os dias de hoje, ora com frades brasileiros ora com frades italianos, como o famoso e polêmico frei Damião de Bolzano e o frei Fernando Rossi.

NOTAS:

1. REGNI, Pietro Vittorino. **Os Capuchinhos na Bahia.** 2. **Os Capuchinhos Italianos.** p. 553.
2. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada, p. 190 e segs.
3. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada, p. 307.
4. PRIMERIO, O. Fr. M. Cappuc. P. Fr. Fidelis M. de **Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX.** p. 191.
5. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada. p. 299.
6. PRIMERIO, O. Fr. M. Cappuc. P. Fr. Fidelis de M. Obra citada. pg. 200.
7. MELLO, Joaquim Guennes da Silva. **Ligeiros Traços sobre os Capuchinhos contendo a descrição do Novo Templo de N. S. da Penha.** Recife: Typografia de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1871. p. 63-4.
8. **Notas Históricas da Igreja de Nossa Senhora da Penha e das Missões dos Capuchinhos de Pernambuco.** Recife, 1906. p. 6-7.
9. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada, p. 362-363.
10. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada, p. 386.
11. CELLA, Mario e CADORIN, Severino. Obra citada, p. 84-86
12. CUNHA, EUCLIDES da. **Os Sertões.** Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966. v.II, p. 190-191.
13. REGNI, Pietro Vittoriano. Obra citada, p. 270-282.
14. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada. p. 273.
15. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada, p. 380.
16. PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil.** Recife: UFPE, 1970 e **Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil.** Recife: Imprensa Universitária, 1966. ANDRADE, Manuel Correia de. **João Alfredo. O Estadista da Abolição.** Recife: Editora Massangana, 1988. p. 122-132.
17. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada, p. 419.
18. REGNI, Pietro Vittorino. Obra citada, p. 419.
19. ANDRADE, Manuel Correia de **A Guerra dos Cabanos.** Rio de Janeiro: Conquista, 1965. p. 191-195
20. MELLO, Joaquim Guennes da Silva. **Ligeiros Traços sobre os Capuchinhos.** p. 64-73.
21. ANDRADE, Manuel Correia de **O Vale do Siriji.** Um Estudo de Geografia Regional – Recife, 1958, p. 103-109
22. MELLO, Joaquim Guennes da Silva. Obra citada, p. 73/99.
23. **Notas Históricas da Igreja de Nossa Senhora da Penha e das Missões dos Capuchinhos da Província de Pernambuco.** Recife, 1906. p. 91-94.
24. Idem, p. 69-79.
25. Idem, p. 80-81.

3.3. A Arte Italiana no Nordeste (Século XIX)

A abertura dos portos e a Independência trouxeram à burguesia brasileira, ligada à produção agrícola e ao comércio exterior, maior abertura cultural, estimulada pelos contatos mais freqüentes com os países europeus e concretizada através de viagens à Europa e do recebimento de imigrantes. Com isso, veio a aceitação de idéias e modas francesas, de costumes ingleses e do interesse pela música, pela dança, pelos quadros, pelas estatuetas e pela arquitetura italiana.

A música foi uma das atividades que despertaram sempre o maior interesse, fazendo com que maestros e compositores europeus se fixassem no Nordeste ou que o visitassem com suas companhias líricas. O ensino do canto, da música e da dança ganharam importância dentro dos padrões educacionais das famílias importantes e ricas. O uso do piano, animando os saraus, também se intensificou, abrindo um mercado para professores de música e para afinadores de pianos. Estes, muitas vezes, associavam as atividades profissionais à atividade comercial, passando a vender instrumentos, peças e partituras em lojas ou na própria residência.

A cultura artística serviu, naturalmente, para maior abertura a uma sociedade patriarcal, provocando o surgimento de bandas de música que desfilavam nas ruas durante as festividades, a criação de clubes sociais e até de folguedos populares, como o carnaval, que foi penetrando nas camadas sociais mais elevadas, apesar de suas origens populares[1]. Passaria a haver, com o tempo, uma coexistência entre o carnaval de rua e o carnaval dos clubes. E mesmo o de rua, posteriormente, com automóvel, com o corso, passou a ser um acontecimento exibicionista que contrastava com o desfile de blocos, clubes e troças.

A presença de companhias líricas, com a apresentação de óperas, operetas, recitais de música e poesia e apresentação de peças teatrais, deu margem à construção de belos teatros onde, muitas vezes, ao lado dos espetáculos apresentados pelos profissionais, os estudantes das faculdades duelavam entre si, com poesias e cantos em louvor dos seus artistas prediletos. O Teatro Santa Isabel, no Recife, foi palco de disputas poéticas entre Castro Alves e Tobias Barreto, em honra das atrizes Eugênia Câmara e Adelaide do Amaral. Foram também locais de grandes manifestações políticas, a ponto de Joaquim Nabuco haver afirmado que ganhara "a batalha da abolição" no Teatro Santa Isabel.

Entre os compositores italianos que viveram e atuaram no Nordeste, destaca-se a figura de Joseph Fachinetti, que chegou à Bahia em 1834 e logo se transferiu para o Recife onde viveu e trabalhou por mais de 30 anos[2]. Este italiano foi uma fi-

gura notável de cantor, compositor, além de homem muito atuante, a princípio em Salvador e, posteriormente, no Recife, aproveitando um momento em que os padrões sócio-culturais se renovavam e se ouvia com deleite a música européia. Ele atuou fortemente junto às irmandades religiosas para quem trabalhava, produziu várias óperas, missas e modinhas e dirigiu espetáculos nos teatros recifenses, que se sucederam, em utilização e prestígio, através dos anos. Iniciou-se na antiga Casa da Ópera, fundada no século XVIII, e que, com reformas e modernizações, foi utilizada durante quase um século, no Teatro Apolo, inaugurado em 1846, e, finalmente, no grandioso Teatro Santa Isabel, construído no Campo das Princesas, ao lado do Palácio do Governo, baseado em projeto do grande arquiteto Louis Léger Vauthier[3]. Foi mais uma obra do grande presidente da província e reformador da cidade do Recife, o conde da Boa Vista.

Outros grandes músicos italianos que atuaram no Recife, durante o II Reinado, foram Luís Antonio Smoltz, que já se encontrava no Recife, lecionando piano, canto e contraponto, em 1829[4], quando já eram numerosos os pianos nas igrejas e nas casas ricas da cidade; Domenico Triburi, que dava espetáculos com Fachinetti[5]; o violonista Agostinho Robbio, que se apresentou, em 1847, no recém-inaugurado Teatro do Apolo[6]. Com violino ele imitava "o gorjeio dos pássaros, o relincho dos animais, o chiar dos carros de transportar madeira e outras façanhas de igual natureza". Depois daria outro concerto no qual contou com a colaboração do cantor, também italiano, Toselli. Residiam no Recife os artistas Giuseppe Deperini e sua mulher Margherita, que cantaram no Teatro Público duetos de óperas de Donizetti e Mercadante.

Além de músicos que viveram no Recife, tanto italianos como alemães, portugueses e brasileiros, e que se integraram à sociedade pernambucana, também houve, naquele período, uma intensa atividade artística entre as irmandades religiosas que financiavam a produção de músicas para missas, novenas e **Te Deum** privativos, orgulho das mesmas, nas festas que promoviam. Os músicos subsistiam como professores de música – ensinando a tocar instrumentos, como o piano, a rabeca, o harmonium ou serafina, etc –, de canto e de dança em colégios particulares, desfrutando de grande clientela entre os jovens filhos de proprietários rurais e de comerciantes do Recife. Ao lado disso, eram também comerciantes, produzindo ou vendendo instrumentos musicais importados da Europa.

Dançava-se muito numa sociedade em que poucas eram as opções de lazer, dominando músicas como a caxuxa, a polca e a mazurca[7], além de ter se popularizado o galope, para escândalo dos jornalistas mais conservadores.

Grandes momentos aconteceram com a passagem de companhias líricas, dominantemente italianas, que faziam **tournées** pelas principais cidades do Império. A primeira temporada lírica realizada no Recife teria ocorrido por volta de 1822, sob a direção do cearense Joaquim Bernardo de Mendonça Ribeiro Pinto, na Casa da Ópera, se desdobrando em três espetáculos, em dias seguidos. Segundo o padre Jaime C. Diniz, a primeira companhia que se exibiu completa, no Recife, foi a de Marinangelli, que estreou no Santa Isabel, em 1858, com "I Puritani", de Belini. Em seguida, foram exibidas outras partituras, como a "Norma", de Belini, a "Lucrecia Borgia" e "Torquato Tasso", de Donizetti e o "Rigoleto", de Verdi. No Teatro

Santa Isabel, quando o Recife passou a ter uma casa de espetáculos de bom nível, outras companhias líricas se exibiram na cidade.

Em Salvador, cidade que fora capital do país, havia um movimento musical da maior importância, podendo-se salientar a presença freqüente de companhias líricas e dramáticas italianas que se apresentavam no Teatro São João, durante o século XIX. Em 1879, o empresário italiano Tomás Passini promoveu a apresentação, naquele teatro, da ópera "O Guarani", de Carlos Gomes[8], compositor brasileiro que estudara na Itália. Como em Pernambuco, as famílias baianas, enriquecidas com a exploração dos ricos solos de massapê do Recôncavo e com o comércio exportador de açúcar, e a burguesia urbana em formação, também demonstravam interesses pelas artes, colocando os jovens em colégios que, ao lado das ciências, das letras e das línguas, ensinavam o canto, a música e a dança[9]. As irmandades religiosas homenageavam os seus patronos com missas privadas, com novenas e com **Te Deum**. Os espetáculos artísticos eram promovidos com freqüência e os artistas tinham oportunidade de mostrar o seu talento e de obter a remuneração que estimulava a emigração da Europa, onde o mercado era mais disputado pelas principais cidades brasileiras, onde apregoavam títulos e prêmios que nem sempre haviam conseguido. A difusão do uso do piano criou um grande mercado para professores de música a domicílio, ao lado da oportunidade de trabalho em afinamento dos instrumentos e na venda dos mesmos. Aliavam sempre a atividade comercial à atividade artística.

O Maranhão era, então, uma das províncias mais ricas do Nordeste, quando a cultura do arroz, da cana-de-açúcar e do algodão provocaram um grande afluxo de capitais e de escravos, permitindo a expansão da fronteira agrícola. São Luís, a pequena cidade fundada pelo senhor de la Ravardière, no século XVII, e batizada com o nome do Rei de França, se tornara uma das mais importantes do país. Foi construído um teatro que foi local de várias manifestações culturais, inclusive com a presença de companhias líricas que geralmente se apresentavam antes no Recife e, após a passagem por São Luís, se apresentavam também em Belém do Pará. Entre 1841 e 1845, apresentou-se no Teatro União, hoje Artur Azevedo, a primeira Companhia Lírica Galetti e Carlos Ricco, apresentando óperas como o "Barbeiro de Sevilha" e a "Norma". A Companhia Lírica de José Maria Romanda esteve em São Luís, em 1856, apresentando a "Gemma" e, bem sucedido, ele trouxe, no ano seguinte, uma nova companhia lírica, na qual se destacaram duas bailarinas e o cenógrafo Venere[10]. Ramonda desta vez foi infeliz no Maranhão, uma vez que um jornal local, o **Publicador Maranhense**, publicou, em seu número de 19 de agosto de 1856, uma cópia de carta atribuída a um dos artistas da companhia, que teria sido publicada pelo **Trovatore**, na Itália, e que denegria o país, considerando-o bárbaro. José Romanda se defendeu pela imprensa, atribuindo a carta a algum inimigo da companhia que desejava intrigá-la com o povo maranhense e brasileiro, mas a situação tornou-se insustentável e ele desativou a companhia. Na verdade, a situação da mesma era difícil, vários artistas haviam falecido em Pernambuco, atacados por febre amarela e por problemas alimentares; em São Luís faleceu de febre Francisco Ryvoira.

Com a dissolução da companhia, resolveram ficar em São Luís a prima-dona Adele Rebussini e a soprano Angela Remorini, que voltaram à Itália no ano seguinte.

Ainda atuou em São Luís, em 1859, a companhia organizada por José Mariangelli, que apresentou a ópera "Lucrécia Borgia[11], depois de haver obtido sucesso no Recife.

Com menos intensidade do que na música e no canto, o Brasil recebeu grande influência italiana nas artes, como a arquitetura e a escultura, sobretudo religiosa. As ordens religiosas tinham os seus próprios arquitetos que construíam as igrejas, os hospícios, os colégios e os conventos. Quando os capuchinhos italianos dominaram a política de catequese e espalharam igrejas por todos os quadrantes do Nordeste, os seus arquitetos planejaram e construíram igrejas, algumas de grandes proporções, como a quase basílica de Nossa Senhora da Penha do Recife, cujo projeto foi obra do arquiteto frade Francisco de Vicenza. No colégio de Bom Conselho, ou Papacaça, trabalhou o arquiteto frei Paschoal de Bologna[12].

Alguns nomes merecem ser lembrados, como o do arquiteto Corsani, autor e construtor de várias obras em São Luís. As igrejas eram ornadas com imagens de madeira e de argila, ora importadas da Europa ora feitas no Brasil por santeiros ilustres.

Uma contribuição bem mais expressiva às artes brasileiras seria dada por artistas italianos, na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX, quando, com a República, a vida das antigas províncias, transformadas em estados, se dinamizou e as correntes migratórias para o Nordeste ganharam maior expressão. Era a época da implantação de indústrias – usinas de açúcar e fábricas de fiação e tecelagem –, da abertura de avenidas nas cidades mais importantes, da construção de edifícios públicos mais suntuosos e da colocação de estátuas de figuras históricas nos logradouros públicos. No período que vai de 1890 a 1930, a ação de artistas italianos foi mais acentuada.

NOTAS:

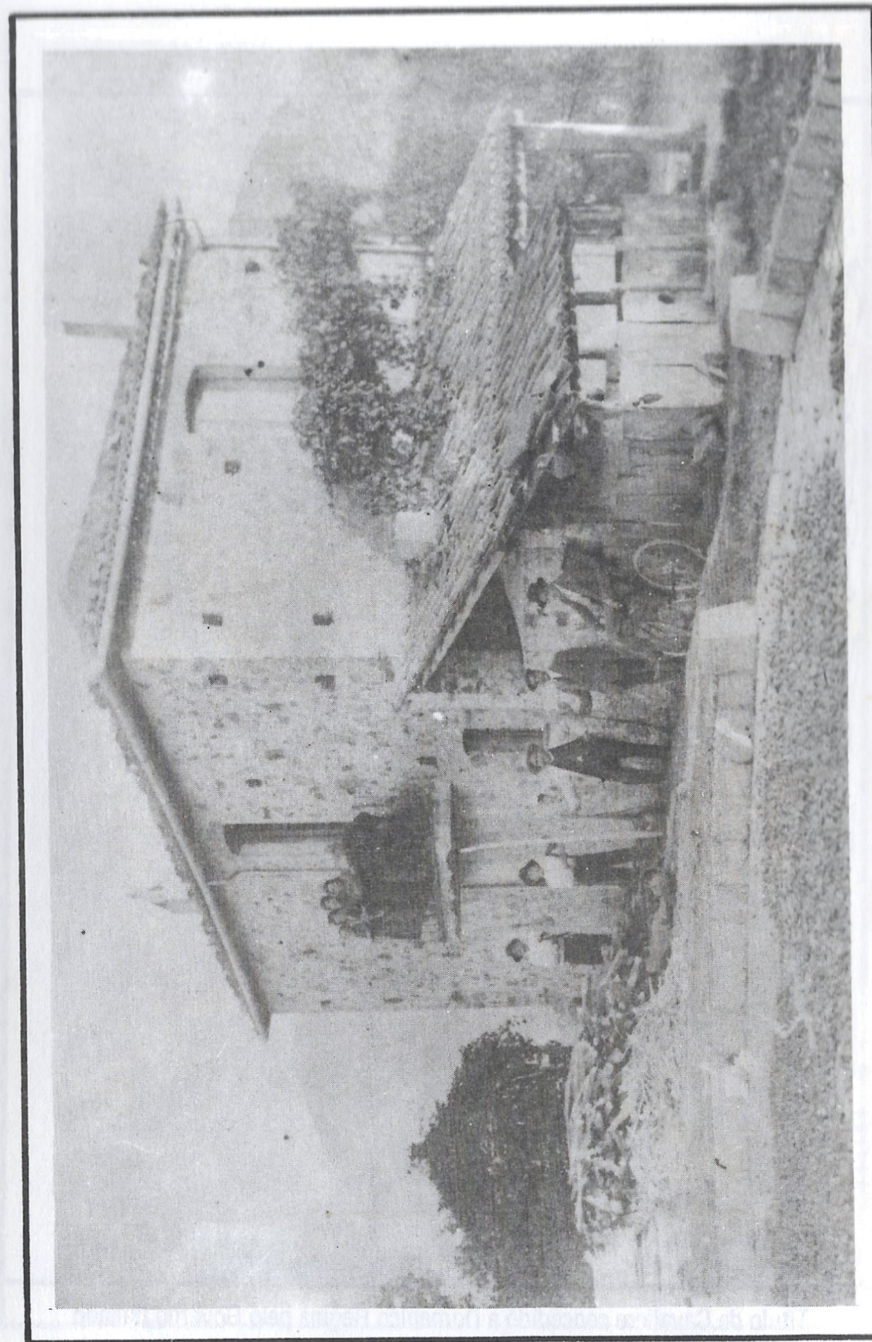
1. MAIOR, Mário Souto e SILVA, Leonardo Danta. (orgs). **Antologia do Carnaval.** Recife: Massangana, 1991. p XIII, XCVII.
2. SILVA, Leonardo Dantas. **O Piano em Pernambuco.** Recife: FUNDARPE, 1987. p. 60.
3. FREYRE, Gilberto. **Um Engenheiro Francês no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
4. DINIZ, Jaime C. **Um Compositor Italiano no Brasil: Joseph Fachinetti,** p. 24.
5. **Diario de Pernambuco** de 23 de abril de 1839.
6. DINIZ, Jaime C. Obra citada, p. 67-68.
7. DINIZ, Jaime C. Obra citada p. 40.
8. DINIZ, Jaime C. Obra citada, p. 108.
9. AZEVEDO, Thales de. Obra citada, p. 32.
10. CELLA, Mario e CADORIN, Severino. Obra citada, p. 97-98.
11. CELLA, Mario e SADORIN, Severino. Obra citada, p. 99-101.
12. **Notas Históricas da Igreja de Nossa Senhora da Penha,** p. 7 e 12.



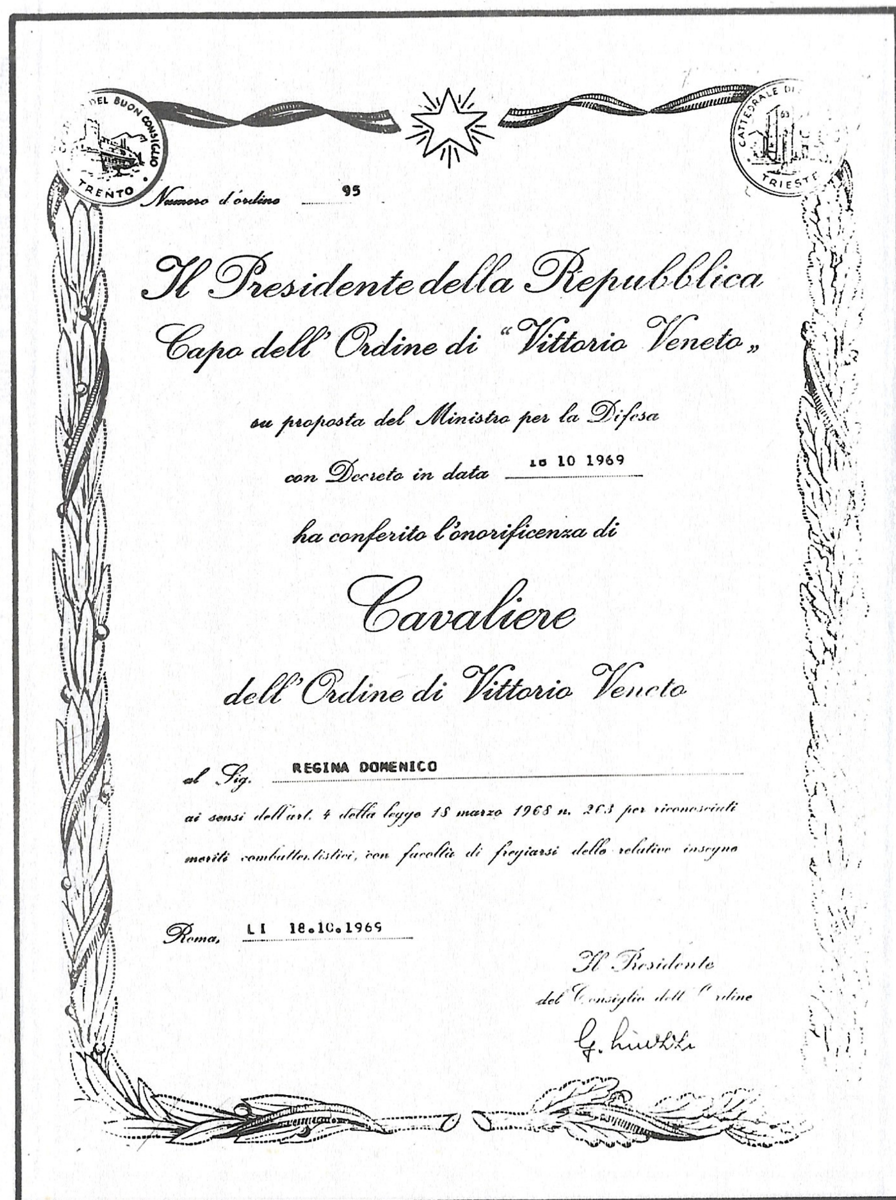
Biaggio e Giuseppina Barbieri



Mariana Grisi



Domenico Regina (o segundo da direita para a esquerda) durante visita a Trecchina, sua terra natal


Numero d'ordine 95

Il Presidente della Repubblica

Capo dell'Ordine di "Vittorio Veneto"

su proposta del Ministro per la Difesa

con Decreto in data 18 10 1969

ha conferito l'onorificenza di

Cavaliere

dell'Ordine di Vittorio Veneto

al Sig. REGINA DOMENICO

ai sensi dell'art. 4 della legge 18 marzo 1968 n. 263 per riconosciuti meriti combattentistici, con facoltà di fregiarsi delle relative insegne

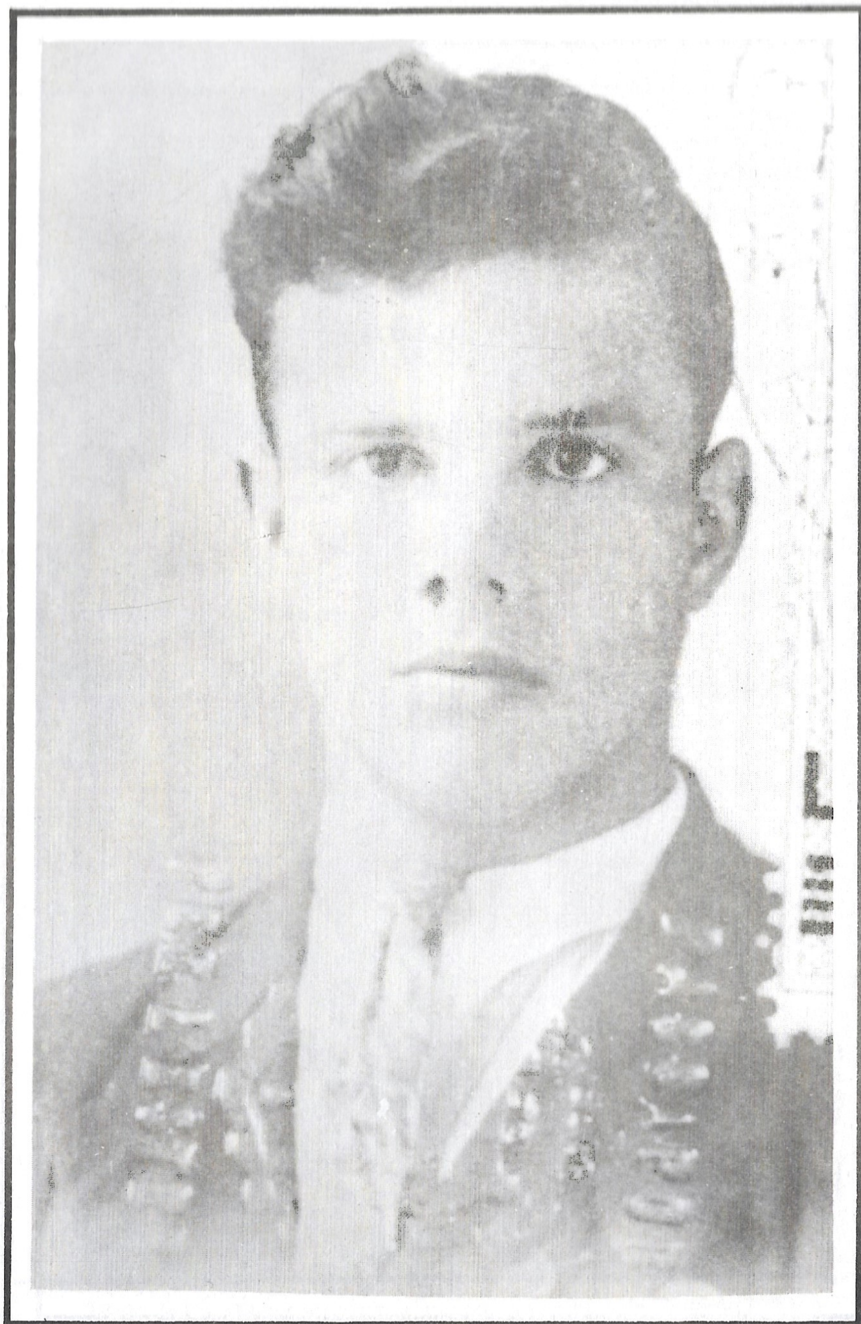
Roma, LI 18.10.1969

Il Presidente
del Consiglio dell'Ordine
G. [illegible]

Título de Cavalière concedido a Domenico Regina pelo Governo Italiano



Domenico Regina com esposa e filhos



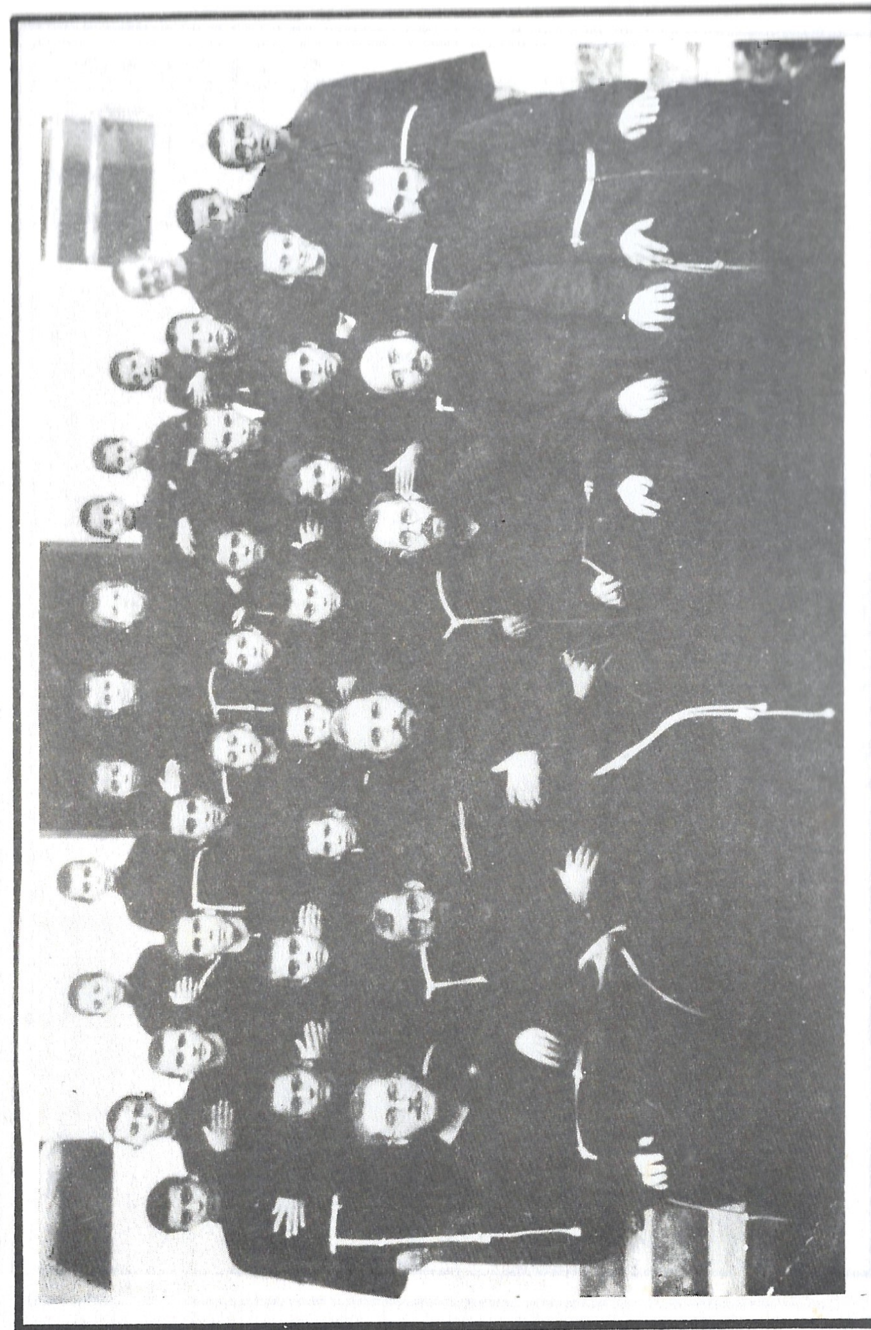
Candido Tognocchi



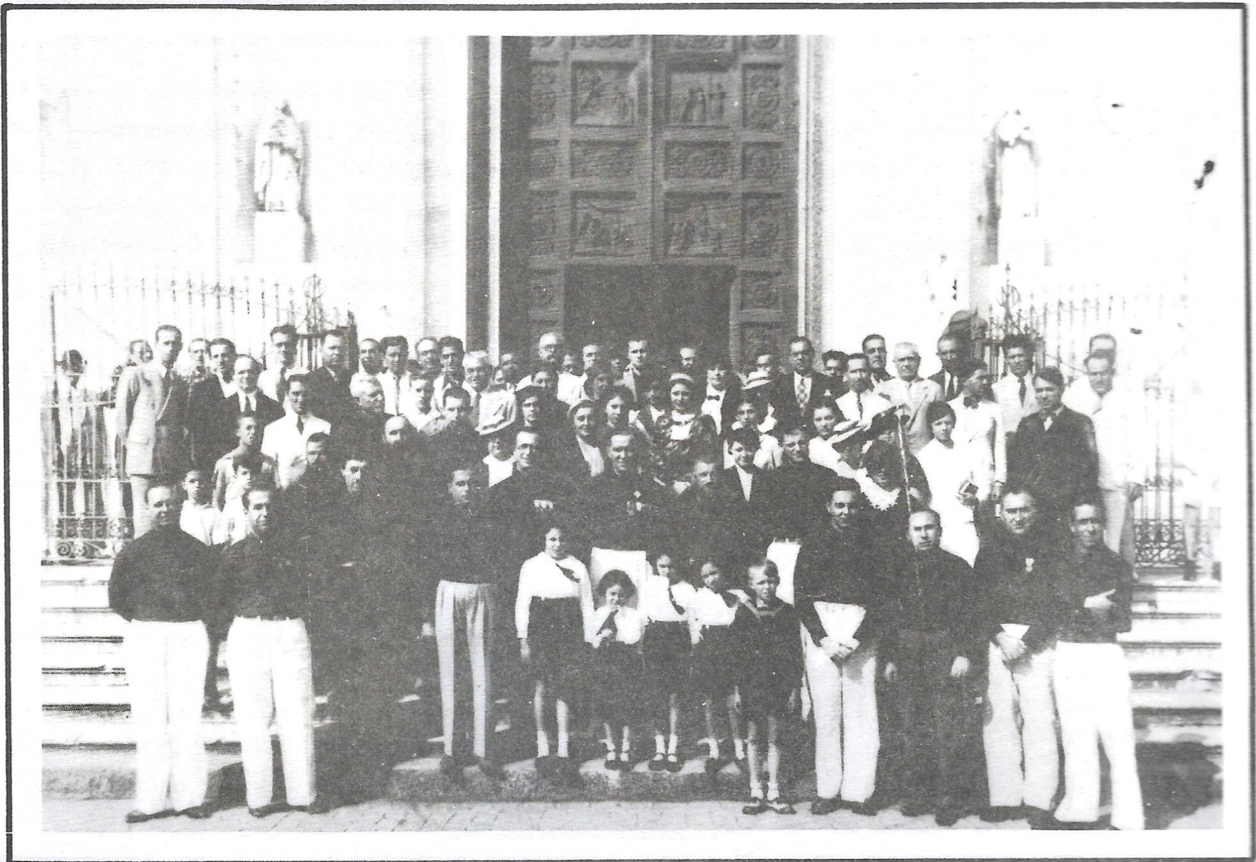
O casal Candido Tognocchi



A **nona** Luzia Tognocchi com sua netinha



Frades e seminaristas capuchinhos, no Recife, na década de 40



Grupo de "camisas pretas" em frente à Igreja da Penha, no Recife



Casal Ugo Falangola



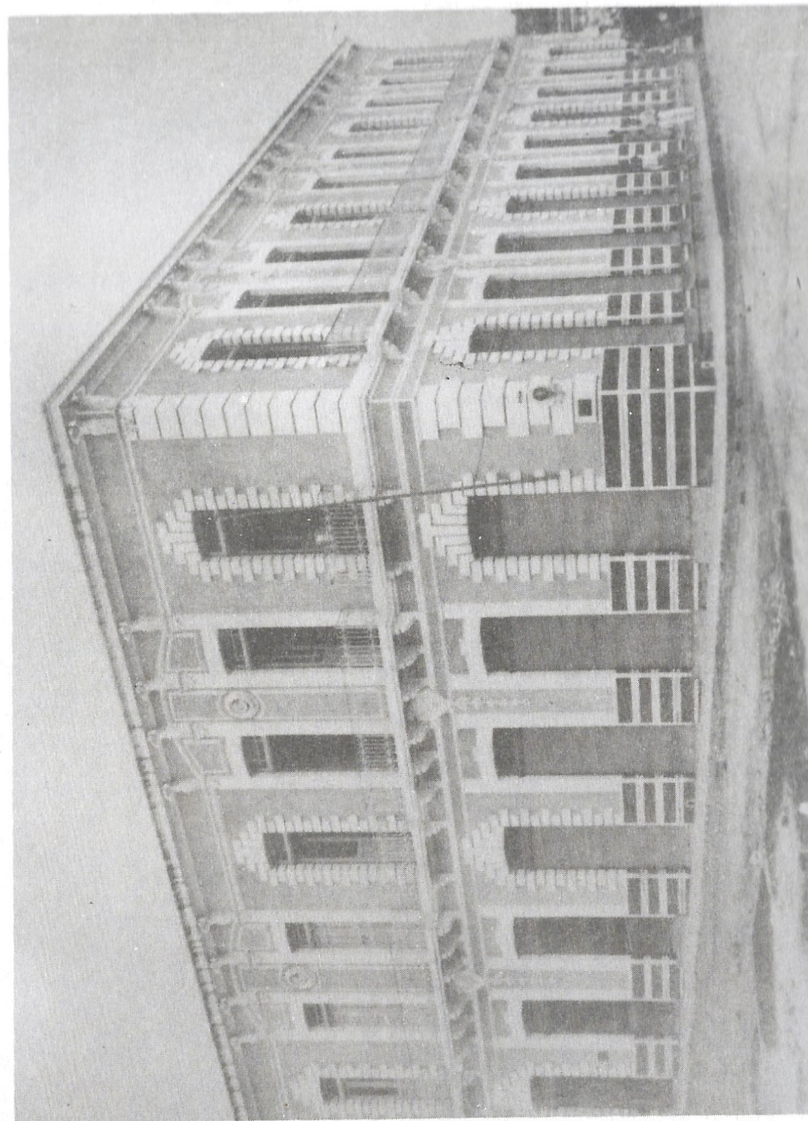
Vicente Grillo e Giustina Scaldaferri por ocasião do casamento, em Trecchina, Itália, em 1921



Vicente Grillo aos 30 anos de idade



Braz Grillo



Edifício Grillo, em Jequié, Bahia



Grupo da família Scaldaferri em 1931



Comendador Battista Scaldaferri e Romilda Rotondono, sua esposa e filha de Giuseppe Rotondono, fundador de Jequié



Governador Lomanto Junior, do Estado da Bahia, ao inaugurar a Avenida Jequié, em Trecchina, Itália

Contribuição Italiana no Período Republicano 1889 - 1990

4.1. A Imigração Italiana na República

Embora a migração de italianos para o Brasil tenha sido intensa desde 1860 e se acentuado depois da unificação italiana, o Nordeste só passou a receber contingentes mais expressivos a partir dos anos 90, com a Proclamação da República; mas nunca teve expressão numérica, como a que ocorria para São Paulo e para o sul do Brasil. Os imigrantes eram recrutados para São Paulo, com as mais fascinantes ofertas, por representantes dos fazendeiros de café que necessitavam de braços para a lavoura, sobretudo depois que o tráfico de escravos entre as províncias foi proibido e houve uma diminuição do número de cativos, com a aplicação da Lei do Ventre Livre. No sul do Brasil os imigrantes eram atraídos pela política de colonização, que lhes oferecia terras e assistência governamental. Para o Nordeste, essa política não chegou a se efetivar; embora tenham sido organizadas companhias colonizadoras, a migração foi feita de forma individual, por pessoas que procuravam uma nova terra onde pudessem trabalhar e enriquecer, contando com o apoio da própria família ou de amigos.

A migração individual era feita, em geral, por jovens do sexo masculino, com idade inferior a 30 anos, que vinham para Salvador ou para o Recife à procura de trabalho no comércio. Muitas vezes eles desembarcavam no Rio de Janeiro e só após algum tempo é que se transferiam para o Nordeste. Mas Recife e Salvador nem sempre eram os pontos terminais destas migrações. Chegados a estas cidades portuárias, eles se dirigiam para cidades próximas, capitais de estado ou centros interioranos que ofereciam possibilidade de trabalho, dentro de suas qualificações profissionais.

Uma vez no Nordeste, se o imigrante tinha sucesso e se estabelecia, quando necessitava de empregados ou de auxiliares, procurava recrutá-los no seu país, na sua aldeia, principalmente entre parentes ou amigos de infância. Enviavam as chamadas "cartas de chamada", verdadeiros convites que eram aceitos com freqüência, devido à situação em que se encontravam na própria terra. No período em estudo – 1890 a 1940 –, a Itália estava superpovoada e sem condições de oferecer oportunidade de emprego aos seus filhos, enquanto o Brasil, país novo e em desenvolvimento, necessitava de braços e procurava essa força de trabalho no exterior. Havia como que um jogo de atração do lado brasileiro e de repulsão do lado italiano.

Na Itália, a opinião pública ficava dividida, havia os que consideravam a emigração um bem para o país, porque atenuava a disputa de trabalho, diminuía o problema do desemprego e desenvolvia atividades econômicas lucrativas, como os

transportes marítimos, uma vez que as companhias de colonização empregavam pessoas para recrutar emigrantes. Além disso, havia um retorno de capital representado pelo dinheiro que os emigrados mandavam para os familiares que haviam ficado à espera de uma oportunidade para migrar ou guardando os bens familiares ou estavam impedidos, por razões diversas, de viajar. O italiano, sempre apegado às suas tradições, procurava manter as pequenas propriedades ou casas, nas aldeias de origem, com os familiares, a fim de desfrutá-las quando, enriquecido, voltasse ao país.

Os grupos interessados na emigração eram muito atuantes, envolvendo homens de negócios, armadores, jornalistas e políticos[1] que sabiam mobilizar a opinião pública em favor da emigração, divulgando relatórios favoráveis à vida no Brasil, escrevendo e editando livros como **Il Paese dell'avvenire**, de F. Branco, **Il Gigante Giacente**, de M. Rodriguez, **La Terra Incantata**, de L. Galvani e **Nuova Terra Promessa**, de F. Rutigliani Guidi, publicados entre 1922 e 1957. Além destes livros de autores italianos, foram traduzidos e divulgados, na Itália, livros de escritores estrangeiros, como Stefan Zweig, **Brasil, País do Futuro**, e do conde de Afonso Celso, **Por que me ufano do meu País**, que eram verdadeiras laudações do Brasil[2].

Mas, ao lado destes, havia os italianos que não concordavam com a migração em massa, chamando a atenção para o fato de que o Brasil era um país tropical, com clima quente e úmido, pouco apropriado para a vida dos europeus; que grassavam várias epidemias e endemias, dentre as quais a que causava maior temor era a febre amarela; a de que o Brasil, como a América Latina em geral, era um país inóspito e que o trabalho seria de verdadeiro desbravamento.

Além de muitos italianos serem desfavoráveis à política de emigração para o Brasil, havia ainda a oferta de oportunidades nos Estados Unidos, na Argentina e na Austrália, países com grandes áreas de clima sub-tropical e temperado, portanto, presumivelmente de mais fácil adaptação para os europeus. Havia ainda um sério problema, sobretudo no Nordeste, a existência, até 1888, do sistema escravocrata, o que fazia temer que os proprietários de terra quisessem tratar os italianos como tratavam os escravos.

Neste grupo que se opunha à emigração, encontravam-se os latifundiários, temerosos da falta de braços ou de aumento do poder de barganha por parte dos camponeses, nos contratos de trabalho. Estes perdiam as terras por não disporem de dinheiro em espécie – a produção camponesa destinava-se sobretudo ao autoabastecimento – para adquirir bens e pagar os impostos, o que provocava até confisco de propriedades[3].

Conforme o maior ou menor poder de pressão das duas correntes, o governo italiano chegou a proibir por algum tempo a migração para o Brasil, como o fez de 13 de março de 1889 a 17 de julho de 1891, devido a um surto de febre amarela, ou a partir de 1908. A proibição foi também feita pela França, de 1875 a 1908, pela Alemanha, de 1859 a 1896, e pela Bélgica, após 1890. Atitudes de represália por considerarem que os migrantes não eram bem tratados aqui[4].

A opinião que eles tinham nem sempre era lisonjeira, sendo, às vezes, pro-

fundamente ofensiva aos brios nacionais, como se observa ao ler o texto que se segue, de F. Nitti, escrito em 1896: "O imenso Brasil é (...) em grande parte, povoado de raças inferiores. Em sua infinita variedade de portugueses, para quem não há hipérbole que baste, os brasileiros acreditam seriamente serem eles os primeiros homens do mundo. Mas para quem conhece a etnografia do Brasil, onde tantas nações degeneraram e onde a escravidão vingou-se, corrompendo os homens livres, não é difícil entender como o único elemento forte e ativo seja representado pelos italianos"[5].

Os migrantes eram das mais diversas regiões, vinham do norte, do Veneto, mas vinham, dominantemente, do sul, de Nápoles, da Calábria e da Sicília. No Nordeste do Brasil é grande o número de italianos originários da pequena cidade de Trecchina, província de Potenza, situada próxima de Nápoles. São originários desta cidade peninsular, Vicente Grillo, o empreendedor e vitorioso comerciante de Jequié, na Bahia, e os irmãos Vita, que se estabeleceram em Salvador e no Recife, fundando fábricas de refrigerantes e águas gasosas, que tiveram grande aceitação na primeira metade do século XX.

Entre os migrantes que se localizaram no Nordeste poucos eram os que dispunham de recursos, como os Grisi, que se estabeleceram em João Pessoa, com casas comerciais, ou os Calabria, que compraram fazendas em Nazaré da Mata, Pernambuco. A maioria, porém, era formada por comerciantes e artífices que procuravam ganhar a vida a partir de posições humildes na escala comercial.

Havia também os que se dedicavam ao comércio ou trabalhavam como empregados em estabelecimentos comerciais, quase sempre de outros italianos, ou se tornavam mascates, pequenos comerciantes que saíam pelas fazendas oferecendo mercadorias. No período colonial, este tipo de comércio era feito por portugueses que depois enriqueceram e se estabeleceram nas cidades. Para designar os italianos, surgiu a expressão "carcamano", que hoje é usada também com os sírio-libaneses que se dedicam ao comércio ambulante. Em suas viagens pelo interior os mascates eram hospedados pelos fregueses – havia poucas pousadas e hotéis – em dependências de suas casas de moradia ou em casas situadas na propriedade. Daí surgiram fortes laços de amizade entre "carcamanos" e fazendeiros, como ocorreu com Carlos de Carli, filho do italiano Caetano de Carli, com senhores de engenho da área, no início do século, na região de Palmares, Pernambuco[6]. O problema da comunicação era fácil, dada a grande semelhança entre o italiano e o português, ambas línguas neolatinas, e também porque os italianos não falavam a língua literária, mas dialetos. Em conseqüência, muitos não aprenderam português durante toda a vida, e muitas vezes havia dificuldade de entendimento entre italianos oriundos de províncias diferentes, falando dialetos diferentes.

Os que vieram para o Nordeste eram em grande parte artesãos das mais diversas especialidades; no setor mecânico, eram numerosos os caldeireiros, funileiros e fundidores, força de trabalho especializada e muito necessária em uma região que se industrializava. De 1880 a 1930, foram implantadas, com subsídios governamentais, numerosas usinas de açúcar que necessitavam de assistência às suas máquinas; além disto, como elas tivessem uma área de fornecimento de cana bem maior

do que os antigos engenhos bangüês, implantaram estradas de ferro particulares, necessitando dispor de oficinas mecânicas e elétricas para conservar e dar assistência às suas máquinas. Foram muitos os italianos contratados como técnicos ou que se estabeleceram com oficinas próprias, nas cidades da área açucareira, para prestar assistência à indústria em ascensão. Quando tinham cursos de escola técnica, feitos na Itália, eram considerados como engenheiros.

Foram famosos também os alfaiates italianos que se estabeleceram nas principais cidades brasileiras, em uma época em que não se generalizara ainda o uso da roupa feita, e montaram alfaiatarias que disputavam a freguesia através da qualidade de sua produção. Os Perrelli, no Recife, tornaram-se famosos como alfaiates de quase todos os governadores e prefeitos da cidade, além de atenderem a industriais, comerciantes, parlamentares e profissionais bem sucedidos. Com eles, concorriam outros italianos, como Imbeloni, Sarubbi, etc. Anexo à alfaiateria, possuíam lojas para venda de tecidos.

Não menos famosos foram os sapateiros que, iniciando-se como artesãos, foram acumulando capital e se transformando em comerciantes, proprietários de sapatarias. Trabalhavam também com a produção de chapéus, de guarda-chuvas, na confecção de camisas e ceroulas, com tipografias, com fabricação de pianos e outros instrumentos musicais, etc.

As dificuldades de adaptação climática foram grandes, uma vez que eles se estabeleceram em um país tropical onde não havia o ritmo das quatro estações, típico dos climas temperados, encontravam apenas a estação das chuvas e o estio, sempre com temperaturas elevadas; em vista disto, não podiam cultivar vegetais típicos do clima temperado, como o trigo e a vinha, essenciais à sua alimentação. Muitas vezes tentaram, sem sucesso, produzir pão de farinha de mandioca até se adaptarem aos beijus e tapiocas dos brasileiros. Os mais pobres e que viviam no meio rural, tiveram que se adaptar, sobretudo nos primeiros tempos, ao feijão com farinha de mandioca, ao arroz e à carne de boi, de bode, de galinha ou de caça com que os brasileiros se alimentavam. Os que viviam no meio urbano e dispunham de recursos, reagiam e se alimentavam de macarrão feito em casa e tomavam vinho, como ocorria com o alfaiate Perrelli que não admitia que em sua mesa se cortasse o macarrão ou se pusesse água no vinho para fazer sangria.

Quanto à religião, os italianos em geral eram católicos apostólicos romanos e freqüentavam a igreja com a maior regularidade; na vida familiar os sacramentos do batismo, da crisma, a comunhão, o casamento e as missas de sétimo dia eram rigorosamente respeitados. Poucos foram os que, na primeira metade do século XX, se tornaram protestantes, e numerosos foram os que se ordenaram, estudando no Colégio Pio Brasileiro, em Roma.

Falando uma língua semelhante à portuguesa, tendo cor branca e sendo católicos, facilmente eles casavam com brasileiras, contribuindo para formar a grande legião de ítalo-brasileiros que em sua imensa maioria não fala o italiano. Na vida familiar eles eram extremamente patriarcais, tendo o chefe de família um grande poder sobre mulher e filhos. Com a sua morte, o filho mais velho o substituía, seguindo quase sempre a mesma profissão, e quando tinha irmãos menores, assumia a responsabilidade pela educação e encaminhamento dos mesmos.

Os italianos eram extrovertidos e gostavam de promover e de participar da alegria nos dias de festividades. Como católicos, participavam ativamente de festas de igreja, tocando seus realejos, organizando barracas de prendas, bebendo e cantando com parentes e amigos. A festa era ocasião tanto para diversão e comunicação com os "patrícios" e com outros grupos étnicos, como para ganhar dinheiro. Eram racistas em relação às pessoas de cor, como em geral o eram os brasileiros.

No carnaval, festa popular e em que há uma grande participação de pessoas que se descontraem, os italianos tiveram, desde os primeiros tempos de sua chegada ao Brasil, uma grande participação; uma das apresentações populares mais características do folclore carnavalesco nordestino é o "La Ursa", apontado como uma inovação italiana. Os "La Ursa" desfilam ainda hoje nos carnavais ao lado de blocos e troças. A tradição atribui a introdução do urso a um italiano e existe uma modinha de carnaval que tem a seguinte quadra:

> Viemos da Itália
> Não trouxemos roupa
> Trouxemos este urso
> Enrolado na estopa.

O grupo compreende um homem fantasiado de urso, com roupa feita de estopa, e um outro, chamado geralmente de domador, italiano ou comandante, que o guia com uma corrente, provocando o animal para que ele dance, emita sons próprios e avance para os que estão perto, como se fosse atacá-los. A terceira figura é a do caçador que, munido de velha espingarda, atira, dando a entender que sua missão é impedir a fuga do urso. Figuras secundárias seriam o arrecadador, o porta-bandeira, as damas de honra, as balizas, o malabarista e uma banda de música, onde, dentre outros instrumentos, há sempre uma sanfona[7]. Duas tradições tentam explicar a origem da "La Ursa": a primeira de que ele surgira porque um italiano desfilara com um urso no carnaval e um lutador, Floriano Peixoto, filho do presidente da República, o teria desafiado e lutado com o urso, e a segunda é que desde o período colonial havia italianos trabalhando nos engenhos de açúcar e que eles se divertiam formando grupos que traziam um urso em suas festas. De qualquer forma para a pesquisadora norte-americana Katarina Real, o "La Ursa" é uma contribuição italiana ao carnaval nordestino, a tal ponto que a figura do domador é representada por um "italiano" com grandes bigodes, e há sempre referência a um italiano como a pessoa que estimula o urso a andar e a dançar.

Se a maioria desses migrantes chegou pobre ao Nordeste, convém salientar que, trabalhadores e econômicos, eles procuraram sempre se promover socialmente. Analisando-se os vários casos, tanto individuais como familiares, vê-se que a maioria, ao chegar aqui, trabalhou como empregado de brasileiros ou, mais freqüentemente, de italianos que já se encontravam no país. Com o tempo, porém, foram evoluindo e se estabelecendo. Alguns deles, como Domingos Grisi, na Paraíba, Caetano di Carli, em Pernambuco, e Vicente Grillo, na Bahia, se tornaram gran-

des empresários e proprietários de fortunas expressivas. Sempre disciplinados, tinham uma grande preocupação com a família, fazendo com que os filhos se encaminhassem ou para o próprio negócio, ou para profissões liberais que permitissem uma ascensão social. É comum encontrarem-se engenheiros, médicos, advogados, professores universitários, dentistas, agrônomos, filhos de italianos que trabalharam inicialmente como engraxates, funileiros, caldeireiros, alfaiates, pintores de parede, etc; eles se orgulham da origem e salientam que a ascensão social resultou tanto dos seus próprios esforços, como dos cuidados e sacrifícios dos pais.

Há também um grande contingente de ítalo-brasileiros na política, sendo comum encontrar, mesmo em cidades onde eles são uma minoria inexpressiva, descendentes de italianos de primeira ou segunda gerações como prefeitos e vereadores, como se verá no capítulo 4.7.

A distribuição geográfica dos colonos italianos no Nordeste foi feita de forma pouco equitativa, havendo estados, como Pernambuco, Bahia e Ceará que receberam um número mais expressivo, entre 1890 e 1930, e estados que receberam pequeno número, como Sergipe, Maranhão e Piauí. Documento divulgado em 1932 procura detalhar a distribuição de italianos pelos estados do Norte e Nordeste[8], indicando a existência de instituições italianas, de sociedades da própria colônia e da atuação do Partido Fascista, que se constituem excelentes fontes de informações.

Na relação de pessoas importantes, encontram-se os nomes dos líderes das várias colônias e das atividades comerciais e industriais por eles desenvolvidas. Assim, no Recife, onde havia uma Câmara Italiana de Comércio para o Norte do Brasil, fundada em 1 de setembro de 1921, funcionando no edifício-sede do Banco Francês e Italiano, destacavam-se Francesco Vita, da fábrica de gasosas Fratelli Vita, Ezigi Pacífico, do ramo de calçados, Arnaldo Remies, que presidiu o **fascio**, Rafael Abenante, da Fundição Vesúvio, N. Falcone, negociante de perfumes e álcool, Raffaele Romano e Oreste Novelino, proprietários da famosa Confeitaria Helvética, Francesco Cribari, Rafael Adobati, da Fábrica Iolanda, fiação de cordões, F. Conte, com metalurgia, Antonio Chiappeta, comerciante, Andréa dall'Olio e Clodomiro Pandolfi. Além deste grupo, atuando no Recife, havia expressiva colônia em cidades como Nazaré da Mata e Palmares.

Na Bahia também se localizava uma importante colônia italiana, liderada por Giuseppe Vita, com fábrica de cristais e de águas gasosas, Caetano Ricci, com comércio de calçados, Giuseppe Alfaro, o importador e exportador Scaldaferri, Linguanotti, com fábrica de massas alimentícias e Umberto Savastaro, alfaiate. No interior havia uma forte presença deles em Jequié, como os Grillo, os Lomanto e os Orrico, em Poções, com os Sarno e San Felice, em Morro do Chapéu, com os Grassi[9], e em outros centros.

No Ceará a colônia era importante, contando, entre outros, com Francesco Angelo, comerciante de calçados (Casa Veneza), Felice Cansonne, com representações comericiais, Angelo Rattacaso, com representação de automóveis, Carlos Selmidei, que trabalhava na Casa Milano, representante da FIAT no Ceará, Antonio Russo, com comestíveis, e José Garofalo, com importações.

Era bem expressiva a presença italiana nas Alagoas, onde eram grandes comerciantes Antonio e Vicenzo Gerbasi, Raffaelo Perreli, com comércio de calçados, tecidos e perfumes, Francesco Maimone, Ruggero Gazzaneo e Antônio Marsigli, comerciantes de calçados, Pasquale Savestano e Antonio Perrelli, com alfaiatarias e Giuseppe Ponsi, com caldeiraria.

Na Paraíba, onde havia comerciantes, industriais e construtores italianos, nas primeiras décadas do século[10], destacavam-se, nos fins dos anos 20, os alfaiates Matteo Zacara e Braz Cortisani, Vicente Cozza, que na Casa Vesúvio negociava com tecidos, armarinho e perfumaria, Hermenegildo di Lascio, que, como arquiteto, se destacou no setor da construção civil, ao lado de Giovanni Gioia, o alfaiete Luigi Lianza e o proprietário de ótica, Vicente Dalia. Vicente Fanizola foi proprietário em Mamanguape, onde tentou desenvolver, em 1912, a industrialização da maniçoba.

Também era expressiva a colônia no Rio Grande do Norte, onde Guglielmo Lettieri fazia expressivo comércio de importação e exportação, Michele Barra negociava com tecidos, perfumes e jóias, Tomaso Babini era músico e professor na Escola Normal e na famosa Escola Doméstica, Amadeu Geraldi era alfaiate, Giovanni Fulco tinha tinturaria e lavandeira e Giovanni Faraci, relojoaria, joalharia e ótica.

Em Sergipe, onde a migração italiana foi pouco expressiva, destacava-se Nicola Mandarino, comerciante de importação e exportação, cônsul honorário da Itália por vários anos e homem muito prejudicado e visado nos acontecimentos de 1942, quando, em conseqüência do torpedeamento de navios brasileiros, pelos alemães, teve suas casas comerciais depredadas. Havia em Aracaju, capital do Estado, um Colégio Salesiano onde trabalhavam, em 1930, os padres italianos Estêvão Giorgi e Leonides Spinola. Muito importante, nas primeiras décadas do século, foi a presença de arquitetos que realizaram a reforma do palácio do governo e construíram, em novos estilos, residências de pessoas ricas[1].

No Maranhão, a ação maior dos italianos ficou no campo religioso, com padres combonianos, franciscanos, barnabitas e Pobres Servos da Divina Providência e com as irmãs filhas de Santana, dorotéias, capuchinhas de Madre Rubatto, oblatas do Sagrado Coração de Jesus ou ursulinas de Somasco. Não se pode esquecer, porém, o arquiteto e artista José Vita, o pintor Luís Dovera e o Padre Vitorino di Cassino d'Alberdi, que, sendo capelão do Cemitério Maior de Milão, em abril de 1945, procedeu ao sepultamento do Duce Benito Mussolini e de sua companheira Clara Petacci[12].

No Piauí, onde as atividades econômicas não tiveram forças para atrair um maior número de imigrantes, pode-se salientar a presença italiana com as famílias Gerbasi, Cantarelli e Marsigli, na área de Picos, que, segundo a tradição, teriam introduzido o arado a tração animal e iniciado as culturas irrigadas no sertão piauiense.

Os italianos, apesar de se integrarem facilmente à sociedade brasileira, não esquecem a pátria de origem e é comum dentre os que dispõem de recursos, viajar periodicamente à Europa, visitando os parentes, os amigos, as aldeias e cidades de onde são originários. Caso interessante é o de Vicente Grillo que, ao tornar-se grande comerciante, procurou aproximar a comunidade de Jequié, onde tinha suas pro-

priedades e negócios, da cidade de Trecchina, de onde era originário, onde tinha parentes e onde residia sua mulher e seus filhos. Migrando moço, para o Brasil, aqui se instalou e fez fortuna, voltando à Itália para casar-se. Casou com uma jovem de sua cidade e dela teve três filhos, mas ela nunca veio ao Brasil, temerosa da febre amarela, inicialmente, e, posteriormente, por outras razões. Dos filhos do casal apenas Benito Grillo veio para o Brasil e aqui se radicou até os dias atuais.

Em casa com os familiares falavam o seu dialeto, mas os filhos, frequentando colégios brasileiros e convivendo com colegas brasileiros, logo aprendiam o português e perdiam o interesse pelo dialeto. Só posteriormente é que o idioma passou a ser ensinado por sociedades italianas ou pelo próprio consulado. Na Bahia, por exemplo, a Associação Cultural Ítalo-Brasileira vem ensinando o italiano há mais de 40 anos, tendo este ensino ficado sob a responsabilidade dos professores Maria Luigia Magnavita e de seu esposo Romano Galeffi, ambos professores da Universidade Federal da Bahia. Em Pernambuco, este trabalho é desenvolvido pelo Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri, que publica o **Dantenotizie**, sob a responsabilidade de Antonio Marzo, Adriana Romano e Luiz Xavier, e pelo Instituto de Cultura Brasil-Itália, que promove cursos de língua e cultura italiana, exposições, conferências, seminários, etc.

Nestas sociedades são realizados encontros fraternais entre italianos, ítalo-brasileiros e brasileiros, com eventos culturais e recreativos, inclusive com jogos que lembram a vida na Itália.

De um modo geral, eles procuram se afirmar, ao mesmo tempo, como cidadãos brasileiros e italianos, muitos possuindo os dois passaportes, mas sem esquecerem as ligações com a pátria de origem; estão sempre preocupados e acompanhando os acontecimentos políticos, esportivos e sócio-econômicos da Itália. O consulado geral no Recife e o vice-consulado e agências consulares, nas demais capitais de estados do Nordeste, dão assistência aos seus cidadãos e atendem à demanda dos descendentes de italianos, ou dos cidadãos brasileiros que desejam obter bolsas de estudo ou realizar negócios na Itália. Muitas vezes, porém, os italianos radicados no Nordeste do Brasil se queixam de que a Itália, hoje um país rico, não dá aos mesmos a atenção que julgam merecer.

NOTAS:

1. IANNI, Constantino. **Homens sem Paz.** Os Conflitos e os Bastidores da Emigração Italiana, São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1963. p. 13-53.
2. AVELLA, Nello. "O Brasil fora do Brasil" A Maneira Italiana de ver o Brasil (1500-1945). **Revista Resgate.** Campinas: Comunicações, vol II, 1991. p. 70-77.
3. TRENTO, Angelo. **Do Outro Lado do Atlântico.** Um Século de Imigração Italiana no Brasil. São Paulo; Nobel, 1989. p. 30-34.
4. TRENTO, Angelo. Obra citada, p. 31-32.
5. TRENTO, Angelo. Obra citada, p. 32.
6. ANRADE, Manuel Correia de Italianos em Pernambuco, in **Presença Italiana no Brasil**, p. 115-116.
7. REAL, Katarina. **O Folclore no Carnaval do Recife**, Recife: Massangana, 1990. p. 111-118.
8. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio (Editore-Compilatori) **Gli Italiani nel Nord del Brasile**, Belém: Livraria Gilet, 1932.
9. CUNEGUNDES, Jubiliano. **Morro do Chapéu.** 2 edição. Morro do Chapéu, 1981. p. 16-22.
10. PONSI, Alfio. **Presença Italiana na Paraíba**, Rio de Janeiro: Achimé, 1989. p. 63.
11. Entrevista do Prof. Fernando Porto, da Universidade Federal de Sergipe.
12. CELLA, Mário e CADORIN, Severino. Obra citada, p. 91-102.

4.2 Os Capuchinhos Italianos no Nordeste Republicano

A Proclamação da República foi feita por um golpe militar, a 15 de novembro de 1889, na ocasião em que já se sentia o enfraquecimento da monarquia, mas ainda se esperava que ela subsistisse até a morte do velho imperador. Praticamente não houve resistência ao golpe, embora existisse um forte sentimento monárquico na população, sobretudo entre os mais humildes que não podiam compreender um governo sem um rei.

Para os grupos mais intelectualizados, à surpresa com a proclamação se seguiria a expectativa sobre a forma que teria a estrutura nacional e quais as repercussões que se fariam sentir na sociedade, ainda muito hierarquizada em vários estratos sociais. Dos problemas que preocuparam os grupos mais conservadores e os religiosos, sobretudo, talvez o maior fosse o das relações entre o Estado e a Igreja, sabendo-se que a República se propunha a fazer a separação entre as duas instituições, a conceder liberdade de manifestação pública a outras religiões, estabelecer a secularização dos cemitérios e a instituição do casamento civil, que, para muitos, era apenas um contrato, contrastando com o casamento religioso que era um sacramento. O governo deixaria de nomear os bispos, de interferir na vigência das determinações papais e de financiar as dioceses e ordens religiosas.

O clero, por sua vez, passaria a depender apenas dos seus superiores hierárquicos – dos bispos para o clero secular e dos superiores das ordens religiosas para o clero regular. Desapareceriam também as determinações imperiais que impediam o ingresso de jovens brasileiros nos seminários; estes, daí em diante, poderiam substituir os religiosos estrangeiros, gradativamente, nas missões.

Os capuchinhos italianos que atuavam no país continuavam voltados para duas atividades: o trabalho de catequese com os indígenas ainda selvagens e a pregação das "santas missões", nas regiões mais distantes e com menos acesso aos padres, e em pequenos povoados onde os padres seculares não desenvolviam uma vigilância maior sobre as suas ovelhas. Na maior porção do Nordeste os grupos indígenas já haviam sido destruídos ou dispersos pela ação dos colonizadores, reduzindo-se a pequenos núcleos; sendo assim, voltaram-se os capuchinhos para o Maranhão, que, ligado à Amazônia, possuía grandes florestas ocupadas por grupos nativos e sem maiores contatos com os colonizadores. (Fig. nº 5).



Fig. 5 O Nordeste e suas divisões políticas.

O Maranhão e o Piauí vinham sendo povoados por correntes de migrantes oriundas da Bahia[1], que conduziam boiadas e tomavam as terras das tribos indígenas para estabelecer pastagens. Estes povoadores atuavam com a maior violência contra os indígenas, valendo-se da superioridade das armas e das rivalidades existentes entre tribos e nações, apoiando uma na guerra contra outras e, após a vitória, voltando-se contra os próprios aliados. Nas primeiras décadas do século XIX, eles já haviam transporto o rio Parnaíba e fundado a povoação de Pastos Bons, no Maranhão, seguindo para o oeste até o rio Tocantins, onde fundaram a povoação de Carolina[2]. Só posteriormente, descendo o Grajaú e o Mearim, chegaram ao golfão maranhense e estabeleceram contato com São Luís, iniciando a integração da província.

A existência de muitos índios e a informação da crueldade dispensada aos mesmos, pelos colonos, levaram os capuchinhos a se interessarem em voltar ao Maranhão e desenvolverem aí e no Pará a atividade de catequese. No período imperial, os trabalhos já haviam sido iniciados por frei Doroteu de Dronero e por frei Pedro Maria de Brá, mas se intensificaram após a Proclamação da República, quando, em 1891, foram enviados para lá os frades lombardos, frei Vito de Martinengo, frei Mansueto de Provenanza, frei Emiliano, frei Samuel e os irmãos, frei Daniel de Clasone e Paulo de Trescorre[3].

Iniciaram a catequese, contando com o apoio do bispo e se estabeleceram na igreja de Santo Antônio e, em seguida, no convento do Carmo. Em 1894, tornaram-se independentes da prefeitura da Penha, do Recife, e passaram a desenvolver missões no interior, nos vales do Itapecuru e do Mearim, e a entrar em contato com os indígenas. Chegaram até Barra do Corda e logo depois estabeleceram uma residência na localidade. Para aprofundar o trabalho, escolheram um lugar estratégico, do ponto de vista de contato com os indígenas, sobretudo da nação guajajara, e criaram um colégio em Alto Alegre para onde levaram, em 1899, as Irmãs Terceiras Franciscanas. Com o colégio, expandiram a educação e recrutaram filhos de indígenas que quisessem estudar e aprender ofícios manuais, construindo edifícios e igrejas.

A conversão e educação dos índios, como era de esperar, intrigou os colonos que, em pequeno número mas bem armados, se espalharam com seus escravos e aliados pela região e passaram a desenvolver grande campanha contra os religiosos, instigando os grupos indígenas mais belicosos a combatê-los. Os colonos compreenderam que a atuação dos padres se expandia de forma tentacular, confrontando os seus interesses e reduzindo o seu espaço de ação. Isso porque, além de se estabelecerem em Barra do Corda e em Alto Alegre, eles já haviam trabalhado na colônia indígena de São Pedro de Pindaré[4] e no Tocantins. Tratando de dificultar o trabalho dos capuchinhos e considerando o colégio de Alto Alegre o alvo de maior importância e mais vulnerável, o atacaram a 13 de março de 1901, fazendo um tremendo massacre. O colégio tinha tanto prestígio e renome que muitas famílias de Grajaú e de Barra do Corda enviavam seus filhos para o internato, onde conviviam com as crianças indígenas. Aí, além do colégio – um edifício assobradado –, da igreja e da residência dos padres e freiras, havia máquinas para beneficiamento de arroz, mandioca, cana-de-açúcar e algodão. Estas máquinas permitiram o desenvolvimento da agricultura nos arredores da povoação, contribuindo para o seu auto-abastecimento e para a formação dos jovens confiados aos capuchinhos. No colégio viviam, internos, 43 alunos índios.

No massacre realizado por grupos indígenas, na madrugada do dia 13 de março de 1901, foram mortos cerca de 4 frades, 7 irmãs e 200 cristãos que estavam ligados ao empreendimento. Admite-se que os índios revoltodos tenham sido aconselhados por colonos, inimigos dos frades, mas frei Metódio de Nembro considera

como causas presumíveis[5] as que se seguem:

1) – O ódio dos homens ímpios que açulavam os índios contra os missionários;
2) – A vida escandalosa destes mesmos cidadãos, condenada na pregação evangélica;
3) – O prejuízo pecuniário de pessoas que, pagando o trabalho dos índios com enganos e cachaça, ficaram privadas dos trabalhadores que, em Alto Alegre, recebiam justa remuneração do trabalho;
4) – O temor de que os missionários viessem a ter preponderância em Barra do Corda e Grajaú;
5) – A ignorância maliciosa dos índios e o desejo de pilhagem da parte dos mesmos, excitados pela aguardente.

Mas o grande revés não criou desânimo entre os capuchinhos, o trabalho deles continuou pelos sertãos mais inóspitos, procurando atrair indígenas, assisti-los, confortá-los e levar a religião aos colonos que viviam dispersos e sem assistência religiosa, em áreas despovoadas ou em povoações inexpressivas.

Um outro problema com que os missionários se defrontavam era o da propaganda de religiões não católicas, como a protestante, a espírita e a teosófica. Os protestantes atuavam também como missionários, enviados e financiados por instituições norte-americanas e inglesas, que critivavam a religião católica e os padres, sob a alegação de que eram idólatras e ofendiam ao verdadeiro Deus dos cristãos, convidando católicos indecisos a se converterem, lendo e aprendendo as palavras da Bíblia Sagrada e se batizando por imersão. Apesar do domínio do analfabetismo, os protestantes distribuíam exemplares da Bíblia e estimulavam os convertidos a se alfabetizarem para lerem a "palavra de Deus". Para efetivarem mais fortemente a nova crença, aconselhavam seus fiéis a quebrarem imagens, como novos iconoclastas, e a hostilizarem os padres e fiéis católicos. Estes, por sua vez, temerosos da perda de espaço, acusavam os missionários protestantes de utilizarem abundantes recursos, de serem inimigos da Virgem Maria, Mãe de Deus, e de se constituírem uma ameaça ao país. Foram necessários dezenas e dezenas de anos para que católicos e protestantes pudessem conviver no atual ecumenismo.

O espiritismo encontrava raízes na velha magia dos indígenas e no culto e respeito aos antepassados, mas se apresentava, sobretudo nos meios mais instruídos, através da doutrina de Alan Kardec; o espírita se personificava através de sessões em que os médiuns eram possuídos por espíritos e transmitiam os desejos dos mesmos. O contato com os mortos, as ligações sobrenaturais eram, naturalmente, uma constante atração para pessoas que queriam alcançar promessas e realizar sonhos e desejos.

Os estudos teosóficos e positivistas se difundiram a partir da segunda metade do século XIX, mas ficaram limitados às camadas médias e altas da população, chegando ao povo através de lideranças locais.

Tudo isto amedrontava os padres capuchinhos que, imbuídos de concepções católicas medievais, temiam que seus fiéis pecassem e fossem conduzidos, após a morte, ao "fogo do inferno". Ainda hoje, frei Damião de Bolzano, pregador incansável dos sertões nordestinos, transmite a seus fiéis este tipo de sermão e de ideologia.

O nível de povoamento do Maranhão e os problemas enfrentados pelo bispo D. Helvécio Gomes de Oliveira, de São Luís, para administrar uma diocese quase duas vezes maior do que a Itália, levaram o mesmo a apoiar e a solicitar a criação de uma prelazia **nullius**, que comprendesse o sul e o oeste do Maranhão. Esta prelazia foi criada com o nome de São José de Grajaú, em 1922[6]. Seu primeiro titular ou administrador apostólico foi frei Roberto Colombo, que a estruturou e dirigiu até a morte, em 1927.

Ele chegou da Itália, em 1898, trabalhando inicialmente no Pará e em seguida no Ceará (Canindé), passando depois a trabalhar em Barra do Corda, dirigindo várias paróquias, indo depois para São Luís e Fortaleza, sendo, após a conclusão da Primeira Guerra Mundial, designado Superior Regular de toda a missão, que se estendia do Ceará ao Pará, Administrador Apostólico da prelazia e eleito bispo, em 1924, sendo sagrado no ano seguinte em São Luís[7].

Os trabalhos do bispo eram muito grandes, uma vez que a prelazia se estendia por 160.000 km^2, sendo habitada, em 1920, por cerca de 110.000 hab, dos quais 5.300 eram índios. A população indígena ia perdendo importância percentual à proporção que aumentava a imigração oriunda da região semi-árida, sendo eles dizimados e expropriados.

O trabalho do bispo consistia em organizar as paróquias que formavam a prelazia, fazendo visitas pastorais e desenvolvendo missões, ao mesmo tempo em que construía igrejas, capelas, orfanatos e escolas, às vezes em colaboração com o Estado. As visitas pastorais eram muito penosas porque feitas em viagens de centenas de quilômetros à procura de núcleos populacionais situados a dezenas de quilômetros uns dos outros e por estradas que eram verdadeiras trilhas. Eram viagens feitas a cavalo, a pé ou de barco, nos rios navegáveis. Muitas vezes o bispo e seu secretário pernoitavam no campo, dormindo em redes armadas em árvores e expostos ao tempo e ao ataque dos animais da floresta.

A equipe, porém, era de bom nível e de elevada dedicação, formada dominantemente por capuchinhos, como frei Emiliano Lonati, de Brescia, frei Francisco, de Chiaravalle, frei Josué, de Monza e outros, aos quais foram se agregando religiosos brasileiros, à proporção que entravam para o seminário, após a permissão de entrada de noviços nos seminários e conventos do Brasil, e se ordenavam. Entre as freguesias que se desenvolveram no bispado de D. Roberto Colombo, destacaram-se as de Carolina e de Imperatriz, nas margens do Tocantins, e a de Barra do Corda.

Após a sua morte, D. Roberto Colombo foi substituído no governo da prelazia por frei Emiliano Lobati, de Brescia, que intensificou o trabalho de catequese, contatando o resto de indígenas que ainda se mantinham nas florestas, estreitando as relações entre as paróquias, melhorando a infra-estrutura de ensino e assistência social e difundindo a fé católica.

A ação protestante também se intensificou, com a implantação de uma Missão Batista em Carolina, que atuou fortemente no sul do Maranhão, se conectando com uma outra, instalada em Corrente, no sul do Piauí, onde, com o apoio do senador Joaquim Nogueira Paranaguá, foi implantado o Instituto Batista Industrial.

Na década de 20, tiveram repercussão na prelazia os acontecimentos revolucionários de São Paulo e Rio Grande do Sul, quando uma coluna revolucionária, dirigida por Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, resolveu fazer uma memorável marcha pelo interior do Brasil, procurando levantar as populações rurais contra o governo Artur Bernardes e, se possível, atacar o Rio de Janeiro. Foi uma marcha épica que durou três anos (1924/27), partindo do Rio Grande do Sul, atravessando o Paraguai, o Mato Grosso, Goiás e invadindo o Maranhão. As populações, amedrontadas, abandonavam suas habitações e seus pertences e se refugiavam na floresta, temendo a ação dos revolucionários, que sofriam uma intensa campanha de difamação por parte do governo e do clero. Além disto, requisitando cavalos para o próprio transporte e bois e bodes para alimentação da tropa, os revolucionários eram apontados como ladrões e amedrontavam os habitantes[8]. Passada a marcha, quando eles se internaram no Piauí e daí seguiram para o Ceará, conseguiram os capuchinhos reorganizar as populações que lhes eram obedientes. Mas os traumas que as atingiram contribuíram para desorganizar a estrutura eclesiástica existente.

O crescimento populacional, a abertura de estradas carroçáveis, a transformação da agricultura tradicional e de auto-consumo em agricultura de mercado, o melhoramento técnico da pecuária e a intensificação das migrações para o Maranhão, levaram as autoridades eclesiásticas a pensar em um novo desmembramento; desta vez, da prelazia de Grajaú, fazendo com que a porção setentrional do seu território fosse, em 1940, transformado em uma nova prelazia, com sede em Pinheiro.

Frei Emiliano, de Brescia, que também foi eleito bispo e foi consagrado em sua cidade natal, na Itália, compreendeu a necessidade da divisão da prelazia de que era titular, e pôde melhor concentrar os seus frades nas paróquias que permaneceram na mesma. Dentre estes, podem ser destacados frei Adriano de Zanica e frei Tomás, de Stezzano, que cuidaram tanto dos indígenas, da catequese, como da assistência aos diocesanos. Com a criação da prelazia de Guamá, no Pará, entregue aos barnabitas, e a de Pinheiro, entregue aos missionários do Sagrado Coração de Jesus, foram liberados frades capuchinhos para trabalhar na de São José de Grajaú.

Ocorre, porém, que os atos de transferência se deram às vésperas da Segunda Guerra Mundial, que suspendeu o fluxo de religiosos da Europa para o Brasil, fazendo com que os frades permanecessem nos pontos que ocupavam, até 1945, quando as transferências foram autorizadas. Imagine-se os problemas que foram enfrentados por missionários italianos no período em que o Brasil esteve em guerra contra os países do Eixo, entre eles a Itália, passando os mesmos a ser considerados como súditos de um país inimigo e, em conseqüência, suspeitos de qualquer ato contra o Brasil.

Passada a Guerra e dinamizada a construção de estradas e a elevação de numerosas vilas e povoações a cidades, a prelazia de Grajaú modernizou-se, com a multiplicação de paróquias quase sempre coincidindo com os municípios implantados. O número de missionários estrangeiros vem caindo, em comparação com o de padres seculares e de religiosos que desenvolvem o seu trabalho na prelazia; o território da mesma também foi desmembrado com a criação de outras prelazias, como a de Balsas.

No Ceará, a ação dos capuchinhos italianos foi bem menos expressiva que no

Maranhão. Eles se estabeleceram no Estado, em 1898, e, a convite do bispo, D. Joaquim Vieira, lhes foi confiado o santuário de São Francisco de Canindé, que era um centro de peregrinação desde os meados do século XVIII e estivera, durante o Império, sob a administração do governo. Inicialmente, frei David de Desenzano e frei Mansueto de Preveranza realizaram missões no território cearense, sobretudo na porção ocidental do vale do Acaraú e da serra da Ibiapaba[9]. Ao lhes ser confiada a administração do santuário e da paróquia de Canindé, os capuchinhos instalaram nela seis frades e dois irmãos leigos, passando a orientar os romeiros que para lá afluíam em grande quantidade.

No período em que estiveram à frente do mesmo, os capuchinhos italianos realizaram um belo trabalho, construindo uma igreja em estilo renascentista, com grande imponência, tendo ao lado a casa de São Francisco, que servia de residência aos religiosos e de escola. Em frente a esta, construíram um grande edifício onde, sob a direção de religiosas, montaram um colégio para meninas órfãs; deram um grande dinamismo à cidade de Canindé, que passou a receber, na década de 20, cerca de 400 a 500 mil romeiros por ano, e exerceram uma grande vigilância sobre as famílias da paróquia, que se destacava por sua religiosidade e temperança.

Em 1922, ao ser criada a prelazia de São José de Grajaú, no Maranhão, e ser escolhido frei Roberto Colombo para seu Administrador Apostólico, achou o prelado que iria necessitar dos capuchinhos em sua nova frente de luta, propondo ao bispo de Fortaleza a devolução do santuário de Canindé, a substituição, na sua administração, por outra ordem religiosa. O bispo, mesmo valorizando o grande trabalho que foi feito pelos capuchinhos, concordou com a proposta e os fez substituir pelos franciscanos, que continuaram, com a mesma dedicação, o trabalho que vinha sendo feito[10]

Muito importante foi a sua atuação em Pernambuco, durante a República. Ainda no período imperial, o presidente da província, barão de Lucena, preocupou-se com o problema da especialização da força de trabalho, em face da aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) e do processo de implantação de usinas de açúcar, em substituição aos velhos bangüês. Para preparar esta mão-de-obra, ele aproveitou uma antiga colônia militar, situada na área drenada pelo rio Panelas, em terras pertencentes ao Estado, e criou uma Colônia Orfanológica que desenvolveu um colégio com ensino primário, agrícola e técnico para várias especializações e construiu uma usina, a frei Caneca, com a finalidade de servir de escola prática e de manter o colégio. A administração da colônia foi confiada ao frei Fidelis de Fognaro, que contava com a cooperação de frei Jerônimo de Montefiorito, e frei Pasqual de Varsóvia, de frei Felix de Alatri e frei Vicente de São Tiago.

Com a implantação da República, houve uma laicização da administração pública e o governador Barbosa Lima tratou, em 1894, de afastar os capuchinhos do trabalho que realizavam na colônia. Com a substituição dos frades por funcionários, caiu consideravelmente o nível da administração e a usina foi separada administrativamente da colônia e arrendada a empresário particular[11].

Mas os capuchinhos continuaram a atuar no Estado, sobretudo com as "santas missões", períodos de festas religiosas em que os frades se transferem para

paróquias, a convite dos seus vigários, e dinamizam a vida religiosa com sermões, missas, confissões, procissões, batismos, casamentos, etc.

Ainda hoje, o sacerdote italiano, frei Damião de Bolzano, com mais de 90 anos de idade e algumas décadas de vida no Nordeste, vive em uma peregrinação permanente, pregando as suas missões no estilo antigo, anterior à ideologia do Concílio Vaticano II. É uma figura altamente polêmica, uma vez que grande parte dos fiéis, sobretudo os de nível cultural mais baixo, o consideram como o sucessor do Padre Cícero Romão Batista, do Juazeiro do Norte, e o consideram um verdadeiro santo. Para se ter uma idéia da comparação, o Padre Cícero foi um líder religioso carismático que faleceu há mais de 50 anos e, ainda hoje, Juazeiro do Norte é considerada uma "cidade santa", para onde se realizam grandes peregrinações, já tendo sido feito um movimento solicitando ao papa João Paulo II a sua beatificação. O abaixo-assinado ao Pontífice obteve mais de um milhão de assinaturas, na peregrinação de 1 e 2 da novembro de 1991, sendo apoiado pela prefeita de São Paulo, Luísa Erundina; o Frei Damião é comparado a este líder religioso.

Os chamados católicos progressistas e as camadas mais cultas da população, porém, não aceitam a "santificação" do sacerdote italiano, havendo até bispos que se opõem às suas missões nas dióceses de que são titulares. Há ainda os que não crêem no famoso capuchinho mas não o combatem, temerosos da reação popular. O frade condena os pecados, ameaça os pecadores com o fogo do inferno, não aceita inovações na Igreja, e é largamente explorado por demagosos políticos que dele se aproximam ou que o presenteiam para receberem bençãos públicas e recomendações nos períodos eleitorais[12]. Não se pode prever se ele terá sucessores, depende, naturalmente, da mobilização dos meios de comunicação, após a sua morte.

Nascido de família camponesa do Alto Adige, Frei Damião foi soldado na Primeira Guerra Mundial e, em seguida, participou das tropas italianas que ocuparam a região de Fiume, na Croácia. Livre do serviço militar, voltou ao convento e após concluir os seus estudos e ser ordenado, viajou para o Nordeste do Brasil, passando a percorrê-lo em todas as direções e usando os mais diversos meios de transporte. Hoje, velho mas disposto a continuar a sua missão, ele é acompanhado sempre pelo frei Fernando Rossi que, dizem, exerce grande influência, sobretudo política, sobre o sacerdote nonagenário.

Na Bahia os capuchinhos italianos também tiveram intensa atuação, depois da Proclamação da República. A partir de 1892, a prefeitura da Piedade, na Bahia, foi entregue à província de Ancona e passou a receber novos capuchinhos, como frei Caetano de Potenza, frei Gabriel de Gaglio, frei João de Monte Marciano, etc, que desenvolveram missões na Bahia, em Sergipe – área do São Francisco –, Alagoas e Pernambuco.

Nesta ocasião (1894), começou a se formar, no sertão de Canudos, no Nordeste da Bahia, um grande arraial de peregrinos vindos dos mais diversos pontos, atraídos pelo beato Antônio Maciel, chamado de Bom Jesus Conselheiro. Este se estabelecera em uma velha fazenda abandonada, foi reunindo multidões em torno de si, e em três anos, segundo alguns autores, ultrapassavam os 25.000 habitantes. Na Bahia, só a cidade do Salvador tinha maior população. É difícil imaginar como

era feito o abastecimento alimentar de tal aglomeração, em uma área pobre e seca. O Conselheiro, porém, fatalista e convencido da sua religiosidade, pregava todos os dias e prometia que Deus resolveria os principais problemas que atingiam a comunidade de devotos. Os fazendeiros locais e as autoridades municipais se amedrontaram com o ajuntamento populacional, não só temerosos de ataques e confiscos dos seus bens, sobretudo animais, como também do exemplo que davam para os seus trabalhadores, que viviam em pobreza absoluta em suas terras[13].

O governador da Bahia, sabendo do prestígio dos capuchinhos, enviou para o local o frei João Evangelista, de Monte Marciano. Em 1895, um ano após a instalação do arraial, o frade se defrontou com uma comunidade que o impressionou pela sua pobreza. Dirigiu-se ao Conselheiro e obteve autorização para iniciar os seus sermões que, em princípio, foram bem aceitos pelos sertanejos. Mas quando o frade passou a pregar a necessidade de obediência ao governo instituído e a determinar que eles se dispersassem, a opinião dos "fanáticos" mudou e o padre sentiu que passava a correr perigo. Passou então a condenar o Conselheiro como homem mau, desobediente à ordem estabelecida, e a pregar a necessidade de seu afastamento da comunidade para que se dispersasse a população de Canudos. Ele não viu ou não entendeu que o que reunira aquela multidão não fora a pregação de Antonio Conselheiro, mas a situação de miséria, fome e opressão em que vivia o povo sertanejo. A pregação do Conselheiro apenas caíra em terreno fértil ao recebimento de seus ensinamentos e por isto frutificara com tanto vigor. Após quatro dias de permanência, compreendendo que a sua missão não teria êxito e que ele passava a correr risco de vida, resolveu retirar-se, inconformado com o insucesso.

O relatório do capuchinho mostra como as suas concepções religiosas estavam distanciadas dos problemas dos pobres, da religiosidade popular e dos princípios da Igreja moderna[14]. Ao se retirar da área conflagrada, deixou aberto o caminho a ser trilhado pelos militares que, após várias expedições fracassadas, conseguiram, em uma quinta tentativa, com um corpo de mais de 5.000 homens, aniquilar Canudos, que não se rendeu, mas foi destruída lutando, praticamente, até o último homem.

Houve, aí, um desencontro entre o sacerdote da Igreja e o povo. Naquela ocasião, como salientou tão bem Euclides da Cunha, o grande estudioso de Canudos, o poder da força se impôs, usando a própria força, e não o direito ou o diálogo com os que tentavam formar uma sociedade comunitária na terra do latifúndio e da dominação. Ainda hoje Canudos é uma fonte de estudos e de reflexões para os que procuram entender a formação da sociedade brasileira e serve de ponta de lança para que sejam estudados outros movimentos populares no Brasil.

NOTAS:

1. LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O Devassamento do Piauí.** São Paulo: Editora Nacional, 1946.
2. CARVALHO, Carlota. **O Sertão.** Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Scientíficas e Literarias, 1924.
3. PRIMÉRIO O.F.M. Cappuc, Fr. Fidelis. Obra citada, p. 351.
4. NEMBRO, O.F.M. cap., Fr. Metodio. **São José de Grajaú primeira prelazia do Maranhão.** Fortaleza: A Voz de S. Francisco, 1955. p. 27.
5. NEMBRO O.F.M. cap., Fr. Metódio. Obra citada, p. 40-41.
6. NEMBRO, O.F.M. cap., Metódio. Obra citada, p. 54 e segs.
7. NEMBRO, O.F.M. cap., Metódio. Obra citada, p. 61 e 78.
8. SILVA, Hélio. **1926. A Grande Marcha.** Rio de Janeiro: Civilização Brasleira e SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
9. PRIMÉRIO, O.F.M. cap., Frei Fidelis. Obra citada, p. 353.
10. AZZI, Riolando e BEOZZO, Oscar (Orgs.) **Os Religiosos no Brasil.** Enfoques Históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1988, p. 96-98.
11. MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e Transição para o Trabalho Livre em Pernambuco: 1874-1904.** Recife: Fasa Editora, 1985.
12. MOURA, Abdalaziz de. **Frei Damião e os Impasses da Religião Popular.** Petrópolis: Vozes, 1988.
13. MONIZ, EDMUNDO. **A Guerra Social de Canudos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
14. SILVA, Severino Vicente da (Org.) **A Igreja e o Controle Social dos Sertões Nordestinos.** São Paulo Edições Paulinas, 1988. p. 39-42.

4.3. Os Italianos, a Igreja e a Educação

Enquanto os capuchinhos italianos se dedicavam à catequese e à realização das "santas missões", outras congregações religiosas eram atraídas para o Brasil, nos fins do século XIX e durante o século XX, para trabalhos com a educação, embora não se afastando completamente da atividade missionária. Estas ordens estavam preocupadas com a política de unificação da Igreja com torno da hierarquia eclesiástica, centralizada pelo papa, e procuravam combater os católicos mais tradicionais, que defendiam uma posição mais nacional, admitindo que os decretos papais deveriam ser referendados pelos soberanos, nos estados onde a Igreja era oficial.

No caso brasileiro, havia união entre o Estado e a Igreja, durante o período imperial; o imperador, com a Independência, herdou do rei de Portugal os direitos do padroado e do beneplácito. O exercício do poder espiritual, por ele, muito ligado à maçonaria, criou sérios atritos entre aquelas duas entidades, atritos estes que culminaram com a chamada Questão Religiosa e com a prisão dos bispos de Olinda, Pernambuco, e do Pará, D. Vital Maria e D. Antonio Macedo Costa, respectivamente. Vivendo à sombra do poder temporal, padres seculares e religiosos passaram a acumular fortunas, a possuir escravos, a se corromper, desrespeitando o celibato, e a se envolver em política. Além disso, em face da impossibilidade de se formar religiosos brasileiros, devido ao Aviso Ministerial de 1855 (Nabuco de Araújo) que proibia a entrada de noviços, as ordens religiosas não se renovavam, e o número de sacerdotes que vinha da Europa era insuficiente.

No período final do Império, a situação política começou a se deteriorar e numerosos bispos, com D. Viçoso, de Mariana, e D. José Maria de Lacerda, do Rio de Janeiro, passaram a trabalhar em favor de uma política de exclusão do poder temporal nos negócios da Igreja, apoiados na política do papa Pio X; e, à proporção que a monarquia se enfraquecia, os bispos iam procurando meios de desenvolver a chamada reforma tridentina[1].

Nas últimas décadas do século XIX, a figura de D. Bosco, que fundara a Congregação Salesiana em Turim, em 1841, ganhara prestígio em escala mundial, e os salesianos representavam uma opção de Igreja moderna, ultramontana, fiel ao papa; preocupados com os jovens de famílias pobres, eles, utilizando novos métodos de atuação, passaram a desenvolver um trabalho junto ao próprio D. Bosco e, após a sua morte, junto ao seu sucessor, D. Rua, visando à instalação de casas salesianas no Brasil. Eram favoráveis à vinda dos italianos aqueles bispos que haviam feito

uma opção tridentina e a elite urbana empresarial, que havia se organizado na Sociedade São Vicente de Paulo e defendia a formação de mão-de-obra qualificada para as indústrias que estavam sendo implantadas. Na verdade o país estava saindo de um sistema de trabalho escravo e não dispunha de força de trabalho qualificada que substituísse o negro e pudesse desempenhar tarefas mais especializadas.

Os vicentinos eram liderados, em Pernambuco, primeiro Estado do Nordeste a dispor de um Colégio Salesiano, pelo engenheiro Carlos Alberto de Menezes, muito respeitado por sua competência profissional, pela sua capacidade de trabalho, religiosidade e abertura às idéias novas. Na Companhia de Ferro Carris, de que foi diretor, ele demonstrou estas qualidades, e na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, que fundou e de que era seu principal acionista, ele implantou uma política social modernizadora, baseada na bula **Rerum Novarum**, de Leão XIII.

Quanto aos salesianos, os primeiros que se estabeleceram no Brasil se localizaram em Niterói (1883), em São Paulo (1885) e em Mato Grosso(1887).

Em 1891, já proclamada a República, o dr. Carlos Alberto de Menezes viajou à Europa e foi a Turim, sendo recebido pelo padre Rua, superior dos salesianos, conseguindo a promessa deste de enviar uma missão para o Recife, depositando logo, nas mãos da congregação, a importância de cinco contos de réis para as despesas de viagem dos sacerdotes[2].

O superior dos salesianos enviou ao Norte do Brasil o padre Lasagna, com a missão de verificar as condiçoes **in loco** e escolher a cidade onde o colégio deveria ser implantado. No Recife, o grupo vicentino conseguiu o apoio do bispo D. João Esberard e a simpatia do próprio governador do Estado, apesar de ser o mesmo positivista. Todos reconheciam a necessidade de se implantar uma política visando ensinar as artes e os ofícios aos libertos e aos jovens filhos de famílias pobres que não tinham condições de fazer os cursos formais – primário e, sobretudo, secundário. Para instalar o colégio, foi adquirido o solar do Mondengo, velha casa que servira de residência ao gal. Luís do Rego Barreto, no fim do período colonial. Tratava-se de uma casa com amplo terreno todo arborizado cuja área se estendia, nos fundos, até os manguesais da Ilha do Leite, permitindo que ela dispusesse de um pequeno porto fluvial.

Os primeiros salesianos partiram para o Recife a 24 de novembro de 1894, sendo o grupo formado pelos padres Lourenço Giordano, diretor, e Clélio Sironi, pelos clérigos José Blangetti, Luís della Valle, pelo coadjutor Carlos Roasetti e pelo aspirante Leão Battistini. Chegaram no Recife a 9 de dezembro, onde desembarcaram e foram recebidos pelo padre lazarista Pedro Venturini e pelo Dr. Carlos Alberto de Menezes.

A cooperação foi muito grande por parte da elite católica e das autoridades, o que possibilitou aos salesianos equiparem o colégio e iniciarem o seu trabalho, recebendo não só alunos pobres, artífices, como também pensionstas de famílias abastadas que fariam a preparação para o ingresso nos cursos superiores. Até o governador Barbosa Lima, apesar de agnóstico, doou aos salesianos o mobiliário do internato do Ginásio Pernambucano, depois desativado no seu governo. Os padres foram visitados também pelo gal. Artur Oscar, positivista que se encontrava no Re-

cife preparando a expedição que iria destruir Canudos, e pelo Conselheiro João Alfredo que, como ministro do Império, determinara, anos antes, a prisão de D. Vital.

Os primeiros dias foram difíceis, apesar de todo o apoio, pois eles tinham que organizar e construir tudo em um país bem diverso da Itália, de onde eram originários; tinham que aprender a língua para poder se comunicar com os discípulos e ensiná-los e tinham que se adaptar a um clima quente e úmido onde grassavam endemias, como a febre amarela e a malária. Alguns padres adoeceram e tiveram que ser recebidos em casas particulares, de pessoas simpáticas à missão salesiana, para tratamento e repouso.

Enquanto no Mato Grosso eles se voltaram para a catequese dos indígenas, procurando desaculturá-los e adaptá-los ao trabalho sedentário, no Recife a preocupação maior foi com o ensino das artes e com a atração de jovens que desejassem entrar para o sacerdócio, na ordem fundada por D. Bosco. A formação de sacerdotes, já então permitida, uma vez que o Estado, separado da Igreja, não proibia mais os noviciados, era fundamental, porque a congregação não poderia permanecer dependendo sempre da migração de padres e irmãos leigos da Europa.

Durante muito tempo, porém, esta migração teve que ser alimentada, e em novembro de 1895, chegava uma segunda leva, formada pelos clérigos Aníbal Lázzari, Constantino Omegna e os irmãos coadjutores Carlos Garino, José Furlani e José Garino[3]; no ano seguinte chegariam o padre Antonio Villar, os clérigos Teofilo Tworz, André Sierkiervicz, Luís Fedele e os coadjutores Paulo Gasco e Alberto Urbanowicz[4]. Nesta terceira leva alguns eslavos, como os nomes indicam, completavam o grupo italiano. É que a congregação salesiana, com meio século de vida, já atraíra católicos poloneses da Europa Central.

Entusiasmados, apesar dos percalços, os salesianos não se contentaram em manter apenas o Colégio Salesiano do Sagrado Coração, no Recife, inaugurado em fevereiro de 1895. Em 1902, implantaram um noviciado numa propriedade que haviam adquirido na antiga Colônia Suassuna, em Jaboatão, a 18 quilômetros do Recife. Este noviciado funcionou apenas um ano, sendo transferido para a Tebaida, em Sergipe, onde ficou até 1906, quando as dificuldades de abastecimento e uma epidemia de malária o fizeram voltar à Colônia Suassuna, onde permaneceu até 1928. O que se pode observar é que os salesianos, mal orientados e com uma certa pressa de realizações, implantavam escolas e igrejas de forma um pouco precipitada, sendo obrigados a transferências freqüentes.

Na Tebaida eles instalaram, em 1903, a escola agrícola e o noviciado, mas, premidos pelos problemas acima referidos, três anos depois retiravam de lá o noviciado e em 1908 se instalavam com um colégio em Aracaju, denominado Tebaidinha, que no começo funcionou como Oratório Festivo.

Nos oratórios festivos, eles atraíam, aos domingos, os meninos pobres das redondezas e promoviam brincadeiras e jogos, passando, em seguida, a ensinar o catecismo e a levá-los a ouvir a missa. As brincadeiras entre padres e crianças muitas vezes escandalizaram os sacerdotes mais tradicionais[5].

Nas escolas urbanas eram ensinadas artes, como a marcenaria, a carpintaria, a encadernação, etc, coforme dispusessem de oficinas apropriadas para cada profissão.

A fundação da Tebaida e do Colégio de Aracaju foi feita com o apoio do governador do Estado. Mons. Olímpio de Souza Campos, que, enquanto no poder, dispensou a maior proteção aos salesianos. Com o assassinato do líder Fausto Cardoso, porém, a situação mudou, de vez que o referido monsenhor foi um dos acusados de conivente e foi também assassinado.

O Liceu de Salvador, na Bahia, apesar da dedicação do padre Giordano e do apoio que recebeu do arcebispo e da comunidade católica[6], só pôde ser inaugurado em 11 de março de 1900, tendo como diretor o padre Della Valle.

A Escola Agrícola São Sebastião, situada em Jaboatão, começou a funcionar com o noviciado e só depois é que foi concluída a construção do Santuário, cuja planta era de autoria do arquiteto Domingos Delpiano, em estilo românico e tendo no centro uma imagem de cinco metros de altura cujo molde, feito em gesso, pelo padre José Solari, foi reproduzida em cimento pelo escultor Henrique Gestner. A consagração do santuário foi feita pelo bispo de Olinda, D. Raimundo da Silva Brito, com a presença do então governador Manuel Borba e do ex-governador Dantas Barreto[7].

A partir de 1902, os salesianos receberam um novo encargo, o de assumir, no Recife, a direção do Colégio Orfanológico São Joaquim, situado na rua da Glória e de propriedade da Santa Casa de Misericórdia. Os padres ficaram temerosos da nova incumbência, mas como a situação da instituição era muito precária e a Santa Casa não tinha condições de administrá-la com eficiência, eles aceitaram. Também não tiveram sucesso devido às condições de insalubridade dominantes na mesma, e, dois anos depois, transfeririam o colégio para a antiga Colônia Isabel, situada no atual município de Maraial, e que fora um colégio fundado pelo presidente da província, Barão de Lucena, em 1874, e laicizado pelo governador Barbosa Lima, em 1891. Ao colégio estava ligada a usina Frei Caneca, que deveria servir de escola e de financiadora para a manutenção do mesmo. Logo ela foi separada do colégio e "privatizada", em favor de político da facção oligárquica dominante.

A ação dos salesianos em favor dos meninos pobres despertou a simpatia do padre Cícero Romão Batista, patriarca de Juazeiro do Norte, fazendo com que ele entrasse em contato com o padre Carlos Leôncio, para informar que desejava deixar seus bens, em testamento, para a congregação, a fim de que ela estendesse a sua ação ao Cariri cearense[8]. Os padres, sabendo da luta travada pelo padre Cícero com o bispo e da sua suspensão de ordens pelo Vaticano, retardaram as conversações, mas, de qualquer forma, foram designados seus herdeiros e fundaram um colégio e construíram uma grande igreja no Juazeiro.

A semente lançada pelos salesianos foi muito produtiva, não somente no Nordeste como também no Norte, pois foi dela que partiu o trabalho missionário na Amazônia. Em 1900 foi criada a Inspetoria do Norte do Brasil, que incluía a Venezuela e o México, e confiada ao padre José Lazzero. Em seguida, foi inspetor o padre Lourenço Maria Gioardano, com grande experiência de Brasil. Esta Inspetoria iria dirigir a ação evangelizadora na prefeitura Apostólica do Rio Negro (1914), e na prelazia salesiana do Amazonas (1925), com sede em Porto Velho, e dirigida, inicialmente, pelo padre Pedro Massa. Como se vê, a presença italiana no trabalho salesiano foi quase total.

Mas eles eram bastante pragmáticos e logo compreenderam que não poderiam sobreviver apenas cuidando de índios e de estudantes pobres que procuravam aprender ofícios, e passaram, sobretudo após a reforma de ensino de 1901, a dar maior importância ao ensino secundário, que levava os estudantes a fazerem os preparatórios, a fim de obter o título de bacharéis em ciências e letras e a ingressar na Universidade. Daí a separação feita entre colégios propriamente ditos e escolas de artes e ofícios.

Para este desempenho, eles contaram com o auxílio constante das freiras de Maria Auxiliadora, também salesianas, que cuidaram da educação feminina. Para os salesianos, no início do século XX, era inadmissível a coeducação, e critivavam os protestantes, que então faziam grande proselitismo, não só por considerar eréticas as suas idéias como porque aceitavam a coeducação que, segundo os padres, contribuía para a dissolução da família cristã.

A sua ação política foi muito intensa, eles procuraram organizar uma estrutura de apoio externo, representado pelos vicentinos e complementada por associações de ex-alunos, por irmãos coadjutores, por filhas de Maria Auxiliadora, que hoje possuem também colégios, e por filhos de Maria, grupos ligados diretamente à vida da congregação e cooperadores nas situações as mais diversas. Dando importância muito grande a festas e a esportes, obtinham apoio onde atuavam, mobilizando o povo que se deixava influenciar por uma liturgia bem organizada e pelas diversões. Pregando uma vida em maior contato com a natureza, foram favoráveis ao movimento de escoteiros que tiveram também grande apoio governamental durante o Estado Novo (1937/45); na segunda década deste século apoiaram a campanha em favor do serviço militar obrigatório, cantada em versos pelo poeta Olavo Bilac. Com isto, aproximavam-se dos militares que se constituem uma grande força na sociedade brasileira. Nos períodos em que o governo federal, desenvolvendo uma política corporativista, promoveu grandes paradas nos dias comemorativos da Independência, da República, da Bandeira, etc, com participação de estudantes, os salesianos constituíram grandes entusiastas das mesmas, fazendo com que seus alunos, acompanhados por bandas de música dos seus colégios, sempre se destacassem nessas paradas.

Não esquecendo sua origens italianas e sabendo que a colônia era muito numerosa e majoritária em algumas áreas, eles sempre tiveram a preocupação de dar assistência à mesma, sem esquecer que uma das causas da vinda para o Brasil foi a de dar assistência aos imigrantes italianos e aos seus descendentes.

Os seus maiores opositores foram os protestantes que no século XX passaram a ser altamente subsidiados por missões norte-americanas, os pacifistas que os consideravam militaristas, devido à origem italiana e ao gosto por paradas e desfiles patrióticos, e pelos agnósticos que combatiam o ensino religioso nas escolas. Em compensação, os católicos conservadores, os políticos que temiam a expansão do comunismo e do protestantismo, lhes deram grande apoio.

Já os combonianos chegaram ao Nordeste em 1952, após a Segunda Guerra Mundial, e sendo essencialmente dedicados à catequese, se localizaram no sul do Maranhão e só posteriormente abriram casas em outros estados. Assim, o Nordeste

forma uma circunscrição ou província com sede em São Luís e casas distribuídas por outras cidades e estados, como se pode observar na Tabela nº 1.

Distribuição de casas e religiosos combonianos no Nordeste

Cidades	Estado	Número de religiosos
São Luís	Maranhão	10
Alto Parnaiba	Maranhão	02
Balsas	Maranhão	07
Mirador	Maranhão	03
Paraibano	Maranhão	01
Pastos Bons	Maranhão	03
São Domingos do Azeitão	Maranhão	02
São João dos Patos	Maranhão	01
Stª Luzia do Paruá	Maranhão	05
Jaicós	Piauí	01
Uruçuí	Piauí	03
Timon	Maranhão	04
Salvador	Bahia	04
Santa Rita	Paraíba	03
Residência Provincial em São Luíz	Maranhão	03
Postulado em Fortaleza	Ceará	03
Ação Missionária em Teresina	Piauí	09

Fonte: Anuário Comboniano (9). Aggiornatto, Allé Ginaio, 1990.

São membros da província o bispo de Balsas, 42 padres, 9 irmãos e 2 escolásticos.

Como se pode ver, o número de missionários/ Combonianos do Coração de Jesus é muito elevado, uma vez que faz apenas quarenta anos que eles iniciaram a sua ação no Nordeste do Brasil.

Os combonianos são uma ordem essencialmente missionária, e o seu fundador, o padre Daniel Comboni, a organizou impressionado com o sofrimento e a exploração dos negros africanos que, nos meados do século XIX, ainda eram escravizados e transportados para a América e para os países árabes. Ele fez sua primeira viagem à África em 1857, dez anos depois fundou, em Verona, o Instituto Missionário de Verona para Evangelização da África Central. Em 1877, foi eleito bispo para a África Central, com sede em Karthum[9]. Aí ele morreria, em 1881. O padre Comboni foi um verdadeiro apóstolo e era fascinado pela África onde havia uma população, em sua maioria não-cristã, que, no seu entender, necessitava ser cristianizada, evangelizada.

Os primeiros a chegar ao Maranhão foram os padres Rino Carlesi, Diogo Parodi e Mario Vian e o irmão Sebastião Todesco, em 1952. Outros grupos vieram depois, mas quer os religiosos quer os irmãos leigos eram sempre de nacionalidade italiana. Como o trabalho do grupo se concentrava em Balsas, foi criada aí, em 20 de dezembro de 1954, a prelazia de Santo Antônio de Balsas, e o primeiro administrador apostólico nomeado foi o padre Diogo Parodi. Esta prelazia abrangia uma área de onze municípios do extremo sul do Estado e em sua sede ele construiu um hospital, um seminário, uma escola normal e colégios, em algumas paróquias, acompanhados de obras sociais e assistenciais. Iniciou ainda a construção da catedral[10]. Em 1967, D. Diogo Parodi foi substituído por D. Rino Carlesi, que passou a dar uma orientação eminentemente social à sua atuação, animando o trabalho de organização das comunidades sociais de base.

Analisando-se a ação dos combonianos no Nordeste do Brasil, vê-se que eles chegaram à região em um momento de grandes discussões políticas, quando as práticas capitalistas penetravam no campo de forma impiedosa, com a desapropriação dos agricultores sem terra – posseiros, meeiros e arrendatários – e o avanço do latifúndio, ligado sobretudo à pecuária e à cultura do arroz. As terras devolutas, antes usadas por posseiros, pequenos produtores, passaram a ser cercadas e depois ocupadas por empresários vindos do sul e da porção oriental do Nordeste, acentuando a exploração da força de trabalho e privando-os do acesso à terra. O latifúndio tradicional mantinha, pelo menos, as relações de trabalho tradicionais e exercia a exploração através da meação, da utilização de mão-de-obra não remunerada de forma monetária e permitia a cultura de subsistência. O novo latifundiário, porém, intensificava a exploração do solo, destruía os babaçuais, plantava pastos e utilizava mão-de-obra apenas em um certo período do ano[11], deixando o trabalhador durante vários meses sem trabalho e, conseqüentemente, sem alimentação.

Os combonianos, que até certo ponto se decepcionavam porque não encontravam no Brasil povos pagãos para evangelizar, logo compreenderam que a evangelização deveria ser diferente da que faziam na África; aqui eles teriam que fazer um grande movimento de conscientização dos trabalhadores, a fim de que se organizassem em comunidades e lutassem pelos seus direitos. Alguns deles, formados em ciências sociais – o padre Gianfranco Masserdoti é doutor em sociologia – e preocupados também com a vida terrena, equacionaram os problemas do povo, e, convivendo com a população, concluíram, como disse um deles em entrevista, que "A gente teve que entrar no conjunto da vida, porque não se veio só para ajudar a salvar almas. A gente veio para salvar a vida. De tudo que dizia respeito à vida, fatos da vida, a gente se colocava a serviço[12]". E chamava a atenção para que o problema principal era o da terra e da "ausência absoluta do governo, da infra-estrutura, escola limitada, preparação limitada, estradas, empréstimo bancário...".

Daí os combonianos, apesar do prestígio que desfrutavam como sacerdotes, em uma área sertaneja, terem que enfrentar a má vontade de grandes proprietários de terra e de comerciantes que desejavam manter o **status quo**, com o povo ignorante, isolado, desunido e incapaz de reivindicar. Os padres, reciclados pelo conhecimento da realidade, procuraram compreender os problemas do povo e passaram a

organizá-lo, trabalhando quase isolados em paróquias com centenas de quilômetros quadrados, desprovidas de estradas, tendo que fazer longas caminhadas e viagens a cavalo para reunir a população e transformar os grupos em comunidades. Os pobres tinham receio da ação dos padres e levavam tempo para seguir seus conselhos, já estavam acostumados com a dominação e com a pregação da antiga Igreja de que as injustiças sofridas na terra deveriam ser recebidas com resignação, a fim de conquistar as benesses no céu, no Reino de Deus.

É impessionante como um grupo de italianos, disperso por um espaço tão grande, conseguiu levar ao povo a palavra de Deus em novos moldes e organizar comunidades reivindicativas, em luta com os poderosos, sobretudo após o golpe militar de 1964, quando o sistema autoritário imposto ao Brasil procurou conter qualquer aspiração social. Daí ter havido repressões, às vezes com o apoio da própria hierarquia da Igreja. O padre Marcos Passerini, quando vigário da paróquia de São João Batista, em São Luís, por haver apoiado os grupos libertadores e dado assistência aos menores de rua, teve, em 1980, que se retirar da cidade, após ameaças policiais e desentendimentos com as autoridades eclesiásticas. Muitas vezes os combonianos eram olhados não como soldados de Cristo, mas com agitadores de linha esquerdizante[13]. Alguns deles, no Maranhão, tocados seriamente pelo isolamento, pela distância da pátria, pela ausência de oportunidade de troca constante de idéias com os seus colegas de sacerdócio e esgotados pelo trabalho, aproveitaram a abertura da Igreja, durante o Pontificado do Papa Paulo VI, e deixaram o sacerdócio, casando-se o constituindo família. Muitos se tornaram professores das universidades criadas em São Luís pelos governos federal e estadual; em São Luís vivem, hoje, cerca de vinte ex-padres, todos casados.

A congregação está estendendo a sua influência pelos estados do Nordeste, abrindo uma casa em Campina Grande, na Paraíba.

Os padres jesuítas, que foram expulsos do Brasil pelo marquês de Pombal, ainda no período colonial, voltaram ao país somente a partir de 1841; em 1911, muitos se transferiram para o Brasil, quando tiveram que sair de Portugal, em face de divergências com o governo republicano, recém-instalado. Com a saída de Portugal, eles voltaram para a Bahia e Pernambuco, reiniciando os seus trabalhos, sobretudo como professores de ensino secundário, implantando colégios famosos, como o Antônio Vieira, em Salvador, e o Nóbrega, no Recife. Na Bahia criaram também um colégio em Caetité, em pleno sertão.

A partir de 1911, os jesuítas portugueses continuaram o seu trabalho em Pernambuco, mas transferiram o Colégio Antônio Vieira para os jesuítas italianos. Eles se responsabilizariam pela província da Bahia, que compreendia, além deste Estado, os do Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, assim como a parte setentrional do Espírito Santo. A partir de 1952, chegaram ao Nordeste, provenientes de Milão, mais de 100 jesuítas que passaram a desenvolver trabalhos em todo o território da província, atuando na educação, em missões, publicações, congregações marianas, obras sociais em bairros pobres. O Centro de Estudos e Ação Social, controlado pelos jesuítas da Bahia, realiza seminários e simpósios e publica uma das mais importantes revistas de ciências sociais do país, o caderno do CEAS, com mais de

cem números publicados[14], nos quais são abordados temas ligados a questões sindicais, agrárias, políticas, etc. Trata-se, inegavelmente, de uma publicação de vanguarda, defensora dos interesses populares e que conseguiu sair com regularidade, no período autoritário (1964/85), graças à força e ao prestígio da Companhia de Jesus.

Os jesuítas têm uma ação intensa em Teresina, onde mantêm um dos principais colégios do Piauí – o Diocesano – e onde desenvolvem um intenso trabalho social no bairro pobre de Cristo Rei. O Diocesano, com um grande alunato, sobretudo das classes média e alta, pertencia, inicialmente, à Diocese – daí o nome –, depois foi entregue aos jesuítas, trabalhando nele tanto sacerdotes italianos como brasileiros. Atualmente, ele atravessa uma crise, que é geral no país, em que os colégios tradicionais não têm conseguido resistir às transformações por que passa a sociedade, além das dificuldades financeiras, em vista da grande inflação que está desorganizando a economia do país, com reflexos tanto no ensino público como no privado.

Já a experiência da Fundação Cultural Cristo Rei é muito interessante, sendo desenvolvida por um padre jesuíta italiano, padre Pedro Biondon Maione, que desde a década de 70 vinha fazendo um trabalho de assistência social no bairro Cristo Rei, um dos mais pobres de Teresina. Pregava e dava assistência social e religiosa, procurando encaminhar a população humilde. Em 1975, veio para o Piauí, resolvendo se estabelecer aí, um seu cunhado Rafaele Sapio, empresário do ramo da construção civil e que depois resolveu expandir e diversificar os seus negócios para a área agrícola, com a produção e industralização do babaçu. Em seguida, atraiu o filho, Pier Luigi Sapio, que passou a dinamizar as atividades do grupo. Esses empresários contaram com o apoio dos jesuítas, já adaptados e prestigiados em Teresina; ao mesmo tempo em que desenvolveram os seus negócios, passaram a se interessar em divulgar a cultura italiana, em vista do verdadeiro vazio cultural, então dominante naquela cidade.

Procurando entrar em contato com as associações Dante Alighieri de outros estados – Pernambuco e Bahia –, sem grande sucesso, resolveram enveredar para a organização de uma fundação que fosse, a um só tempo, cultural e social. Para mantê-la destinam 1% da renda de suas empresas e esperám, no futuro, conseguir contar com a ajuda de outros empresarios italianos ou ítalo-brasileiros, assim como de entidades governamentais.

A fundação tem por finalidade desenvolver a cultura e foi implantada na paróquia em que o tio padre pastoreou por muitos anos. Ela foi organizada juridicamente em 1990 e seu edifício sede foi inaugurado em 15 de fevereiro de 1991. Trata-se de edifício de dois andares, ao lado de uma igreja, possuindo uma biblioteca – com uma grande quantidade de livros italianos –, um museu muito rico no setor numismático e geológico e objetos variados. Com uns poucos auxiliares, o padre Pedro, quando se encontra em Teresina, porque hoje vive em Salvador, Bahia, vem organizando as coleções, expostas em armários apropriados. Para enriquecê-las, ele vem conseguindo doações no Brasil e na Itália[15]. Para o padre, um edifício de importância e com coleções que atraem pessoas de classes sociais mais elevadas, constitui

um orgulho para a população pobre do bairro, que dele recebe assistência religiosa e social.

Um outro religioso jesuíta, o padre Humberto, italiano que trabalhou muitos anos no Espírito Santo, desenvolve um interessante trabalho social, chamado de Escola-Família. Na comunidade, ele tem uma escola com 1.500 alunos e uma série de creches implantadas na área rural. Nestas creches, as crianças permanecem durante todo o dia, recebendo alimentação, assistência médica e formação. A paróquia adquire terras que distribui com trabalhadores pobres, organizados em sistema cooperativista. A escola procura formar agricultores, convencendo-os da importância da terra, porque se "a terra é cultivada como mãe, a terra ajuda como mãe"[16]. Há também oficinas para profissionalizar os estudantes nas áreas de marcenaria, mecânica e serralharia, para meninos, e corte, costura e bordado para meninas. Apesar da preocupação profissionalizante, ela fornece ainda o ensino oficial, da 1ª a 8ª série, e procura humanizar a vida do pobre, criando obras de infra-estrutura, com a construção de poços, de sistemas de irrigação, postos de saúde, etc. Os médicos são funcionários do INAMPS e as professoras são do Estado ou da Prefeitura. Trata-se de um serviço, ao mesmo tempo, assistencialista e formador, uma vez que prepara os jovens de ambos os sexos para a vida profissional e lhes abre as portas à ascensão social, muito difícil no Nordeste.

Existem numerosas outras ordens religiosas atuando no Nordeste, como os Pobres Servos da Divina Providência, congregação fundada na Itália, em 1907, pelo padre João Calabria, e introduzida no Maranhão, em 1983, onde mantém uma escola profissional em São Luís, o Centro Educacional São José Operário. Está ligado à paróquia em que trabalham dois padres e um irmão italiano, ao lado de mais três irmãos ítalo-brasileiros, originários de Garibaldi, no Rio Grande do Sul. A comunidade é muito carente e a escola profissionalizante encontra grandes dificuldades. O entrevistado diz: "A gente tenta levar adiante, muitos problemas aparecem, o importante é que, se a gente fica junto, os problemas se resolvem de um jeito ou de outro"[17]. E continua: "Naturalmente, às vezes, é difícil, encontram-se muitas dificuldades nas oficinas para achar o pessoal especializado, precisa-se de uma pessoa que saiba trabalhar e saiba transmitir o pequeno segredo do trabalho para os alunos. A finalidade é ensinar aos alunos..."

Muitas outras congregações religiosas oriundas da Itália atuam com menor ou maior intensidade no Nordeste, como os franciscanos conventuais, que atuam na área em que a SUDENE desenvolvia um projeto de povoamento e colonização, no oeste do Maranhão; depois, assumiram a paróquia de São Francisco de Assis, em São Luís. Um conventual, frei Luís D'Andrea, é bispo de Caxias, um das principais cidades do Maranhão, desde 1988.

Os barnabitas italianos se estabeleceram em Caxias – Francisco Richard (superior), Carlos Maria Rossini e José Maria Lanzi – em 1907. Posteriormente, sentindo-se desprestigiados, transferiram-se para o Pará.

As filhas de Santana, congregação criada pela Madre Rosa Gattorno, se estabeleceram no Maranhão em 1887, dirigindo a Santa Casa de Misericórdia e a Casa de São José, tendo como superiora a irmã Uberta Chelucci. Anteriormente, elas se

haviam estabelecido no Recife onde mantêm um prestigiado colégio no bairro da Tamarineira.

Famosas e com grandes serviços prestados ao Nordeste, destacam-se as Irmãs Dorotéias, ordem fundada em Genova pela Santa Paula Franssinetti, em 1834. Elas se estabeleceram em Pernambuco e fundaram o Colégio de São José, um os mais importantes da capital pernambucana. Em 1939 fundaram a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Recife, inicialmente só para moças e, posteriormente, mista, sendo escola agregada à Universidade Federal de Pernambuco desde 1964. Em São Luís, onde se instalaram a partir de 1894, as dorotéias dirigem recolhimentos, asilos e o colégio Santa Teresa[18].

Ainda merecem referências as Irmãs Capuchinhas, de Madre Rubatto, que trabalham no Maranhão desde o século passado, sob a orientação dos capuchinhos, e atuam em Barra do Corda e Grajaú; as Oblatas do Sagrado Coração de Jesus, que atuam em Turiaçu; as Ursulinas do Somasco que trabalham em Alto Paranaíba, no alto sertão. Aí atuam quatro italianas, Rita Saccomandi, Carmelita Lacatele, Amabili Burini e Rosetta Bono.

Ao se estudar a contribuição italiana ao Nordeste brasileiro, observa-se a grande participação de religiosos católicos, através não só de congregações como de padres e freiras desta nacionalidade. É claro que entre os padres que vêm da Itália, vinculados a estas congregações, existem alguns originários de outros países; havendo noviciado de numerosas congregações em cidades do Nordeste, é natural que muitos padres e freiras sejam brasileiros, de origens as mais diversas. Religiosas brasileiras têm alcançado posições as mais elevadas na congregação, tanto no Brasil como no exterior, como ocorre com a Dorotéia Madre Maria José Torres. O fato indica que há uma grande facilidade de intercâmbio e de integração entre brasileiros e italianos, o que não é de estranhar tratando-se de dois povos latinos.

Como já foi salientado, tem havido uma evolução muito grande na concepção religiosa católica, através dos tempos; assim, no período colonial e imperial, a grande preocupação dos sacerdotes era pregar o perigo em que viviam aqueles que não respeitassem a Deus e que pecassem, porque a eles estava reservado o "fogo do inferno" para toda a eternidade. Era necessária muita penitência e muito sacrifício para se obter o perdão de Deus Todo Poderoso. Frei Damião de Bolzano ainda prega a religião dentro deste modelo. Nos fins do século passado, os religiosos italianos apareceram com preocupações complementares, sobretudo para barrar a influência crescente do protestantismo, que realizava missões e abria colégios no Brasil, e, ao combate, associavam um catolicismo mais aberto, atraindo os fiéis com festas, com paradas militares e paramilitares e com intensificação da assistência social, procurando mais convencer do que impor a religião. Foi o período de associações leigas, como a Congregação Mariana dos jesuítas e as Filhas de Maria, dos salesianos. Desenvolveram também um intenso trabalho de imprensa, com a publicação de livros e revistas. Neste período surgiram grandes editoras religiosas como a Vozes de Petrópolis, onde pontifica frei Leonardo Boff, e as Edições Paulinas.

Após o Vaticano II e o extraordinário papado de João XXIII, abriram-se as

portas ao ecumenismo, à convivência com outras religiões e à preocupação com o social, com a Igreja, finalmente, fazendo a "opção pelos pobres". Daí surgirem trabalhos de congregações que, ao lado dos bispos mais abertos e preocupados com o problema social e com a miséria absoluta que vitima um elevado percentual da população brasileira, passaram a desenvolver um trabalho que procura salvar a alma dos fiéis, ao mesmo tempo em que procura humanizar a sua passagem pela vida. E este sentido de evangelização e de vida religiosa vem sendo desenvolvido pelas mais diversas congregações e até por padres seculares, como Vito Miracapillo, que no período da ditadura, mais precisamente em 1980, foi expulso do Brasil por tomar atitude considerada subversiva pelas autoridades constituídas[19]. No entanto, ele apenas desenvolvia um trabalho de assistência e carinho à população pobre da área canavieira de Pernambuco.

NOTAS:

1. AZZI, Riolando. **Os Salesianos no Brasil à luz da História.** São Paulo: Editora Salesiana D. Bosco, 1983. p. 15-18.
2. SILVA, Padre Carlos Leoncio da. **Sete Lustros da Inspetoria Salesiana do Norte do Brasil (1895-1930).** Lorena, 1967. p. 18-19
3. SILVA, Padre Carlos Leôncio da. Obra citada, p. 28.
4. SILVA, Padre Carlos Leôncio da. Obra citada, p. 30.
5. AZZI, Riolando. Obra citada, p. 106-110.
6. SILVA, Padre Carlos Leôncio da. Obra citada, p. 29.
7. SILVA, Padre Carlos Leôncio da. Obra citada, p. 75-77.
8. SILVA, Padre Carlos Leôncio da. Obra citada, p. 92-98.
9. AGASSO, D. Daniel Comboni uma Vida pela África. Revista **Sem Froneiras.** São Paulo, 1981.
10. CELLA, Mario e CADORIN, Severino. Obra citada, p. 90-91.
11. ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** 5 edição, São Paulo: Atlas, 1986. p. 187-189.
12. Entrevista com o padre Luiz Zadra.
13. Há substanciais informações nas entrevistas dos padres
14. AZEVEDO, Thales de. Obra citada, p. 37-38.
15. Entrevista do empresario Pierluigi Sapio.
16. Entrevista da Sra. Maria da Penha Begatol Queiroz, neta de italiano e colaboradora da obra.
17. Entrevista com o padre Marco Griggio Joseph.
18. CELLA, Mario e CADORIN, Severino. Obra citada, p. 91-92.
19. MIRACAPILLO, Padre Vito. **O Caso Miracapillo.** Conflito entre o Estado e a Igreja no Brasil. Recife: Nordestil/COMUNICARTE, 1985.

4.4. Os Italianos e a Vida Urbana

Da segunda metade do século XIX para as primeiras décadas do século XX, houve um intenso movimento de renovação e de embelezamento das várias cidades nordestinas. Estas inovações derivavam da ampliação das atividades produtivas e da conseqüente aceleração da acumulação de capital, na ocasião em que os estados se tornaram autônomos e o nível cultural se renovou e ampliou.

Houve uma grande preocupação com a remodelação dos centros urbanos, com a abertura de avenidas que permitissem um fácil escoamento do tráfego, e com a implantação de obras ligadas ao setor de saneamento, tanto para facilitar o abastecimento como o escoamento das águas nas residências, nos estabelecimentos comerciais e industriais e na própria cidade; foram construídas casas suntuosas para moradia de grandes proprietários, comerciantes e industriais bem sucedidos, de monumentos e obras de arte em que se homenageava figuras históricas e se embelezava parques, praças e até cemitérios. Nesse período construíram-se edifícios públicos imponentes, em estilo europeu, greco-romano.

No auge dessa febre de construções, a França e a Itália eram olhados como modelos a serem seguidos, e numerosos foram os arquitetos, engenheiros, escultores e pintores italianos que, ao lado de brasileiros e de europeus de outras nacionalidades, se destacaram na implantação destas obras.

Algumas figuras merecem ser destacadas, como Chirico na Bahia, Belandi em Sergipe, Di Lascio na Paraíba e Nicolini e Palumbo em Pernambuco. Da análise da obra destes artistas e da colaboração por eles prestada, se pode concluir a importância da contribuição italiana na arquitetura e no urbanismo nordestinos.

No começo do século XX, houve uma grande preocupação dos governadores de Pernambuco com a modernização do Bairro do Recife, localizado na porção central da cidade do mesmo nome, junto ao porto, e que serviu de berço à referida cidade; ele era formado por uma série de pequenas ruas paralelas e transversais umas às outras, nem sempre retas ou bem traçadas, onde se localizavam casas comerciais, bares, teatros – o do Apolo – residências. Durante a Primeira República (1889/1930) foram abertas aí duas grandes avenidas, a Rio Branco e a Marquês de Olinda que, partindo do porto, se dirigiam às pontes que ligavam o Recife à ilha de Santo Antônio – pontes de Maurício de Nassau e Buarque de Macedo.

Em 1910, no governo de Herculano Bandeira, falecia um dos mais ilustres dos pernambucanos, o abolicionista, político e diplomata Joaquim Nabuco, sendo o seu corpo trasladado para o Recife, onde seria sepultado. O governador do Estado

achou que se deveria prestar uma homenagem ao maior dos pernambucanos, construindo um mausoléu para ele no cemitério de Santo Amaro. Para isto, comunicou-se com o chefe da Legação do Brasil na Itália, diplomata Alberto Fialho, solicitando a abertura de uma licitação entre escultores italianos para apresentarem maquetes de um mausoléu a ser construído. O Estado dispunha de um verba de 50.000 liras italianas para fazer essa construção. O chefe da Legação considerou a verba insuficiente e sugeriu que fosse elevada, no que foi atendido e o Estado elevou-a para 80.000 liras. Aceitando a incumbência que lhe fora dada, o chefe da Legação se entendeu com o senador e escultor Monteverde e este sugeriu que, ao invés de se fazer uma concorrência pública, se convidasse três ou quatro escultores para que apresentassem as suas maquetes, e, dentre estas, uma seria a escolhida. Achava ainda necessário que os classificados no segundo e terceiro lugares recebessem 2.000 e 1.000 liras, como prêmios que cobririam as despesas que tivessem tido com a elaboração do trabalho. As sugestões foram aceitas.

Como Alberto Fialho tivesse que viajar ao Brasil e estivesse muito interessado em participar da homenagem a Nabuco, de quem era grande admirador e a quem era ligado por "vínculos de sangue"[1], tomou as primeiras providências e transferiu o encargo ao primeiro secretário da Legação, Luís de Lima e Silva.

A 1º de dezembro de 1910, foi aberto, em Roma, o concurso para apresentação das maquetes, apresentando-se três escultores, todos indicados pelo professor e senador Monteverde, os seus discípulos Ernesto Biondi, Giovani Nicolini e Vito Pardo. O chefe da Legação informou que os três candidatos eram "favoravelmente conhecidos e universalmente apreciadas as obras desses senhores nas exposições de Roma e de Veneza, nos Estados Unidos e no monumento ainda em construção do Rei Victor Emanuel, a mais colossal obra de arte da época moderna"[2]. Informou ainda que até 31 de janeiro de 1911, as maquetes dos projetos seriam entregues na Legação e solicitava a remessa do numerário necessário para o transporte das mesmas para o Recife.

Chegadas as maquetes ao Recife, o governador Herculano Bandeira de Mello reuniu o júri, sob a sua presidência, que classificou em primeiro lugar o projeto de Vito Pardo, em segundo o de Giovani Nicolini e, finalmente, em terceiro o de Ernesto Biondi.

Giovani Nicolini não se conformou com a decisão do júri, sob a alegação de que a proposta era de apresentação de projetos originais e de que o apresentado pelo primeiro classificado era um plágio de um mausoléu existente no cemitério de Campo Verano, em Roma, feito em homenagem ao engenheiro francês Brisse, pelo escultor Zoochi[3]. O protesto foi encaminhado ao ministro do Brasil junto ao Quirinal, em carta de 16 de dezembro de 1911[4]; ao saber do fato, o primeiro classificado afastou-se da Legação do Brasil, demonstrando que a acusação era verdadeira, o que o deixava mal como profissional[5]. Apesar das demarches para a construção do mausoléu de Joaquim Nabuco terem sido iniciadas no governo Herculano Bandeira, o Gal. Dantas Barreto, que o substituiu após eleição tumultuada e intervenção militar, respeitou o andamento do processo e solicitou que, afastado o projeto de Vito Pardo, por plágio, se contratasse o escultor Giovani Novelini para executar o seu, providenciando os recursos necessários à elaboração do contrato[6].

Apesar de todas as dificuldades, realizado o contrato, a obra foi iniciada, tendo vindo da Itália para o Recife, por indicação de Novelini, o escultor João Berreta de Carrara que administrou a montagem do mesmo. A obra, feita em mármore de Carrara, de grande prestígio no Brasil, foi encaixotada por partes, transportada e aqui montada. O historiador Rubem Franca[7] o considera o mais valioso mausoléu de Santo Amaro, chamando atenção para o fato de que ele salienta muito bem Nabuco, a principal figura na luta pela abolição da escravatura no Brasil. O monumento, na parte superior, apresenta um grupo de ex-cativos que levam sobre suas cabeças o sarcófago do ilustre pernambucano; em frente ao monumento se acha a herma de Nabuco, e, ao lado, uma mulher, simbolizando a História, ornamenta com rosas o pedestal do busto do grande abolicionista.

Tendo sido concluído em 1915, sua inauguração foi realizada a 28 de setembro, data em que, no século anterior, foram promulgadas duas leis abolicionistas, a do Ventre Livre e a dos Sexagenários. Seria mais significativo se ele houvesse sido inaugurado a 13 de maio, data em que foi assinada a Lei Áurea, para a qual Nabuco contribuiu de forma decisiva. Enquanto que, em 1871, ao ser promulgada a Lei do Ventre Livre, Nabuco, com 21 anos de idade, não havia iniciado ainda a sua carreira política, e em 1885, por ocasião da Lei dos Sexagenários, ele não tivera maior interesse por saber que ela se constituiria apenas em um freio para deter por algum tempo a abolição pela qual se batia.

Uma outra figura ilustre, D. Vital Maria de Pernambuco, tem seu mausoléu na igreja da Penha, dos frades capuchinhos, também executado pelo escultor João Berreta de Carrara e inaugurado em 4 de julho de 1937[8]. Este mausoléu foi desenhado pelo arquiteto Giacomo Palumbo, também de nacionalidade italiana, e que marcaria a sua passagem pelo Recife com a construção do Palácio da Justiça.

Giacomo Palumbo, filho dos italianos Gabriel e Júlia Palumbo, nasceu em Tebas, na Grécia, a 2 de setembro de 1891, tendo nacionalidade italiana. Estudou na Itália e na França tendo se formado pela Escola de Belas Artes de Paris e se transferido para o Brasil em 1918, onde desenvolveria brilhante carreira e permaneceria até a morte, em 1966[9]. Trabalhou em vários estados do Brasil; no Rio Grande do Norte, após projetar numerosas residências, construiu o prédio da Administração do Porto e formulou plano urbanístico que tem o seu nome; no Rio de Janeiro fez o projeto de ampliação do Colégio Santo Inácio, dos jesuítas, e um plano de urbanização para a área do Recreio dos Bandeirantes; no Recife desenvolveu trabalhos de maior expressão, como o projeto do Palácio da Justiça, o da Faculdade de Medicina, o do palacete do industrial Costa Azevedo, na esquina da Rua Amélia com a Av. Rosa e Silva, o de Othon Bezerra de Melo, na Avenida Rui Barbosa, e o túmulo, já referido, na Igreja da Penha, do bispo D. Vital.

Sua obra mais importante na capital pernambucana foi o Palácio da Justiça, cuja construção foi iniciada no governo Sérgio Loreto em 1926 e concluída por Estácio Coimbra em 1930. Ele se situa no Campo das Princesas (Praça da República) em frente ao Palácio do Governo e ocupa área onde havia anteriormente um quartel de polícia, depois transferido para o Derby, e algumas casas comerciais. Sérgio Loreto, como juiz e como homem de idéias avançadas para o seu tempo, tomou a de-

terminação de construir a Casa da Justiça e lançou a pedra fundamental do palácio a 2 de julho de 1926. Considerava esta obra tão importante quanto a abertura da avenida Boa Viagem, ou como a reforma dos processos ligados à saúde e à educação e teve coragem de enfrentar séria e aguerrida oposição para realizar o governo mais dinâmico da Primeira República em Pernambuco.

A sua construção foi antecedida por quatro projetos, o primeiro, elaborado em 1917 (governo Manoel Borba), pelo arquiteto Heitor Melo, do Rio de Janeiro, que poderia utilizar qualquer área, de vez que ainda não se determinara onde seria construído o Fórum, este não foi aceito; o segundo, de Giacomo Palumbo, com aspecto majestoso e em estilo Luís XVI, não tinha condições de abrigar as várias repartições do Poder Judiciário e também não foi aceito; o terceiro, do arquiteto alemão Henrique Moser, também foi recusado, para ser finalmente aceito o do arquiteto Giacomo Palumbo, que contara com a colaboração do arquiteto brasileiro Evaristo de Sá[10].

O projeto Palumbo seguia o estilo Renascença e o governador Estácio Coimbra, em mensagem ao Congresso Estadual, salientou que o arquiteto italiano apresentava grande versatilidade, "inclusive comprovada diante de outros projetos realizados no Recife pelo mesmo profissional, ora em estilo neo-romântico, ou ainda no estilo Missões"[11]. A construção do edifício foi interrompida por dois anos e, ao ser reiniciada, constatou-se a necessidade de uma série de modificações no projeto inicial que melhor utilizasse o espaço do mesmo e desse maior formosura e suntuosidade. Palumbo, que residia no Rio de Janeiro, foi novamente convocado e realizou as modificações necessárias a seu projeto, permitindo, assim, que Pernambuco dispusesse de um dos seus mais belos e imponentes edifícios.

Em Aracaju também foi notável a contribuição de arquitetos e escultores italianos; a pequena capital tinha cerca de trinta mil habitantes ao iniciar-se o século XX, quando chegaram a ela Hugo Bozzi, Belando Belandi, Frederico Gentil, Oreste Gatti, Rafael Alfano e Cercelli. Destes, Frederico Gentil permaneceu em Sergipe até a morte, deixando vários filhos casados e estabelecidos no Estado. Hugo Bozzi foi um dos primeiros a chegar e além de construtor foi paisagista, organizando e embelezando a Praça Fausto Cardoso, no centro da cidade, onde se localizam o Palácio do Governo e a Assembléia Legislativa. Construiu vários edifícios, inclusive o da Prefeitura Municipal. Tendo obtido capital, largou a profissão de construtor para fazer empreitadas para calçamento de ruas e terminou no comércio de venda de automóveis.

Rafael Alfano destacou-se como "canteiro", sendo extremamente competente no corte de pedras. Foi ele quem implantou a indústria de paralelepípedos, em Sergipe, os quais passaram a ser utilizados largamente no calçamento das ruas da capital e de outras cidades. Destacou-se também como construtor de mausoléus, utilizando um arenito arroxeado, existente em Itaporanga, evitando importar o mármore e o granito que não são encontrados na região.

Como arquiteto, Alfano fez a reforma da catedral, acrescentando linhas góticas e colocando ornatos que foram pintados por Oreste Gatti. O seu trabalho mais importante é a capela-mor da referida catedral.

Cercelli era escultor e moldou uma série de estátuas existentes no Palácio do Governo, enquanto Belandi fez a reforma externa do palácio, que fora construído no

início dos anos 60 do século XIX, em estilo neoclássico, muito simples, e "só tinha arcos nas janelas e no frontão triangular achatado"[12].

Belandi pegou o velho palácio e transformou o neogótico em eclético italiano, com platibandas movimentadas, estátuas e ornatos; imitando o que fora feito no palácio, as pessoas ricas de Aracaju passaram a modificar suas casas residenciais, passando a utilizar ornatos nas fachadas e, em seguida, ainda incentivadas pelos italianos, passaram a modificar a estrutura das casas. Primitivamente, quase todas as casas tinham um corredor que passava entre os quartos ou ao lado destes, além de duas salas – a de janta ou de jantar e a de visita –, uma copa, a cozinha e as demais dependências. A partir da influência dos italianos, passaram a ter uma nova distribuição mais cômoda dos quartos, embora com características interessantes: a predominância de pequenos compartimentos, salinhas, quartinhos, etc. Havia salinhas para tudo: salinhas para esperar, para sentar, para estar, para sair. Derrubaram recentemente uma casa que era interessante: tinha salinha em que a pessoa entrava e ficava esperando que o dono da casa viesse e abrisse uma outra maior, na qual recebia. Quer dizer, havia sala para esperar e para entrar. Os italianos introduziram também a chamada "casa com entrada de lado", isto é, com entrada independente. Ao lado disto, construíram casas suntuosas no estilo Art Noveau, como a que pertenceu a rico comerciante Nicola Mandarino, que foi vice-cônsul da Itália, e que era denominada de Villena Juju. Esta casa imitava uma outra construída no Rio de Janeiro, pelo arquiteto Menzi, que possuía "villinos", termo que significa "casas com portais mais ou menos grandes, com porões altos, pés-direitos também altos, boas varandas" não tendo semelhança com vilas, como o nome pode fazer parecer[13].

Ainda foram eles que iniciaram o uso da "massa raspada", introduzindo-a no Palácio do Governo e em outras construções. A massa raspada é o revestimento interno das paredes, na qual se lança a massa, antes que endureça mas quando ainda não cola, e se raspa com uma pequena lâmina. A superfície fica um pouco crespa. Também reintroduziram a **scariola**, uma massa fina que era lançada em cima de uma parede já rebocada. Quando ela secava um pouco passavam a alisar com a colher de pedreiro para ficar como se fosse um azulejo. Tinha propriedade isolante e impermeabilizante, sendo usada sobretudo em banheiros e cozinhas.

Mas a figura realmente marcante de construtor que viveu em Sergipe foi a do italiano Frederico Gentil, originário da província de Cosenza e que veio para o Brasil em 1905, onde casou, no Rio de Janeiro, com a italiana já aí radicada, Maria Santa Francesa, com quem viveu 53 anos. Muito inquieto, ele voltou à Itália por ocasião do falecimento de sua genitora, mas retornou ao Brasl vivendo em vários estados, antes de se fixar em Sergipe; onde obteve a proteção e amizade do dr. Alfredo Rollemberg, de família tradicional oligárquica, proprietário de usina de açúcar, de fazendas de gado e político influente.

Gentil construiu uma série de residências naqueles moldes "modernos", introduzidos pelos italianos, de que falamos anteriormente, para propriеários ricos de famílias tradicionais, como Adolfo Rollemberg, Francisco Fonseca, Pereira Lobo, Roberto Vieira, Alberto Azevedo, Carlos Dantas e para italianos enriquecidos no comércio, como Nicola Mandarino e João Firpo. Foi ainda um grande construtor dos

coretos que eram localizados nas principais praças das cidades e onde nos domingos e dias feriados eram utilizados pelas bandas de música, fazendo retretas. Vivendo em Sergipe por dezenas de anos e convivendo intimamente com a sociedade sergipana, ele fez numerosas construções públicas, além dos coretos da praça Fausto Cardoso, como um pavilhão do Instituto de Química, o prédio do Banco do Brasil, as residências dos filhos, os armazéns da rua Santa Rosa, etc. Todos em Aracaju. Também reformou o prédio da Penintenciária, no governo Eronildes de Carvalho[14]. No interior construiu o presídio de São Cristóvão, o grupo escolar de Buquim, postos médicos em Propriá e Campo do Brito, etc.

Sempre alegre e falando muito, enfrentou situações difíceis, como em 1924, quando a convite do Tenente Maynard Gomes que se revoltara contra o Governo Federal, construiu uma ponte importante para o trânsito da tropa rebelde; quando a revolta fracassou, foi preso por mais de um ano como conivente com os tenentes revoltosos, e em 1942, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, após o torpedeamento de navios brasileiros na costa sergipana e a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, voltou a ser preso com outros súditos italianos, mas não deixou de manter uma grande amizade pelo povo sergipano, que, passado os momentos de crise, deu a Frederico Gentil todo apoio e assistência. Faleceu em Aracaju e seus numerosos descendentes se radicaram no país, tendo alguns casado com italianos e ítalo-descendentes e outros com brasileiros de outras origens.

O tipo de influência italiana constatado em Sergipe e em Pernambuco também ocorreu em outros estados do Brasil.

Na Bahia, por volta de 1912, o governador J.J. Seabra, através de seus auxiliares, o secretário-geral Arlindo Fragoso e o intendente de Salvador, Julio Viveiros Brandão, trouxe de São Paulo arquitetos, escultores, pintores, decoradores especializados "com o fito de mudar, como pretenderam e em parte conseguiram, a grave e tranquila fisionomia plástica de Salvador"[15]. Vieram artistas italianos e ítalo-brasileiros, como os Chirico, os Conti, os Santoro, os Rossi, os Scorcelli, com atividades diferentes, enriquecendo a antiga capital do Brasil com bronze, mármores dourados, pinturas de salões mundanos, de igrejas e de edifícios públicos e particulares. Thales de Azevedo, o grande antropólogo baiano, em obra já citada, afirma que eles introduziram "a glace caricatural dos estuques, as grinaldas, os festões, as águias de bico voraz e asas abertas, e até de mulheres aladas e de corpo natural inteiro, todas elas de seios duros e pontudos de Danae de Correggio, por onde se pudessem modelar, acaso, as taças cônicas das festanças naturais"[16]. E salienta sobretudo o palacete, hoje do Conselho Estadual de Cultura, que foi obra de Rossi Batista, construído em 1911.

Os italianos também marcaram presença na arquitetura paraibana, através de Hermenegildo Di Lascio, nascido em Lauria, na Província de Potenza e que esteve na Argentina antes de se fixar no Brasil. Ele foi autor de projetos como o edifício da Faculdade de Comércio da Paraíba, o Palácio da Associação Comercial, com colunas e bela escadaria, e numerosas residências ricas. Outro italiano, Pascoal Fiorillo, fez o projeto e construiu a residência do desembargador Osias Gomes em estilo "**new** californiano", e a fachada do Palácio da Justiça em cujo subsolo se encontra

o mausoléu do estadista paraibano Epitácio Pessoa, que foi presidente da República de 1919 a 1922. Também foi autor da bela balaustrada da rua das Trincheiras[17].

No Rio Grande do Norte destacou-se o arquiteto Miguel Micucci, autor de numerosos prédios em Natal, destacando-se o do Hospital de Crianças dr. Varela Santiago e o da Prefeitura Municipal de Natal; também projetou e construiu palacetes para pessoas ricas e enriquecidas[18]. O mesmo acontecendo, com maior ou menor intensidade, em outras cidades nordestinas.

Arquitetos, escultores e pintores italianos ou descentes, já nascidos em São Paulo ou nos estados do sul do país, ou até mesmo na Argentina, eram estimulados a se estabelecer em cidades do Nordeste, ora através de convites governamentais ora a chamado de amigos e parentes e, nestas cidades, iniciavam o seu trabalho introduzindo novas técnicas, novos modelos e novas formas de construção que contribuíam para inovar a arquitetura e a feição urbana com maior ou menor intensidade, conforme os desejos dos grupos dominantes nas cidades.

Nos exemplares citados observa-se que ora eram italianos com formação universitária completa e com competência comprovada, como Giacomo Palumbo, ora eram simples mestres de obra, inteligentes e dedicados, que se punham a trabalhar e executar serviços que lhes davam um maior destaque do que o que eles poderiam obter em centros mais desenvolvidos da Europa ou do Brasil. Logo se integravam à sociedade e, tendo facilidade de comunicação, criavam círculos de amizade e de convivência, ascendendo econômica e socialmente. Recebiam influência e influenciavam uma sociedade em transformação e os seus descendentes se integravam facilmente ao meio em que viviam, quer através do casamento quer através das relações profissionais e sociais.

NOTAS:

1. Carta do ministro plenipotenciário Alberto Fialho ao Governador Herculano Bandeira de Mello, 14 de julho de 1910. Manuscrito. CEHIBRA/DIDOX, Fundação Joaquim Nabuco. Recife.
2. Carta do Dr. Luíz de Lima e Silva ao Dr. Herculano Bandeira de Mello, de 13 de dezembro de 1910.
3. **Almanack de Pernambuco.** 1916, p. 81-83.
4. Datilografada. Arquivo do CEHIBRA.
5. Carta do Dr. Alberto Fialho ao Gal. Dantas Barreto, Governador de Pernambuco, de 16 de maio de 1912.
6. Carta do Dr. Alberto Fialho ao Gal. Dantas Barreto, de 23 de setembro de 1912.
7. FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura. p. 128-242.
8. FRANCA, Rubem. Obra citada, p 102.
9. MENEZES, José Luiz Mota e REINAUX, Marcílio. **O Palácio da Justiça.** Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco/COMUNICARTE, 199. p. 49-50.
10. MENEZES, José Luís da Mota e REINAUX, Maurício. Obra citada p. 35.
11. MENEZES, José Luís Mota e REINAUX, Maurício. Obra citada, p. 37.
12. Entrevista do engenheiro Fernando Figueiredo Porto, CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.
13. Entrevista do engenheiro Fernando Figueiredo Porto, para o CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.
14. Entrevista da senhora Ledina Gentil Guedes. CEHIBRA/DIDOX da Fundação Joaquim Nabuco.
15. AZEVEDO, Thales de. Obra citada, p. 32.
16. AZEVEDO, Thales de. Obra citada, p. 33.
17. PONZI, Alfio. **Presença Italiana na Paraíba.** p. 62-64.
18. PINTO, Lauro. **Natal que eu vi.** p. 67.

4.5. Ação Italiana na Agricultura, na Indústria e no Comércio

Há uma grande diferença entre a imigração italiana nas várias regiões do Brasil; nos estados do Sul e no Espírito Santo, por exemplo, os migrantes eram sobretudo agricultores que vinham em grupos, agenciados por empresas privadas ou pelos governos federal e estadual para serem localizados em colônias; em São Paulo, embora ocorresse também a formação de colônias, a maior parte dos migrantes vinha com auxílio oficial, ou de empresas privadas e até de grandes plantadores de café, com a finalidade de trabalhar como colonos na grande lavoura cafeeira; no Nordeste, os colonos, bem menos numerosos, vieram quase sempre por iniciativa pessoal ou a chamado de parentes e amigos que os precederam, e se dedicavam a trabalhos artesanais e ao pequeno comércio.

Não se pode concluir que tenha havido exclusividade em cada um dos três tipos de migração para cada área, mas houve dominância em cada tipo.

Nos estados onde eles vieram como colonos e receberam pequenos lotes de terras virgens para desenvolver culturas de subsistência, houve uma tendência de se formar áreas de dominância colonial, com a conservação do dialeto e dos costumes, isolando-os das populações situadas em áreas próximas. Claro que, modernamente, com a difusão dos meios de transporte e de comunicação e com a impossibilidade de as antigas colônias manterem os grupos em crescimento populacional, os ítalo-descendentes migram para outras áreas ou outros estados e se integram à comunidade brasileira.

No caso paulista, muitas vezes entre os agricultores arregimentados pelos agentes das companhias de migração, encontravam-se citadinos que queriam migrar em vista das dificuldades econômicas por que passavam na Itália e pelo espírito de aventura. Chegando ao Brasil, estes elementos não se adaptavam à vida nas fazendas e ao despotismo com que eram tratados pelos fazendeiros, rebelando-se, entrando em choque, reclamando, agitando, organizando-se em sindicatos e associações, doutrinando e sendo doutrinados dentro de idéias libertárias, sobretudo anarquistas. O movimento anarquista, que teve grande importância na luta operária no Brasil, era mais intenso em São Paulo e representava uma força política de protesto até os anos 20, quando foram suplantados pelos comunistas cujo prestígio crescera com a vitória da Revolução Soviética[1].

No Nordeste, como já foi dito, a migração não foi organizada ou patrocinada pelos governos federal e dos estados, ela se deu de forma espontânea, foi feita individualmente ou em grupos familiares que vinham para o Brasil, "fazer a América";

os migrantes bem sucedidos chamavam parentes, familiares e amigos para virem ajudá-los e os protegiam nos primeiros tempos. Vinham quase sempre do sul da Itália, em um período de grande pobreza na região, e eram de origem camponesa ou de profissão ligada ao artesanato. Eram sapateiros, alfaiates, caldeireiros, operários da construção civil, especialistas em metalurgia e aqui montavam oficinas ou se dedicavam ao pequeno comércio. Essas oficinas muitas vezes se tornaram fábricas e os pequenos comerciantes ambulantes que percorriam as estradas difícieis do interior, comprando e vendendo, se tornaram comerciantes importantes. Logo se integravam ao país, mas não esqueciam a pátria, para onde viajavam quando podiam; os seus filhos e netos aqui estudaram, se tornaram proprietários, profissionais liberais, políticos, intelectuais ou comerciantes e industriais, casando com brasileiras e se integrando a famílias do país.

Foram poucos os que tiveram maior interesse na agricultura, como Francisco Lapenda que adquiriu o engenho Alcaparra, e o Calabria que foi senhor do engenho Terra Vermelha em Nazaré da Mata, Pernambuco, e se portaram como os senhores de terra luso-brasileiros, ou como Pasquale Magnavita que, sendo agrimensor, instalou-se no sul da Bahia a fazer demarcação de propriedades, em um período de expansão da cultura do cacau, quando as florestas iam sendo parcialmente destruídas para fornecer espaço à plantação das roças que enriqueceriam coronéis-fazendeiros. Época em que os proprietários disputavam roças e propriedades a bala, como Jorge Amado bem descreveu em romances memoráveis. Como bom calabrês, Pasquale Magnavita estava acostumado a estas lutas e ao clima de violência, e desenvolveu com sucesso a sua atividade; tendo trabalhado como profissional para outros proprietários, conseguido também concessões de terras para si, no município de Belmonte, então muito isolado, devido à inexistência, na área, de ferrovias e de rodovias.

Para se ter uma idéia do isolamento dessas cidades em relação a Salvador, basta dizer que, até a década de 30, saía-se da capital da Bahia de barco em direção a Ilhéus, a grande cidade da região cacaueira, depois ia-se de barco pesqueiro até Belmonte, onde se pegava uma pequena lancha para subir o rio Jequitinhonha até Itapebi e daí em lombo de burro até a fazenda. A viagem era uma aventura. Hoje, vai-se de automóvel de Salvador até Belmonte ou Itapebi em seis horas, em rodovia asfaltada[2].

Durante muito tempo Pasquale Magnavita conciliou as duas profissões, de agrimensor e de proprietário rural, dono de várias roças de cacau; depois, aos poucos, foi deixando a primeira atividade e procurando ter uma vida mais confortável, entre outros motivos para facilitar a educação dos filhos que se fazia em Salvador ou na Itália.

Uma outra experiência interessante, mas frustrada, foi a do professor de italiano, Mauro Porru, que, muito inquieto andou pelo mundo tentando atividades profissionais variadas; experimontou o cinema, a literatura e o ensino, e após andar por vários países, inclusive a Venezuela, fixou-se na Bahia por influência de uma namorada, filha de italiano. Aí, adquiriu uma fazenda no município de Entre Rios, ao norte de Salvador, com a intenção de criar uma comuna, congregando pessoas que,

insatisfeitas com os padrões capitalistas, pretendessem viver vida comunitária[3]. Os candidatos eram intelectuais de classe média que idealizavam a vida camponesa e certamente desenvolver a agricultura alternativa, na ocasião em que o país saía de um regime autoritário de direita e os esquerdistas procuravam opções socializantes. A experiência não se concretizou e o próprio idealizador, hoje professor de língua e literatura italiana na Universidade Federal da Bahia e na Dante Alighieri, está convencido de que sua vocação é mesmo intelectual e urbana.

Uma experiência original é a que está se desenrolando no Estado do Piauí, onde a família Sapio se estabeleceu, em 1975, com atividades na área de construção civil. A partir de 1983, ela achou que deveria diversificar essa atividáde, dedicando-se à agroindústria a partir de uma fazenda que possuía no interior do Estado, estabelecendo aí uma indústria para processamento de carvão feito com a casca do coco babaçu, com vistas à produção de carvão siderúrgico. O grupo também está implantando uma indústria de corantes naturais, usando como matéria-prima a semente de urucum, cultivada na própria fazenda, e pretende abrir um laboratório de biotecnologia vegetal para processamento de plantas medicinais.

Os Sapio estão ligados ao jesuíta Pedro Maione, da Fundação Cristo Rei, e têm planos para, a médio e longo prazos, desenvolver uma tecnologia sofisticada usando mão-de-obra primária, que se dedica, até hoje, à coleta do coco babaçu; acreditam eles que contribuirão para melhorar as condições de vida e, conseqüentemente, reter a população rural no campo[4]. Estão também desenvolvendo um programa com os indígenas que vivem no interior, a cerca de 600 quilômetros de Teresina. Realizaram encontros com os representantes indígenas e receberam dos mesmos amostras de plantas medicinais que serão objeto de pesquisas em colaboração com a Universidade Federal do Piauí, visando não só caracterizar as suas qualidades como as possibilidades de exploração econômica daquelas que se prestarem a essa exploração e que terão estimuladas a sua cultura, envolvendo os próprios indígenas. A Fundação da família se encarregaria de desenvolver a industrialização das mesmas. Vê-se, assim, que o grupo Sapio, agora radicado em Teresina, tem projetos originais que, se obtiverem sucesso, poderão abrir perspectivas a uma política de aproveitamento dos recursos naturais renováveis, de utilização e melhoria das condições técnicas e sociais da população interiorana e de fortalecimento da economia estadual. Resta esperar por alguns anos a fim de se constatar o sucesso ou insucesso destas alternativas originais; o importante é que há uma certa complementação entre a ação do grupo econômico e da Fundação Cristo Rei.

Nas atividades comerciais e industriais, há uma certa interpenetração, que é mais intensa em estados como Pernambuco e Bahia do que em outros, economicamente menos desenvolvidos. Foram numerosos os italianos que se estabeleceram com casas comerciais e com indústrias, nas três primeiras décadas do século XX, nas várias capitais dos estados do Nordeste, como demonstram testemunhos que merecem credibilidade[5]. Assim, em Fortaleza, se sobressaíam a sapataria Casa Veneza de Francisco Angelo, a tinturaria de Marino & A. Cunto, o escritório de representações comerciais de Felice Canmene, a mercearia de Antonio Russo, o escritório de representações de José Garovalo e os representantes de automóveis, Angelo

Rattacaso e de Carlo Selmi-Dei, que gerenciava a Casa Milano, agente da FIAT[6], o que indica a presença de automóveis italianos, importados, na terceira década do século XX, no Ceará.

No Rio Grande do Norte não havia, em 1929, indústrias de italianos mas uma expressiva participação no comércio, com o escritório de importação e exportação de Guglielmo Lettieri, com loja de tecidos, perfumes e jóias de Michel Barra, com a alfaiataria de Amadeu Gerardi, com a tinturaria e lavandeira de Gilvanni Fulco e a relojoaria, joalheria e ótica de Giuseppe Farraci.

Havia ainda o professor de música, Tomaso Babini, que lecionava na Escola Normal e na famosa Escola Doméstica onde estudavam as filhas das famílias mais ricas do Estado[7].

Na Paraíba já se observa uma concentração maior de italianos em determinados setores, uma vez que havia três alfaiatarias – Matteo Zaccaro, Braz Centinzani e Luigi Lianza – dois escritórios de arquitetura – Giovanni Gioia e Hermenegildo di Lascio –, uma ótica de Vicente Dalia e a famosa Casa Vesúvio, de Vicente Cozza, que negociava com tecidos, armarinho e perfumaria[8]. Vivia-se uma época de grande prestígio da arquitetura italiana e eles reformavam as linhas dos frontões de casas e construíam edifícios ricos, com colunas gregas, ao mesmo tempo em que construíam também obras públicas. Antes disto, já Vicente Ferrero construíra, próximo ao Cabo Branco, uma fábrica de tintas[9].

O Recife, como cidade de maior porte populacional e de maior importância, devido ao seu porto e ao desenvolvimento industrial, passou a ter uma Câmara Italiana de Comércio para todo o Norte e Nordeste do Brasil, a partir de 1 de setembro de 1921. Dela participavam figuras já influentes nos meios econômicos e sociais do Estado, como Francisco Vita, sócio de uma fábrica de gasosas e guaranás e produtora de gelo, denominada de Fratelli Vita, Arnaldo Remies, Rafael Abemante, proprietário da Fundição Vesúvio, Francesco Cribari, Rafael Adobati, proprietário da Fábrica Iolanda, produtora de barbantes, Severio Vita, Andréia dall'Olio e Clodomiro Pandolfi. Um dos pontos importantes de concentração da sociedade pernambucana era a Confeitaria Helvética, situada na rua da Imperatriz, que possuía também um cinema, cujos proprietários eram Raffaele Romano e Oreste Novelino. No ramo de calçados atuava Ezigi Pacifico, na venda de perfumes e álcool N. Falcone, havia os alfaiates Melazzi e Perreli, no comércio em geral com Antonio Chiapetta e na mertalurgia se destacava Francesco Conte[10]. A importância da colônia italiana em Pernambuco decorria do maior desenvolvimento industrial do Estado e do fato de o porto do Recife ser a porta de entrada para os viajantes que vinham da Europa. Após desembarcarem na cidade é que os migrantes se redistribuíam pelos vários estados.

Em Alagoas havia uma grande concentração de fabricantes de calçados, como Francesco Maiorani, Ruggero Gazzaneo e Antônio Marsiglia, de alfaiates como Antonio Perreli e Pasquale Savastano, uma caldeiraria de Giuseppe Ponzi, um hotel, o Ítalo-Alagoano, de Carlos Castellatti e Francesco Boffino, e lojas de importância, como as de Antonio Gerbasi, Vicenzo Gerbasi e Raffaelo Perrolli[11].

Já Sergipe atraiu um menor número de imigrantes italianos, mas em 1929 já atuava, estabelecido em Aracaju, o comerciante Nicola Mandarino, com escritório

de importação e exportação, vivendo em uma casa luxuosa, recebendo e apoiando artistas e trabalhadores que chegavam à capital. Também funcionava aí o Colégio Salesiano que em 1929 esteve sob a direção dos padres Estevam Giorgi e Leonides Spinola[12].

Na Bahia havia uma dinâmica colônia italiana em Salvador, mas foi o Estado brasileiro onde essa influência se interiorizou, transformamando a área do sudeste num verdadeiro centro de italianos, onde se destacavam as cidades de Jequié, praticamente fundada por um italiano, José Rotondano, e que cresceu sob a influência de um dinâmico comerciante, Vicente Grillo, e Poções que reunia dezenas de famílias dentre as quais se destacaram os Sarno e os San Giovanni. Em Salvador teve uma grande importância a fábrica de bebidas Fratelli Vita, dirigida por Giuseppe Vita, a de calçados de Caetano Ricci, a de laticínios de Giuseppe Alfano, a de massas alimentícias de Linguenotto, ao lado da alfaiatria de Umberto Savastaro e da importadora e expotadora de Scaldaferri & Irmãos[13]. Eram grandes as ligações dos italianos do interior com os da capital não só no que dizia respeito a problemas administrativos, como pelo fato de Salvador ser o grande porto que estava ligado por estradas de ferro às principais cidades do interior.

O Banco Francês-Italiano para a América Latina, cuja sede era em Paris e com agências em Reims e Toulouse, possuía sucursais no Brasil em apenas oito cidades, entre as quais se salientavam Salvador e Recife[14].

Este levantamento, que é apenas parcial, indica a importância econômica da colônia italiana no início da década de 30 na maioria das capitais dos estados do Nordeste. É de lastimar que ele não tenha incluído as cidades de São Luís e de Teresina, capitais, respectivamente, dos estados do Maranhão e do Piauí, nem cidades interioranas que possuíam expressivas colônias italianas.

Para melhor compreender esta influência, é conveniente analisar uma série de empresas que atuam hoje nos vários setores econômicos, algumas fundadas nas primeiras décadas deste século e outras instaladas bem mais recentemente.

No Recife são numerosos os estabelecimentos comerciais e industriais pertencentes a italianos e ítalo-brasileiros que têm grande importância e merecem referência. Não se pretende estudar um a um nem levar em conta o tamanho funcional dos mesmos, mas sim a importância que têm ou que tiveram em determinados momentos. No ramo da metalurgia se pode destacar duas empresas familiares, uma ainda de grande importância e atividade nos dias atuais, a IPAN, antiga Indústria Metalúrgica Pernambucana, da família Conte, e outra, a pequena Indústria Metalúrgica Regina, que funcionou de 1942 a 1978 e pertencente ao artesão Domenico Antonio Regina.

É interessante fazer-se um estudo comparativo entre estas duas empresas; uma se tornou uma grande indústria e outra se manteve pequena e terminou se dissolvendo.

O fundador da IPAN foi o italiano Francesco Conte, natural de Trecchina, que emigrou para o Brasil em 1922 e foi chamando os filhos à proporção que expandia a sua indústria artesanal na área metalúrgica. Tratava-se de uma empresa familiar e, naturalmente, com certo apoio da colônia italiana, sobretudo dos que haviam che-

gado nos fins do século XIX e início do XX e já estavam estabelecidos e com prestígio.

O trabalho metalúrgico era muito solicitado pelas igrejas que necessitavam restaurar peças artísticas em ouro, prata e outros metais, e por famílias ricas também possuidoras de preciosidades artísticas. Da simples restauração e conserto, passaram à produção de determinadas peças. O início foi muito duro e Francesco Conte, trabalhando com dois barris, um para "banho de ouro" e outro para "banho de prata", colocados no lombo de um burro, saía à procura de serviços para fazer, além de confeccionar pulseiras douradas com o nome do proprietário, que estiveram na moda nos anos 20. Foi assim que ele veio de Belo Horizonte até o Recife, numa época em que as cidades eram poucas e distantes, as estradas péssimas e a insegurança no interior era total. Depois, conseguiu se estabelecer em uma pequena casa na rua Camboa do Carmo, nº 132, compartilhando a mesma com um homem que alugava bicicletas. Lá conheceu um capitalista, Luís Carvalho, que lhe emprestou vinte contos de réis para ampliar o seu negócio e com este empréstimo o artesão começou a prosperar e os filhos foram chegando para auxiliar o pai. Giuseppe Conte, por exemplo, chegou em 1928 e, após alguns anos de trabalho, foi enviado a São Paulo para fazer um estágio em uma firma a fim de aprender a forma de "banhar" com cromo e níquel[15]. A empresa, já transferida para a Praça de Sao Pedro, começava a diversificar as suas atividades e, algum tempo após, especializou-se na produção de peças de alumínio, sendo uma das pioneiras no Brasil[16]. Hoje, a fábrica se situa na esquina da IPAN e emprega cerca de mil pessoas, entre operários e funcionários, criando assim uma grande quantidade de empregos em uma cidade onde o desemprego é muito grande. A produção atende à demanda do mercado nacional.

A outra figura de metelúrgico que atuou no Recife, foi Domenico Antonio Regina, que adotou, no Brasil, o nome de Domingos Regina. Chegou no Recife, jovem, nos anos 20, procurando a proteção de um irmão que era viajante da firma Renda Priori; sendo originário do campo, profissionalizou-se no Recife, trabalhando com os Conte que estavam estabelecidos no setor metalúrgico desde 1918. Com eles trabalhou, inicialmente, como marceneiro e depois passou a trabalhar no setor de polimento de metais. Como se revelasse interessado e competente, foi enviado pelo patrão para São Paulo onde fez um estágio de dois meses e voltou especializado, passando a ser sócio dos Conte. Quando estes optaram pela linha de alumínio, ele separou-se porque preferia trabalhar como restaurador de metais nobres, com a recuperação de peças antigas e com "banhos de prata", instalando, no início da década de 40, a Indústria Metalúrgica Regina, que funcionaria até 1978.

Do trabalho de restauração, passou à produção de cálices, sacrários, lâmpadas, candelabros e até de portas de igrejas, como a do Colégio das Damas Cristãs e a da Piedade. Como os Conte passaram a fazer, cada vez mais, trabalhos especializados e de grande porte, muitas vezes mandaram para Regina trabalhos pequenos que lhes eram oferecidos. A sua empresa nunca teve um grande crescimento, utilizando, uma média, de 10 a 15 empregados que eram recrutados em bairros pobres do Recife, entre adolescentes, para aprenderem o "ofício" ou a "arte", como se dizia então. Na década de 60, houve uma tentativa de modernizar a empresa, introduzindo máquinas que permitiam a galvanoplastia, um processo moderno de dar brilho; como não dispunham de capital e se vivesse o momento da passagem do artesanato para a indústria moderna, a própria família Regina resolveu encerrar as atividades, uma vez que Domingos Regina já estava envelhecido e os filhos, diplomados, se transformaram em profissionais liberais[17].

Outra empresa de italianos que teve grande importância em Pernambuco foi a Renda Priori, fundada pelo siciliano Pedro Renda. Tendo emigrado para o Brasil no início do século, estabeleceu-se em Porto Alegre, no sul do país, onde, com os Priori, seus cunhados, fundou uma fábrica de bombons e chocolates. Cómo havia dificuldade para obter a principal matéria-prima, o açúcar, eles se transferiram para o Recife, no ano de 1926. Os negócios prosperaram e Pedro Renda montou várias filiais, em Belém do Pará (1937), em Salvador (1943) e em Campina Grande (1957). A filial de Salvador foi instalada em pleno período da Segunda Guerra Mundial, quando os transportes marítimos estavam muito prejudicados pela guerra submarina. Ao abrir filiais, ele começou a diversificar a sua indústria, deixando a produção de balas no Recife, enquanto nas filiais implantava metalúrgicas. As máquinas das novas fábricas foram importadas da Itália e se faziam acompanhar de mão-de-obra italiana, especializada. Iniciou com a produção de tampas de garrafas e depois ampliou para a produção de latas, visando o enlatamento de atum que a partir de 1957 passou a ser pescado por japoneses, na costa nordestina[18].

A empresa cresceu sob o controle familiar e em 1978, quando trabalhava com mais de 800 empregados, ela se dividiu, saindo os Priori da sociedade e ficando os Renda com o controle total da mesma. A sua atividade é feita em um grande leque que vai desde a produção de caramelos, balas e chocolates, até rolhas metálicas, galões para óleo e tinta, latas para manteiga e café e estampas para embalagens, de vez que dispõem também de uma litografia.

No ramo da confecção de ternos para homens, teve grande importância o alfaiate Antonio Perrelli que migrou para o Brasil em 1919, vindo também de Trecchina. Trabalhando inicialmente para o seu patrício, Melazi, já estabelecido com alfaiataria, dois anos depois já pôde deixar o emprego e se estabelecer com alfaiataria própria, situada na avenida Manoel Borba, conseguindo uma boa freguesia entre a classe dominante, formada por políticos, empresários e profissionais liberais de renome. Em 1925, sentindo-se economicamente forte, chamou seu irmão Angelo, que vivia na Itália, e tornou-o seu sócio. Os negócios prosperaram a tal ponto que os Fratelli Perrelli abriram uma outra casa, a Sartoria Pérrelli, no bairro de Santo Antônio. Com o falecimento dos irmãos, a sociedade foi desfeita, ficando a alfaiataria com o filho de Antônio – Italo Bruno – e a sartoria com o filho de Angelo; ainda hoje elas funcionam com grande prestígio no ramo a que se dedicam[19]. Um estudo sobre a comunidade italiana no Nordeste, nas primeiras quatro décadas do século XX, mostrará como foi grande a importância dos alfaiates nas várias capitais nordestinas, com casas de renome regional, como Melazi, Inbellone, Sarubbi, Ragazzo, etc. O mesmo se podendo dizer da importância dos sapateiros e das sapatarias italianas, na mesma região e período.

Um caso muito interessante de ação de um grupo italiano no Nordeste é o dos

Vita, também originários de Trecchina; os irmãos Vita – Francisco, José, Domingos e Angelo – chegaram a Salvador por volta de 1880, sem profissão definida e confiantes na colônia italiana de Salvador. Domingos logo se transferiu para a Argentina e Angelo se instalou no interior do Estado com uma fabricação artesanal de malas de madeira, revestidas de couro. José e Francisco, mais unidos, continuaram juntos, fazendo trabalhos diversificados, como assalariados, depois se associaram para fundar uma pequena empresa artesanal de gás acetileno. Não havia ainda se generalizado o uso da eletricidade, além disso, o interior baiano oferecia grandes oportunidades a jovens que tivessem criatividade e disposição para o trabalho. A oficina de produção foi instalada em Salvador e ficou sob a direção de José, enquanto Francisco percorria as cidades do interior, oferecendo o produto e os seus serviços. A aceitação era grande nas ocasiões de festa em que, na iluminação, as comunidades utiliazavam o acetileno dos Vita; havia um problema, porém, é que as festas se concentravam em certos períodos do ano, fazendo com que a atividade se tornasse sazonal. Para preencher o período de recesso, Francisco Vita resolveu tornar-se também "mascate", um comércio já largamente utilizado no Brasil, desde o período colonial.

Nos primeiros tempos os mascates eram portugueses e a expressão – mascate – tornou-se um depreciativo porque indicava português, reinol. Francisco Vita, com muita criatividade, desenvolveu seus negócios no interior da Bahia, ampliando cada vez mais os recursos. Mas, muito vivo, observou que a assistência médicodentária era inexistente no interior e que o tratamento de dentes se reduzia à extração e esta era feita a cru, por barbeiros; ele passou, então, a trabalhar também no setor saúde, receitando doentes com remédios homeopáticos e a extrair dentes com um "boticão" que adquiriu em Salvador.

Capitalizados, os irmãos Vita resolveram abandonar as atividades que desenvolviam e instalar um cinema no centro de Salvador. Começava a ser difundido, como atração, os cinemas com fitas mudas e com artistas que se tornaram famosos em todo o mundo, na década de 20. O negócio não prosperou porque usavam energia a carvão e as fitas, de celulóide, se incendiavam com facilidade.

Entre 1905 e 1910, já com vinte anos de Brasil e com um razoável capital, resolveram os Vita instalar uma fábrica de licores finos – anizete mentolado – semelhantes aos fabricados na Itália; em seguida uma outra, de bebidas gasosas, utilizando essências de maçã, limão, pêra e morango. O negócio prosperou rapidamente, mas em 1912 surgiu uma concorrente de um migrante espanhol que abalou o mercado e os Vita resolveram crescer horizontalmente, instalando uma outra fábrica no Recife, para onde Francisco se transferiu. Embora associados, os dois irmãos dividiram o espaço de atuação. A prosperidade no negócio levou-os a lançar outro tipo de bebida no mercado – o guaraná – e a montar uma fábrica de gelo. Preocupado com a imagem da empresa e de seus produtos, Francisco Vita montou uma gráfica que imprimia os programas dos cinemas e os distribuía na entrada dos espetáculos; ao lado da programação, encontrava-se também a propaganda dos produtos Vita, com uma chamada na contra-capa, que dizia "Beba Guaraná Fratelli Vita".

Um dos problemas enfrentados pela indústria era o do suprimento de garra-

fas, por isso, a partir da década de 20, passaram a produzi-las para a utilização da empresa. Em seguida, passaram para a produção de cristais – de 1932 a 1962 – lapidado a mão e que obtiveram, por sua qualidade, prêmios na Europa. O desenvolvimento industrial por que passou o Brasil, nos anos 50, não foi acompanhado pela produção da fábrica, o que a levou a encerrar as suas atividades[20]. Hoje, os cristais Vita só são encontrados em antiquários e vendidos por alto preço.

Ao envelhecerem, preocupados com a sucessão, José e Francisco resolveram transformar a razão social da firma em sociedade anônima, com a distribuição das ações feita de forma proporcional para cada sócio; o crescimento e a modernização econômica do país não permitiam mais que uma empresa de porte se desenvolvesse estruturada em firmas individuais, fazendo surgir uma grande quantidade de sociedades anônimas, mesmo mantendo o controle familiar das organizações. O processo de crescimento das atividades e das empresas industriais dificultou a sobrevivência da Fratelli Vita e ela se encontra hoje sob o controle da Brahma, grande empresa de escala nacional, que desativou a primitiva fábrica do Recife.

A presença de empresários italianos nos outros estados do Nordeste é bem menos expressiva do que em Pernambuco e na Bahia. No Maranhão, por exemplo, a maior influência italiana é observada no setor religioso, em vista do grande número de missionários, e no setor cultural, uma vez que são numerosos os italianos e ítalo-brasileiros que lecionam e ocupam cargos administrativos nas universidades federal e estadual. Em menor escala, aparecem alguns empresários de pequeno e médio portes, como Alfredo Buonocore, originário de Cava dei Terreni, na província de Salerno, ao sul de Nápoles. Veio para o Brasil com cerca de vinte anos e já com diploma de nível médio, fixando-se em Corumbá, Mato Grosso do Sul, onde estava estabelecido um tio. Para a vinda, obteve uma carta de chamada da firma Puccilli & Cia Ltda. e nela trabalhou por seis meses, passando a exercer o cargo de inspetor de máquinas da Companhia de Navegação da Bacia do Prata, de acordo com a firma em que trabalhava.

Trabalhou como empregado até o final de 1955, quando se sentiu em condições de se estabelecer por conta própria, instalando uma oficina mecânica. Fez uma série de inventos e registrou as patentes, inclusive uma de trator anfíbio, de grande utilidade na área do Pantanal Matogrossense. Após anos de trabalho, transferiu-se para São Luís onde montou uma fábrica em sociedade com um fazendeiro e político, mas teve dificuldade de se entrosar com o sistema dominante e terminou desfazendo-se da sociedade e montando a sua própria empresa, na qual os sócios são os próprios filhos, três deles engenheiros e um economista. Sua empresa trabalha sobretudo com a construção de barcos, mas há um limite de produção determinado pelo mercado, que é pequeno em face ao baixo nível de renda da população. Também trabalha com tratores e, após um contrato com a PETROBRÁS, vem produzindo destocadores que trabalham na limpeza das vias fluviais[21]. Atualmente a empresa ocupa cerca de 150 empregados. Pode-se afirmar que, em escala maranhense, ela pode ser classificada como de porte médio, mas as suas possibilidades de crescimento e de sucesso estão, naturalmente, a depender da situação nacional, em uma época de crise e de recessão.

No Piauí, a presença italiana é menos expressiva do que no Maranhão, havendo apenas uma empresa de certa importância, pertencente ao grupo Sapio. Originário de Nápoles e estabelecido em Teresina, a partir de 1975, este italiano se dedica sobretudo à construção civil, atividade que exercia na Itália, antes de migrar para o Brasil[21]. Devido à recessão que atingiu o país no início da década de 80 e agravada consideravelmente a partir de 1990, o grupo procura diversificar as suas atividades adqurindo fazendas onde é feita a exploração do babaçu e onde desenvolve a cultura de plantas medicinais. Procura, assim, passar de uma atividade essencialmente urbana – a construção civil – para atividades agroindustriais, com vistas, principalmente, ao beneficiamento de matérias-primas produzidas no meio rural.

No Ceará, a atividade empresarial dos italianos e seus descendentes se concentra sobretudo no comércio e também na prestação de serviços, embora haja técnicos italianos que trabalham em empresas brasileiras e estrangeiras. A família Francesco tem grande prestígio em face da sua importância no comércio, destacando-se como uma das principais sapatarias de Fortaleza – a Casa Veneza – e pelo fato de o dr. Francisco Angelo de Francesco, filho de italianos e nascido em Fortaleza, ser o vice-cônsul da Itália no Ceará. Seu pai, o comendador Francisco de Francesco de Angelo, e sua mãe, Rosina de Francesco, migraram para o Ceará no ano de 1894. Eram originários da cidade de Tortora, da província de Cosenza, situada no sul da Itália.

Ainda muito jovem, Francisco de Francesco dedicou-se ao comércio de miudezas e, após algum tempo, associou-se a um português, João Batista Madeira, montando uma pequena loja, A Toscana. Após algum tempo, eles preferiram mudar de ramo, instalando, em sociedade, uma loja de calçados, Casa Veneza, que teve grande crescimento, passando a fornecer calçados não só para o Ceará como também para o Maranhão, o Piauí e o Rio Grande do Norte, estados que se encontravam, na época, na área de influência comercial de Fortaleza.

A casa, fundada em 1916, fez sempre bons negócios até o ano de 1942, quando ocorreu o torpedeamento de navios brasileiros próximo à costa da Bahia e de Sergipe, criando um movimento de indignação contra os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – que lutavam contra os aliados, já liderados pelos Estados Unidos. A imprensa culpou os submarinos alemães da ação de beligerância contra o Brasil, que, após um período de indecisão, começava a se aliar aos Estados Unidos. Naquela ocasião, houve em todo o país um movimento de hostilidade aos súditos do Eixo – o chamado quebra-quebra –, e a depredação de suas casas, estabelecimentos comerciais e industriais e a Casa Veneza foi depredada, com grande prejuízo para os De Francesco; o fato ocorreu a 18 de agosto de 1942 e tudo foi destruído em meia hora, em plena luz do dia. A viúva do Comendador de Francesco (ele falecera em 1938) dediciu não reabrir a casa, o que traumatizou os filhos, levando-a a afirmar que só a abriria "se o papa viesse ao Brasil e ao Ceará, especialmente". Em 1980, por ocasião da visita de João Paulo II a Fortaleza, os filhos resolveram reabrir a loja, assim respeitando a decisão materna, e o fizeram com grande sucesso, uma vez que dispunham de capital e de prestígio para fazê-lo[23].

Outra figura de empresário italiano, interessante por sua dedicação ao trabalho e por sua integração a Fortaleza, é a de Mario José Cunto, originário de Tortora. Chegando ao Brasil com 10 anos de idade, em 1937, acompanhando o pai, ficou em casa de um tio, já instalado com loja de fazendas em Fortaleza. Aí estudava à noite na Escola Técnica e trabalhava durante o dia como vendedor, logo se adaptando, uma vez que havia numerosos italianos do sul, sobretudo sicilianos, com quem convivia e com quem tinha afinidades. Aos domingos, na casa do tio, eles se concentravam para comer macarrão, cantar e tomar vinho. Em 1946 ele e o pai tornaram-se sócios do tio e, com a chegada da mãe e do irmão que haviam ficado na Itália, eles se aclimataram inteiramente a Fortaleza.

Algum tempo depois instalaram uma lavanderia, importando da Itália as máquinas de lavar a seco; Mario Cunto conseguiu uma tal influência na colônia italiana que quando o cônsul honorário da Itália, Bernarchi, foi esfaqueado por um dos seus operários, despedido por questões salariais, ele foi convidado para fazer o relatório sobre a morte do mesmo, e em seguida, em 1957, para exercer provisoriamente a função de agente consular. Exerceu esta função até 1978, por vinte e um anos, sem receber qualquer remuneração, trabalhando durante o dia na lavanderia e à noite na atividade consular. Recebeu italianos das mais diferentes partes do país e de profissões e classes sociais as mais diversas, sem ter qualquer retribuição de ordem financeira, apenas o título de Cavaleiro[24]. A partir de 1978 vem se dedicando apenas à sua lavanderia que é uma das principais de Fortaleza.

No Rio Grande do Norte destacou-se como grande comerciante Angelo Roselli, que chegou pobre à cidade e foi trabalhar com um patrício já estabelecido e economicamente sólido. Morto o patrão, Giovanni Pipolo, ele casou com a viúva, também italiana, d. Sofia. Assumiu a chefia dos negócios da família e tornou-se não só um comerciante abastado como pessoa influente tanto na comunidade italiana como na própria sociedade norte-rio-grandense. Teve um filho que depois de formado em Direito, enveredou pela política e foi deputado federal. Procurava, com grande habilidade, resolver numerosos casos particulares entre italianos e destes com brasileiros, sendo considerado como um verdadeiro conselheiro[25]. Sua casa, ampla e rica, era um ponto de encontro da sociedade potiguar.

No comércio também se destacaram Braz Gianini, especializado na área de rendas e toalhas, com loja na avenida Rio Branco, a mais importante da cidade; João Batista Toseli, que se destacou como exportador de algodão e de cera de carnaúba e importador de produtos manufaturados, e Reinaldo Toselli que explorava salinas situadas na margem esquerda do rio Potengi, ao norte de Natal.

Outra figura importante em Natal, na primeira metade do século XX, foi o ítalo-brasileiro Januário Cicco. Filho do italiano Vicente Cicco e da brasileira Ana, ele formou-se em medicina e durante anos clinicou e foi cirurgião em Natal, acumulando fortuna. Como ao entusiasmo profissional juntava o espírito empresarial, construiu por conta própria e dirigiu a Maternidade que tem hoje o seu nome e que pertence à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tão grande foi sua influência e projeção que existe um município com o seu nome no Rio Grande do Norte[26].

Na Paraíba a colônia italiana também foi muito dinâmica na área econômica, fato fácil de se explicar porque o imigrante em geral é jovem, decidido e, sendo po-

bre, tem um grande desejo de vencer, acumulando fortuna, pelo trabalho e economia. Um italiano que teve uma iniciativa pioneira na Paraíba foi Vicente Finizola, industrial e proprietário que no começo do século entusiasmou-se com a possibilidade de produzir borracha explorando um arbusto abundante nos cerrados paraibanos, a maniçoba. Fez propaganda tanto em favor da exploração dos maniçobais nativos como do plantio de novos maniçobais e montou uma fábrica de aproveitamento do látex em Mamanguape. Até o governo estadual entusiasmou-se com a idéia e chegou a promulgar uma lei, a 9 de maio de 1900, oferecendo um prêmio de cinco contos de réis para quem plantasse mais de vinte mil pés de maniçoba em sua propriedade. Com a queda da demanda da borracha brasileira no mercado internacional, depois da entrada no mesmo da borracha produzida por empresas inglesas no sudeste da Ásia, a iniciativa de Finizola não teve o êxito que se esperava[27]. Na própria Amazônia, onde se explorava a seringueira nativa, a indústria foi praticamente eliminada do mercado.

Merece destaque também a Alfaiataria Grizzi, que funcionou sob a direção de uma série de proprietários por um período de 116 anos. Foi fundada por um Grizzi e por ela passaram cortadores famosos como Pietro Imbelloni e Mario Faraco, que fizera o curso de cortador em Paris. Entre os dirigentes da empresa destacaram-se Matteo Zaccara e Miguel Grizzi, e ela só veio a encerrar suas atividades quando o comércio de ternos foi invadido pelas roupas feitas e a classe média deixou de usá-las sob medida; os herdeiros da grande alfaiataria dispersaram-se por várias outras atividades profissionais ou no mundo de negócios[28]. O historiador José Octavio de Mello afirma que esta alfaiataria "assinalou um dos mais extraordinários exemplos de longevidade comercial paraibana"[29].

Além de numerosas alfaiatarias, os italianos, com pequeno capital, iniciaram pequenas empresas industriais, como a torrefação de milho e de café (MArsicano, Scarano, Di Lorenzo e Molla). Maior importância teve a Fundação Vicente Ielpo Ltda, organizada em 1907 com caldeiraria, funilaria, e oficinas para fabricação de camas e manipulação de ferro[30]; Vicente Ielpo migara inicialmente para Buenos Aires e depois subira pelo litoral para Montevideu (Uruguai), vindo em seguida para o Rio de Janeiro e daí para o Nordeste; estabeleceu-se inicialmente em São Lourenço da Mata, Pernambuco, onde implantou uma oficina de funilaria e construção de alambiques, em sociedade com italianos já radicados no Estado, os La Banca. Em João Pessoa, na Paraíba, ele ampliou as suas atividaes e instalou a primeira máquina de acetileno automática do Estado. O negócio ampliou-se ainda mais, produzindo grades de ferro e portões, tampas de esgoto e bueiros, bustos, etc. A indústria só viria a encerrar suas atividades em 1970, após o falecimento de Braz Ielpo.

Se passarmos das pequenas e médias indústrias locais, de grande importância até os anos 70, para as grandes indústrias, observa-se que a primeira fábrica de cimento do Nordeste foi instalada na Paraíba, iniciando as suas atividaes em 1935; pertencia a um grupo econômico liderado pelo ítalo-brasileiro conde Alfredo Dolabella Portela, que veio a João Pessoa para assistir à sua inauguração. Em 1948 ela seria vendida a outra firma, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S.A., com sede em São Paulo, e que possuía indústrias em numerosos estados. Assim, por

muito tempo a principal indústria paraibana continuou sob o controle de um grupo econômico ítalo-brasileiro; só em 1983 é que ela foi vendida outra vez, passando ao controle do grupo Brennand, de Pernambuco[31].

Em Alagoas estabeleceu-se, a partir da última quadra do século XIX, uma importante colônia italiana, em grande parte dedicada aos serviços de caldeiraria e funilaria e com grandes ligações com italianos que haviam se estabelecido no interior do Estado – São José da Laje – e as vilas e cidades pernambucanas – Paquevira e Palmares – que se ligavam a Maceió por estradas de ferro.

Francesco Guerrera veio da Itália em 1948, a fim de dedicar-se ao comércio, tendo se estabelecido com uma loja de tecidos. Seu avô já vivia em Alagoas em 1908 e seu pai desde 1924, já tendo encontrado uma estrutura de acolhimento ao chegar. Além disso, casou com uma filha de italianos – família Russo – radicada no Recife e com grande influência no setor comercial[32]. Hoje, está aposentado e inteiramente identificado com o país, queixando-se da situação social em que o mesmo se encontra, o que dificulta, naturalmente, o desenvolvimento industrial.

Egidio Litrenta é outro italiano que, nascido em 1901, veio para o Brasil com vinte anos de idade e se estabeleceu como ferreiro, trabalhando na fabricação de alambiques para produção de aguardente e álcool.

Nos anos 20 e 30, a cana-de-açúcar era beneficiada em engenhos bangüês e em pequenas usinas[33], daí o grande número de italianos que, especialistas em trabalhos com o ferro e o cobre, se estabeleciam para "apontar" os engenhos e destilarias. Seu pai, comerciante em São Luís do Quitunde, próximo a Maceió, deve tê-lo auxiliado na montagem do seu estabelecimento. Aproximou-se do italiano José Agrelli, com oficina em Palmares, casando-se com a sua filha mais velha. Entre as dificuldades que encontra, destaca a do trabalhador brasileiro ser menos instruído e menos trabalhador que o italiano, uma vez que este, além de ter instrução, tem o senso do cumprimento do dever, das obrigações, muito grande, e outra é que sempre que andava pelo interior, pelos engenhos de açúcar, encontrava muita gente armada o que lhe causava um certo temor de incidentes. Mas foi feliz nos negócios, prosperou, viajou à Itália e hoje se encontra aposentado, com mais de oitenta anos de idade[34].

Estas oficinas de trabalho com metais entraram em decadência com o desenvolvimento capitalista da região, quando os engenhos bangüês desapareceram e as pequenas destilarias de aguardente foram substituídas pelas destilarias de álcool. Atualmente as grandes empresas sucro-alcooleiras compram os seus equipamentos em São Paulo e fazem a conservação dos mesms, após cada moagem, com um corpo de mecânico formado por empregados da própria usina. A época dos artesãos passou.

Luigi Chiappetta, italiano de Tortora, na Calábria, chegou ao Brasil como técnico em eletrônica, na década de 60, e teve facilidade de emprego no Rio de Janeiro; após algum tempo foi transferido para Maceió onde casou e se fixou, deixando o emprego em 1967 e montando um escritório por conta própria, dando assistência técnica a cerca de dez usinas de açúcar e empregando até 180 trabalhadores. Desenvolve também trabalhos para o serviço público, instalando redes de iluminação

elétrica. A partir de 1975, ganhou muito dinheiro graças ao desenvolvimento do PROÁLCOOL, programa do governo federal que financiava generosamente a implantação de destilarias e a expansão urbana, duas atividades que provocam grande consumo de energia. Empresa de capital próprio, realizou excelentes negócios, tanto em Alagoas como em estados vizinhos. A sua ação é totalizadora no setor energético, uma vez que se encarrega "da montagem de toda a parte industrial de eletricidade, transmissão de energia, instalações industriais, problemas técnicos" etc,[35]. Acha que o principal problema de produtividade do trabalhador brasileiro é que ele é mal alimentado; com experiências pessoais, observou que, melhorando o padrão alimentar, aumenta a produtividade – homem. Animado com o crescimento turístico de Maceió, está construindo um bar flutuante a ser colocado em frente à praia de Pajuçara, dispondo de uma lancha para condução, onde os turistas poderão ter momentos de lazer em pleno mar e com o sol tropical. Dedicado a uma atividade altamente técnica e tendo grande mobilidade intelectual, Luigi Chiappetta vem obtendo sucesso, sobretudo na ocasião em que os estabelecimentos industriais aumentam de porte e absorvem maior tecnologia, ao mesmo tempo em que procura diversificar as suas atividades, quando vislumbra a possibilidade de esgotamento ou de freio na atividade a que vem se dedicando. As suas preocupações sociais fazem com que melhore o padrão da força de trabalho, o que contribui para a melhoria da produção e o aumento dos lucros.

Em Sergipe, a penetração italiana foi bem menor e teve mais expressão no setor da arquitetura, como já foi salientado no capítulo 4.4.

A principal figura de comerciante foi Nicola Mandarino, dono de fazenda de coco na área litorânea e de serraria na cidade. Sendo um homem rico, tinha um ciclo de relações muito grande e exercia uma influência forte na colônia italiana. Morava numa boa casa assobradada, construída pelo seu patrício Frederico Antonio Gentil. Muito falante, ele foi entusiasta de Mussolini que, para ele, estava organizando e dando prestígio internacional à Itália. Vibrou com a conquista da Abissínia e com a participação italiana na guerra da Espanha. Iniciada a Segunda Guerra Mundial, Mandarino, como italiano, externava as suas opiniões, certamente esperando que o Brasil não se definisse do lado contrário à sua pátria. Quando ocorreram os torpedeamentos de navios brasileiros nas costas da Bahia e de Sergipe e muitos cadáveres foram lançados pelo mar nas praias de Aracaju, o povo, enfurecido, saiu em bando pelas ruas e se dirigiu a sua casa, apontando-o como quinta-coluna. Ocuparam a casa, jogaram à rua tudo o que encontraram, inclusive o enxoval de uma filha que se preparava para casar e só não mataram os membros da família porque eles fugiram pelos fundos da mansão. Humilhado e amedrontado, depois de haver sido preso quando o Brasil entrou na guerra ao lado dos aliados, ele se transferiu para o Rio de Janeiro, ficando o filho, Humberto, à frente dos seus negócios. Também sofreu represálias um outro italiano, Felizola, dono de uma sapataria[36].

Analisando-se, em linhas gerais, a atuação dos italianos no comércio e na indústria no Nordeste, observa-se que eles, em geral, eram comerciantes ou artesãos, e se iniciavam, ao chegar da pátria, em atividades profissionais como empregados de patrícios que haviam chegado anteriormente e já se encontravam estabelecidos.

Trabalhadores e econômicos, juntavam algum capital e montavam oficinas ou casas comerciais próprias ou em sociedades com outros italianos; algumas casas não prosperaram, enquanto outras cresceram, prosperaram. Nos anos 60 e 70, com a intensificação do desenvolvimento da região e com a aplicação maciça de capitais por empresas que produziam em escala nacional, as empresas menores não suportaram a concorrência e encerraram as suas atividades, enquanto as maiores recorreram a fontes governamentais de investimentos, cresceram, se modernizaram e passaram a produzir também em escala nacional, concorrendo com os grupos econômicos do sul e sudeste do país e até com as multinacionais.

O fato de terem muitos filhos criava problemas na ocasião do falecimento de um fundador de empresas; geralmente o filho que o auxiliava tornava-se o empresário, afastando os irmãos e primos do negócio. Estes, porém, na grande maioria, haviam estudado e obtido diplomas profissionais, passando a exercer as suas atividades fora da empresa e do ramo de negócio paterno. Assim, a perda do controle da indústria nem sempre representava uma queda do padrão econômico e social, mas uma diversificação nas atividades sociais e profissionais da própria família.

O capital italiano porém, não se afastou da região, uma vez que, com o surto industrial, se estabeleceram no Nordeste com fábricas ou apenas com representações, indústrias de capital italiano instaladas em outras regiões do Brasil, como a Olivetti ou a Fiat. Após a conclusão da Segunda Guerra Mundial migrou para o Nordeste uma grande quantidade de técnicos, cientistas e professores que trabalham perfeitamente integrados ao país e à região, tanto no serviço público como nas empresas privadas.

NOTAS:

1. ALVIM, Zuleica M.F. **Brava Gente.** Os Italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986 p. 115-178 e SAPIENZE, Vitor. **Café Amargo.** Resistências e Lutas dos Italianos na Formação de São Paulo. São Paulo, 1991.
2. Entrevista do arquiteto, Prof. Pasqualino Romano Magnavita, da Universidade Federal da Bahia, CEHIBRA, Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
3. Entrevista com o Prof. Mauro Porru, da Universidade Federal da Bahia. CEHIBRA; Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
4. Entrevista do engenheiro Pierluigi Sapio. Arquivo do CEHIBRA. Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
5. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. **Gli Italiani Nel Nord del Bresile.** Rassegna delle vite e delle opere della stirpe italica negli stati del Nord Brasiliano. Pará: Typ. da Livraria Gillet, 1932.
6. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 102-109.
7. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 88-94.
8. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 96-101.
9. PONZZI, Alfio. **Presença Italiana na Paraíba.** p. 24-26.
10. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 56-78.
11. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 118-124.
12. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 110-117.
13. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 80-87.
14. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 84.
15. Entrevista do Comendador Giuseppe Conte. Arquivo do CEHIBRA, Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
16. Entrevista do Industrial Giuseppe Dattoli Conte. Arquivo do CEHIBRA, Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.

17. Entrevista de Giuseppe Regina. Arquivo do CEHIBRA, Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
18. Os Pioneiros. Pedro Renda, um imigrante que venceu no Recife. **Revista da Indústria.** Recife Ano III, nº 16. p.16-17, Out/Dez 1987; e entrevista da advogada Maria Cristina Dalla Nora Antunes. Arquivo do CEHIBRA, Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
19. Entrevista de Italo Bruno Perrelli, Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990 e ANDRADE, Manuel Correia de em Italianos em Pernambuco, in **Presença Italiana no Brasil**, vol. II, organizado por Luiz A. de Boni, p. 116-118.
20. Entrevista do Industrial Miguel Vita. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990. e ANDRADE, Manuel Correia de; Os Italianos em Pernambuco, p. 118-121.
21. Entrevista do industrial Alfredo Buonocore. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
22. Entrevista do industrial Pierluigi Sapio. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
23. Entrevista do Comendador Francisco Angelo de Francesco. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
24. Entrevista do empresário Mario José Cunto. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
25. PINTO, Lauro. **Natal que eu vi.** p. 60.
26. PINTO, Lauro. **Natal que eu vi.** p. 63-68.
27. PONZI, Alfio. **Presença Italiana na Paraíba.** p. 93-98.
28. PONZI, Alfio. **Presença Italiana na Paraíba.** p. 48-52.
29. MELLO, José Octavio de. Os Italianos na Transição da Paráiba – Uma Experiência Urbana, in **A Presença Italiana no Brasil.** (Organizado por Luís A. de Boni). Turim; Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, Escola Superior de Teologia, 1989. v. II, p. 127.
30. MELLO, José Octávio de. Obra citada, p. 142-143
31. MELLO, José Octávio de. Obra citada, p. 141-145.
32. Entrevista com Francisco Guerrera. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
33. DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas.** Traços do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional. Rio de Janeiro: IAA, 1949 e SANTANA, Moacyr Medeiros de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas.** Recife: Museu do Açúcar, 1980.
34. Entrevista de Egidio Litrenta. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
35. Entrevista com Luigi Chiappetta. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
36. Entrevistas do engenheiro Fernando de Figueiredo Porto e da senhora Ledina Gentil Guedes. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.

4.6. Os Italianos e a Vida Política Nordestina

Sendo os italianos, em sua maioria, atuantes e extrovertidos, logo tiveram uma participação direta ou indireta na vida política nordestina. É claro que essa atuação política do grupo dependia da formação e das ligações ou divergências dentro da própria pátria, que só viria a se unificar em 1870, com a conquista de Roma, quando já era expressiva a colônia italiana no Nordeste. O fato de serem originários de estados independentes criava separações entre eles, a ponto de os lombardos e os venetos não gostarem de ser confundidos e colocados no mesmo grupo que os calabreses e os sicilianos[1]. Houve casos de entrevistados que chamaram a atenção para o fato de não haver um tipo de italiano comum a toda a península, mas vários tipos com formação cultural, hábitos e costumes bem diferenciados, e que, logo após a unificação, muitos italianos do norte mostravam restrições à mesma, preferindo se colocarem como súditos do Império Austro-Húngaro, ou aqueles, menos radicais, se classificarem como lombardos ou trentinos, antes de italianos. Ocorre ainda que muitos migrantes sentiam-se frustrados porque, com a unificação, o poder não ficara nas mãos do herói Garibaldi, sob a forma republicana de governo, mas na do rei Victor Emanuel, com a monarquia; entre os romanos, súditos dos estados pontifícios, encontravam-se os católicos mais ultramontanos que se orgulhavam de ser súditos do próprio papa, e os livre-pensadores e maçães que defendiam a integração destes estados à Itália e a eliminação do poder temporal do Sumo Pontífice.

Como em qualquer nacionalidade, os italianos pensavam de forma as mais variadas e, com o tempo, passaram a participar da vida política brasileira, de acordo com a formação e os preceitos trazidos da pátria.

Aquela idéia de ligar a colônia italiana ao ideal anarquista pode ser válida para os estados do sudeste e do sul do Brasil; os primeiros migrantes que se fixaram no Nordeste eram, em sua imensa maioria, originários da área rural, vinham desligados de qualquer programa de colonização e procuravam disputar um espaço e enriquecer ou melhorar de posição social na nova pátria. Politicamente eram mais conservadores do que socialistas ou anarquistas, mais católicos romanos do que livre-pensadores, e demonstraram um grande entusiasmo com a vitória de Mussolini, em 1922, e com a expansão e consolidação do fascismo. Para eles era motivo de orgulho a projeção que a Itália passou a ter no período de domínio fascista, quando Mussolini levantou a idéia de formar um novo império e transformar o mar Mediterrâneo no **mare nostrum** dos romanos.

Consolidando esta idéia, o Duce fez a conquista da Etiópia, em 1935/6, vingando a derrota sofrida pela Itália em Ádua, em 1896, frente às tropas do Negus Menelick II, e operacionalizou a África Oriental Italiana com a união da Etiópia, Eritréia e Somália. Em seguida, ele, que enfrentara as ameaças inglesas na guerra da Etiópia, participou na Guerra da Espanha (1936-1939), possibilitando, junto com Hitler, a vitória de Franco e a implantação de um regime totalitário na Espanha, desafiando mais uma vez a França, a Inglaterra e a então União Soviética. Finalmente, em 1939, ocuparia a Albânia, destituindo o seu soberano, preparando-se para participar da Segunda Guerra Mundial ao lado da Alemanha e do Japão[2]. Fatos que orgulhavam os italianos. Ao se referirem a Mussolini e ao fascismo, muitos deles que lhes são simpáticos, consideraram que o grande erro do Duce foi ter se aliado a Hitler e colocado a Itália contra os países Aliados na guerra de 1939/45.

Outro motivo de simpatia por Mussolini era o de haver acabado com a luta entre o Vaticano e o Quirinal, através do Tratado de Latrão (1929), o qual reconheceu a soberania do papa sobre o Vaticano e regulamentou as relações entre a Itália e o novo Estado.

A ascensão do fascismo dinamizou os serviços públicos e fez com que os consulados no exterior passassem a dar maior atenção aos seus nacionais e a desenvolver atividades de cooptação dos mesmos para as questões de interesse do seu governo. Assim, apenas dois anos após a Marcha sobre Roma, foi organizada a seção do fascio no Recife, sob a direção de Gino Palavarini. Dissolvida, ela foi reconstituída em 1927, sob a direção do empresário Cesare Giulinelli, passando depois para a do também empresário cav. Arnaldo Remies. A Seção contou com cerca de cem associados entre habitantes do Recife e de Garanhuns e funcionava no edifício do Banco Francês-Italiano para a América Latina[3]. Como se pode ver, ela tinha ligações oficiais ou paraoficiais com instituições italianas.

Em outubro de 1928, o Diretório do Fascio do Recife, entusiasmado com a grande realização do vôo da Ferrarin-Del Prete, organizou entre os italianos uma subscrição para que fosse construída, em Natal, uma coluna com a loba Romana e inscrições em homenagem a Italo Balbo, o grande aviador italiano que comandou a travessia do Atlântico. A Embaixada Italiana deu todo apoio ao Fascio de Pernambuco para a realização da homenagem por considerá-la "digna de apoio e encorajamento"[4]. E havia na mesma a seguinte inscrição:

Ítalo Balbo
Qui giunto
Com la crociera transatlântica
Sulla via prima tracciata
Da Carlos del Prete
E Arturo Ferrarin
Al loro perenne ricordo
Questa colonna capitolona
Donata da Benito Mussolini
Alla cittá di Natal
Consacrava
Il Gennaio MCMXXXI

A Paraíba também teve o seu Fascio, organizado em 1929 pelo cav. Moscati, cônsul da Itália no Recife. O primeiro secretário foi o Arquiteto Giovanni Goia e participaram do diretório os italianos Raimundo Troccoli, Giuseppe Petrucci e Pasquale Chiacchio, contando o mesmo com 34 associados[5]. Tanto na Paraíba como em Pernambuco a associação promoveu o funcionamento de cursos de língua italiana, dando acesso também aos brasileiros.

Nos fins da década de 20 e início da de 30, vivia-se um período de grande agitação política, com a desestruturação da Primeira República, implantada em 1889, e a discussão sobre os novos rumos que deveriam ser dados ao país. Havia, como em todo o mundo, duas opções, uma conservadora que logo causou entusiasmo pela propaganda fascista, e outra revolucionária e reformista que procurou seguir rumos semelhantes aos da revolução socialista russa[6]. Estas duas correntes estiveram juntas, apesar de o líder comunista, Luís Carlos Prestes, não concordar com o movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse do candidato vitorioso nas eleições presidenciais de 1929 – Júlio Prestes de Albuquerque. Vitoriosa a revolução, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, como ditador, acendeu-se a luta entre os dois grupos, organizando-se o primeiro na Ação Integralista Brasileira, com manifesto lançado em 7 de outubro de 1932, e o segundo na Aliança Nacional Libertadora, cujo presidente de honra foi Luís Carlos Prestes, então Secretário Geral do Partido Comunista do Brasil[7].

A Ação Integralista Brasileira desenvolveu uma série de movimentos locais que propugnavam por um programa fascista para o Brasil e condenava uma volta, com a Constituição de 1934, ao regime liberal e federativo. Lendo-se a documentação referente à organização do novo partido, observa-se que dela participaram numerosos ítalo-brasileiros, dentre os quais o de maior destaque era o jurista e filósofo Miguel Reale, que formava com Plínio Salgado e Gustavo Barroso o trio que controlava a agremiação e que dava origem a três correntes doutrinárias que, embora com uma diretriz comum, entravam em conflito nos pormenores. Assim, Gustavo Barroso, descendente pelo lado materno de alemães, era muito influenciado pelo nazismo e pregava com energia o anti-judaísmo; Plínio Salgado, de tradicional família brasileira, preocupava-se com as tradições populares e históricas do país e valorizava as posições ideológicas, autoritárias e direitistas, de pensadores brasileiros do início do século; finalmente, Miguel Reale voltava-se para a análise do mundo antigo e desenvolvia idéias em grande parte abeberadas no fascismo italiano, valorizando sobretudo a **Carta del Lavoro** como instrumento de conciliação entre o capital e o trabalho, como antídoto da luta de classes[8]. De qualquer forma, os integralistas se apresentavam como independentes e voltados para a realidade brasileira, como autênticos nacionalistas, mas enalteciam os estados fascistas Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, etc – e admitiam a existência de uma comunhão de interesses entre os mesmos.

Os italianos do Nordeste tiveram uma atitude de expectativa diante do movimento integralista; olhavam o mesmo com simpatia mas continuavam ligados ao Fascio, participando de reuniões promovidas no Recife, enquanto os ítalo-brasileiros participavam diretamente do movimento integralista e das manifestações que ele promovia. Apresentavam-se de camisas verdes, com o Sigma na manga, desfilando pelas cidades e fazendo a sua saudação oficial com o grito de Anauê. Certamente os migrantes, por não terem a nacionalidade brasileira – poucos se naturalizaram –, temiam algum tipo de perseguição caso os integralistas fossem hostilizados ou tivessem que encerrar as suas atividades, como ocorreu em 1938. O momento era de instabilidade política, com freqüentes choques de rua entre integralistas e os que lhes eram contrários.

De qualquer forma, o Brasil marchava para a direita, para "a ordem" e isto agradava aos migrantes, uma vez que haviam acumulado bens e desejavam ter a garantia dos mesmos, e de poderam trabalhar, produzir; a campanha feita pelo Governo Federal contra as forças de esquerda, cognominadas pelos inimigos de comunistas, culminou com o fechamento da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e com a revolta chefiada por Prestes em novembro do mesmo ano. Começaria, então, a reação e a perseguição não só contra os comunistas como contra qualquer pessoa com posições progressistas. Getúlio Vargas preparava o caminho para a ditadura que seria implantada em 10 de novembro de 1937.

Naquele período a doutrinação integralista, contando com forte apoio das classes conservadoras e da Igreja, se fazia sentir em todo o país; os camisas verdes percorriam as cidades do Nordeste fazendo conferências, passeatas e festas em prol de suas idéias. Plínio Salgado, que se autodenominava de Chefe Nacional, chegou a viajar até Poções, pequena cidade do sul da Bahia, onde havia uma expressiva colônia italiana, para fazer uma conferência[9] com entrada paga. Vicente Grillo, o mais influente comerciante de Jequié, homem de muitas posses e de espírito público, deu ao filho, nascido em Trecchina, em 1928, o nome de Benito em homenagem a Mussolini[10]. Este filho só viria a radicar-se no Brasil em 1951, quando a influência fascista já havia desaparecido, devido à derrota dos países do Eixo, em 1945, tendo desenvolvido intensa atividade cultural em Jequié, em jornais, associações culturais e de ensino de língua e de literatura italianas.

O golpe de 1937, com a implantação do Estado Novo, foi muito influenciado pela ideologia fascista. A Constituição outorgada por Getúlio Vargas e escrita por Francisco de Campos, uma das principais figuras teóricas do autoritarismo de direita no Brasil, era uma adaptação da Constituição da Polônia e consagrava o corporativismo. Apesar do Estado Novo ter durado oito anos (1937-45) ela não teve aplicação homogênea em todo o país, variando a intensidade de sua aplicação de acordo com a ideologia e o poder de manobra de cada Interventor Federal no Estado. Os integralistas vibraram com o golpe e esperavam que Plínio Salgado fosse ter poderes semelhantes aos que Mussolini tinha na Itália, e que Getúlio Vargas se resignasse ao papel de um rei que não governava. O engano foi total, e Vargas, embora utilizando militantes integralistas no quadro de seus auxiliares, fechou a Ação Integralista Brasileira e provocou o exílio de Plínio Salgado para Portugal[11].

A colônia italiana, em sua maioria, gostou do golpe porque contribuiu para afastar o "perigo comunista" e porque o Estado Novo implantou uma legislação trabalhista semelhante à italiana, praticamente transferindo para a legislação brasileira o que estava estabelecido na **Carta del Lavoro**.

Embora a Itália só tenha declarado guerra aos aliados em 1940, a maioria da colônia era simpática à Alemanha, enquanto o governo brasileiro assumia uma política dúbia, ora inclinado-se para o lado das potências do Eixo, ora para o dos aliados; mas, para a maioria dos brasileiros ele era favorável ao Eixo. Os migrantes festejavam e se reuniam para comemorar as vitórias da Alemanha, sobretudo após a entrada da Itália na guerra, e os consulados distribuíam farta propaganda política. Foi uma surpresa para toda a ala direita nacional quando o Brasil, pressionado pelos Estados Unidos e após conseguir facilidades para implantar a Usina Siderúrgica Nacional, passou a desenvolver uma política pró-aliados, frustando grandes setores do pensamento e do empresariado nacionais. Muitas pessoas que haviam manifestado sentimentos pró-alemães e pró-italianos, antes de 1942, ficaram atemorizadas com os rumos que tomava a política governamental. Mas a literatura favorável ao fascismo e ao Eixo continuava a circular em jornais e revistas, sendo distribuídos boletins a respeito.

Em 1942, quando submarinos alemães, desenvolvendo a guerra naval, torpedearam alguns navios mercantes brasileiros nas proximidaes da costa da Bahia e de Sergipe, o país já vivia um clima de pré-beligerância e seus navios andavam em comboios, sem acender as luzes à noite e escoltados por barcos de guerra. Como o torpedeamento se procedeu próximo ao litoral, foram numerosos os corpos jogados à praia, sobretudo em Sergipe, onde alguns náufragos se salvaram e conseguiram chegar ao litoral. O fato, muito explorado pela imprensa, provocou uma onda de desordens em todas as cidades e a destruição de bens móveis e imóveis de súditos do Eixo, nas cidades onde eles eram numerosos. Espalhou-se o terror e até estabelecimentos de pessoas de outras nacionalidades foram danificados.

Nas capitais de Estado onde as colônias eram mais expressivas, foram destruídas lojas, como ocorreu, dentre outras, com a Casa Veneza[12] em Fortaleza, com a Odalisca no Recife e com a residência de Nicola Mandarino em Aracaju[13]. Em cidades menores o trauma foi evitado: em Jequié, por exemplo, o grande prestígio pessoal de Vicente Grillo impediu que os seus bens e o dos seus patrícios fossem depredados[14] e em Poções os próprios brasileiros procuraram dispersar os que tentavam destruir as casas comerciais dos italianos, instaladas na pequena cidade desde o início do século[15]. Era bem mais fácil controlar uma manifestação popular nos pequenos centros do interior, onde as relações de amizade e conhecimentos eram mais sólidas do que nos grandes centros urbanos. Mesmo nestes centros de maior tamanho populacional muitos estabelecimentos foram poupados devido a relações de amizade. Os filhos de italianos, educados em escolas brasileiras, tendo prestado serviço militar no Brasil e já servindo ao exército, tinham condições de defender os bens dos parentes e amigos. No caso da Fratelli Vita no Recife, o filho de Francesco Vita, Miguel Vita, que servia como oficial no exército brasileiro, foi avisado da ameaça de invasão à fábrica do pai, tendo tido tempo de tomar as providências que

impedissem a consumação do fato[16]. As Indústrias Metalúrgicas Regina foram salvas devido à proteção e apoio do Delegado do Distrito e de vizinhos e amigos brasileiros[17]. Mas tanto os italianos, como os alemães, viveram momentos de terror ao verem e ouvirem dentro de suas casas a multidão passar sedenta de vingança, algumas foram salvas por vizinhos que, ao serem consultados se havia casas de italianos nas proximidades, afirmavam que não, mudando a direção em que iam os manifestantes[18]. Houve casos de italianos que tiveram que fugir pelas portas dos fundos, enquanto as da frente estavam sendo arrombadas.

Com a entrada do Brasil na guerra, em favor dos aliados, os bens dos súditos do Eixo foram bloqueados, dificultando o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais ligadas ao financiamento bancário, assim como a reconstrução dos estabelecimentos que haviam sido destruídos durante o quebra-quebra.

Os ânimos se exaltavam, acirravam-se as discussões e os choques, houve queima de bandeira brasileira no Recife e o governo passou a fazer prisões e a fiscalizar o deslocamento dos italianos pelo território nacional. A exaltação e a crendice popular faziam ver em todo italiano, alemão ou japonês um espião, um "quinta-coluna" em ação, acreditava-se até que nas casas em que havia pára-raios estes eram antenas de transmissão de informações para os submarinos inimigos. As cidades, devido à proximidade da costa africana, permaneciam em **black-out**, em completa escuridão e os jovens brasileiros eram convocados para servir ao exército e para montar guarda nas praias e portos.

Nessa atmosfera, o governo, que procurava demonstrar maior fidelidade aos aliados devido aos seus antecedentes de simpatia ao Eixo, determinou a prisão em massa dos seus súditos, e pacatos comerciantes e profissionais liberais se viram presos por medida de segurança, sem culpa formada. Depois de algum tempo, começaram a soltar os prisioneiros e em alguns estados, como em Alagoas, a libertação era precedida de uma entrevista com a autoridade policial onde se solicitava que o libertado assinasse um documento de condenação a Hitler e a Mussolini[19]. Alguns concordavam e assinavam, outros, porém, mais rígidos, como o entrevistado, se recusaram a assinar, e este ficou surpreendido com a demonstração de simpatia, pelo seu gesto, da autoridade policial, o Dr. Ary Pitombo, que não só o libertou como passou a lhe dar atenção especial. Por isto o italiano libertado admite que ele também era fascista disfarçado. O fato não é de surpreender, uma vez que a Ação Integralista Brasileira foi organizada em Maceió, por brasileiros, entre eles o famoso romancista José Lins do Rego, com a participação de ítalo-brasileiros, como Domingos Fazio Sobrinho, só os italianos natos se abastiveram[20].

Nas várias entrevistas tomadas pelos técnicos do CEHIBRA, observa-se um grande ressentimento dos parentes e amigos das pessoas que sofreram prisões e passaram privações, embora tenham ficado em cadeias ou em quartéis na cidade e pudessem receber visitas e alimentos de familiares e amigos. Um dos prisioneiros foi o arquiteto radicado em Sergipe, Frederico Gentil, que já tinha experiência de prisões brasileiras por haver colaborado com o levante dos tenentes, chefiados pelo cap. Maynard Gomes, em 1924, e que durante o Estado Novo seria interventor em Sergipe[21].

Concluída a guerra, os italianos deram novo impulso às suas atividades, tiveram os seus bens liberados e voltaram a se integrar na sociedade brasileira, trabalhando, ensinando a língua, jogando **bocce** e desenvolvendo os negócios. A colônia ainda seria enriquecida com a chegada de novos "patrícios" que deixavam a Itália, agora arrasada pela guerra, e que eram estimulados pelo governo brasileiro e pelo italiano a se transferirem para o Brasil. Esta nova leva de migrantes era bem diferente daquela vinda nos fins do século XIX e início do XX, pois era formada por pessoas altamente qualificadas profissionalmente e que procuravam dar assistência técnica a empresas e ensino qualificado em universidades. Duas figuras marcantes podem ser salientadas, a do físico Attilio dall'Olio, hoje professor da Universidade Federal de Pernambuco e assessor do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, e a do publicitário e artísta plástico Italo Bianchi, sócio de uma das empresas de publicidade mais importantes do país e residente na cidade do Recife.

Italo Bianchi, lombardo de Milão, migrou para o Brasil em 1949, logo após a conclusão da guerra; trabalhou inicialmente em São Paulo, passou um período em Buenos Aires e, finalmente, se fixou no Nordeste onde desenvolve as suas atividades profissionais. Tem um grande conhecimento da realidade nordestina e da mentalidade da região não só em conseqüência dos seus contatos comerciais, como por ter trabalhado em numerosas campanhas políticas, dando cobertura a importantes candidatos[22]. Uma das razões que o levaram a fixar-se no Nordeste foi o clima, uma vez que gosta de calor e de sol.

Além de técnicos, de artistas e de empresários, também vieram para o Nordeste numerosos sacerdotes que atualmente desenvolvem atividades de catequese e de evangelização. Preocupados com a situação de miseria e fome dominantes na região, sem que haja programas eficientes de assistência e recuperação com essa população, por parte do governo braileiro, que adotou um modelo "monetarista de desenvolvimento" que estimula a concentração da riqueza e o agravamento da pobreza, eles vêm se dedicando a essa camada pouco ou nada favorecida, do Nordeste.

São religiosos que se preocupam com os compromissos com a pobreza, tendo grande atuação em favor da mesma, em várias regiões do Brasil.

No Maranhão, os combonianos trabalham em áreas do interior, onde a exploração da terra é feita em modelos tradicionais, através de várias formas de parceria, e onde, nos últimos anos, o sistema capitalista de produção vem sendo implantado com subsídios governamentais e com um crescimento exponencial da exploração do trabalhador rural. Esses religiosos, conscientes da situação e preparados para enfrentar o desafio, vêm desenvolvendo uma política de conscientização dos trabalhadores rurais, aconselhando-os a se unirem em associações e sindicatos e a defenderem os seus direitos, tanto quando são expulsos da terra como quando são explorados nos horários de trabalho ou na venda dos produtos[23]. O trabalho é lento e difícil porque o pobre, acostumado à prepotência e à exploração, teme os donos da terra que agem sempre pela força, utilizando capangas – os chamados localmente de jagunços – que destroem tudo, estupram as mulheres das famílias pobres e assassinam os trabalhadores[24], enquanto a justiça se faz lenta. Sendo assim, eles

imaginam que os padres, sendo estrangeiros de classe média, podem mais facilmente sair da área quando a situação se agravar, enquanto eles são pobres e indefesos para fazer qualquer reação.

Desse modo, o medo e a impotência são uma força tradicional que dificulta a ação social no campo. O Brasil, há dezenas de anos, espera uma reforma agrária que se adeqüe às suas necessidades e que diminua com a degradação física, econômica e social da população e com o êxodo rural, mas todas as propostas têm ficado no papel e os que defendem realmente os interesses dos trabalhadores rurais são eliminados física ou politicamente.

Uma experiência interessante ocorre em Natal, onde o padre Sabino Gentili, que foi diretor do Colégio Salesiano, por não achar justo que o colégio participasse de um desfile paramilitar, foi censurado por isto. Posteriormente, ele foi à Itália e ao voltar abandonou a ordem salesiana e secularizou-se, passando a trabalhar como sacerdote em área da favela de Mãe Luísa na cidade de Natal. Nesta favela ele procura organizar os moradores no sentido profissional e habilitá-los a negociar com os habitantes da cidade em que ela é situada, aproveitando a oportunidade para fazer trabalho de evangelização e de lazer[25]. Convém salientar que Natal, com menos de um milhão de habitantes, tem mais de cem favelas com condições de vida as mais precárias; favelas que resultam do êxodo rural e da presença de camponeses que não têm capacitação profissional urbana, nem tampouco a cidade dispõe de atividades econômicas que absorvam esta força de trabalho.

Um outro caso que merece registro é o do padre Vito Miracapillo, que foi vigário da pequena cidade de Ribeirão, nas proximidades do Recife, em zona de domínio do latifúndio canavieiro e onde o trabalhador rural vive em condições de miséria e de controle por parte das empresas. Chocado com a situação dominante, este padre vinha desenvolvendo um grande trabalho de base. No ano de 1980, porém, foi encarregado de celebrar uma missa em homenagem à Independência do Brasil. A missa de 7 de setembro, dia da Independência, é uma solenidade cívica das mais importantes, mas o padre recusou-se a celebrá-la alegando "a não independência efetiva do povo" e que não podia se congratular com festas quando a maioria da população vivia passando fome. O fato teve grande repercussão na imprensa conservadora, em um Estado muito politizado e onde as forças de esquerda tinham grande poder. O fato passou a ser largamente discutido e na Assembléia Legislativa Estadual o deputado Severino Cavalcanti passou a advogar a expulsão do padre por haver, segundo ele, ofendido os brios da nacionalidade[26]. Interessante é que Severino Cavalcanti é descendente longíquo de uma família de origem italiana, florentina, uma vez que se admite que os Cavalcanti são descendentes de Felipe Cavalcanti que aqui chegou no século XVI, fugindo à perseguição dos Medicis. Assim, um descendente de italianos, por razões ideológicas, pedia a expulsão de um italiano que vinha para o Brasil propagar a fé cristã e a justiça social. O padre, naturalmente, foi expulso.

Refletindo-se sobre a posição e a ação política dos italianos no Nordeste, observa-se que havia, inicialmente, uma tênue influência anarquista, reflexo das suas posições em São Paulo; com a ascensão do fascismo, porém, a maioria absoluta da

colônia passou a acompanhar a pregação e a propaganda de Mussolini, apoiando o fascismo e a sua réplica brasileira, o integralismo. Com a guerra, houve atritos e problemas, antes pouco freqüentes, entre italianos e brasileiros, embora numerosos nativos tenham lhes dado apoio quer por amizade pessoal, quer por respeito à pessoa humana, quer por afinidade ideológica. Depois da guerra, vários italianos vieram para o Brasil e, dentre estes, encontravam-se ex-fascistas famosos mas também técnicos, professores e sacerdotes de posições políticas moderadas ou de posições reformistas, com grandes preocupações sociais. E, mais uma vez, estes italianos sofrem esporadicamente a incompreensão, e até a reação dos grupos da classe dominante e dos governos conservadores. Trajetória semelhante pode ter ocorrido com outras correntes migratórias.

NOTAS:

1. Entrevista com o publicitário Italo Bianchi. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
2. Entrevista do Bispo da Igreja Católica Brasileira, Fernando Antônio Sampaio de Pugliesi. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
3. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 65.
4. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 91.
5. ALIPRANDI, Ermenegildo e MARTINI, Virgilio. Obra citada, p. 98.
6. ANDRADE, Manuel Correia de. **A Revolução de 30.** Da República Velha ao Estado Novo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 47-64
7. SILVA, Hélio. **1937. Todos os Golpes se Parecem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
8. TRINDADE, Hélgio. **Integralismo (O Fascismo Brasileiro na Década de 30).** Porto Alegre/São Paulo: URGS/DIFEL, 1974. p. 255-263.
9. Entrevista do empresário Antônio Torregrossa. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
10. Entrevista de Benito Grillo. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
11. CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945).** São Paulo: DIFEL, 1976.
12. Entrevista do Comendador Francisco de Angelo Francesco. Arquivo do CEHIBRA. Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
13. Entrevistas do engenheiro Fernando Figueiredo Porto e da senhora Ledina Gentil Guedes. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
14. Entrevista do Dr. Benito Grillo. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
15. Entrevista do Empresário Antônio Terragrossa. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1988.
16. Entrevista do industrial Miguel Vita. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
17. Entrevista de Giuseppe e Angela Regina. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
18. Entrevista da senhora Ilda Zirpoli Rizze. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
19. Entrevista de Egidio Litrenta. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
20. ALMEIDA, Luiz Sávio de. Notas para a História do Integralismo em Alagoas I. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.** Maceió, 1989. v. 41, p. 100-106.
21. DANTAS, José Ibaré Costa. **O Tenentismo em Sergipe,** Petrópolis: Vozes, 1974. p. 133.
22. Entrevista com o publicitário Ítalo Bianchi. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.

23. Entrevista com os padres Franco Masserdotti e Francisco Cardoso. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
24. **Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Assassinatos no Campo. Crime e Impunidade. 1964-1986. 2 edição. São Paulo: Global, 1987.
25. Entrevista do padre Sabino Gentili. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
26. MIRACAPILLO, Pe. Vito. **O Caso Miracapillo.** Conflito entre a Igreja e o Estado no Brasil. Recife. COMUNICARTE, 1985.

4.7. O Cotidiano de Italianos e Ítalo-Brasileiros no Nordeste: Associações Culturais e Esportivas

Não é fácil caracterizar o cotidiano de uma colônia que esteve aberta à migração por mais de um século e na qual se observa uma grande heterogeneidade, quanto à idade do migrante, quanto à condição social, quanto ao nível de educação e até quanto à região de origem. No contato com os italianos do norte da Itália, observa-se um sistema de vida bem mais disciplinado do que o dos italianos do sul, parecendo que aqueles, tendo estado muitos anos sob o domínio austríaco, tenham se germanizado. Já no sul, onde havia um maior contato com povos do Mediterrâneo, da Grécia e da África, e onde dominaram por muitos anos os espanhóis, a cultura é bem diversa. Para o Nordeste do Brasil, embora tenham vindo venetos, tridentinos, lombardos, toscanos e outros italianos do norte e do centro, a maior percentagem veio do sul, sobretudo das pequenas cidades de Trecchina, na província de Potenza, e de Tortora, na província de Cosenza.

A quantidade de migrantes de Trecchina é tão grande, sobretudo na Bahia, que ao visitar Salvador, como príncipe herdeiro da Itália, em 1929, Humberto de Savóia, ao oferecer uma recepção à colônia italiana, para ser apresentado à mesma, ficou de pé recebendo os cumprimentos dos compatriotas; estes, ao se aproximarem do príncipe, declinavam o nome e a cidade de origem. Como os primeiros que foram apresentados disseram ser originários de Trecchina, conta-se que o príncipe, surpreso, perguntou a um dos auxiliares que estava ao seu lado:

– Onde fica esta cidade de Trecchina?

É que ela era tão pequena que nem o príncipe herdeiro tinha ciência de sua existência .

As ligações desta cidade com os nordestinos, sobretudo da Bahia, são muito grandes e foram, até os anos 50, muito estimuladas pelo empresário Vicente Grillo; este italiano doou dois relógios iguais, um para a igreja de Jequié e outro para a de Trecchina, tendo conseguido também que houvesse uma avenida com o nome de Jequié em Trecchina e uma avenida Trecchina em Jequié. Isto, na ocasião em que um ítalo-brasileiro, Lomando Júnior, filho de Jequié, era governador da Bahia (1962/66).

Em geral os migrantes vinham para o Brasil fazer a América, isto é, obter trabalho e fazer fortuna, o que era difícil na Itália do após a Primeira Grande Guerra; sendo técnicos de nível superior, vinham a convite para trabalhar em universidades ou em empresas, já depois da Segunda Guerra Mundial. Os que vieram no início do século, até 1945, eram agricultores ou artesãos, ou jovens sem nenhuma experiên-

cia profissional e vinham a chamado de parentes. Muitas vezes em uma família vinha o pai e em seguida os filhos, um a um, com a mulher. Houve casos, como o de Vicente Grillo, que a mulher nunca veio ao Brasil, sendo visitada por ele apenas nas ocasiões em que ia à Itália.

Aqui, eles esperavam encontrar um verdadeiro El Dorado, onde o trabalho fosse fácil e rendoso, permitindo o enriquecimento em poucos anos. A maioria pretendia voltar à pátria quando enriquecesse, e muitos o fizeram, mas grande parte radicou-se no país, adquiriu bens, casou-se, criou filhos e não pôde mais voltar. Entre 1939 e 1945, quando a guerra praticamente inviabilizou o repatriamento, e, após a mesma, diante da desorganização em que ficou a economia italiana, por um período de cerca de dez anos, a península se manteve como área de emigração.

Na década de 30, muitos emigraram temendo ser recrutados para a guerra da Abíssínia, o que mostra que eles não estavam bem convictos dos ideais fascistas.

Os filhos, educados no Brasil, convivendo sem sentir discriminação, salvo quando apelidados de "gringos" por colegas brasileiros, falando português e gozando da cidadania brasileira, constituíram um fator que de certa forma impedia o retorno. Muitos italianos que possuíam casa ou terras nas suas aldeias não se desfizeram das mesmas, deixando-as sob a guarda de parentes ou de vizinhos que as administravam e exploravam na sua ausência, mandando para o Brasil, periodicamente, os produtos das mesmas, sobretudo vinho. Esses bens são utilizados também como lugar de residência do proprietário ou familiares, quando viajam para a Europa, o que fazem com certa freqüência. As viagens, até os anos 40, eram muito prolongadas, duravam meses e eram feitas por via marítima. Hoje, com o uso generalizado do avião no trecho Brasil-Itália, há uma mobilidade maior do migrante, que se transforma em turista, e uma permanência maior nas suas cidades.

Muitos ítalo-brasileiros são mandados para a Itália a fim de fazerem o curso superior e se qualificarem profissionalmente para o trabalho no Brasil, como é o caso do arquiteto Pasqualino Romano Magnativa, professor da Universidade Federal da Bahia. Os ítalo-brasileiros, que gozam de dupla nacionalidade, uma vez que a Itália adota o **jus sanguini**, enquanto o Brasil adota o **jus soli**, ficam sentimentalmente muito divididos entre as duas pátrias.

Não havia preconceito de italianos casarem com brasleiras, nem ao contrário, de brasileiros casarem com italianas[3], mas era freqüente que o migrante solteiro, quando juntava algum dinheiro, viajava para a Itália a fim de casar com a namorada que deixara lá, ou, se não tinha namorada, com uma outra italiana. Muito freqüentemente casavam com italianas que haviam migrado com os pais, como aconteceu com Egidio Litrenta que se tornou genro de José Agrelli, ou como Francisco Guerrera que casou com uma Russo que conheceu menina ao chegar ao Recife. Estes casamentos se realizavam em função da situação econômica dos noivos; as facilidades advinham ainda do fato de serem de cor branca, católicos e de falarem uma língua de fácil compreensão.

O italiano, ao casar com brasileira, procurava ensinar a mulher a preparar a sua comida, as famosas macarronadas feitas sempre aos domingos e quintas-feiras. O domingo era um dia festivo, quando eles costumavam reunir os patrícios e amigos em casa para a macarronada com vinho; a dona da casa tinha que se tornar uma grande perita na preparação dos vários tipos de molho, sobretudo o de tomate, que enriquecem a cozinha italiana. Foram eles que divulgaram aqui o uso da verdura na alimentação, sobretudo das folhas e do pimentão, que o nordestino, de modo geral, não comia. Dizia-se até que ao oferecer legumes a um nordestino, ele o recusava, alegando que não era "coelho para comer folha". Mas, se eles introduziram hábitos alimentares, também absorveram hábitos da cozinha brasileira, como o da feijoada e do uso do arroz. Na Bahia muitos deles se habituaram à típica cozinha baiana, muito apimentada e oleosa, que chamam de cozinha "africana".

Quando tinham uma renda baixa e moravam próximos uns aos outros, costumavam usar um mesmo tacho de cobre para preparar a comida e cada casa que ia fazer um almoço, com convite aos vizinhos, mandava na véspera buscar o tacho. As refeições nessas ocasiões, fosse domingo ou dia de festa, eram feitas com um grande ajuntamento de familiares e amigos[4].

A estrutura familiar entre os grupos oriundos do meio rural era muito rígida e a autoridade do pai de família era exercida de forma patriarcal, sem admitir contestação. Com a morte do pai, se a família ainda não havia sido criada, substituía-o o irmão mais velho[5] que procurava encaminhar os mais novos e casar as irmãs. Foi o caso do entrevistado, Bernardino Derno d'Antonio, que veio com a mãe e os irmãos para a colônia agrícola de Itiruçu e levou anos para criá-los, só casando aos quarenta anos de idade quando considerou cumprida a sua missão de primogênito.

A maioria absoluta dos migrantes é formada por católicos romanos, havendo muito poucas famílias que se tornaram protestantes, como os Perruci no Recife, mas nem sempre são praticantes; freqüentam a igreja, assistem às missas dominicais, batizam os filhos, casam no religioso e se dizem católicos, mas poucos são os que vivem a igreja como praticantes. O sistema é muito semelhante ao dos luso-brasileiros.

Sendo muito econômicos, numerosos dos entrevistados se queixaram de que vivem fazendo uma grande economia e os brasileiros os xingam alegando que o "gringo chega pobre e logo enriquece, enquanto o brasileiro trabalha toda a vida e morre pobre". Eles alegam que não compram o que é caro em prestações, e não gastam mais do que ganham, que trabalham muito, em geral mais de dez horas por dia, para acumular alguns bens, fazendo com que os filhos e filhas também trabalhem desde novos. Embora exigindo que os filhos trabalhem, os italianos não descuram de estimulá-los a estudar; o que se pode observar nas famílias dos migrantes é que os filhos, italianos ou ítalo-brasileiros, em geral possuem diploma de curso superior e enveredam pelas profissões liberais, como advogados, médicos, engenheiros, dentistas, etc. ou enveredam pelo comércio, pela indústria ou pelo serviço público. Os colonos que em 1949 receberam pequenos lotes em Jaguaquara, hoje, em sua imensa maioria, têm um nível de vida elevado, possuindo grandes e médias propriedades, ou estão estabelecidos como comerciantes ou têm empresas de transportes.

Alegres e extrovertidos, os italianos logo se integraram às atividades que os brasileiros cultivaram, gostavam de festas com danças e bebidas — intercalando

músicas italianas e brasileiras – e do futebol, que é um esporte popular nos dois lados do Atlântico. Quando em um campeonato mundial se defrontam a Itália e o Brasil, os italianos quase sempre torcem pela Itália, enquanto os ítalo-brasileiros torcem pelo Brasil, segundo os vários depoimentos em que foram ouvidos uns e outros. Os mais velhos não esquecem o jogo nacional, o **bocce**, que é feito em campos situados em associações ou em residências de pessoas mais ricas.

A saudade da Itália, após anos de permanência no Brasil, é uma constante, mas muitos deles, ao voltarem ao país de origem, se desiludem com as grandes modificações que o mesmo vem atravessando. Reconhecem que há um grande progresso, que há muita riqueza, que a pobreza diminuiu consideravelmente, mas sentem que as características locais e regionais que tanto os marcavam estão desaparecendo com o processo de "americanização", realizado em grande parte pela televisão. Os programas "enlatados", **made in America**, são transmitidos em massa e levam os jovens a procurar aprender a línga inglesa e a adquirir hábitos norte-americanos. Antes o italiano ia à América para enriquecer, hoje a América vai à própria Itália, através das comunicações e da influência.

Há, entre os ítalo-brasileiros, um grande interesse em adquirir a cidadania italiana, mantendo a dupla nacionalidae, a fim de poderem voltar para a Itália e de trabalhar na Europa, o que é facilitado pelo fato de a Itália participar do Mercado Comum Europeu. Enquanto isto, o Brasil, mergulhado em uma crise econômica sem precedentes, expulsa os seus filhos que não encontram oportunidade de trabalho na própria pátria.

Para o desenvolvimento e a manutenção da cultura italiana, algumas instituições funcionam no Nordeste, procurando ensinar a língua e a literatura italianas, relembrar aos ítalo-brasileiros as suas origens, preservar a sua cultura e batalhar por uma maior aproximação entre os dois países latinos. Destacam-se, sobretudo no Recife e em Salvador, as Casa d'Itália e os Centros Culturais Ítalo-Brasileiros Dante Alighieri, e no Recife, também, o Instituto de Cultura Brasil-Itália.

O interesse pela divulgação da cultura e o trabalho entre os membros da colônia e seus descendentes foram muito desenvolvidos, aqui no Recife, durante o período do governo Mussolini, quando chegou a ser fundado um Círculo Italiano que funcionava no centro da cidade, na avenida Marquês de Olinda. O curso de italiano era ministrado pela professora Laura Misi Lauria, uma napolitana que viera para o Brasil e se radicara inicialmente em Maceió, tendo depois se transferido para o Recife e se dedicado ao ensino pelo resto de sua vida[6]. Nesse período o Recife foi visitado por membros da família de Mussolini, seus filhos Edda e Bruno.

Em 1937, quando a colônia vivia um período de euforia, foi adquirido um prédio à rua Fernandes Vieira para nele se instalar a Casa d'Itália; era um belo casarão construído em amplo terreno onde fizeram campos de **bocce**, de voleibol, de futebol, onde italianos e brasileiros se reuniam aos domingos para jogar. Em geral os homens jogavam o **bocce** e as mulheres o voleibol. Também faziam aí reuniões cívicas e festivas, sobretudo nas datas nacionais italianas.

A situação se complicou com a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a

partir de 1942, quando o Brasil passou a fazer uma política favorável aos aliados. Os representantes das principais famílias italianas radicadas no Recife, como os Conte, os Loprette, os Pascaretta, os Zirpoli, os Burrioni, os Romano, os Rossi, os Vita etc. freqüentavam a Casa d'Itália e participavam da sua administração[7], o Giuserppe Conte tem sido quase que um presidente permanente da mesma.

Com o bloqueio dos seus bens, na ocasião em que o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Itália, o prédio foi ocupado pelas autoridades e colocado sob a guarda da Cruz Vermelha; depois foi arrendado a um estabelecimento de ensino primário, o Instituto Brasil. Vigiados, fiscalizados e até hostilizados pela imprensa e pelo povo, os italianos passaram a ter uma atuação mais discreta e praticamente pararam as suas atividades culturais. Mas não havia contra a colônia uma pressão tão forte quanto a que se fazia contra a colônia alemã, uma vez que a Alemanha era acusada de responsável pela guerra submarina, que punha em risco a navegação de cabotagem no Brasil. Além disso, eram numerosos os ítalo-brasileiros que haviam feito curso de oficiais da reserva e estavam convocados, servindo ao exército brasileiro, e mais, grande parte da classe média havia participado da Ação Integralista Brasileira e era simpática à Itália e ao fascismo. O próprio governo brasileiro era acusado de corporativista e de simpático ao sistema fascista. Havia até quadras populares que faziam esta insinuação, como a que era cantada por ocasião da ida da Força Expedicionária Brasileira para a Itália que dizia:

Caro pracinha
Por que vais lutar a esmo
Se a luta que se inicia
É pela democracia
Fica, luta aqui mesmo.

Concluída a guerra, os bens foram devolvidos aos seus titulares, mas no caso da Casa d'Itália se tornava necessário despejar um colégio freqüentado pelos filhos das pessoas de classe alta, inclusive filhos e netos do governador. Criou-se um impasse porque o colégio, como locatário, alegava só poder sair quando encontrasse um lugar condigno para se instalar, e os italianos tentavam, impacientes, voltar a tomar posse de sua casa e realizar seus trabalhos e comemorações. Com muita diplomacia o ítalo-brasileiro Miguel Vita, industrial e oficial do exército, resolveu trabalhar como mediador e sabendo que a família, dona do colégio, tinha opção de adquirir, em prazo exíguo, um prédio em rua paralela àquela em que funcionava o mesmo, por cem contos de réis, mobilizou algumas famílias italianas ricas – a sua própria, a Renda Priori, a Sarubbi, a Conte, a Alimonda, etc – e, com apoio do Banco Francês e Italiano, realizou a transação, concordando que o prédio fosse devolvido no fim do ano letivo[8].

Com a volta do controle da velha casa, os italianos passaram a realizar suas festas, atos culturais e a promover cursos de língua italiana, que antes eram ministrados no próprio consulado. Instalaram também um restaurante de comidas típicas italianas que está arrendado a Sérgio Michelli e que funciona independente da casa.

Para dinamizar o ensino de língua e da cultura, seria dado um grande passo, a partir de 1937, por iniciativa de José Francisco de Melo, químico e professor universitário que havia sido seminarista e fizera pós-graduação em Roma. Trata-se de brasileiro nascido na cidade de Vicência, Pernambuco, e que tendo grande entusiasmo pela Itália, fez ligações em Roma e ao voltar ao Recife estruturou o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri, nos moldes de instituições semelhantes existentes em outras cidades onde há influência italiana. Contou com a ajuda de seu irmão, o antropólogo Luís Gonzaga de Melo que não só colaboraria na implantação do Centro como se tornaria o historiador da colônia, com uma série de entrevistas que publicou no **Dantenotizie.**

Para instalar o Centro, José Francisco de Melo procurou arregimentar as figuras mais expressivas da colônia que se instalara no Recife no período anterior à Segunda Guerra Mundial e os seus descendentes, assim como os italianos que chegaram após a guerra, professores universitários, músicos, artistas, etc. A este grupo juntaram-se brasileiros interessados pela cultura italiana, advogados especialistas em Direito do Trabalho, que procuravam estudar os textos especializados, sobretudo a **Carta del Lavoro.**

O Centro foi criado a 4 de janeiro de 1975, graças ao apoio do dr. Lamartine Holanda Filho, proprietário do Instituto Jung, onde ele funcionou inicialmente. Entre os maiores benfeitores deste centro destacam-se o físico nuclear, prof. Attílio dall'Olio sua esposa Maria Rosa dall'Olio, funcinária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o engenheiro Carlo Caveglia, que trabalhava na UFPE e deu nome à Biblioteca da Dante[9], o industrial Giuseppe Conte, a professora Tiziana Severi, o economista Francisco Vitorio Romano, a advogada Adriana Romano, o engenheiro Mário Cestari, o comerciante Antonio Gaio e um grupo de brasileiros, formado pelos irmãos Mello, pelo engenheiro Walter Alves Ramalho, pela professora Berenilda Ramalho de Mello, pelo médico Lamartine de Holanda Júnior, pelo prof. Francisco Décio de A. Lyra, pelo professor Francisco Laércio Fontenelle e pelo médico Eliezer Feitosa de Lima. Desde 1977 a Dante vem ministrando cursos de italiano, em diversos níveis e como inicialmente houvesse dificuldade de se obter material didático, a professora Berenilda Mello redigiu uma gramática de grande utilidade para o funcionamento do mesmo.

O Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri vem desenvolvendo também atividades externas, ao lado das internas, realizadas no primeiro andar do edifício da Casa d'Itália, tendo participação destacada nos congressos de professores de italiano do Brasil. O primeiro evento realizou-se em São Paulo, de 3 a 7 de fevereiro de 1982, e ao ser eleita a primeira diretoria da associação, José Francisco de Mello integrou o Conselho Fiscal da mesma, enquanto Adriana Romano e Tiziana Severi tornaram-se representantes regionais. O primeiro presidente foi à profª Gina Galeffi, da Universidade Federal da Bahia, que desenvolve em Salvador intenso trabalho em favor da língua e da cultura italianas.

A Dante mantém em circulação, desde 1976, o **Dantenotizie**, onde, ao lado de farto noticiário, apresenta colaboração de interesse histórico, cultural e social, com inclusive, uma série de entrevistas com italianos, coletadas e elaboradas pelo

antropólogo Luís Gonzaga de Mello, que foi professor da Universidade Federal de Pernambuco e tinha o maior destaque nos meios universitários como antropólogo e filósofo social.

Há uma completa integração e convivência entre a Casa d'Itália e a Dante Alighieri, o que contribui para uma maior intensificação dos trabalhos que ambas realizam. Os cursos regulares de língua funcionam ininterruptamente, os eventos culturais são expressivos, como o Painel realizado em 1991 sobre o centenário de Gramsci, e as festas e atividades sociais são freqüentes. Giuseppe Conte, o velho patriarca, exerce grande influência nas duas instituições e José Francisco de Mello, ora como presidente, ora como vice-presidente, dedica-se inteiramente ao crescimento da Dante.

Na Bahia, o ensino do italiano também é muito importante e a Casa d'Itália, instalada em um grande casarão histórico, próximo ao palácio do governo, chama atenção pela sua imponência e mantém anexo um restaurante de comidas típicas. Não é de estranhar a presença do restaurante nas duas Casa d'Itália do Nordeste, sabendo-se que os italianos amam a boa mesa e cultivam a cozinha como um dos traços marcantes da sua cultura.

Na Bahia não há intercâmbio entre a Casa d'Itália e o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri, apesar deste, fundado em 1953[10], ter funcionado durante anos em um anexo do prédio daquela instituição. A Casa d'Itália tem mais preocupações com os eventos sociais que reúnem italianos, ítalo-brasileiros e brasileiros, em datas importantes, e menos preocupações culturais, de difusão da língua e literatura italianas, como a Dante. O ensino da língua de forma organizada, se iniciara na Universidade Federal da Bahia em 1943 e na Dante cerca de doze anos depois[11]. Enquanto na primeira dominavam os estudantes universitários da área de Letras, para a Dante corriam os descedentes de italianos ou brasileiros interessados na língua como conhecimento auxiliar – pintores, músicos, advogados, literatos, arquitetos, etc – ou pessoas que pretendiam viajar à Itália, por interesses outros. Hoje, com a possibilidade para os descendentes de italianos de obterem a dupla nacionalidade, a procura dos cursos está aumentando.

Mas a vida da Dante tem sido uma luta permanente, sobretudo depois que teve que sair da Casa d'Itália e se instalar em casa alugada, só sobrevivendo graças à dedicação quase religiosa do casal Maria Luísa Magnavita e Romano Galeffi, ela professora de língua italiana e ele de filosofia na UFBA. Galeffi, inclusive, tem grande conceito nos meios filosóficos, sendo um grande conhecedor da obra de Benedetto Croce, filósofo liberal italiano que teve grande divulgação no Brasil[12]. Uma filha do casal, Eugenia Maria Galeffi Narcisi, professora da área de letras, é autora, em colaboração com Mário Porru, do **Impariamo l'Italiano**, muito utilizado em todo o país, em São Paulo, sobretudo, como livro didático básico.

O professor Mario Porru é um imigrante que criou raízes em Salvador, apesar das dificuldades que encontrou, e hoje é professor adjunto da UFBA e afirma: "Dediquei-me, real e sistematicamente, à difusão da cultura italiana aqui na Bahia, junto com o professor Romano, Dona Gina e o Giovanni. Criamos a jovem guarda, começamos a modificar os esquemas, um pouco tradicionais demais, muito bati-

dos, sobre uma Itália, que é bom lembrar, não existe mais. Tenho o privilégio de poder ir lá, graças a outros brasileiros, não à UFBA. Vou todo ano, tenho esse contato, nunca perdi a realidade daqui, nem a de lá. Aos poucos, fiquei, trabalhei"[13]. Vê-se que o jovem professor tem uma visão dinâmica da sociedade brasileira e italiana, que se transformam em ritmo rápido, em face da revolução na tecnologia e das comunicações, que contribuem para destruir raízes regionais e locais, e procura ali transmitir aos alunos esta realidade dinâmica, em constante transformação.

A constante procura de espaço por parte de estudantes de italiano é o maior desafio enfrentado pela Dante, fazendo com que, para realizar eventos externos que atraem um público maior, ela necessite realizar convênios com instituições, como a Fundação Cultural do Estado da Bahia ou com a UFBA, o que deixa de dar maior evidência à Dante que aparece nos prospectos em um segundo plano, parecendo que os eventos são organizados por aquelas instituições. A dificuldade de obtenção de recursos é enorme e o professor Giovanni Narcisi acha que o grande fator limitante é a ausência de uma sede própria; não tem conseguido auxílio governamental para o empreendimento, nem no Brasil nem na Itália, ao contrário do que ocorre com os americanos e alemães; mesmo multinacionais que atuam na Bahia, como a Pirelli, com fábrica em Feira de Santana, e a Olivetti, não têm dado a ajuda esperada. A Dante sobrevive graças à dedicação de um grupo de abnegados que trabalham em prol da divulgação da cultura italiana na Bahia.

No Recife o Instituto de Cultura Brasil-Itália, sob a direção da ítalo-brasileira Cristina Presbitero, desenvolve, faz mais de cinco anos, atividades de divulgação tanto da língua quanto da cultura italiana.

Nos demais estados do Nordeste, a difusão do ensino da língua italiana vem sendo feita de forma bem mais modesta, embora se saiba que isto ocorre, em parte, em face da menor expressão numérica da colônia italiana e de menores contatos com a Itália. No Maranhão, por exemplo, além da grande influência de professores italianos nos setores de letras, filosofia e ciências humanas, na UFMA há um esforço de italianos não ligados à universidade para desenvolverem e conservarem a cultura italiana. Em 1981, catorze italianos fundaram um Centro Cultural Ítalo-brasileiro, graças à iniciativa do empresário Alfredo Buonocore, que, junto com os compatriotas radicados no Estado, promove a reunião dos familiares de cerca de 15 pessoas mensalmente para comer e conversar. Destas reuniões surgiu um centro cultural que se instalou nos fundos de uma pizzaria de outro italiano Jorge Muccio, que fez um campo de bocce. Manteve contatos com a universidade para que o italiano se tornasse uma das línguas básicas da mesma e ministra cursos de italiano, no próprio centro. É uma iniciativa que espera um maior apoio da própria colônia, de brasileiros que tenham interesse na cultura italiana e do Consulado Italiano do Recife, através do agente consular de São Luís[14].

No Ceará há um curso de italiano em colaboração com a Universidade Federal do Ceará (UFCE), que vem funcionando há vários anos, tendo como professora Albertine Bortelli Misici, que formou também um corpo de jovens professores que vem atendendo ao crescimento da demanda de estudantes.

Em Natal, um italiano naturalizado, Franco Janiello, ensinou italiano na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); hoje há uma professora italiana, Gigliola Capadaglio, que leciona particular na própria residência[15], atendendo a uma procura crescente de alunos, que procuram se capacitar para concorrer no mercado de trabalho, em função das possibilidades de emigração de brasileiros e ítalo-brasileiros para a Europa. Com a recessão cada vez mais acentuada no Brasil, é de crer que esta procura se acentue.

Mas os italianos, em sua grande maioria, afirmam que há uma certa dificuldade de se organizar e de fazer funcionar associações entre italianos, por dois motivos: a falta de apoio oficial do governo italiano e das grandes empresas do país e porque os italianos são muito individualistas, ao contrário dos alemães, e não gostam de se submeter às regras de estruturação de uma sociedade. Há um depoimento interessante de um italiano residente em São Luís a respeito deste assunto. Ele diz: "Para ser sincero, antigamente eu ia para aquela associação, aquele Instituto d'Itália. Depois não fui mais, por uma série de motivos, inclusive porque lá há umas pessoas que querem ser muito absolutistas, fazem um círculo d'Itália como se faz um círculo familiar. Ia lá para me divertir, mas se é para encontrar Mussolini lá, não vou. Nós somos dispersos, muito individualistas. O grande problema que há entre os italianos que estão em São Luís, é que existe muita disparidade em nível cultural e social. A gente não se mistura, aqueles que são culturalmente mais humildes, se sentem mal. Na realidade, não temos o que conversar, então, eles sentem dificuldades e nós também sentimos, a gente se mantém longe. Esse é que é o problema"[16].

Extravasamento muito duro, mas sincero, não só no que diz respeito à comunidade italiana, como de qualquer comunidade minoritária em um país estranho. Mas esta falta de sociabilidade entre eles vai fortalecer outros tipos de convivência, de vizinhança, de local de trabalho, de freqüência à igreja, etc., entre italianos e não italianos, fazendo com que as novas gerações sejam integradas mais rapidamente à comunidade brasileira.

NOTAS:

1. Entrevista do empresário Benito Grillo. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
2. Entrevista com o empresário Giuseppe Conte. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. 1990.
3. Entrevista do Bispo e Professor Fernando Antônio Sampaio de Pugliesi. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
4. Entrevista de Giuseppe Regina. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
5. Entrevista de Bernardino Derno d'Antônio. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
6. **Dantenotizie.** Recife, Ano III, nº 3, março/julho 1978. p. 24.
7. Entrevista de Angela Regina. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
8. Entrevista do industrial Miguel Vita. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
9. **Dantenotizie.** Recife, I, set/out. 1976. nº 1 p. 4.
10. Entrevista do professor Giovanni Narcisi. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.

11. AZEVEDO, Thales. **Italianos na Bahia e outros temas**, p. 40.
12. Entrevista de Pasqualino Romano Magnavita. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
13. Entrevista do professor Giovanni Narcisi. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
14. Entrevista do industrial Alfredo Buonocore. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
15. Entrevista da professora Gigliola Capadaglio. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
16. Entrevista com Giovanni Palella. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.

4.8. O Italiano e a Formação das Famílias Nordestinas

Sendo o Brasil um país que resultou de um processo de colonização, desenvolvido a partir dos Grandes Descobrimentos, tendo sido, por três séculos, uma colônia de Portugal, é natural que predomine entre os nomes familiares os de origem portuguesa. Como desde o período colonial fluíram para o Brasil de um modo geral e para o Nordeste em particular, migrantes de outros países europeus, encontram-se aqui famílias com nomes espanhóis, franceses, alemães, holandeses e italianos.

A presença italiana no Nordeste, porém, é uma constante desde o século XVI, por isto deve-se admitir a existência de famílias tradicionais, de origem italiana, inteiramente assimiladas pela sociedade brasileira, ao lado de outras, formadas por migrantes que chegaram à região nos fins do século XIX e no XX, e que, embora já assimilados, mantêm ainda laços sentimentais com a pátria de origem.

No primeiro grupo encontram-se numerosos nomes de pessoas que migraram diretamente para o Nordeste, formando famílias através de casamento com luso-brasileiras ou que se transferiram inicialmente para a Espanha e Portugal e depois vieram para o Brasil. Os Cavalcanti, por exemplo, originaram-se de Felipe Cavalcanti, nobre de Florença que veio para o Recife e, aqui chegando, casou com uma Albuquerque, da família do donatário de Pernambuco, integrando-se à classe dominante. Outra família importante, de origem italiana, os Acioli, deve ter se originado de Gaspar de Acioli Vasconcelos, natural da ilha da Madeira[1], que chegou a Pernambuco no século XVI. No nome Vasconcelos indica que ele já resultara de casamento entre italiano e português. A família Burlamaqui, originária de Lucca na Itália, antes de chegar ao Brasil, com o Capitão-Mor, do Piauí, Dom Carlos Cézar Burlamaqui, em 1806, havia se expandido pela Europa e cruzado com famílias portuguesas[2]. O próprio Capitão-Mor era português de nascimento e ocupou cargos importantes no Brasil, como mandatário do governo português, nos últimos anos de dominação colonial.

São apontados ainda como de origem italiana, os Toscano, que chegaram a Paraíba nos últimos anos do século XVII. Dois deles se fixaram no vale do Seridó, tendo Alberto Toscano casado com Maria de Azevedo, dando origem a numerosas famílias como Azevedo Toscano, Toscano do Rego, Toscano Dantas, Toscano Medeiros e Toscano de Brito, enquanto o irmão, José Toscano, teria casado com Cecília Pereira de Bulhões e deu origem às famílias Toscano do Rego, Toscano Barreto, Toscano Pragana, Toscano Lisboa, Toscano Espinola, Toscano Viana, Toscano Ve-

loso, Toscano Jácome, que se estabeleceram na porção norte-oriental daquele Estado, enquanto os Toscano Leite se fixaram no sertão, em Piancó[3].

Estas famílias, através dos tempos apenas guadaram a lembrança de sua origem italiana, elas estão inteiramente abrasileiradas em conseqüência de anos de isolamento da pátria e da mistura com os luso-descendentes. Algumas delas têm grande projeção política e se espalharam pelos vários estados do Nordeste.

Os Cavalcanti são uma presença permanente na vida política e econômica do Nordeste, tendo ocupado cargos os mais importantes. Apenas como referência, lembramos nomes como os de Felipe Cavalcanti e de seus filhos, que participaram do esforço da colonização desde o século XVI e da conquista da terra ao indígena, assim como, no século XVII, na luta contra os holandeses tanto em Pernambuco como na Bahia. No período colonial vários deles ocuparam cargos de Capitão-Mor em numerosas capitanias nordestinas. Durante o segundo reinado dominaram, com os Rego Barros, durante muitos anos a política da província de Pernambuco, destacando-se, no século XIX, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que participou com o seu irmão, Luís Francisco, de conspiração contra o governo português em 1801, e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe, que foi lente da Faculdade de Direito do Recife, senador do Império, chefe do partido conservador e um dos políticos de maior prestígio em Pernambuco naquele período. Quando o cargo de senador era vitalício, Pernambuco foi representado por 23 senadores dentre os quais 5 assinavam o nome Cavalcanti – Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque, de 1838 a 1863; Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna, de 1839 a 1880; Manuel Ignácio Cavalcanti de Lacerda, Barão de Pirapama, de 1850 a 1882; Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe, de 1869 a 1875; Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, de 1871 a 1889[4]; outros senadores, embora não assinassem Cavalcanti, eram parentes destes. Ainda havia um senador da família, representante do Rio Grande do Norte, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti, de 1887 a 1889[5].

Na câmara dos deputados, no senado da República e nas assembléias legislativas estaduais encontram-se os Cavalcanti na maioria dos estados nordestinos. Um Cavalcanti, Epitácio Pessoa, foi presidente da República, de 1919 a 1922, e seu sobrinho, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, foi presidente do Estado da Paraíba nos fins dos anos 20 e candidato à vice-presidência da República em 1930. Companheiro de chapa de Getúlio Vargas, foi derrotado pela chapa contrária, encabeçada por Júlio Prestes de Albuquerque, o que provocou grande agitação política e o assassinato, no Recife, de João Pessoa[6]. Este crime é apontado por numerosos historiadores como a causa próxima da Revolução de 1930.

Mais recentemente, na segunda metade do século XX, três Cavalcanti ocuparam o governo do Estado de Pernambuco – José Francisco de Melo Cavalcanti, interinamente, como presidente da assembléia legislativa, em várias ocasiões, substituindo o Gal. Cordeiro de Farias, no quadriênio 1954/58; José Francisco Moura Cavalcanti que governou Pernambuco de 1974 a 1978 e Joaquim Francisco Freitas Cavalcanti que foi eleito para o período 1991/1995.

Os Acioli começaram a se destacar na guerra holandesa, quando Zenóbio Accioly de Vasconcelos participou da luta, no cabo de Santo Agostinho, como um dos homens de confiança do comandante Matias de Albuquerque, e durante mais de vinte anos participou da guerra. Após a sua conclusão foi enobrecido pelo rei, tornando-se "fidalgo da casa real" e mestre-de-campo. No período final do Império e início da República, teria grande destaque o comendador Antônio Pinto Nogueira Acioli, formado em Direito e que se dedicou inicialmente à magistratura; casando-se com uma filha do senador Pompeu, tornou-se depois seu sucessor na política, vindo a ser presidente do Ceará, em 1878, passando a exercer cargos no legislativo até a Proclamação da República (1889). Com este acontecimento, logo aderiu à nova forma de governo e organizou a união republicana, conseguindo eleger-se presidente do Estado, no quadriênio 1896/1990, e em seguida nos períodos 1904/1908 e 1908/1912, ficando em geral como senador nos períodos em que não se encontrava no poder. Como senador ele elegia os governadores e, na realidade, controlava o poder, por um período que foi de 1896 a 1912, quando tentou eleger um correligionário que daria continuidade à sua administração. O seu governo era dominado pelo arbítrio e pelo nepotismo, provocando irritação sobretudo da população de Fortaleza, que se levantou em favor de um candidato de oposição, Cel. Marcos Franco Rabelo, e desafiou o todo poderoso presidente com manifestações de rua e levante popular[7]. Este obteve apoio da tropa federal no momento em que o presidente da República, Mal. Hermes da Fonseca, fazia uma política de destituição das oligarquias estaduais, forçando o presidente do Estado a renunciar e retirar-se para o Rio de Janeiro. Terminava desse modo a oligarquia dos Acioli e começaria a de outras famílias proprietárias de terra no interior do Estado, e que permaneceriam com o controle político até 1930.

Ao lado destas famílias que têm sangue italiano mas que estão inteiramente assimiladas à formação social brasileira, existem outras que migraram para o Brasil nos séculos XIX e XX, se estabeleceram em determinados estados e se multiplicaram, estando hoje representadas por netos, bisnetos e trinetos dos antigos imigrantes. O grau de assimilação é muito grande mas ainda se consideram como descendentes de italianos e são considerados como ítalo-brasileiros pela população, embora, em sua imensa maioria, não tenham mais interesses na Itália e muitas vezes nem sequer mantêm relacionamento com os seus parentes que permaneceram na península. São brasileiros nos modos, usos e costumes e vários dos seus membros desempenham ou desempenharam papéis importantes na vida política e econômica do país.

Thales de Azevedo, com o cuidado que lhe é peculiar, arrola uma série de nomes de famílias italianas, radicadas na Bahia, que se repetem em outros estados, em face da mobilidade dos migrantes. Assim, dentre outros, podem ser destacados os Andrea, existentes em quase todos os estados do Nordeste; os Buffoni, muito numerosos também em Pernambuco; os Doria, os Gaudenzi, numerosos também no Piauí, os Gatto, também presentes em Alagoas, onde um médico famoso, Ib Gatto, desenvolveu atividades políticas no anos 50 e 60, os Lomanto, que tiveram em Antônio Lomanto Junior um influente político, duas vezes eleito prefeito de Je-

quié e governou a Bahia de 1962 a 1966, exercendo também mandatos de deputado federal. Seu filho, Leur Lomanto, é seu continuador político e, no momento, representa a Bahia na câmara federal. Os Lauria, que além de atuarem na Bahia atuam também em Alagoas e Pernambuco. Os Mariguela de que descende o famoso líder comunista e agitador político Carlos Mariguela que representou a Bahia na câmara federal e morreu em luta de guerrilha urbana em São Paulo. Os Mariani, que se tornaram latifundiários no Vale do São Francisco e um deles, Clemente, foi grande banqueiro e ministro no governo Gaspar Dutra. Os Magnavita, de origem calabresa, se destacam sobretudo nas atividades culturais, com Pasqualino Romano Magnavita que é professor de arquitetura na UFBA e sua irmã Gina Galeffi, professora de língua e literatura italianas, na mesma universidade. Algumas famílias ítalo-baianas, como os Perazzo, os Pellegrino, os Pougliesi, os Papaleo e os Porciuncula estão também muito presentes em Pernambuco e Alagoas. A família Pancetti, na qual se destaca um dos maiores pintores brasileiros, com quadros em que representa marinhas. Os Sarno, comerciantes em Poções e que exerceram uma forte liderança política na comunidade italiana nos difíceis períodos do fascismo e da Segunda Guerra Mundial. Os Spinelli, Spinola e Scaldaferri, largamente distribuídos em todo o Nordeste. Os Vita, famosos industriais de bebidas gasosas na Bahia e em Pernambuco.

No interior do Piauí, os Gaudensi, os Gervasi, os Frota, os Marsiglia, os Cantarelli foram comerciantes e desenvolveram atividades de serviços, a partir da cidade de Picos. Um deles, Flávio, com o nome aportuguesado para Marcílio, foi deputado federal pelo Ceará e teve grande influência política e poder no período autoritário – 1964/85.

No Ceará a influência dos de Francesco se estende até a terceira geração, nascida no país, e a família tem influência no comércio de calçados. Através do vice-consulado da Itália serve de ponto de contato para os imigrantes que têm chegado ao Estado no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

No Rio Grande do Norte, os Cicco, os Nesi, os Filizola, os Simonetti, os Pintolli – estes últimos aportuguesaram o nome para Pinto –, os Romano – estes com representantes em todo o Nordeste –, os Farachi, os Toselli, os Babini, etc, são atuantes há várias gerações, tendo dado grande contribuição ao estudo na medicina, com Januário Cicco, e na geologia e estudos de recursos naturais, com Júlio Nesi.

Na Paraíba, em Pernambuco e Alagoas, há um grande intercâmbio entre descendentes de famílias italianas, devido à proximidade entre estes três estados e ao fato de o Recife exercer uma grande influência sobre os mesmos. Os Ponzi aparecem como caldeireiros em Palmares, Pernambuco, em Maceió, Alagoas, e em João Pessoa, e um Ponzi, Alfio, advogado e memorialista, deu uma boa contribuição ao conhecimento da presença italiana na Paraíba, em livro aqui citado várias vezes. Os di Lascio se destacaram na Paraíba, através do arquiteto e engenheiro, Hermenegildo di Lascio, e em Pernambuco, através do seu filho, psiquiatra e professor universitário, Arnaldo di Lascio. Os Perrelli são alfaiates famosos no Recife, confeccionando ternos para quase todos os governadores de Estado nos últimos quarenta anos, além de ativos comerciantes em Maceió, com lojas como A Moda e A Bristol.

Os de Carli se estabeleceram inicialmente no interior de Alagoas, em São José da Laje, transferindo-se para Palmares e depois para o Recife; um deles, ítalo-brasileiro – neto de italiano –, Gileno de Carli, é um grande técnico em problemas açucareiros, tendo sido presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, deputado federal em várias legislaturas e um grande estudioso de economia rural, com dezenas de livros publicados. Um seu sobrinho, Carlos de Carli, é parlamentar pelo Amazonas. Os Pugliese, instalados inicialmente em Paquevira ou Glicério, em Pernambuco, são muito numerosos neste Estado e em Alagoas, dedicando-se a várias atividades profissionais. Um deles, Fernando Antônio Sampaio Pugliese, é bispo da igreja católica brasileira, fundada na década de 40 pelo bispo de Maura.

Os Lapenda e os Labanca atuam sobretudo em Pernambuco e Paraíba, tanto nos setores econômicos como na política municipal, controlando fortes grupos eleitorais em municípios do Grande Recife, como Camaragibe e São Lourenço da Mata. Um membro da família, Geraldo Calábria Lapenda, neto de italianos e professor de língua grega e latina, foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco. Os La Greca, que se distribuem por Pernambuco e Alagoas, deram ao Nordeste um dos seus maiores pintores, Murilo La Greca. Seria cansativo enumerar famílias de origem italiana com atuação no Nordeste, devido ao fato de serem muito numerosas e atuantes.

Os membros destas famílias se encontram inteiramente assimilados e geralmente não falam sequer o italiano, mas têm consciência e orgulho de sua origem. Atualmente, há como uma procura da identidade quase perdida e por isso muitos estudam o italiano, com vistas a uma bolsa de estudos na Itália. Daí a grande importância dos centros culturais ítalo-brasileiros, onde os cursos são regularmente ministrados. As universidades que possuem cursos de Letras Neolatinas ensinam a língua e a literatura italiana, embora a procura desta não seja tão grande por parte dos estudantes, como a inglesa e a francesa.

Encontramos no Nordeste italianos, nascidos na península, que mantêm fortes vínculos com os parentes que vivem na pátria distante e onde muitas vezes possuem bens. Visitam freqüentemente a Itália para cuidar de negócios ou para matar saudades. São velhos migrantes que chegaram antes da guerra e que aqui se fixaram e venceram, como Giuseppe Conte, Domingos Regina, ou outros que vieram após a guerra, com aptidões que o Brasil necessitava e que constituíram família e se fixaram. Alguns pensam em voltar em caráter definitivo, mas a maioria está inteiramente ambientada ao Nordeste e se sente parte da região e do país, como o físico Attilio Dall'Olio, o publicitário Ítalo Bianchi, os empresários Alfredo Buonocore e Luigi Chiappetta.

Desta forma, o migrante italiano que vem para o Nordeste do Brasil aqui se fixa, constitui família ou cria a família que trouxe da Itália, se enraíza, adquire bens, atua no país e contribui para formar a própria nacionalidade brasileira. Enriquece a sociedade em que vive com o seu idioma, seus usos, seus costumes, suas atividades econômicas e com o seu pensamento político e econômico. E a sociedade, sempre aberta, não se estratifica, não se esclerosa, porque, com novas e diversificadas influências, ela se renova e se transforma, num processo permanente de mo-

dernização. A troca de influências e de experiências é fundamental ao desenvolvimento de uma sociedade e da sua capacidade de respostas a novos desafios.

NOTAS:

1. COSTA, Frederico Augusto Pereira da **Dicionário Biográfico de Pernambucanso Célebres.** Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. p. 802-804
2. FIGUEIRA, Marcos Antônio. **Esboço Genealógico da Família Cézar Burlamaqui.** Mossoró, Coleção Mossorense Vol. DXXXIX, 1990. p. 19-24.
3. BASTOS, Sebastião de Azevedo. **No Roteiro dos Azevedos e outras famílias do Nordeste.** João Pessoa, 1954.
4. TAUNAY, Afonso de E. **O Senado no Império.** São Paulo: Martins, 1941. p. 103-105.
5. TAUNAY, Afonso de E. Obra citada, p. 107.
6. SILVA, Hélio. **1930. A Revolução Traída.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
7. ANDRADE, João Mendes de. A Oligarquia Acioliana e a Política dos Governadores, in SOUZA, Simone de. Coordenação **História do Ceará.** Fortaleza, UFCE, 1989, p. 206-227.

4.9. Alguns Núcleos Coloniais Italianos

Ao se fazer o estudo da atuação dos italianos no Nordeste, não se pode deixar de refletir sobre os grupos de imigrantes que se estabeleceram em pontos do interior da região, situados a grande distância do litoral e das capitais dos estados, desenvolvendo basicamente atividades comerciais. Procuramos selecionar aqueles que tiveram maior importância para uma análise e reflexão e, dentre eles, os principais foram Picos, no Piauí, Nazaré da Mata e Palmares-Paquevira em Pernambuco e toda uma área baiana ao sudoeste de Salvador, onde se situam hoje os municípios de Jequié, Poções, Itiruçu e Jaguaquara. Foram áreas em que, indubitavelmente, a influência italiana foi mais importante.

Os italianos chegaram a Picos nos fins do século passado, certamente atraídos pelo comércio de exportação de algodão, de peles, couros e de produtos extrativos. Estabeleceram-se com casas comerciais que adquiriram estes produtos e enviavam, em lombo de animais, aos portos do Recife e de Fortaleza ou para Floriano, onde eram embarcados em balsas e desciam o rio Parnaíba até Tutóia ou Parnaíba. Estes dois portos, hoje desativados, tiveram uma importância relativa nos fins do século XIX e início do século XX.

Francisco Antônio Prota, italiano do sul que chegou a Picos no ano de 1905, a fim de trabalhar no comércio com um tio que já estava aí estabelecido, ficou admirado com a cidade que, segundo ele, era ainda "semi-bárbara, onde o caboclo, de chapéu de couro, transitava pelas ruas, em camisa de algodãozinho, em fraldas e em ceroulas amarradas no tornozelo"[1].

O jovem migrante teve uma decepção tanto com o lugar como com o tio, uma vez que este o mandara chamar para que se educasse, e, em chegando aqui, colocou-o como auxiliar de balcão onde trabalhava durante todo o dia. Com 13 anos incompletos, entendeu que teria de conseguir alguns livros e estudar à noite para melhorar a sua situação. Na viagem teve grandes decepções; ao aportar no Recife, os navios não encostavam no cais, ficavam ancorados ao largo e os passageiros tomavam embarcações menores para chegar até a terra, e em Fortaleza, eles eram carregados nos braços e levados à praia. Encontrou aí o primo Carlos Marcílio, a cujos cuidados viajava, os tios Pascoal Stopelle e Jacome e o cônsul italiano local, Antonio Russo; em seguida fez a longa viagem de trem e em lombo de burro até Picos.

Sendo trabalhador, em 1913, com 21 anos de idade, 7 de aclimatação, abriu uma escola primária, passando de auxiliar do comércio a professor. Com a escola ele teve sucesso, conseguindo um elevado número de alunos das famílias mais im-

portantes do local. Neste mesmo ano casou com a prima Rosa Reinaldo de quem teve dez filhos.

Em 1916, resolveu tornar-se comerciante e montou uma pequena mercearia que foi crescendo, transformando-se em uma loja de fazendas. Acumulou capital e em 1919 fez sociedade com o tio Jacome e fundou a firma Prota Stopelle & Cia. com casa comercial em Picos e Floriano, montando a Chic Maison. O estabelecimento de uma filial em Floriano era importante devido à função portuária desta cidade para onde convergia a produção de todo o sul do Piauí e do Maranhão. A firma viveu anos de crescimento e de bons negócios até 1920, com a exportação de peles de cabras, couros de boi, cera de carnaúba e outros produtos. A crise de 1920 levou os comerciantes a procurarem desenvolver a cultura do algodão, produto de exportação que obtinha, então, melhores cotações no mercado internacional e estimulava um pequeno desenvolvimento industrial, com a retirada das sementes e de prensagem da pluma.

Francisco Prota, que vivia em Floriano, voltou para Picos e tendo importado do Ceará as melhores sementes da malvácea, fundou a Associação Comercial da cidade. Na expansão desta cultura, com a distribuição de sementes e o fornecimento de crédito aos caboclos, foi intensificada a agricultura na área, uma vez que no Sertão do Nordeste se costuma associar a cultura do algodão às de milho e feijão[2]. Diz a tradição que foram os italianos que iniciaram a cultura de hortaliças irrigadas no Guaribas, rio que banha a cidade.

Além dos italianos que procuraram o sertão, preocupados sobretudo com o comércio de exportação e importação, outros se instalaram como artesãos na região açucareira de Pernambuco, a fim de darem assistência técnica aos engenhos de açúcar, que eram numerosos e bastante primitivos. Eram quase sempre caldeireiros, funileiros, cinzeladores, etc, que se estabeleciam com oficinas nas cidades e entravam em contato com os senhores de engenho aos sábados, por ocasião das feiras, e iam com seus auxiliares para os engenhos a fim de fazerem o chamado "apontamento". O corte da cana e a produção do açúcar eram feitas de setembro a março, de modo que, todos os anos, quando terminava a safra, os engenhos tinham que ser "apontados", preparados para a moagem seguinte.

Nazaré da Mata era uma próspera cidade situada a 70 quilômetros ao norte do Recife e centro de uma importante área açucareira. Foram numerosos os italianos que aí se estabeleceram, nos fins do século XIX, pertencentes às famílias Calábria, Lapenda, Spinelli, Orenga e Bellinfante, estes últimos eram judeus italianos, enquanto os demais eram católicos romanos. O Orenga foi proprietário de uma grande oficina onde empregou numerosos patrícios. Os outros enveredaram pelo comércio e pelos serviços, tendo dado padres, contabilistas e professores. Pascoal Calábria, chamado carinhosamente de Pascoalzinho, era guarda-livros de uma empresa de comercialização de açúcar e tinha quase influência na sociedade nazarena nos anos 30 e 40. Francisco Lapenda tornou-se senhor do engenho Alcaparra e Severino Calábria do engenho Terra Vermelha. Eles cresceram economicamente e, através do casamento com famílias locais e do estudo dos filhos, passaram a integrar a sociedade açucareira de Nazaré da Mata, que na época era muito fechada.

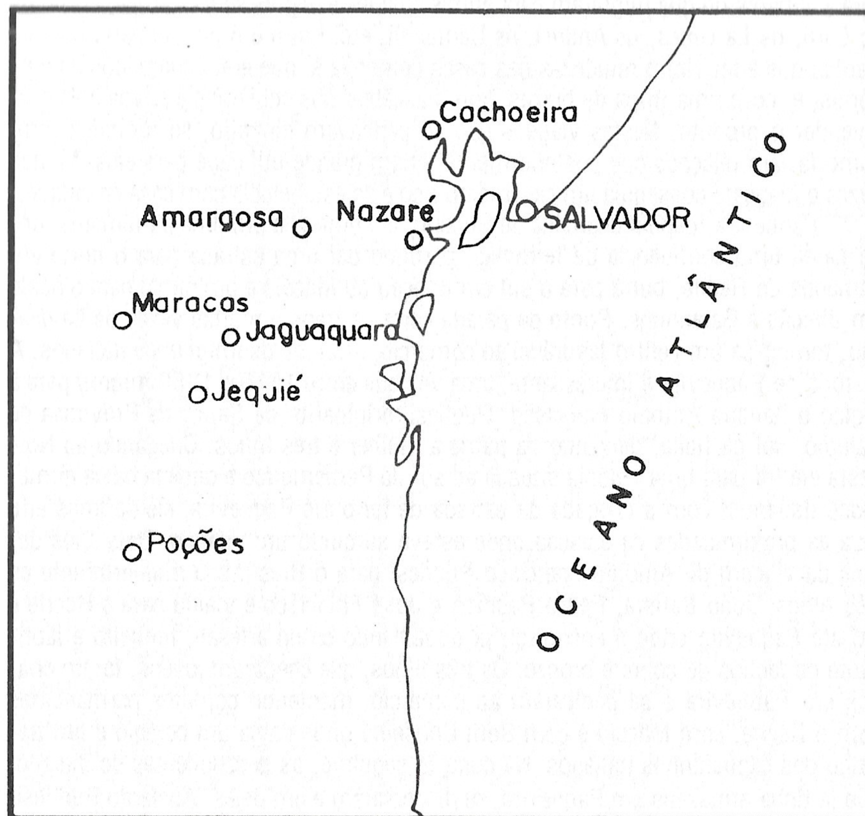
O caso da cidade de Palmares e da vila de Paquevira é semelhante, tendo atraído inicialmente artesãos de metais que trabalhavam para os engenhos bangüês e para as primeiras usinas aí instaladas, como ocorreu com José Agrelli e com Giovanni Ponzi. A eles se associaram depois outros italianos que vieram diretamente para Palmares ou que migraram para outras cidades e depois se fixaram aí, como os de Carli, os La Greca, os Andrea, os Cantarelli, etc. Eram em grande parte comerciantes que adquiriram miudezas nas casas comerciais, que eram chamados de empórios, e, com uma tropa de burros, iam mascatear nos engenhos e povoações para revender o produto. Nestas viagens não só ganhavam dinheiro, se capitalizavam, como faziam relações que posteriormente teriam grande utilidade para eles. Muitas vezes o mascate conseguia um casamento rico e se estabelecia com casa na cidade.

Paquevira, depois chamada de Glicério, era uma vila próxima a Palmares, onde havia uma confluência de ferrovias, partindo daí uma estrada para o norte em demanda do Recife, outra para o sul em direção de Maceió e um ramal para o oeste em direção a Garanhuns. Ponto de parada certa de trens e muitas vezes de baldeação, tornou-se um centro favorável ao comércio, atraindo os imigrantes italianos. A história de Paquevira é interessante, uma vez que entre 1875 e 1880 migrou para a região o italiano Antonio Francisco Pugliesi, originário de Sapri, na Província de Salerno, sul da Itália, deixando na pátria a mulher e três filhos. Chegando ao Nordeste ele foi para uma colônia situada ao sul de Pernambuco e onde já havia numerosos italianos; com a chegada da estrada de ferro até Paquevira, ele se transferiu para as proximidades da estação onde estava surgindo um vilarejo. Dois anos depois da viagem de Antônio Francisco Pugliesi para o Brasil, sua mulher reuniu os três filhos, João Batista, Pedro Pacifico e José Francisco e viajou para o Recife e daí até Paquevira onde o encontrou já trabalhando como artesão, funileiro e fabricante de tachos de cobre e bronze. Os três filhos, que chegaram jovens, foram criados em Paquevira e se dedicaram ao comércio, mantendo contatos permanentes com o Recife, com Maceió e com Bom Conselho onde havia um colégio e um trabalho dos capuchinhos italianos. Na geração seguinte, os descendentes do italiano, que já tinha armazéns em Paquevira, se dispersaram e um deles, Abelardo Pugliesi, se estabeleceu em Maceió com representações comerciais e vendendo produtos de firmas italianas como a M. Dedini & Cia, produtora de máquinas pesadas e caldeiras para usinas de açúcar – fábrica localizada em Piracicaba, no Estado de São Paulo –, dos motores Arno e de outras grandes companhias como a COBRAMA e a MANESMANN[3].

Na mesma época que os Pugliesi chegaram à região, vieram numerosos outros imigrantes italianos, da região meridional da Itália, que vivia uma grande crise, e que pertenciam às famílias Epichani, Vechione, Martorelli, Clericuzzi, Cacela, Menegollo, Dipullia, Rogatto, este último era fotógrafo. Com a dispersão dos descendentes de italianos, a colônia de Pimenteiras desapareceu e poucos ficaram em Paquevira ou em Bom Conselho ou mesmo em Palmares, mudando de negócios, tendo outras atividades e se abrasileirado. Estas famílias estão hoje perfeitamente integradas à vida e à sociedade brasileiras.

O núcleo da Bahia é bem mais importante quer pela área de expansão, quer

pelo número de famílias, quer ainda pela importância econômica, étnica e social. Ela está concentrada sobretudo nos municípios de Jequié, de Poções, de Itiruçu e de Jaguaquara, embora se estenda também por municípios vizinhos como Maracás. (Fig. nº 6)



No início da segunda metade do século XIX já existiam em Salvador casas comerciais de certa importância, pertencentes a italianos; como as demais casas tradicionais, elas usavam mascates e viajantes para levar seus produtos ao interior, utilizando os precários meios de comunicação e de transporte existentes. Naturalmente que esses comerciantes usavam de preferência viajantes e mascates também italianos, que chegaram a convite de parentes, vizinhos e amigos. Um destes viajantes, José Rotondano, se tornaria famoso, viajando pelo sudeste da Bahia vendendo ferragens. Ele explorava sobretudo o então longíquo sertão da "reserva", onde se situava Jequié. Sertão que havia sido explorado por bandeirantes, desde o século XVIII, e onde, no início do século XIX, haviam sido fundadas fazendas de gado cujos proprietários lutavam com os indígenas pela posse da terra[4].

Nos meados do século XIX, alguns viajantes italianos palmilharam estas terras prestando serviços artesanais e comerciando, levando os produtos importados e

de maior demanda e comprando aqueles fornecidos pela região – toucinho, couro, peles e madeira –, como José Niella, que chegou ao Brasil em 1869 e se estabeleceu em União, então chamada de Areia, como comerciante. José Rotondano, que chegara a Bahia em 1866, passou a comerciar como vendedor de ferro e chegou à nascente povoação de Jequié em 1879, um ano antes da mesma ser elevada à categoria de distrito do município de Maracás e instalando-se aí com casa comercial, associando-se ao patrício José Niella, conhecedor da região[5]. O acesso a Salvador era difícil e levava dias: o viajante partia de Salvador em um navio, levando oito horas para chegar a Cachoeira; aí tomava-se o trem e viajava-se um dia até Tamburi, daí até Maracás eram dois dias em lombo de burro, sendo necessários mais dois dias para ir de Maracás a Jequié. Em terra tão distante, o governo praticamente não se fazia presente e os grandes proprietários eram poderosos e mantinham tropas de jagunços que cumpriam as suas ordens e faziam valer a sua autoridade. Havia aqueles que não se submetiam ao poder dominante e formavam grupos de bandidos que atacavam fazendas, povoados e as tropas de burros e de bois que transitavam pelas péssimas estradas. Mesmo assim, foram numerosos os italianos que enfrentaram os perigos e se estabeleceram temporária ou permanentemente na região. Eles se tornaram numerosos em Maracás, em União e se concentraram mais ainda em Jequié e em Poções. Naturalmente que souberam se entender com os poderosos e com os que os combatiam, prestando serviços indiferentemente a todos. Como hábeis comerciantes e tendo apoio de patrícios em Salvador e na Europa, viabilizaram o comércio exportador, de grande interesse dos fazendeiros, e com suas "artes" prestaram serviços extraordinários. Numerosas foram as famílias italianas que se estabeleceram no sertão do rio de Contas entre 1880 e 1930, destacando-se as famílias Niella, Marota, Grillo, Pignatari, Lomanto, Limongi, Schettini, Andrea, Grisi, Orrico, Maimone, Caricchio, Bartilotti, Sarno e San Giovanni.

No comércio eles foram inovadores porque facilitaram o crédito aos produtores, em um período em que não havia uma rede bancária, estimularam a expansão da cultura do cacau nas áreas orientais do baixo rio de Contas e colocaram no circuito comercial produtos apenas de uso local, como o óleo de copaíba[6], de grande importância como matéria-prima para a indústria farmacêutica.

José Rotondano dominou o comércio na área de Jequié, nos fins do século XIX e início do XX, quando voltou para à Itália, deixando a firma aos cuidados do seu genro, Battista Scaldaferri, que permaneceu no posto até 1930, quando foi substituído por Vicente Grillo, casado com sua filha, que chegou à Bahia aos treze anos e trabalhou por algum tempo para uma outra firma italiana Pignatari, Marota & Cia[7]. Ao assumir os negócios, associou-se a Giuseppe Lamberti, que foi cônsul italiano em Salvador e, em seguida, ao irmão Braz Grillo que servia de contabilista para os negócios da firma e residia com o próprio Vicente, na Villa Grillo. Braz era solteiro e Vicente casou na Itália e nunca trouxe a mulher para o Brasil.

Vicente Grillo foi a maior figura da colônia italiana em Jequié; homem dinâmico e empreendedor sabia tomar as decisões que eram necessárias no momento certo. Quando Jequié foi praticamente destruída por uma cheia do rio de Contas em 1914, Vicente Grillo, que chegara ao Brasil em 1901 e possuía na encosta mais alta

a fazenda Riacho de Jequié, abriu a mesma ao povo a fim de que construísse habitações a salvo das futuras cheias e mandou fazer um plano urbanístico para a cidade que tem uma forma quadriculada. Aí construiu o grande edifício que foi durante anos a sede de sua empresa. Também auxiliou na construção da igreja católica e adquiriu um relógio, em 1933, para ela, semelhante aos relógios das cidades européias. Doou terras para a construção de um hospital e de um aeroporto e adquiriu a fazenda Provisão, de seis mil hectares, onde fez uma série de experimentações, com a introdução de animais de raças selecionadas – bovinos, aves, cavalos, etc –, montou uma fábrica de gelo e aos domingos atraía as pessoas de Jequié para fazerem piquenique na mesma[8]. Mas a fazenda não dava lucros, nela investia grande parte dos lucros da casa comercial e por isto, já na década de 50, quando se achava doente, vendeu a mesma de comum acordo com Braz Grillo, seu sócio e irmão.

Vicente Grillo, porém, apesar do prestígio que tinha, enfrentou alguns problemas por ocasião da guerra, uma vez que, influente, rico e simpatizante abertamente de Mussolini e do fascismo, despertou a antipatia de parte da população que era contrária ao Eixo, e que passou a promover passeatas e manifestações a partir de 1942, quando o Brasil se definiu a favor dos aliados. Muito hábil e tendo feito muitos favores a pessoas influentes da terra, Vicente Grillo viu a dificuldade da situação, e, apesar de ter tido os seus bens bloqueados, conseguiu que não ocorresse em Jequié depredação dos bens dos italianos nem o aprisionamento deles.

A partir de Jequié, outros italianos se estabeleceram em povoações vizinhas, hoje cidades, como a firma Miguel Grisi & Cia em Rio Branco, hoje Itajuru, que estimulou a expansão da cultura do cacau a partir de 1905 e que exportou os vários produtos extraídos deste fruto; e a Marota, Pignatari & Cia, que se estabeleceu no lugar chamado Volta Funda, antes da elevação de Jequié à categoria de cidade, em 1910.

Alguns italianos não foram apenas comerciantes, partiram para a atividade agrícola, como os Grisi, que se destacariam como produtores de café e de cacau, e os Lomanto, como criadores de gado bovino. No setor urbano, o primeiro fotógrafo profissional de Jequié foi o italiano Cedroni e o primeiro cinema pertenceu à família Letto[9].

Os Lomanto se dedicaram também à exploração da terra, tornando-se fazendeiros além de criadores de gado. Um dos seus descendentes, Lomanto Júnior, foi prefeito de Jequié a partir de 1951 e fez uma dinâmica administração, construindo o Mercado Municipal, encampando o serviço d'água, adquirindo tratores para a melhoria e conservação das estradas municipais, ampliando a rede escolar e iniciando a construção do Instituto Regis Pacheco, para ensino secundário. Ainda no seu governo patrocinou a realização do congresso dos municípios das zonas sul e sudeste do Estado, ao qual compareceu o governador do Estado e onde se decidiu a construção da Usina Hidrelétrica do Funil, no rio de Contas. Em face da boa administração feita no primeiro mandato e a sua atuação na Assembléia Legislativa, Lomanto voltou ao governo de Jequié, como candidato único, em 1959. Realizou administração muito dinâmica, mais uma vez, e se credenciou à eleição para governador do Estado no quadriênio 1962/66. Após o exercício do governo da Bahia, Lomanto Júnior

exerceu mandatos de senador e deputado federal, tendo um de seus filhos, Leur, seguido também a vida política, representando a Bahia na Câmara Federal[10].

Mas o espírito de pioneirismo, a capacidade de empreendimento dos migrantes italianos não se limitou a Jequié; um grupo numeroso se estabeleceu a oitenta quilômetros ao sul desta cidade, em Poções, como comerciantes. Entre as famílias aí radicadas, nas primeiras décadas do século, destacam-se os Sarno, o San Giovanni e os Benedictis. Um deles, Miguel Benedictis, com coragem e desejo de enriquecer, penetrou uns cinqüenta quilômetros para o interior e montou um grande armazém. Adquiriu uma tropa de mais de cinqüenta muares para o transporte de mercadorias adquiridas no sertão, até Poções, e trazer as mercadorias importadas que eram vendidas em toda a região. Também adquiriu fazendas, uma delas muito grande, mas a vendeu porque a sua vocação mesmo era o comércio. Ao falecer não teve sucessor, o empório que fundara entrou em decadência e até a povoação que foi criada com o movimento do mesmo, Ibipiranga, estagnou[11]. Enquanto Miguel vivia em Ibipiranga, um irmão e sócio geria o armazém em Poções.

Inegavelmente, a família italiana que teve maior importância em Poções foi a Sarno, que se estabeleceu na cidade com uma casa comercial que comprava mamona, cacau e peles para exportação e que revendia gasolina e querosene adquiridos em Salvador. Em torno da família e ligada a ela por parentesco, casamentos, compadrio ou negócios, viviam numerosas outras famílias. Uma das mais importantes ruas da cidade chama-se Itália e nem durante a guerra o nome foi mudado. Eles mantinham relações amigáveis com os brasileiros, mas procuravam casar entre eles, como uma forma de autodefesa; as crianças nas escolas formavam grupos separados de italianos e de brasileiros, havendo muitas vezes uma certa hostilidade; os meninos gostavam de usar estilingue, no Nordeste chamado de badoque, para matar passarinho e para lutar contra os grupos que os hostilizavam.

Os italianos falavam uma linguagem que misturava o italiano com o português. Conta-se que uma vez os bandidos, a quem eles temiam muito, invadiram Poções e a ocuparam após forte tiroteio. As famílias, atemorizadas, fecharam as portas e ficaram recolhidas à espera da retirada dos mesmos. Em certo momento um bandido "chegou à casa de um comerciante italiano e querendo ser atendido bateu na porta. Ele estava com pressa e queria ir para o interior antes que chegassem reforços policiais. O Sarno abriu a porta, viu o 'bandido e perguntou bandito ancora in plaza'? aí o cara respondeu 'Seu Chico, bandido não ancora em lugar nenhum, basta me atender'." Vê-se, assim, como as pessoas podiam se entender embora usando línguas diferentes[12].

Na década de 20 eles ficaram entusiasmados com a propaganda fascista e viam em Mussolini a grande figura que engrandecia a Itália, expandindo o seu império colonial. Não participaram diretamente do movimento integralista mas olharam com simpatia as manifestações dos partidários do Sigma; eram liderados, então, por um comerciante rico e hábil, Corinto Sarno, e obtiveram apoio da maioria da população quando alguns grupos quiseram fazer manifestações contra eles e contra os integralistas.

O movimento italiano em Poções era expressivo, havia funcionado na cidade

uma sociedade, a Dopo Lavoro Humberto Madalena, com fins literários e políticos e que visava sobretudo transmitir informações sobre a Itália. Posteriormente, na década de 70 um poçoense como Eduardo Francisco Sarno, foi militante de esquerda, combatendo o sistema autoritário que passou a dominar no Brasil a partir do golpe de 1964[13], e teve que se exilar, só voltando a Salvador, onde é livreiro, após a anistia.

Nas últimas décadas, a migração italiana para a região de Jequié e Poções praticamente se extinguiu em função da melhoria das condições de vida na Itália e da queda da qualidade de vida brasileira; há nas duas cidades alguns velhos remanescentes do período anterior à Segunda Guerra Mundial e descendentes em segunda e terceira gerações, ítalo-brasileiros aculturados mas que preservam alguns aspectos da cultura italiana; Jequié, entre outras coisas, é famosa por possuir uma série de restaurantes especializados em comidas italianas.

A última migração expressiva para a região se dirigiu para Itiruçu e Jaguaquara e realizou-se sob a forma de colonização agrícola, nos anos de 1949/50. Governava a Bahia o Dr. Otávio Mangabeira e era seu secretário da Agricultura o jurista e sociólogo Nestor Duarte. Ciente do processo de empobrecimento e de estagnação em que se encontrava a Itália, resolveu o governo baiano, com apoio do governo federal, adquirir terras nestes dois municípios e dividí-las em lotes para estes colonos, originários da província Abruzzi. Como a situação dos agricultores na Itália era insustentável, eles se organizaram em uma cooperativa com a finalidade de conduzir um processo de emigração. Um funcionário da cooperativa viajou para a América Latina, visitou vários lugares e terminou fazendo um contato com o governo da Bahia para o assentamento dos colonos nesta área. Adquiridas as terras, passou a cooperativa a fazer contratos com os agricultores dispostos a emigrar, cabendo a cada associado um lote de mais de quarenta hectares, sementes, animais de trabalho, máquinas e tratores para uso coletivo. Durante seis meses receberiam um auxílio de 500 cruzeiros mensais.

As dificuldades para os colonos foram enormes, eles não dispunham de trigo, alimentos básico, e não se adaptaram facilmente à mandioca, produto largamente utilizado pelo caboclo nordestino. No primeiro ano faltou chuva e quando quiseram irrigar não havia motores para isto, sendo a irrigação feita com água transportada em lombo de animais. As plantas tinham que ser molhadas, pé por pé, com água levada em latas. Após a colheita, vinha o trabalho de venda, feita ou por atravessadores que exploravam os produtores ou diretamente por estes que retalhavam os legumes e levavam em caminhão para as feiras das cidades da região. O problema aí era sério, o mercado nem sempre consumia toda a produção e muitas vezes havia produtos que não eram conhecidos pela população não italiana; alguns, como a couve-flor, eram desconhecidos dos compradores e estes procuravam saber do vendedor para que ela servia, se para alimentação ou se para enfeite. Como a verdura é um produto que se deteriora rapidamente, sobretudo em um clima tropical, muito quente, restava ao produtor a grande preocupação do prejuízo que poderia ter após tanto trabalho.

Os migrantes fizeram a viagem da Itália para Salvador, juntos, cerca de 270 famílias; eram homens, mulheres e crianças, chegando até a ocorrer dois partos a bordo, durante a viagem. Lá encontraram os lotes prontos, com casas, galpões para guardar mercadorias e forno para preparar o pão. Usavam a mão-de-obra familiar e procuravam produzir o máximo do que consumiam. Quando necessitavam utilizar trabalhadores brasileiros reclamavam por achar que os mesmos trabalhavam pouco e mal e não economizavam, em geral ganhando menos do que gastavam. O fato levava os brasileiros a solicitar adiantamento e empréstimos aos empregadores, os quais, acostumados a economizar não os atendiam. Daí alguns brasileiros de baixa renda costumarem dizer "estes italianos vêm aqui para o Brasil e enriquecem com pouco tempo", como uma restrição aos mesmos[14].

Mas tanto em Itiruçu como em Jaguaquara, os italianos iniciaram as suas atividades lavrando a terra com as próprias mãos, cuidando dos pequenos lotes e vendendo a sua produção diretamente nas feiras; mas foram vencendo, se capitalizando, adquirindo terras, caminhões, montando casas comerciais e educando os filhos. Hoje, em menos de cinqüenta anos, eles estão bem situados, vivendo alguns em Itiruçu e em Jaguaquara em casas de estilo europeu, cercadas de flores e com cortinas nas janelas, desfrutando de uma posição de classe média alta. Esses italianos contribuíram para modificar os hábitos alimentares da região, fazendo com que a população não italiana se habituasse ao consumo de legumes e de frutas; divulgaram as massas, a música e as festas peninsulares e embelezaram e fizeram crescer as cidades. Marcaram tanto a paisagem como a vida da região, que é, sem dúvida, a mais "italiana" do Nordeste.

NOTAS:

1. **Biografia de Francisco Antonio Prota.** Edição particular. Recife, s/d. p.2.
2. PROTA, Francisco Antônio. Obra citada.
3. Entrevista do Bispo Fernando Antônio Sampaio de Pugliesi. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
4. ARAÚJO, Emerson Pinto de. **História de Jequié:** Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1971. p. 49.
5. ARAÚJO, Emerson Pinto de. Obra citada, p. 58.
6. ARAÚJO, Emerson Pinto de. Obra citada, p. 58.
7. Entrevista com Benito Grillo. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
8. Entrevista com Benito Grillo. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
9. Entrevista de Vicente Grillo. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.
10. ARAÚJO, Emerson Pinto de. Obra citada, p. 149-151.
11. Entrevista com Antonio Torregrossa. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 1991.
12. Entrevista de Eduardo Francisco Sarno. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
13. Entrevista de Eduardo Francisco Sarno. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990.
14. Entrevista do agricultor Berardino Derno d'Antonio. Arquivo do CEHIBRA, do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1991.

Considerações Finais

No estudo sobre a contribuição italiana à formação do Nordeste brasileiro, levou-se em conta duas categorias: o espaço e o tempo. Procurou-se analisar de onde eles vieram – de que região ou província da península –, por que vieram, como vieram e por que elegeram o Nordeste como ponto de nova residência, permanente ou temporária.

Por outro lado procurou-se saber como, ao chegarem ao Nordeste, se distribuíram pelas várias cidades, quais os objetivos que pretendiam atingir, como se aclimataram e conviveram com a população local e qual a contribuição que deram à vida e também ao desenvolvimento regional.

Espera-se, com esta análise, ter atingido os objetivos e aberto perspectivas para novos estudos, mais especializados, sobre a problemática. Afinal, tanto o Brasil como a Itália, afirmando-se como nações e estados, necessitam melhor identificar os caminhos percorridos e os aspectos em que se aproximam, se estreitam relações e até integram ações. A Itália projetando-se no exterior, através dos descendentes e continuadores da ação cultural de uma civilização milenar, e o Brasil consolidando-se como nação e estado, um país que se firma, se impõe na comunidade internacional, constrói uma cultura e uma civilização próprias, que não o afastam da comunidade internacional, mas dão condições de afirmação de sua personalidade diante das várias nações com que mantém relações.

No estudo das migrações italianas para o Nordeste, da sua fixação e, em seguida, dos ítalo-brasileiros, é interessante tentar-se uma periodização que pode compreender quatro fases: a pré-colonial, a colonial, a imperial e a republicana.

Na primeira fase, o território nordestino tinha para os europeus apenas uma expressão espacial, eles ignoraram os indígenas e seus direitos, fizeram apenas o reconhecimento da costa visando levantar os recursos a serem apreendidos e estabelecer contatos com povos considerados selvagens, que deveriam ser explorados através do escambo e da escravização. Nesse período a participação italiana teve certa importância devido à presença, nas várias expedições exploradoras, de navegadores que haviam adquirido experiências no Mediterrâneo e se estabelecido na Península Ibérica à procura da oportunidade de participar nas expedições marítimas, à caça de aventuras, de riquezas assim como de capitais das cidades italianas, enriquecidas graças ao comércio, nos últimos séculos da Idade Média, e desejosos de aumentar os seus negócios. Entre os navegadores, o mais famoso a pisar em terras nordestinas foi o florentino Américo Vespúcio, que, graças às suas cartas, passou a

dar o nome ao continente "descoberto" pelo genovês Cristóvão Colombo. Quanto aos comerciantes, foram eles tão numerosos nas cidades portuguesas e espanholas e participaram com quantias tão avultadas que muitas vezes foram sócios dos reis e introduziram costumes italianos nas próprias cidades da península Ibérica. Lisboa, no período áureo dos descobrimentos, procurava imitar Florença.

Na segunda fase, a colonial (1535/1822), a atuação foi diferente, desde que, nos três séculos que a compreendem, os europeus realizaram a conquista do país, ocuparam o território, destruíram as nações indígenas e organizaram o espaço em função de uma economia de exportação. Nessa fase houve constantes lutas entre os indígenas que defendiam suas terras e sua liberdade e os invasores europeus – franceses, ingleses, holandeses, etc – que procuravam se apropriar das mesmas. Fase em que os reis de Portugal e, durante o domínio espanhol (1580/1640), os de Espanha, sustentaram uma guerra contra os holandeses, utilizando, em grande parte, forças militares italianas, napolitanas mais precisamente, uma vez que, na época, Nápoles se encontrava também sob o domínio espanhol e seus habitantes eram, conseqüentemente, súditos do rei de Espanha.

Foram numerosos os sacerdotes italianos enviados ao Brasil, a fim de trabalharem no processo de evangelização dos indígenas. Estes sacerdotes, quase sempre eram ligados à Companhia de Jesus e à Ordem dos Capuchinhos. Dois jesuítas italianos, Andreoni e Benci, além de se tornarem famosos por seus trabalhos ligados à Igreja, se destacaram por haver escrito livros sobre o Brasil, no século XVIII, dando uma visão geral do país e das instituições implantadas durante o domínio colonial. São livros indispensáveis à compreensão da formação brasileira.

Os capuchinhos, menos intelectualizados que os jesuítas e mais voltados para a ação missionária, foram grandes desbravadores dos sertões e acompanharam o processo de conquista e ocupação dos territórios indígenas; tentando atenuar a violência com que a expansão colonial se processava, estavam também minando a capacidade de resistência dos vencidos, oferecendo compensações para os seus sofrimentos depois da morte, aldeando-os e instruindo-os nos trabalhos agrícolas. Sedentarizava-os para que fossem utilizados como força de trabalho nas ocasiões de maior necessidade, nos momentos de pique na agricultura, ou ainda, após a catequese, como tropa na luta contra as tribos ainda "selvagens".

A participação militar, essencialmente napolitana, ocorreu durante a guerra holandesa (1624/1654), mas a atividade religiosa foi intensa durante todo o período colonial, estendendo-se até os nossos dias; eram religiosos originários das mais diversas regiões da Itália, de vez que a Igreja recrutava-os em todos os estados da península. Nesse período ocorreu o estabelecimento de alguns italianos em atividades profissionais e comerciais, mas em números pouco expressivos.

Na terceira fase, período imperial, a situação foi completamente diferente; com a Independência, houve uma preocupação maior com a ocupação de posições consideradas estratégicas para o governo brasileiro e com o desejo de promover o "embranquecimento" da população. Por isto, o governo passou a desenvolver uma política de colonização, com mais intensidade no sul do país, e a receber numerosos colonos de diversas nacionalidades européias. Instalados no país, eles passaram a ter alguma mobilidade e a se distribuir espontaneamente pelas várias províncias do

Império. O desenvolvimento da vida urbana, com ênfase no setor artístico e da moda, estimulou a migração de italianos, sobretudo de músicos e cantores, que ora se fixaram no país ora o visitaram por longos períodos em companhias que se exibiam nas principais cidades.

Além de missionários, apesar dos atritos entre a Igreja e o Estado, vieram numerosos artesãos – costureiros, alfaiates, sapateiros, funileiros, caldeireiros, mecânicos, etc – que se fixaram tanto nas capitais como no interior, em áreas onde tinham oportunidade de trabalho. Vieram também comerciantes que iniciavam as suas atividades como mascates e ao enriquecerem passaram a dirigir empórios e pequenas e médias indústrias. Foi um período em que houve um maior contato com a população brasileira, tendo os italianos participado intensamente da miscigenação tanto através do casamento como de relações extramatrimoniais, sobretudo quando deixavam a família na Itália. Os descendentes dessas uniões deram origem a numerosas famílias ítalo-brasileiras que se integram nas mais diversas escalas sociais da região.

O contingente de migrantes intensificou-se mais nesse período, em conseqüência do desenvolvimento das atividades econômicas no Nordeste e da crise que a Itália enfrentou na segunda metade do século XIX, quer de ordem econômica, com a concentração da propriedade da terra, quer de ordem política, com a sua unificação política, de conseqüências muito fortes no Mezzogiorno.

Na quarta fase, a do Brasil republicano, o Nordeste continuou a receber expressivos contingentes de migrantes italianos, movidos pelas transformações econômicas porque passava, com a modernização da agroindústria canavieira, do desenvolvimento da indústria têxtil, do crescimento da cultura do cacau e do lançamento, no mercado externo, de produtos extrativos, como a cera de carnaúba e de licuri, e óleo de oiticica e de copaíba, etc. O crescimento urbano e o desenvolvimento da indústria metalúrgica, a princípio de forma artesanal e em seguida industrial, muito contribuíram para a fixação de italianos no Nordeste. Ao lado destas atividades econômicas, o desenvolvimento de atividades artísticas, da música, da escultura, da pintura e da arquitetura, constituiu uma forte atração para os italianos. Entre estes migrantes, embora fossem dominantemente do sul, havia um expressivo contingente de oriundos do centro e do norte.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve novas experiências, como a de implantação de uma colônia de agricultores em Jaguaquara e Itiruçu, que provocou modificações nos usos e costumes regionais; foi difundido o uso de verduras na alimentação e se desenvolveram novas técnicas agrícolas com a vinda para os principais centros urbanos de técnicos e empresários de alto nível que eram convidados e estimulados a vir quer pelo governo brasileiro, quer por grandes empresas que utilizam alta tecnologia. Continuaram a convergir para o Nordeste religiosos que exercem as suas atividades nas cidades médias e grandes, junto às populações marginalizadas das favelas e, em contraste, nos colégios destinados a filhos de famílias das classes média alta e alta, e missionários que nas áreas ainda em povoamento fazem o trabalho de evangelização. É muito importante o grupo de sacerdotes italianos que trabalha no meio rural, orientando os pequenos produtores e os assalariados rurais a

se organizarem em sindicatos e a reivindicarem os direitos que lhes são assegurados pela Constituição e pela legislação agrária do país e que não são cumpridos. Esta atuação tem provocado incidentes entre sacerdotes italianos de um lado e as autoridades e os grandes latifundiários, de outro.

Ainda pode ser assinalado nestas conclusões finais, que os italianos, de forma geral, se adaptaram bem à vida e à sociedade brasileiras e se integraram às mesmas, exercendo uma grande influência em determinados setores, como a alimentação – com a difusão das massas e dos legumes –, na vida religiosa – desenvolvendo uma concepção de Igreja mais combatente, mais ligada aos pobres, enquanto outros se mantêm na visão tradicional –, na educação, em face da manutenção de colégios de ensino primário e médio e na participação de religiosos no ensino universitário –, nas atividades artísticas – música, arquitetura, escultura, pintura, etc –, no desenvolvimento do pensamento filosófico e social, graças à influência de pensadores como Croce, Gramsci e Bobbio, no Direito – a legislação trabalhista brasileira, apesar da queda do fascismo, ainda se baseia, em grande parte, na **Carta del Lavoro**.

A Itália é uma atração constante para pessoas que desejam fazer cursos de pós-graduação na Europa, sobretudo nos setores em que ela tem mais prestígio, como a restauração de imagens e de monumentos, as artes plásticas, a arquitetura e urbanismo, o direito, a filosofia, a teologia e a ciência política; este interesse se torna mais intenso entre os jovens ítalo-brasileiros que unem à necessidade de melhor qualificação profissional a de procura da origem, da identidade que, em um momento de crise, ganha maiores dimensões.

Muitos ítalo-brasileiros estão, no momento, requerendo a dupla nacionalidade, não só com a intenção de obterem maiores vantagens em viagens mas também com a intenção de se fixarem definitivamente na Itália ou em outros países do Mercado Comum Europeu, devido às dificuldades de trabalho no Brasil, em meio à crise econômica que o atinge. Seria, assim, uma migração de retorno, feita após duas ou três gerações.

Concluindo, observa-se como a migração italiana para o Nordeste teve e tem grande importância para uma região que obtém mão-de-obra qualificada e se moderniza, apesar das dificuldades que a atingem, e para a Itália que se projeta econômica e culturalmente em uma região onde vivem mais de trinta milhões de habitantes e que dispõe de expressivas oportunidades para a força de trabalho qualificada e criativa. O migrante, com duas ou três gerações, se abrasileira ou se nordestiniza, mas, ao mesmo tempo, através de sua influência, ele italianiza os valores da sociedade nordestina, havendo, assim, uma troca altamente vantajosa para as duas partes.

Referências Bibliográficas

1. ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial.** Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1934.
2. AGASSO, D. **Daniel Camboni:** uma vida pela África. São Paulo: Revista Sem Fronteiras, 1981.
3. AGUIAR, Cláudio. **Os espanhóis no Brasil:** contribuição ao estudo da migração espanhola no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
4. ALIPRANDI, Ermelindo; MARTINI, Virgílio (Org). **Gli Italiani nel Nord del Brasile.** Belém: Liv. Gillet, 1932.
5. ALMEIDA, Luís Sávio de. Notas para a história do integralismo em Alagoas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.** Maceió, v. 41, 1989.
6. ALMEIDA, Miguel du Pin. **Memória sobre o estabelecimento de uma companhia de colonização nesta Província;** Apresentação de Valdir Freitas Oliveira. Salvador: UFBA, Centro de Estudos Bahianos, 1985.
7. ALVES, Izaias. **Notas do sertão de baixo.** Rio de Janeiro: Raper Editora e Publicidade, 1967.
8. ALVIM, Zuleica M. F. **Brava gente:** os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
9. ANDRADE, João Mendes de. A oligarquia Acioliana e a política dos governadores. In: SOUZA, Simone de (org.). **História do Ceará.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1989.
10. ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos.** Rio de Janeiro: Conquista, 1965.
11. ANDRADE, Manuel Correia de. Italianos em Pernambuco. In: BONI, Luiz A. de. (Org.). **Presença italiana no Brasil.** Porto Alegre; Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
12. ANDRADE, Manuel Correia de. **João Alfredo: o estadista da abolição.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.
13. ANDRADE, Manuel Correia de. **A revolução de 30:** da República Velha ao Estado Novo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
14. ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
15. ANDRADE, Manuel Correia de. **O vale do Siriji:** um estudo de geografia regional. Recife, 1958.
16. ANDREONI, João Antônio. **Cultura e opulência do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
17. ARAÚJO, Emerson Pinto. **História de Jequié.** Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971.

18. ARAÚJO, Ipameri. **Januário Cicco**: um homem além do seu tempo. Natal: Fundação José Augusto, 1985.
19. AVELLA, Nelle. O Brasil fora do Brasil: a maneira italiana de ver o Brasil (1500-1945). **Revista Resgate,** Campinas (SP), nº 2, 1991.
20. AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal econômico.** Lisboa: Livraria Clássica, 1947.
21. AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos:** os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação, 1975.
22. AZEVEDO, Thales de. **Italianos na Baha e outros temas.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989.
23. AZZI, Riolando; BREZZO, Oscar (Org.). **Os salesianos no Brasil à luz da história.** São Paulo: Editora Salesiana D. Bosco, 1983.
24. AZZI, Riolando; BREZZO, Oscar (Org.). **Os religiosos no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
25. BARLEUS, Gaspar. **História dos feitos realmente praticados durante oito anos no Brasil.** 2. ed. Recife: Fundação de Cultura, 1977.
26. BASÍLIO ROWER, Frei (OFM). **A Ordem Franciscana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1942.
27. BASÍLIO ROWER, Frei (OFM). **Páginas de história franciscana.** Petrópolis: Vozes, 1941.
28. BASTOS, Sebastião de Azevedo. **No roteiro dos Azevedos e de outras famílias do Nordeste.** João Pessoa: (s.n.), 1954.
29. BATISTAL, A.I.; COSTA, R. **Assim vivem os italianos.** Porto Alegre: EST, EDUCS, 1982. 3v.
30. BENCI, Jorge (SJ). **Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos.** São Paulo: Grijalbo, 1977.
31. BONI, Luiz A. de (Org.) **Presença italiana no Brasil.** Torino; Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, Escola Superior de Teologia, 1990.
32. BRANDÃO, Ambrósio Soares. **Diálogos das grandezas do Brasil.** Rio de Janeiro: Dois Mundos Editoras, (19--).
33. BUENO, Consuelo Varela. **Américo Vespucci; un nombre para el nuevo mundo.** Madrid: Anaya, 1988.
34. CABRAL, Oswaldo. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Secretaria de Educação, 1970.
35. CALADO, Manuel. **O valeroso Lucidemo e o triunfo da liberdade.** Recife: Governo do Estado, 1942.
36. CALMON, Pedro. **História do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v.1, sec. 16: As origens
37. CAMPOS, Silva. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
38. CANABRAVA, Alice Piffer. João Antonio Andreoni e sua obra. In: ANDREONI, João Antonio. **Cultura e opulência do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
39. CARLI, Gileno de. **Atos e fatos de minha vida.** Recife, 1983.
40. CARONE, Edgar. **O Estado Novo** (1937-1945). Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1976.
41. CARVALHO, Carlota. **O sertão.** Rio de Janeiro: Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924.

42. CASTRO, Emílio Silva, Padre. **Mercedários no Brasil ontem e hoje.** Rio de Janeiro: (s.n.), 1962.
43. CELLA, Mário: CANDORIN, Severino. A presença dos italianos no Maranhão. In: BONI, Luiz A. de. (Org.). **Presença Italiana no Brasil.** Torino; Porto Alegre: Fundazione Giovanni Agnelli; Escola Superior de Teologia, 1990.
44. CENNI, Franco. **Italianos no Brasil:** "Adiamo In'Mérica". São Paulo: Martins, (19--).
45. COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1951, 10v.
46. COSTA, F. A. Pereira da. **Dicionário biográfico de Pernambucanos Célebres.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade de Recife, 1982.
47. COUTINHO, Marcos Odilon R. Malagrida, um santo estrangulado e queimado. In: ARRUDA, José Octávio de. (Org.). **Capítulos de história da Paraíba**. João Pessoa: Secretaria de Educação, 1987.
48. CUNEGUNDES, Jubiliano. **Morro do Chapéu.** 2. ed. Morro do Chapéu (BA), 1981.
49. CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** Rio de Janeiro: José Aguilar Editor, 1966.
50. D'ABREVILLE, Claude. **História da Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão.** São Paulo: Martins, (19--).
51. DANTAS, José Itaberé Costa. **O tenentismo em Sergipe.** Petrópolis: Vozes, 1974.
52. DANTENOTIZIE. Recife; Centro Cultural, Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri; n. 1 set./out. 1976 / v. 10 n. 1, jun./abr.
53. DIAS, C. Malheiro. A semana de Vera Cruz. In: **História da Colonização portuguesa no Brasil.** Porto: Litografia Nacional, 1922, v. 2.
54. DIAS, C. Malheiro. Regime feudal das capitanias. In: **História da colonização portuguesa no Brasil.** Porto: Litografia Nacional, 1924. v. 3.
55. DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas:** traços do sistema econômico do Engenho de Açúcar na vida e na cultura regional. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1949.
56. DINIZ, Jaime C. **Um compositor italiano no Brasil:** Joseph Fachinetti. Salvador: Tempo Brasileiro, Fundação Cultura do Estado da Bahia, 1986.
57. FIDÉLIS PRIMERIO, Frei (OFRM Cappu). **Capuchinhos na terra de Santa Cruz, nos séculos XVII, XVIII e XIX.** São Paulo: Martins, (s.d.).
58. FIGUEIRA, Marcos Antônio. **Esboço bibliográfico da família Burlamarqui.** Mossoró: Escola Superior de Agricultura, Fundação Guimarães Duque, 1990. (Coleção Mossoroense).
59. FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. **Nobiliarquia pernambucana.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. 2v.
60. FRANÇA, Rubem. **Monumentos do Recife.** Recife: Secretaria de Educação, 1977.
61. FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1927.
62. FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
63. FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
64. FREYRE, Gilberto. **Nós e a Europa germânica.** Rio de Janeiro: Grifo, 1971.
65. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
66. FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1940
67. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

68. GANDAVO, Pero de Magalhães. História da Província de Santa Cruz. In: CINTRA, Assis. **A nossa primeira história.** São Paulo: Melhoramentos, 1921.
69. HAJJAR, Claude Fahal. **Imigração árabe:** 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.
70. HOORNAERT, Eduardo et al. **História da igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. Petrópolis: Vozes, 1977.
71. IANNI, Constantino. **Homens sem paz:** os conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
72. JABOATÃO, Antônio de Santa Maria, Frei. **Catálogo genealógico das principais famílias.** Rio de Janeiro: (s. n.), (18).
73. JABOATÃO, Antônio de Santa Maria, Frei. **Novo orbe seraphico brasilico ou crônica dos frades menores da província do Brasil.** Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858. 2v.
74. JOSÉ MORAES, Padre. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e do Pará.** Rio de Janeiro: Editorial Alhandra, 1987.
75. KNOWLTON, Clarck S. **Sírios e Libaneses: mobilidade social espacial.** São Paulo: Anhambi, (19--).
76. LIMA, Manuel de Oliveira. **Pernambuco e seu desenvolvimento histórico.** 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
77. LIMA JÚNIOR, Carvalho. Monografia histórica do município de Itabaiana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,** Aracaju, a. 2, v. 2, fasc. 2, (19--).
78. LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O desenvolvimento do Piauí.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
79. MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco, 1874-1945.** Recife: FASA, 1985.
80. MEIRA, Sílvio. **Clóvis Beviláqua:** sua vida, sua obra. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.
81. MELO, Clóvis. **FIEPE:** um registro histórico. Recife: (s. n.), 1989
82. MELLO, Antônio Joaquim de. **Biografia de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco.** Recife: Typografia Universal, 1856. 2 v.
83. MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue:** uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
84. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio:** o imaginário na restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
85. MELLO, Joaquim Guennes da Silva. **Ligeiros traços sobre os capuchinhos contendo a descrição do novo templo de N.S. da Penha.** Recife: Typografia de M. Figueiroa F. & Filhos, 1871.
86. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos:** influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. Recife: Departamento de Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.
87. MELLO, José Octávio de Arruda. Os italianos na transição da Paraíba: uma experiência urbana. In: BONI, Luís A. de. **Presença italiana no Brasil.** Torino; Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, Escola Superior de Teologia, 1990 v.2.
88. MELLO, Luís de. **Os pintores Domingos e Horácio Tribuzi.** São Luís: SCE-MA/SIOGE, 1989.
89. MENDONÇA, Heitor Furtado de. **Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil:** denunciação de Pernambuco, 1593-1595. São Paulo: Paulo Prado, 1929.

90. MENEZES, José Luís da Mota; REINAUX, Marcílio. **O Palácio da Justiça.** Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, COMUNICARTE, 1985.
91. METÓDIO, Frei (Membro OFM CAP). **São José do Grajaú:** primeira prelazia do Maranhão. Fortaleza: A Voz de São Francisco, 1955.
92. MOURA, Abdulaziz de. **Frei Damião e os impasses da religião popular.** Petrópolis: Vozes, 1988.
93. MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo:** clima e impunidade. 2. ed. São Paulo, Global, 1987.
94. MUNIZ, Eduardo. **A guerra de Canudos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
95. NESTCHER, P. M. **Os holandeses no Brasil:** notícia histórica dos países baixos e do Brasil no Século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
96. NOGUEIRA, Artur da Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiro, Massao Ohno Editor, 1983.
97. NONATO, Raimundo. **Minhas memórias do oeste potiguar:** estrangeiros em Mossoró. Mossoró: Escola Superior de Agricultura, Fundação Guimarães Duque, 1988 (Coleção Mossoroense).
98. NOTAS históricas da igreja de N.S. da Penha e das Missões dos capuchinhos em Pernambuco: Recife: (s.n.), 1906.
99. OBERACKER JR., Carlos H. **A contribuição teuta à formação brasileira.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
100. PACINI, Marcello. Discurso de abertura do seminário "Presença italiana no Brasil", realizado em Vitória do Espírito Santo, de 24 a 28 de outubro de 1988. In: BONI, Luiz A. de. **Presença italiana no Brasil.** Torino; Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, Escola Superior de Teologia, 1990. v. 2.
101. PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1970.
102. PEREIRA, Nilo. **Dom Vital e a questão religiosa no Brasil.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1966.
103. PERNAMBUCO, José de Vasconcelos (Org.). **Almanak administrativo mercantil e industrial de Pernambuco.** Recife: (s.n.) 1960.
104. PETINATTI, Francesco. **O elemento italiano na formação do Brasil:** de Américo Vespucci a Libero Badaró. São Paulo: Elvino Pocai Editor, 1939.
105. OS PIONEIROS: Pedro Renda, um imigrante que venceu no Recife. **Revista da Indústria,** Recife, a.3, n. 16, 1987.
106. PINTO, Lauro. **Natal que eu vi.** Natal: Imprensa Universitária. 1971.
107. PIRRENI, Henri. **Histoire economique de l'occident Médieval.** Bruges: Desclée de Brouwer, 1951.
108. PITA, Rocha. **História da América Portuguesa.** Salvador: Progresso, 1950.
109. POMBO, Rocha. **História do Brasil.** Rio Janeiro: WM Jackson, 1942. v. 1: O descobrimento e a colonização.
110. PONTES, Fernando Galvão de. Os estrangeiros em São José da Lage. **Separata do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas,** Aracaju, v. 34, 1985.
111. PONZI, Alfio. **Presença italiana na Paraíba.** Rio de janeiro: Achimé, 1989.
112. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** a colônia. São Paulo: Martins, 1943.
113. PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.
114. PROTA, Francisco Antônio. **Biografia.** Recife: Edição Particular, (19--).

115. RANDLES, W. G. L. **De la tierra plana al globo terrestre, una rapida mutacion epistemologica, 1480-1520.** México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
116. RAPHAEL DE JESUS, Frei. **Castrioto luzitano**: história da guerra entre o Brasil e a Holanda. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1879.
117. REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
118. REGNI, Pietro Vittorino. **Os capuchinhos na Bahia, 1. Os capuchinhos franceses.** Salvador; Porto Alegre: Casa Provincial dos Capuchinhos, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988.
119. REGNI, Pietro Vittorino. **Os capuchinhos na Bahia, 2. Os Capuchinhos italianos.** Salvador; Porto Alegre: Casa Provincial dos Capuchinhos, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988.
120. REMÉDIOS, João Mendes dos. **Os judeus portugueses em Amsterdam.** Coimbra: F. França Amado, 1911.
121. SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil:** Estudo de Mobilidade e fixação. São Paulo: Editora de Sociologia e Política, 1961.
122. SAPIENZA, Vitor. **Café amargo:** resistência e luta dos italianos na formação de São Paulo. São Paulo : Editora Meta, 1991.
123. SERAFIM LEITE, Padre. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa; Rio de Janeiro: Portugalia; Civilização Brasileira, 1938. v. 1, sec. 16: O estabelecimento.
124. SETTE, Mário. **Maxambombas e Maracatus.** Recife: Fundação de Cultura, 1981.
125. SILVA, Carlos Leôncio da, Padre. **Sete Lustros de inspetoria salesiana no norte do Brasil (1895-1930).** Lorena: (s.n.), 1967.
126. SILVA, Hélio. **1926:** a grande marcha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
127. SILVA, Hélio **1930:** a revolução traída. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
128. SILVA, Hélio. **1937:** todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
129. SILVA, Leonardo Dantas. O piano em Pernambuco. Recife: FUNDARPE, 1987.
130. SILVA, Severino Vicente da (Org.). **A Igreja e o controle social dos sertões nordestinos.** São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
131. SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
132. SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
133. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, (19--).
134. SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs.) **Antologia do Carnaval.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1991.
135. SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
136. SOUZA, Pero Lopes. **Diário de navegação (1530-1532);** edição crítica de Eugênio de Castro. Rio de Janeiro: (s.n.) 1940.
137. STADEN, Hans. **Viajes y cativeiro entre los canibales.**Buenos Ayres: Editorial Nueva, (19--).
138. TAUNAY, Afonso de E. **O senado no Império.** São Paulo: Martins, 1941.
139. THEVET, André. **Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

140. TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.
141. TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
142. VARNHARGEM, Francisco Adolfo de. **História das Lutas com os holandeses no Brasil de 1624 a 1654.** Salvador: Progresso, 1955.
143. VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil.** Lisboa: A.F. Fernandes Lopes, 1865.
144. VESPUCIO, Américo. **El nuevo mundo: cartas relativas a sus viajes y descubrimientos;** estudio preliminar de Roberto Levillier. Buenos Ayres: Editorial Nova, 1951.
145. VIANNA, Hélio. **História do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, (19--).
146. VICENTE DE SALVADOR, Frei. **História do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
147. VITO MIRACAPILLO, Padre. **O caso Miracapillo:** conflito entre o Estado e a Igreja no Brasil. Recife: Nordestal, COMUNICARTE, 1985.
148. WATGEN, Hermann. **O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

JORNAIS

- DEBATE. Jequié (BA), 1950
- DIARIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 1951
- DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 12 fev. 1888; 14 fev. 1889; 23 abr. 1889.
- LA ERA NOVELLA. Salvador, 1926
- JORNAL DE JEQUÍE. Jequié, 1980-1990
- O POTI. Natal, 1990
- LA SETTIMONA DEL FANFULLA. São Paulo
- A TARDE. Salvador, 1980-1990
- TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, 1991

MANUSCRITOS

- ARQUIVO JOAQUIM NABUCO. FUNDAJ/CEHIBRA/DIDOX
- ARQUIVO DA FAMÍLIA DATOLLI CONTE
- ARQUIVO DA FAMÍLIA GRILLO
- ARQUIVO DA FAMÍLIA MORGANTINI
- ARQUIVO DA FAMÍLIA PERRELLI
- ARQUIVO DA FAMÍLIA REGINA

REVISTAS

- **Almanaque de Pernambuco.** Recife, 1860
- **Almanaque de Pernambuco.** Recife, 1879
- **Revista da Bahia.** Salvador, mar./maio 1990
- **Sem Fronteira.** São Paulo, 1990.

Relação de Pessoas Entrevistadas

RELAÇÃO DE PESSOAS ENTREVISTADAS

PERNAMBUCO:

- Adriana Falangola Benjamin
- Adriano José Larocca
- Angela Maria Regina Castanha
- Antonio Gaio
- Antonio Papariello
- Antonio Sarubbi
- Bruno Purisiol
- Cecília Maria Perrelli Rodrigues dos Anjos
- Claudia Mellia
- Edoardo Viganó
- Geraldo Calábria Lapenda
- Gileno De Carli
- Giuseppe Conte
- Giuseppe Dattoli Conte
- Giuseppe Regina
- Ida Zírpoli Rizzo
- Italo Bianchi
- Italo Bruno Perrelli
- Leonor Maria Reinaldo Prota
- Maria Ana Tognocchi Dantas
- Maria Christina Dalla Nora Antunes
- Maria Rosa Signaroldi
- Mássimo Michele Larocca
- Matteo Sarubbi
- Miguel Vita
- Severio Marzo
- Vitorio Delicato

BAHIA:

- Adauto Cidreira (Jequié)
- Amado Giovanne Sebastiano Sangiovanni (Poções)
- Almicar Biardi (Salvador)
- Antonio Taraschi (Ilhéus)

- Antonio Misi (Salvador)
- Aurelio Sciarretta (Jequié)
- Benito Grillo (Jequié)
- Berardino Derno D'Antonio (Poções)
- Bruno Ferro (Salvador)
- Eduardo Francisco Sarno (Salvador)
- Fidelis Mário Sarno (Poções)
- Francesco Caffarello (Jequié)
- Francisco Bathomarco Neto (Ilhéus)
- Francisco Liguori (Salvador)
- Francisco Vianna Paradella (Poções)
- Gian Franco Bettin (Ilhéus)
- Giovanni Narcisi (Salvador)
- Giuseppe Fasani (Salvador)
- Humberto Giudice (Jequié)
- Italo Gaudenzi (Salvador)
- João Bergamini (Ilhéus)
- José Salvatori (Jaguaquara)
- Luiz Carlos Buscariolli (Ilhéus)
- Marianina Michelli (Jequié)
- Mário Aprile (Jequié)
- Mauro Porru (Salvador)
- Miguel Labanca (Poções)
- Nadja Nogueira Argollo (Ilhéus)
- Nevio Santiago Di Credico (Salvador)
- Pasqualino Magnavita (Salvador)
- Renato dos Santos Andrade (Jaguaquara)
- Tito Arturo Pace (Jequié)
- Vicente Fausto Limongi (Jequié)
- Vittorio Angelone (Salvador)
- Vittorio Mollicone (Salvador)

ALAGOAS:
- Alessandro Milito
- Antonio Guerrera
- Carlos Moliterno
- Fernando Antônio Sampaio Pugliesi
- Francisco Guerrera
- Francisco Humberto Vano Perreli
- Ida Ponzi Campana
- Igídio Litrenta
- Luci Perroti Santos
- Luigi Chiappetta
- Nicolangelo Palladino
- Pedro Luiz Anthero Paes Ferrari

CEARÁ:
- Adolfo Serripierro

- Albertina Letisia Bottelli Misici
- Audízio Mosca de Carvalho
- Camillo Carnielli
- Domenico Gabrielli
- Elisabette Mereu
- Erminio Pegadri
- Ferdinando Caprini
- Francisco Angelo De Francesco
- Genilli Ferruccio
- Ivo Riello
- Josefina Odísio Siqueira
- Lorensa Galearro
- Maria de Lourdes Pinheiro Barsi Guastucci
- Maria Nacca
- Mario José Cunto
- Melania Corsano
- Michelle Janniello
- Olmes Adelino Michelon
- Pietro Amato
- Santina Galli
- Umberto Sala

MARANHÃO:
- Alfredo Bellini
- Alfredo Buonocore
- Angelo Olignati
- Bruno Mugnaini
- Demétrio Saccomandi
- Francisco Cordero
- Franco Masserdotti
- Giovanni Pelella
- Guido Zabio
- Izete Fáscia Porto de Miranda
- Lorenzo Lombardi
- Luiz Zadra
- Marco Griggio
- Mario Cella
- Pasquale Siracusa
- Sérgio Baroni

PIAUÍ:
- Antonio Marchi
- David Delphino Cortellazzi
- Gino Raisa
- João França Filho
- Maria da Penha Bagatol Queiroz
- Osvaldo Emilio Fassi
- Pierluigi Sapio

– Primo Silvestri

SERGIPE:
– Fernando de Figueredo Porto
– Ledina Gentil Guedes

RIO GRANDE DO NORTE:
– Alfredo Giacometti
– Antonio Bonacci
– Franco Muzzi
– Gigliola Capodaglio
– Orlando Morgantini
– Rino Eugenio Bordogna
– Rocco Rosso
– Sabino Gentili

PARAÍBA:
– Antonio Greco Rodrigues (Campina Grande)
– Carlos Bedialli Mentoni (Campina Grande)
– Catarina Lianza (João Pessoa)
– Ciro Troccoli (João Pessoa)
– Francisco Troccoli (João Pessoa)
– Garibaldi Cittadino (João Pessoa)
– Gianna Karla Germoglio (João Pessoa)
– Giuseppe Mongiovi (Campina Grande)
– Italmita De Belli Grisi E. Guedes (João Pessoa)
– João Batista Baumgartner (Campina Grande)
– Josefina Calzavára de Araújo (João Pessoa)
– Lorenzo Delaini (João Pessoa)
– Luana Grisi Dantas (João Pessoa)
– Maria Benvenuta Gandini (Campina Grande)
– Maria Carolina Toni Braz (João Pessoa)
– Maria Troccoli de Andréa Santos (João Pessoa)
– Mario Glauco Di Laccio (João Pessoa)
– Nicolau Capazzoli Gabino (Campina Grande)
– Nicolina Marsicano (João Pessoa)
– Paolo Risucci (Campina Grande)
– Rosa Finizola (Campina Grande)
– Vicente Trocooli (João Pessoa)



dos Descobrimentos
passagem para o Século XXI

Produzido na Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco e composto e impresso na Avellar Gráfica e Editora em outubro de 1992, ano das comemorações dos 500 Anos do Descobrimento da América e expulsão dos Judeus da Espanha, 130 anos de aniversário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; 140 anos da Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco; 60 anos da Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP); 50 anos de publicação da primeira edição argentina de *Casa-Grande & Senzala* e do falecimento do político pernambucano Pedro Ernesto Baptista; centenário do nascimento de Ulysses Pernambucano de Mello, Graciliano Ramos e Assis Chateaubriand; 90 anos do nascimento de Nelson Ferreira; 170 anos da Independência do Brasil e bicentenário da morte de Tiradentes.

